

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Aluna: Adriane Vieira Ferrarini

**POBREZA:
A POSSIBILIDADE DE CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS
EMANCIPATÓRIAS**

Porto Alegre,
março de 2007.

Adriane Vieira Ferrarini

**POBREZA:
A POSSIBILIDADE DE CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS
EMANCIPATÓRIAS**

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Antonio David Cattani

Porto Alegre,
março de 2007.

Adriane Vieira Ferrarini

POBREZA:

A POSSIBILIDADE DE CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS EMANCIPATÓRIAS

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovada em ____ de _____ de 2007.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pedrinho Guareschi - Doutor em Sociologia

Prof^a. Dra. Jacqueline Oliveira Silva - Doutora em Educação

Profa. Dra. Soraya M. Vargas Cortes - Doutora em Social Policy And Administration

Prof. Dr. Ivaldo Gehlen – Doutor em Sociologia

*Não há diálogo se não há profundo amor ao mundo. Não há
diálogo se não há intensa fé nos homens.*
(Paulo Freire)

Dedico aos moradores do Bairro Guajuviras e aos técnicos do PIRAD que, com seus saberes e vivências, contribuíram para a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os que participaram da pesquisa, gestores do PIRAD e moradores do Bairro Guajuviras que, gentilmente, dispuseram do seu tempo para esta pesquisa e, através do brilho nos olhos e da fé na vida, me mostraram que vale à pena continuar lutando por um mundo melhor;

Agradeço ao professor orientador Dr. Antonio David Cattani pelo apoio, pelo respeito às minhas idéias, pelo incentivo permanente à produção da tese e pelas sugestões propostas;

Agradeço ao professor orientador no exterior, Dr. Boaventura de Souza Santos, pelo conhecimento oportunizado, pelas dúvidas instauradas, pela valorização das experiências, pelas sugestões à pesquisa e pelo exemplo de grandeza na simplicidade;

Agradeço à minha família, amores da minha vida, pela tolerância e compreensão das minhas ausências, pelo apoio incondicional em todos os momentos e por me possibilitarem a construção e reconstrução permanente dos valores que me movem no meu trabalho;

Agradeço aos amigos e colegas da ULBRA, especialmente à Ivone Rheinheimer, coordenadora do curso de Serviço Social, pela confiança e pelo imprescindível apoio dado em todos os momentos, bem como à amiga Cláudia Giongo, que sempre tem aquela palavra certa e acolhedora;

Agradeço à Sandra Maioli por me ajudar a viver a ética, muito mais do que teorizar sobre ela;

Agradeço a todos os amigos que me acompanharam na caminhada, me ajudando a ver com os olhos da alma e escrever com o coração.

RESUMO

O aumento da desigualdade social e da pobreza tem ampliado a mobilização do Estado, organismos internacionais e da sociedade civil para sua superação. Tais esforços têm representado melhoras expressivas nos indicadores sociais, mas o nível de pobreza extrema tem decaído de forma lenta e insuficiente. Nossa tese é que processos emancipatórios podem ser desencadeados a partir de políticas voltadas para a superação da pobreza e da exclusão social. O principal referencial teórico utilizado foi a sociologia das ausências e das emergências de Boaventura de Souza Santos, sendo também relevantes as contribuições de Paulo Freire e Jacques Gauthier. O objeto empírico é o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PIRAD) desenvolvido pela Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN) com parceria da Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ) e da Refinaria Alberto Pasqualini – Petrobrás (REFAP) em dez municípios da região metropolitana de Porto Alegre; tendo sido realizado um estudo de caso no Bairro Guajuviras, no município de Canoas (RS). O PIRAD é um programa da área do planejamento que teve o objetivo de recuperar urbana e ambientalmente áreas degradadas. Sua concepção integrada, participativa e territorializada permitiu a promoção de processos sustentáveis de superação da pobreza. O eixo central da análise consiste no debate epistemológico acerca da questão social e da emancipação que contribuiu para a redefinição teórica dessas categorias centrais. Compreendemos que a questão social não se restringe ao capitalismo, mas diz respeito também ao colonialismo (relação desigual entre Norte e Sul), demarcando um modelo hegemônico de desenvolvimento global com supressão de saberes e práticas locais. A emancipação social também foi revista através da pluralização das pautas de luta social e de sujeitos sociais, da valorização da subjetividade e da revitalização das experiências locais. Para definir a emancipação foi necessário redefinir a noção de sujeito como ser autopoietico, com renovada capacidade de autonomia e de participação ativa, a partir de suas referências, saberes e práticas. Com isso, emerge a necessidade de pensarmos na justiça social em conjunto com a justiça cognitiva. Na prática, identificamos que políticas voltadas para contexto de pobreza, em geral, reproduzem formas neocolonialistas de imposição do saber científico e técnico em relação ao saber popular. Concluímos que a construção de políticas emancipatórias de superação da pobreza exige novos arranjos institucionais capazes de promover a articulação entre políticas setoriais e formas mais amplas de participação do público-alvo. O território mostra-se um elemento fundamental e o desenvolvimento local integrado e sustentável uma estratégia otimizada dos recursos aplicados nas comunidades, com vistas à ativação de potencialidades locais e à promoção de sustentabilidade nas ações desenvolvidas.

ABSTRACT

The expansion of social inequality and poverty has amplified the mobilization of the State, international organisms and civil society organizations for its overcoming. Such attempts have represented substantial improvement in social indicators, but the level of extreme poverty has declined in a slow and insufficient way. Our thesis is that emancipatory processes can be unchained from policies directed toward the overcoming of the poverty and social exclusion. The main theoretical reference used in this paper was the sociology of absences and emergences of Boaventura de Souza Santos, and the contributions of Paulo Freire and Jacques Gauthier are also relevant. The empirical object is the *Programa de Recuperação de Áreas Degradadas* – Recovery Program of Degraded Areas (PIRAD) developed by *Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional* – State Foundation of Metropolitan and Regional Planning (METROPLAN) in a partnership with *Deutsche Gesellschaft Für Technische Zusammenarbeit* (GTZ) and *Refinaria Alberto Pasqualini – Petrobrás* (REFAP) in ten cities of the metropolitan area of Porto Alegre, having a study case been done in the neighborhood Bairro Guajuviras in the city of Canoas (RS). The PIRAD is a program from the planning area, which had the objective to recoup urban and ambientally degraded areas. Its integrated, participative and territorialized conception allowed the promotion of sustainable processes of poverty overcoming. The central axis of analysis consists of the epistemological discussion about the social issue and the social emancipation that contributed for the theoretical redefinition of these central categories. We understand that the social question is not restricted to capitalism, but it also mentions to the colonialism (unequal relationship between North and South) demarcating a hegemonic model of global development with suppression of local knowledge and practices. Social emancipation was also reexamined through the pluralization of the social struggle agenda and the social subjects, the valorization of subjectivity and revival of local experiences. To define emancipation was necessary to redefine the notion of subject as an autopoietic being, with renewed capacity of autonomy and active participation coming from his or her references, knowledge and practices. Therefore, emerges the need for us to think about social justice with cognitive justice altogether. In practice, we identified that policies for a poverty context usually reproduce neocolonialist ways of imposition of the scientific and technical knowledge over popular knowledge. We conclude that the construction of emancipatory policies of poverty overcoming demands new institutional arrangements able to promote the articulation between sectorial policies and more extended forms of participation for the population. The territory is a fundamental element, and the integrated and sustainable local development is a strategy to optimize the resources employed in the communities to activate local potentials and to promote sustainability in the actions that are developed.

LISTA DE SIGLAS

BMZ: Ministério da Cooperação Econômica e Desenvolvimento (Alemanha)

CAMP: Centro de Assessoria Multiprofissional

COHAB: Cooperativa Habitacional

CORSAN: Companhia Riograndense de Saneamento

DMAE: Departamento Municipal de Água e Esgoto

DRUEP: Diagnóstico Rápido Urbano Econômico Participativo

DRP: Diagnóstico Rápido Participativo

DRUP: Diagnóstico Rápido Urbano Participativo

FMI: Fundo Monetário Internacional

GTZ: Sociedade Alemã de Cooperação Técnica

HIV: Vírus da Imunodeficiência Adquirida

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

INCA: Instituto Cajamar

OMS: Organização Mundial da Saúde

ONU: Organização das Nações Unidas

PIRAD: Programa Integrado de Recuperação de Áreas Degradadas

PRORENDA: Programa de Viabilização de Espaços Econômicos para Populações de Baixa Renda

METROPLAN: Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional

PDLI: Plano de Desenvolvimento Local Integrado

PIB: Produto Interno Bruto

PND-NR: Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República

PNAD: Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios

PNUD: Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas

PUC: Pontifícia Universidade Católica

REFAP: Refinaria Alberto Pasqualini

SCP: Secretaria da Coordenação e Planejamento

SEDAI: Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais

SEDES: Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social

SEHAB: Secretaria Estadual de Habitação

SEMA: Secretaria Estadual do Meio Ambiente

SESC: Serviço Social do Comércio

SIDA: Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

SM: Salário Mínimo

STASC: Secretaria do Trabalho e Assistência Social Comunitária

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ULBRA: Universidade Luterana do Brasil

UNISINOS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | | |
|----------|---|-----|
| Foto 1: | A participação da comunidade..... | 130 |
| Foto 2: | Fórum Regional da Sub-bacia do Arroio Sapucaia..... | 135 |
| Foto 3: | Bairro Guajuviras quando chove..... | 143 |
| Foto 4: | Rua do Bairro Guajuviras..... | 144 |
| Foto 5: | Conhecendo o Guajuviras..... | 145 |
| Foto 6: | Moradia no Bairro Guajuviras..... | 147 |
| Foto 7: | Pátio de Moradia no Bairro Guajuviras..... | 147 |
| Foto 8: | Galpão de Reciclagem..... | 151 |
| Foto 9: | Clube de Trocas Solidárias com Moeda Social..... | 152 |
| Foto 10: | A Força da Solidariedade..... | 159 |
| Foto 11: | Um Pedido, uma Esperança..... | 179 |
| Mapa 1: | Mapa do Bairro Guajuviras..... | 142 |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO..... | 013 |
| 1 A DIMENSÃO EPISTEMOLÓGICA DA QUESTÃO SOCIAL E DA EMANCIPAÇÃO..... | 018 |
| 1.1 CAPITALISMO E QUESTÃO SOCIAL NA MODERNIDADE..... | 018 |
| 1.2 COLONIALISMO COMO FACE DA QUESTÃO SOCIAL E A CRISE DA EMANCIPAÇÃO NA MODERNIDADE..... | 026 |
| 1.3 CIÊNCIA CONTEMPORÂNEA NA REDEFINIÇÃO DA EMANCIPAÇÃO SOCIAL..... | 029 |
| 1.3.1 Ordem e determinismos redefinidos..... | 030 |
| 1.3.2 O Sujeito da Contemporaneidade..... | 034 |
| 1.3.3 Práticas de Tutela, Conscientização e Emancipação..... | 037 |
| 1.3.4 Emancipação na Sociedade Contemporânea..... | 041 |
| 1.4 TEORIA CRÍTICA NEOMODERNA..... | 043 |
| 1.4.1 Sociologia das ausências..... | 047 |
| 1.4.2 Sociologia das Emergências..... | 051 |
| 1.4.3 Trabalho de Tradução..... | 052 |
| 2 AS REALIDADES DA QUESTÃO SOCIAL..... | 055 |
| 2.1 O MUNDO GLOBALIZADO..... | 055 |
| 2.1.1 Dimensões Globais da Pobreza..... | 056 |
| 2.1.1.1 Indicadores de pobreza..... | 057 |
| 2.1.1.2 Estatísticas mundiais da pobreza..... | 058 |
| 2.1.2 Pobreza no Mundo..... | 059 |
| 2.2 BRASIL..... | 061 |
| 2.2.1 O Tamanho da Pobreza no Brasil e no Rio Grande do Sul..... | 062 |
| 2.2.2 Superação da Pobreza no Brasil..... | 067 |
| 2.2.2.1 Políticas Emancipatórias..... | 071 |
| 3 UTOPIA E REALIDADE NA CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA DE CONHECIMENTOS E PRÁTICAS SOCIAIS..... | 080 |
| 3.1 O CAMINHO DA PESQUISADORA..... | 080 |

| | | |
|----------|--|------------|
| 3.2 | O CAMINHO DA PESQUISA..... | 084 |
| 3.2.1 | Sociopoética como metodologia de pesquisa para uma sociologia das ausências..... | 090 |
| 3.2.1.1 | Sociopoética na pesquisa do PIRAD: possibilidades e limites..... | 096 |
| 3.3 | A REALIDADE DOS SUJEITOS DA PESQUISA..... | 100 |
| 3.3.1 | Quem são as populações que vivem em condição de pobreza?..... | 101 |
| 3.3.2 | Como é o tratamento dado às populações de baixa renda?..... | 106 |
| 4 | PIRAD: SUPERAÇÃO DA POBREZA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL..... | 111 |
| 4.1 | HISTÓRICO..... | 112 |
| 4.2 | OBJETIVOS, PRINCÍPIOS, PREMISSAS, SUB-PROGRAMAS E ETAPAS METODOLÓGICAS..... | 116 |
| 4.3 | IMPLEMENTAÇÃO DO PIRAD..... | 120 |
| 4.4 | IMPLANTAÇÃO DO PIRAD..... | 127 |
| 4.4.1 | A Ação nas Comunidades..... | 128 |
| 4.4.2 | Os Fóruns Regionais Metropolitanos..... | 134 |
| 5 | BAIRRO GUAJUVIRAS E A POSSIBILIDADE DE EMANCIPAÇÃO SOCIAL..... | 140 |
| 5.1 | A REALIDADE DO BAIRRO GUAJUVIRAS..... | 140 |
| 5.2 | O PIRAD NO GUAJUVIRAS..... | 149 |
| 5.3 | SÍNTESE TEÓRICO-PRÁTICA DO PIRAD..... | 159 |
| 5.3.1 | Indicadores Multidimensionais para Ações Integradas..... | 159 |
| 5.4 | CONSTRUINDO SABERES E PRÁTICAS EMANCIPATÓRIOS..... | 165 |
| 5.4.1 | Des-pensar para Repensar..... | 166 |
| 5.4.2 | O Futuro é Agora..... | 173 |
| | CONCLUSÕES..... | 176 |
| | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 180 |
| | ANEXOS..... | 190 |
| | A - MATRIZ DE PLANEJAMENTO DO PIRAD..... | 191 |

INTRODUÇÃO

No início de um novo milênio, mais de um bilhão de pessoas ainda lutam para sobreviver diariamente com menos de um dólar, número que tende a crescer. Mais de 30.000 crianças morrem por dia devido à fome e doenças evitáveis. A pobreza poderia ser considerada um problema da esfera dos direitos humanos, pois é a causa do maior número de mortes e degradação de vidas humanas.

A mobilização em torno da superação da pobreza tem crescido nas últimas décadas. As práticas sociais contam hoje, além do Estado, com o envolvimento e protagonismo de outros atores sociais, como organizações não-governamentais (atuantes desde a esfera local até global), empresas e a sociedade civil em geral. Em nível global, os países centrais ou do primeiro mundo ampliaram as ajudas humanitárias e as doações aos países periféricos. No Brasil, as políticas sociais aumentaram sua cobertura e inovaram através de programas de transferência de renda a expressivas parcelas da população, da territorialidade¹ como critério (ações desenvolvidas dentro da comunidade através de visitas domiciliares e do trabalho das organizações locais) e da emancipação como finalidade.

Destacamos a diferença entre políticas e práticas. As políticas são coordenadas pelo Estado, sendo que mecanismos de descentralização e formas de co-gestão com os múltiplos atores sociais não lhe retiram o papel e a responsabilidade de responder a demandas sociais. As práticas, independentemente de seus méritos, tendem a ser dispersas e localizadas, em geral, sem um elemento articulador capaz de conferir maior organicidade à superação da pobreza. Contudo, políticas contêm e articulam práticas, cotidianamente protagonizadas pelos atores envolvidos e, nesse sentido, não há, necessariamente, incompatibilidade entre elas.

¹ Podemos citar três exemplos: Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o Programa Saúde da Família (PSF) da política de saúde e o Programa Primeira Infância Melhor (PIM), da educação.

Os esforços do Estado brasileiro para a superação da pobreza têm gerado melhoras substanciais nos indicadores sociais, mas o nível de pobreza extrema decaiu de forma lenta e insuficiente. O Estado tem atribuído finalidade emancipatória às políticas sociais, o que significa que devam instaurar condição de autonomia da população beneficiária após o término dos programas. No tocante à superação da pobreza, algumas mudanças são importantes, tais como a melhoria da capacidade de consumo, mas, à medida que as ações se desenvolvem, surgem também novos limites. Gestores e executores atribuem as dificuldades de emancipar em contexto local através das políticas à gravidade da pobreza como problema estrutural, bem como aos limites dos programas sociais, ligados às múltiplas e controversas questões que o tema mobiliza, tais como: disputa de interesses políticos e econômicos, concepções teóricas, conceitos e indicadores inadequados de pobreza, estratégias metodológicas e procedimentos técnicos equivocados, bem como formas insuficientes de avaliação dos resultados.

Mesmo em meio a tais desafios, nossa tese é de que processos emancipatórios podem ser desencadeados a partir de políticas e práticas sociais voltadas para a superação da pobreza e da exclusão social. Para proceder à análise dessa tese, aprofundaremos o estudo de duas categorias centrais presentes no discurso e na prática dos programas sociais: a emancipação e a localização (em referência a processos em âmbito local). Além disso, sem desconhecer que “superação da pobreza” é um tema amplo e as múltiplas dimensões da análise são importantes (financiamento, dinâmica das políticas setoriais, conselhos de direitos, etc.), iremos centrar na gestão e execução dos programas sociais com ênfase na dimensão técnica, mais especificamente, na questão metodológica, técnico-política e ético-política. Nosso olhar se voltará para as formas de conhecimento da realidade, de relação e de comunicação entre agentes e população. Com isso, não estamos afirmando que a responsabilidade da emancipação social recai sobre os técnicos; buscamos, dentro da parte que lhes compete no planejamento e execução das políticas e programas sociais, conhecer e analisar metodologias e competências profissionais em relação à sua capacidade de gerar processos emancipatórios. Em outras palavras, pretendemos verificar em que medida é possível ampliar resultados através da democratização de conhecimentos e de relações, partindo da constatação de que os programas já existem, há recursos crescentes sendo alocados e existem resultados parciais no tocante à superação da pobreza.

A esfera do conhecimento passa a ser fundamental. O eixo central de argumentação da tese é o debate epistemológico acerca da questão social e da emancipação capaz de promover importantes redefinições para a análise da hipótese central. A pobreza, na sociedade

contemporânea, tem causa estrutural no capitalismo e a emancipação social costuma ser tratada nos projetos emancipatórios da modernidade como superação do modo de produção capitalista gerador de desigualdades na apropriação e distribuição de recursos e poder. O debate epistemológico nos permitirá articular práticas societárias com formas de conceber e conhecer a realidade.

Identificamos que o capitalismo tem uma base de sustentação, em parte, nos valores e na visão de mundo engendrados pela ciência cartesiano-positivista e impostos para o resto do planeta na forma de colonialismo. À luz do debate epistemológico, a questão social não se expressa apenas na relação desigual entre capital e trabalho, mas também na relação desigual entre Norte e Sul (como categorias sociológicas), ou seja, na supressão de saberes e de epistemologias dos povos do Sul em nome da ciência como único saber válido. Percebemos também que a relação entre o saber científico de técnicos (gestores de políticas) e o saber popular reproduzem a relação Norte/Sul em escalas menores, configurando formas neocolonialistas de relação social. Tal percepção sinalizará elementos importantes de reflexão para a tese sobre a possibilidade de emancipação social nas políticas voltadas para a superação da pobreza. A emancipação social, valendo-se de noções da ciência contemporânea e das epistemologias suprimidas do Sul (cujos valores e concepções mais se complementam do que se excluem), também passa por uma redefinição e passa a integrar a necessidade de superação de formas colonialistas ou neocolonialistas de conceber o próprio projeto de emancipação.

O objetivo central da tese é oportunizar o conhecimento de fundamentos e procedimentos de políticas emancipatórias voltadas para a superação da pobreza e da exclusão social, analisando as possibilidades e limites de sua implementação. Atribuímos caráter emancipatório à política porque, após a alocação de recursos materiais, humanos e técnicos, a população envolvida conseguiu adquirir autonomia expressa em um conjunto de ações, tais como: participação em espaços políticos, gestão de empreendimentos com sustentabilidade, ampliação das redes comunitárias, busca de novas parcerias e investimentos na comunidade, entre outros.

O principal referencial teórico utilizado para a análise dos dados empíricos foi a sociologia das ausências e das emergências de Boaventura de Souza Santos, mas a tese vale-se também de contribuições de outros autores, tais como: Alain Touraine, Robert Castel, Karl Polanyi, Jacques Gauthier, Robert Heilbroner, Félix Guattari, Paulo Freire e Pedro Demo, entre outros.

O objeto empírico é o PIRAD (Programa de Recuperação de Áreas Degradadas) desenvolvido pela METROPLAN (Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional) com parceria da Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ) e da Refinaria Alberto Pasqualini – Petrobrás (REFAP), no Bairro Guajuviras, município de Canoas, no período de 1998 a 2002. O PIRAD teve por objetivo, além de recuperar urbana e ambientalmente áreas degradadas, promover o desenvolvimento social e econômico de comunidades através do estabelecimento de um processo de planejamento regional, numa concepção integrada, estratégica e participativa, racionalizando e otimizando a aplicação dos recursos técnicos e financeiros.

A tese é estruturada em cinco capítulos. No primeiro capítulo, mostraremos a necessidade de acrescentar a dimensão epistemológica, tanto na análise da questão social, quanto da emancipação social. Com isso, capitalismo e colonialismo passam a ser dois processos intrínsecos à questão social e redefinem a necessidade de emancipação, não apenas pelas práticas econômicas e sociais, mas pelos saberes. Para tanto, nos valeremos de redefinições feitas pela ciência contemporânea, em diferentes áreas do conhecimento, que fundamentam a noção de sujeito e de sua autonomia, a relativização de determinismos e, com isso, ampliam o espectro das possibilidades emancipatórias. Apresentaremos também o referencial teórico da sociologia das ausências e das emergências, bem como do trabalho de tradução.

No segundo capítulo apresentaremos um panorama estatístico geral da pobreza e analisaremos os processos históricos de produção da pobreza no Brasil e as políticas compensatórias de superação da pobreza. Além disso, trazemos uma reflexão sobre as políticas emancipatórias que passam pela redefinição dos conceitos de pobreza e por novos arranjos institucionais.

O terceiro capítulo mostrará que a construção democrática de saberes se refere também ao saber produzido na universidade. Por isso, situaremos o percurso da pesquisadora e da construção do objeto teórico e empírico da pesquisa, como procedimento epistemológico de contextualização da produção do conhecimento. Buscaremos também fazer uma aproximação inicial com a realidade pesquisada.

No quarto capítulo apresentaremos o PIRAD: seu histórico, concepções norteadoras, implementação e implantação, levando em consideração os dilemas e os avanços relatados pelos entrevistados. Pretendemos também a identificação de características e resultados considerados emancipatórias e sustentáveis para a população.

No quinto e último capítulo, relataremos o estudo de caso do Bairro Guajuviras, uma das comunidades em que o PIRAD foi implantado, bem como a síntese teórico-prática a partir do referencial da sociologia das ausências e das emergências.

1 A DIMENSÃO EPISTEMOLÓGICA DA QUESTÃO SOCIAL E DA EMANCIPAÇÃO

É preciso uma imaginação epistemológica e uma sociológica. A epistemológica é necessária para a sociológica não ser tão facilmente desacreditada (Boaventura de Sousa Santos).

O debate epistemológico tem sido negligenciado nas reflexões acadêmicas voltadas para a compreensão da questão social, tanto nas suas formas de regulação quanto de emancipação. Nossa tese central acerca da possibilidade de instauração de processos emancipatórios em políticas voltadas para a superação da pobreza fundamenta-se numa reflexão epistemológica acerca da questão social e de emancipação.

A epistemologia é uma ciência que busca conhecer a forma e as condições de produção do próprio conhecimento científico. Com a epistemologia, emergiu a existência de diferentes paradigmas científicos. Para epistemólogos - Kuhn (1977), Bombassaro (1992, 1995) E Santos (1989, 2000a), entre outros - e para autores de diferentes áreas científicas, o momento atual é considerado como um período de transição paradigmática marcado, especialmente, pela crise da capacidade do paradigma cartesiano-positivista em explicar um conjunto de fenômenos emergentes.

Santos (2000a) afirma que a sociedade contemporânea também atravessa um período de transição paradigmática, bastante teorizado por sociólogos contemporâneos, sendo denominado por Touraine como desmodernização e/ou baixa modernidade, por Bauman como modernidade líquida, por Giddens como modernidade radicalizada, apenas para destacar alguns.

Entendemos que a simultaneidade dessas crises não é casual. De acordo com Santos (2000a), existe uma correspondência entre paradigmas epistemológicos e paradigmas societários, o que leva o autor a correlacionar a forma como se concebe e percebe a realidade (dimensão epistemológica) e a forma como se produzem as práticas sociais ou como a sociedade se organiza (dimensão societária). Nossa proposição acerca da necessidade de redefinição epistemológica da emancipação social nos levou a buscar uma leitura da questão social que também contemplasse a dimensão epistemológica.

Neste capítulo, apresentaremos a questão social, não apenas na relação com o capitalismo (como causa estrutural da pobreza), mas na relação que estabelece com a ciência cartesiana, que forneceu sustentação simbólica para as rupturas e inovações que o capital promoveu desde sua constituição. Posteriormente, introduziremos breve análise da modernidade como ideal emancipatório que garantiu direitos e constituiu bases para um

padrão civilizatório pautado na igualdade e justiça, mas foi, em parte, absorvida pelo capital ao não conseguir garantir direitos econômicos à maioria da população os quais, numa sociedade capitalista, são imprescindíveis para assegurar os outros direitos.

Nossa intenção não é tratar esses três amplos temas (capitalismo, ciência e modernidade) em profundidade, mas proceder ao que denominamos “análise de fronteiras”, mostrando os pontos em que tais temas se encontram, se complementam e formam nós que tecem a questão social. Para a superação da pobreza, entendemos que não basta o questionamento do modo de produção capitalista sem a compreensão dos significados, valores, crenças e concepções que o fundamentam, tão importantes quanto as estruturas materiais.

Ademais, consideramos que a desconstrução desses significados contribui para a compreensão de lacunas nos projetos emancipatórios, especialmente ao permitir que o colonialismo aflore como dimensão epistemológica da questão social. O colonialismo, em suas formas contemporâneas de supressão e homogeneização de saberes - o neocolonialismo - não está apenas nas relações globais entre Norte e Sul; ele também está no cotidiano, nas relações locais e particulares de poder. A imposição, o autoritarismo e o não reconhecimento do saber do outro marcam as relações entre técnicos e a população-alvo. Porém, existem tentativas por parte de alguns técnicos na busca da superação de formas neocolonialistas de gestão das políticas voltadas para contextos de pobreza. Esse esforço demanda novos quadros conceituais como, por exemplo, a noção redefinida de sujeito, que desvela antigas práticas tutelares e suscita a necessidade de metodologias participativas com vistas à emancipação social.

Da mesma forma, as noções de imprevisibilidade e aleatoriedade sustentam e justificam o desencadear de processos que, com a efetiva participação dos vários sujeitos envolvidos, podem e devem tomar caminhos impensados sem serem considerados desvio de percurso ou planejamento falho. À luz da ciência contemporânea, tais princípios e conceitos são redefinidos, permitindo novas reflexões acerca da emancipação social na atualidade.

1.1 CAPITALISMO E QUESTÃO SOCIAL NA MODERNIDADE

Aparentemente, ciência e capitalismo são processos distintos que surgiram em períodos semelhantes. Nossa suposição é que princípios da ciência cartesiana, cujo surgimento precedeu em pouco tempo a consolidação do capitalismo, prepararam o terreno para a expansão do capital através da ruptura com determinadas crenças e valores da época.

A ciência cartesiana fez o primeiro movimento contundente, desde o Regime Antigo, no sentido de afirmação do ser humano como sujeito capaz de conhecer e controlar a natureza, o mundo e a sociedade, rompendo com a submissão cega a mitos, crenças e poderes arbitrários.

Há certo consenso em se considerar o século XVII como referência da primeira grande ruptura epistemológica através de Descartes, tido como o fundador da filosofia moderna². Pode-se definir que este período transcorreu, aproximadamente, do século XVII ao século XX. O método cartesiano propõe a necessidade de argumentos racionais e verdades precisas e matemáticas para validação do conhecimento. Para tanto, os cientistas precisam operar a partir de determinadas disjunções e fragmentações, sendo a separação entre sujeito e objeto uma delas. A objetividade precisa da eliminação da subjetividade, considerada um ruído que interfere e distorce o resultado da experiência.

As ciências humanas e sociais levaram séculos para se desenvolverem e, quando o fizeram, foi através de sua adaptação aos princípios cartesianos. O positivismo, a mais clássica representação do paradigma cartesiano nas ciências sociais, dá ênfase aos processos objetivos e mensuráveis, o que redundava numa concepção determinista da sociedade (regida por leis sociais imutáveis e com padrões estáveis de funcionamento), na noção de ordem e de harmonia da sociedade e do ser humano. Nessa lógica, os conflitos e irregularidades são considerados disfunção e devem ser corrigidos no sentido da adaptação para restabelecimento da estabilidade. Outra característica importante é a necessidade de separar a realidade em partes cada vez menores e isolá-las para seu aprofundado conhecimento, o que leva a noções de atomização e fragmentação. Perde-se de vista a totalidade em que a parte está inserida e a interdependência entre contextos, causas e efeitos.

Identificamos a relação da ciência como produtora de princípios e significados que deram suporte ao capitalismo através de processos descritos por Heilbroner (1988), como a emergência da Economia e da filosofia utilitarista. A Economia, como ciência baseada em princípios de neutralidade, precisava abstrair a dimensão da moral da criação e correção de procedimentos técnicos e instrumentais que mantinham o sistema econômico estável. A negação do impacto moral da atividade econômica foi uma contribuição decisiva para a consolidação do capitalismo e gerou uma distância entre os processos econômicos desencadeados e suas conseqüências, distância essa visível na atualidade através das

² Salienta-se que o primeiro fato desencadeador da revolução científica que deu origem ao pensamento moderno, antes mesmo de Descartes, foi a hipótese formulada por Copérnico acerca do modelo heliocêntrico do universo. Logo após as bombásticas especulações de Descartes, sincronicamente, vem a confirmação de Galileu Galilei com a invenção do telescópio e em seguida a derradeira descoberta do universo newtoniano.

expressões da questão social. Tais expressões referem-se ao fato de que o aumento da pobreza e da fome não se deve à falta de produção, mas de distribuição, bem como ao fato de que a destruição, esgotamento dos recursos naturais e catástrofes ambientais não foram previstas ou não se constituíram em objeto de preocupação.

A filosofia utilitarista de Bentham também se constituiu num argumento importante para a solução dos problemas morais da acumulação capitalista, que se diferenciava das formas de acumulação dos sistemas econômicos anteriores. A acumulação capitalista é meio para acumular mais e tem efeito estabilizador da atividade econômica, independentemente da satisfação das necessidades de maior ou menor parcela da população. Isso feria valores da época, segundo os quais o lucro e a avareza, significados atribuídos a esse tipo de acumulação, eram considerados pecado ou paixão desintegradora. Bentham demonstra que o que é bom para o indivíduo também é bom para a sociedade (HEILBRONER, 1988).

Locke é outro pensador importante na legitimação da lógica do capital, mostrando que um acumulador que cerca seu terreno (e aumenta a produção) ou guarda ouro não os deteriora; cria mais riqueza. Em tese, Locke transforma a geração do excedente, de soma zero em soma positiva, ou seja, o enriquecimento para cada um é potencialmente oportunidade de enriquecimento para todos.

Afora o lucro, o capitalismo provocou outras rupturas que situaremos brevemente por entendermos importantes para a compreensão da gênese material e simbólica do aumento da pobreza e da exclusão social na sociedade contemporânea. A competição, característica do capitalismo, é fomentada, em parte, pela instabilidade e dinamicidade a que o capital é submetido pela necessidade de contínua conversão e recuperação do processo de metamorfose repetitiva e expansiva (dinheiro-mercadoria-dinheiro). A instabilidade do capital gera a vulnerabilidade dos atores sociais para a garantia de sua subsistência e se constitui na essência do processo de competição, lançando, não apenas capitalistas contra trabalhadores, mas todos entre si. É uma espécie de guerra social, como define Hobbes.

No plano individual, subjetivo ou psíquico, o comportamento social no capitalismo tende a desenvolver uma identificação do sujeito com a aquisição de bens materiais, ao invés de atributos do ser. "Entre o que um homem chama de eu e o que chama de meu é muito difícil traçar um limite" (WILLIAM JAMES apud HEILBRONER, 1988, p. 31). Reconhecemos que o prestígio e a riqueza na sociedade capitalista, em geral, exigem empenho e o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades do ser humano (dimensão técnica do que se denomina competência, a ser aprofundada ao longo do capítulo), mas deixa

a desejar em termos de atitudes (dimensão ética) que nem sempre privilegiam as necessidades humanas e das coletividades.

Destacamos uma última ruptura, que se refere ao fato de a terra, o trabalho e o dinheiro passarem a ser comprados e vendidos como mercadorias, que vem a desorganizar as relações humanas anteriores e ameaçar seu habitat natural. O comportamento aquisitivo passa por um processo de racionalização. Os sistemas encontraram formas para racionalmente operar e coordenar um processo de integração entre o que fora separado. Na prática, a pseudo-isenção ideológica das ciências - especialmente a economia, o direito e as ciências sociais - e a segurança na solidez de seus fundamentos lógicos deram respaldo às rápidas e profundas mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais durante a modernidade. As ciências, de certa forma, conferiram um estatuto instrumental que isentava as instituições de se comprometerem com conseqüências morais de dinâmicas econômicas instauradas.

A modernidade, também contemporânea ao capitalismo, surgiu como ideal emancipatório através da bandeira da igualdade jurídica e de uma sociedade justa. A liberdade era o princípio necessário para a autonomia e a emancipação nas múltiplas dimensões da vida coletiva.

A intervenção do Estado na perspectiva liberal - o que já era advogado pelas idéias mercantilistas - se compatibilizou com o capitalismo para permitir trocas econômicas dispersas e instaurar a idéia de homens livres para escolher o trabalho via contrato. Entretanto, a livre concorrência não é livre para todos, pois as condições e as oportunidades são desiguais. A crença no progresso espontâneo e a idéia de um sistema auto-regulável a partir do mercado começaram a mostrar limitações na capacidade de regulação social.

A sustentação lógica desse paradoxo é o fato do poder do capital possuir o notável atributo de ser desprovido de capacidade punitiva direta. Nesse sentido, o aspecto crítico do dinheiro ou dos bens de capital como propriedade privada não está no direito dos donos de utilizá-los da maneira que desejem, mas de impedir seu uso (HEILBRONER, 1988).

O homem que emprega, governa, na proporção do número de homens empregados. Ele possui poder, não de masmorra e forcas [...] mas de horas extraordinárias e de horário reduzido, de barrigas cheias e de barrigas vazias, de saúde e de doença (p.73).

Com isso, os ideais de igualdade e justiça da modernidade foram reduzidos na medida que os direitos econômicos, dos quais depende o exercício dos outros direitos numa sociedade capitalista, não foram garantidos a grande parte da população.

A pobreza, que sempre existiu, com alterações em sua intensidade e nas formas de produção e de regulação, aumentava e, aparentemente, tornava-se um problema insolúvel frente à ordem emergente de direitos.

Podemos demarcar duas formas de enfrentamento da pobreza na sociedade capitalista, a do Estado Liberal e a do Estado Social, as quais se diferenciam principalmente pelo tipo e grau de responsabilidade atribuída ao Estado.

O Estado Liberal, na fase inicial do capitalismo, formula respostas amenizadoras, representadas em especial pela Nova Lei dos Pobres, a *Speenhamland Law* e as *work houses*. Para Schons (2003), a importância dessas políticas assistenciais é que ainda hoje são referência acerca de significados acerca da pobreza e da proteção social, assim como de ações de assistência social e de superação da pobreza.

A Nova Lei dos Pobres foi um marco de constituição da força de trabalho e consistiu na instituição de uma taxa a ser paga para benefício dos pobres e subsídio em dinheiro. O direito de viver, frente à degradação humana e social do capitalismo primitivo, era uma idéia inovadora na época, mas “constituiu-se mais numa tentativa de eliminação do pobre do que da pobreza” (BOBBIO apud SCHONS, 2003, p.66). Mais do que meio para aliviar a pobreza, era uma forma de punir severamente a mendicância e a vagabundagem.

As *work houses* ou casas de trabalho eram locais onde os pobres perdiam o direito de ir e vir, ficavam sob tutela do Estado e submetidos a trabalhos forçados em troca de moradia e de alimentação. Era alto o índice de mortes pelas precárias condições de vida e pela falta de higiene. Eles tinham que abrir mão dos direitos civis e políticos em nome do direito à assistência social.

Além disso, numa sociedade baseada na livre concorrência, a assistência constituía desvio moral do princípio de merecimento conforme o trabalho de cada um, sendo motivo de vergonha e incapacidade. Afinal, não se tinha clareza com relação à identificação do segmento em situação de pobreza, ou seja, não havia distinção entre indigentes, trabalhadores ou incapazes.

Segundo Polanyi (1980), no final do século XVII, a sociedade não podia mais aceitar a perspectiva medieval de que a pobreza não era um problema social, e sim individual. O significado do pauperismo se transformava e começava a surgir diferentes opiniões sobre ele, concepções filosóficas em substituição às teológicas. Tais concepções partem de uma busca de correlação do fenômeno do pauperismo com o todo, ou seja, com diversas dimensões da vida social.

No final do século XIX, surge um questionamento nas sociedades européias sobre a capacidade de união entre racionalização econômica ou técnica e liberdade individual ou de regulação social frente à economia, considerada como selvagem e destruidora. Além disso, começa a ocorrer a expansão do proletariado, o alargamento do direito ao sufrágio e transformações na composição das classes trabalhadoras, tais como: crescente diferenciação interna, mudanças constantes nos setores produtivos privilegiados pela lógica da acumulação do capital, ampliação dos setores de serviços e fortalecimento social e político de uma emergente classe média.

Tais mudanças contribuíram para a rematerialização da comunidade através do surgimento de práticas de classe - como, por exemplo, sindicatos, associações patronais e negociação coletiva - e da tradução dessas práticas em políticas de classe, as quais exigiram controle da economia.

O Estado Social ou Estado do Bem-estar Social começa a se constituir, principalmente na Europa, na década de 1930, vindo a se consolidar na década de 1940. Além da função social de proteção da vida e da propriedade, o Estado Social passa a desenvolver um conjunto de ações afirmativas, tais como: redistribuição dos rendimentos, regulamentação das relações sociais, com a estruturação de um conjunto de políticas setoriais e de serviços coletivos e universalização de algumas políticas. Com isso, o Estado consegue desenvolver ações de regulação ao ímpeto de crescimento econômico. Essa é uma difícil tarefa do Estado, analisada por Offe (1984), a de simultaneamente prover legitimação e acumulação: o Estado Social afirma os direitos sociais, mas a produção capitalista é social enquanto os meios de produção são privados, ou seja, é a socialização dos custos e a privatização dos lucros.

A progressiva intervenção do Estado na economia caracterizou o desenvolvimento capitalista a partir da segunda guerra mundial³, consideradas décadas gloriosas, em que pareceu haver uma aliança ou síntese entre justiça social e modernização econômica.

Mais recentemente, o avanço tecnológico, a mundialização e reprodução alargada do capital através do mercado financeiro globalizado, a aceleração do crescimento industrial, o aumento da concorrência internacional e o predomínio e mobilidade das empresas transnacionais levam os trabalhadores ao desemprego estrutural e desemprego de longa duração, reduzindo seu poder de barganha.

Ademais, a crise econômica da década de 1980 solapa as bases de investimento e dos gastos sociais por causa da diminuição de receitas e das contribuições sociais. Os neoliberais

³ Foram criadas empresas estatais, implantadas medidas de protecionismo ou restrição na economia interna e no comércio exterior e aumentada a participação do setor público no consumo e nos investimentos nacionais.

atribuem a crise às despesas sociais e os progressistas a consideram como uma crise do próprio modelo de desenvolvimento e de relações sociais.

O abalo da sociedade salarial, de acordo com Castel (1995), leva a dissociações; cada vez mais se vê a difusão da imagem do mundo social como caos, desordem e selva, passando a atribuir novas configurações à questão social. A relação salarial torna-se precária por fatores definidos no quadro do mercado mundial e os mecanismos corporativos de regulação capital e trabalho, representando retrocessos sociais consideráveis.

Os conflitos entre capital e trabalho, institucionalizados no pós-guerra, foram em grande parte desinstitucionalizados sem causar grandes instabilidades. Desaparecem clivagens entre padrões de transformação social (revolução ou reformismo, comunismo ou capitalismo, etc) e a transformação social muitas vezes é tratada como uma questão técnica e não mais política pelo discurso hegemônico.

Fenômenos como a mundialização levam ao que hoje se define como globalização, que não é um fenômeno recente, mas assume características específicas na contemporaneidade. No campo econômico, uma das abordagens mais influentes sobre a globalização é a de que, quanto mais globalização (vale dizer, derrubada de fronteiras e de controles políticos e governamentais sobre os mercados), maior será a prosperidade econômica e social. A desigualdade e a pobreza seriam superadas à medida que avançasse a modernização global estimulada pelo mercado através de mecanismos, tais como: restrições à regulação estatal da economia (desregulação das economias nacionais), novos direitos para investidores (economia dominada pelo capital financeiro e pelo investimento a nível global) e subordinação do Estado às agências internacionais (agências financeiras multilaterais).

Segundo Santos (2001), as implicações sociais da globalização são desastrosas para os países emergentes porque a unificação da economia mundial apóia-se em regras impostas pelos países centrais, em especial pelos Estados Unidos. A nova pobreza globalizada não resulta da falta de recursos, mas do desemprego e do desaparecimento de economias de subsistência e da redução dos direitos trabalhistas.

No entanto, a globalização não é fenômeno consensual e linear, ela é atravessada por disputas num campo de conflitos entre grupos sociais, distinguidas por Santos (2001) como globalização hegemônica e contra-hegemônica. A globalização hegemônica atua na base de meta-consenso neoliberal, pelo qual desapareceram as clivagens políticas e as rivalidades imperialistas, dando origem à interdependência entre as grandes potências, à cooperação e integração regionais.

Para Santos (2001), o que comumente se entende hoje como globalização é a sua forma hegemônica. O discurso da globalização é a história dos vencedores contada por eles próprios. A história das sociedades modernas capitalistas é a própria história da globalização de um localismo europeu.

No nosso entendimento, a consequência na atualidade é a evidência de um projeto pautado na razão que se torna irracional, isto é, a irracionalidade da racionalização da vida. O alto desenvolvimento tecnológico contrasta com o aumento da pobreza e a degradação das condições de vida de dois terços da humanidade e dos recursos naturais do planeta.

1.2 COLONIALISMO COMO FACE DA QUESTÃO SOCIAL E A CRISE DA EMANCIPAÇÃO NA MODERNIDADE

Se a questão social está profundamente condicionada pelo desenvolvimento das forças capitalistas, sua dimensão epistemológica é alicerçada na modernidade e na ciência cartesiano-positivista, cujos valores e concepções fundamentam e legitimam o capital. A ciência se caracterizou pela lógica disjuntiva (ser humano e natureza, razão e emoção, matéria e espírito, etc), pela hipertrofia da racionalidade cognitivo-instrumental (com ênfase no avanço tecnológico), pela hipotrofia da racionalidade moral-prática (em detrimento da dimensão ética) e pelo predomínio da razão metonímica (totalizante e da ordem sobre o caos).

A ciência também foi responsável pela construção de alguns significados estruturantes do paradigma de modernidade e do capitalismo, tais como: separação entre técnica e ética ou entre meios e fins, bem como pela ampliação de determinismos de toda ordem e posição paradoxal do sujeito (aparentemente era central, mais epistemologicamente mantinha-se fraca). Central porque há um processo de ruptura com dogmas e poderes arbitrários dos monarcas e da Igreja, valorizando processos de autonomização e de individuação. Fraca porque esses poderes foram substituídos pelo poder da ciência e do capital. À luz da ciência, o sujeito foi submetido a múltiplos determinismos. À luz do capital, o indivíduo perde seu valor porque vidas humanas podem e são sacrificadas para que o mercado seja salvo, além do direcionamento de processos identitários para fora do sujeito, ou seja, a auto-realização e o poder pessoal são projetados em objetos e não em atributos ou valores do ser.

Além disso, os critérios absolutos da ciência moderna legitimaram o processo de marginalização, supressão e subversão de epistemologias, tradições culturais e opções sociais e políticas alternativas. A modernidade globalizada não foi um paradigma global, mas um paradigma local que se globalizou com êxito através de processos colonizadores

contraditórios com os princípios universalistas defendidos pela própria modernidade, voltados para o processo de desenvolvimento econômico e social dos países centrais.

Se o processo de exclusão é grande dentro de uma dada cultura, é ainda maior entre culturas. Uma cultura que tem uma concepção estreita de si tende a ter uma concepção ainda mais estreita das outras (WILLIANS apud SANTOS, 2002b, p.18).

O colonialismo deixou um rastro de tortura, mutilação e dizimação de povos, assim como enterrou para sempre um amplo conjunto de conhecimentos, justificado e legitimado pela hierarquização estanque de saberes, inclusive desconsiderando e não reconhecendo todas as outras formas de saber e referências como válidas (Ferro, 2004).

Conforme já foi dito, nossa síntese acerca da questão social no quadro do capitalismo e do colonialismo se expressa na seguinte frase: a racionalização do mundo e da vida gerou conseqüências irracionais e em meio ao projeto da modernidade que propõe o ser humano como sujeito autônomo e produtor de sua história, os sujeitos (individuais e coletivos) não se reconhecem como responsáveis por tais conseqüências.

Na emancipação, a transição também é dupla, epistemológica e societal (Santos, 2000b). A teoria marxiana, portadora de intencionalidade emancipatória, valeu-se epistemologicamente de uma forma de conhecimento totalizante ou conhecimento-regulação, como é denominado por Santos (2000b); é um conhecimento da ordem sobre o caos. A ignorância é tida como caos (diversidade, complexidade e subjetividade) e o saber é definido como ordem (verdade absoluta). Por isso, mesmo quando pretende emancipar, acaba regulando.

Na prática, isso gerou uma forma de conhecimento que considerava sua explicação como total ou em condição de abarcar a totalidade social; um princípio único de transformação social (inevitabilidade de um futuro socialista) e um agente coletivo (a classe operária), igualmente único; um contexto político institucional bem definido que torne possível formular lutas.

Entretanto, “não há justiça social sem justiça cognitiva”. A teoria crítica, ao negligenciar a crítica epistemológica da ciência moderna, acabou se convertendo em regulação, concebeu a realidade como totalidade e, portanto, propôs uma alternativa total, que consistiu em propostas do Norte para o Sul.

A emancipação exige outra subjetividade para o fim do colonialismo e para a emergência de novas epistemologias e articulação da diversidade de saberes e culturas. Tal

subjetividade, denominada de conhecimento-emancipação, permite a identificação de referências hegemônicas através do recurso à auto-reflexividade (SANTOS, 2000b).

O momento atual traz um quadro diferente e complexo, definido como um momento de crise pela maioria dos autores de diferentes áreas da ciência. Na análise sociológica, a crise não se refere apenas ao abalo dos grandes projetos emancipatórios, mas também às limitações dos processos regulatórios do capital e do Estado. As conseqüências da globalização parecem chamar atenção na atualidade devido a disparidades, tais como avanços da noção de direitos humanos, desconstituição de padrões socioculturais rígidos com crescente convivência com diferenças, disseminação ampliada da informação, entre outras.

A crise da sociedade moderna como modelo de ordem e de integração produz uma crise social e abre o caminho para a busca de um novo princípio de combinação da racionalidade instrumental e da identidade cultural. A pós-modernidade constituiu um dos esforços no sentido de compreensão e de resposta à crise, partindo para a desconstrução completa dos fundamentos da modernidade. Touraine (1998), referindo-se ao mesmo processo que Santos denomina de pós-modernidade celebratória, afirma que os pensadores pós-modernos cumpriram uma tarefa crítica de clarificar os limites da modernidade, mas considera que é tão difícil crer num mundo unificado pelo comércio e suas regras, quanto aceitar a completa fragmentação das identidades.

Vamos retornar a esse debate após a análise da ciência contemporânea, com o intuito de redefinir um posicionamento acerca do paradigma em que, no nosso entendimento, se inscreve a perspectiva sociológica da tese.

A crise é produto e produtora de uma transição paradigmática na ciência e na sociedade. A ciência, que outrora dera sustentação ao capitalismo e à modernidade, não é mais a mesma; entendemos que atualizá-la pode gerar novos significados estruturantes ou reestruturantes da modernidade e isso justifica nossa opção por neomodernidade. Entendemos que é neomodernidade, e não pós-modernidade, porque visa a continuidade de realização dos ideais da modernidade e porque mantém sua relação com a ciência ou com a possibilidade do conhecimento ser emancipador, ainda que a ciência contemporânea redefina os próprios ideais emancipatórios e os conhecimentos.

Nossas perguntas são as seguintes: seria possível recriar a articulação destes princípios à luz da ciência contemporânea? Se o exercício de Descartes foi tão crucial e fundante, seria possível que a ciência hoje também pudesse ter semelhante efeito com outros princípios? Poderiam os princípios da ciência contemporânea, por sua dimensão de complexidade, levar à criação de formas sociais, econômicas, políticas e culturais mais sustentáveis e solidárias?

Além da vinculação mais ampla com projetos societários, a análise da ciência contemporânea torna-se necessária para fundamentar a sociologia das ausências e das emergências, principal referencial teórico para a análise empírica. Ademais, consideramos que o aprofundamento dos princípios da ciência contemporânea contribui para a expansão de análises sociológicas voltadas para a ruptura com o determinismo, autonomia do sujeito e emancipação social. Entendemos também que as descobertas da ciência não são apenas de ordem teórica de idéias e conceitos, como pensavam e esperavam os cientistas; elas constituem uma ruptura epistemológica.

Tal ruptura é fundamental para ensejar o debate epistemológico ou a transição paradigmática também na sociedade (tanto da questão social quanto da emancipação), pois a transição entre paradigmas epistemológicos (diferentes formas de conhecimento) é conjunta com os sociais (entre diferentes modos básicos de organizar e viver a vida em sociedade); essa última mais problemática, para Santos (2000a), pois deve ser levada em conta a extrema diversidade das sociedades nacionais.

1.3 CIÊNCIA CONTEMPORÂNEA NA REDEFINIÇÃO DA EMANCIPAÇÃO SOCIAL

A atualização da ciência é feita através da história concreta de descobertas recentes e algumas, nem tão recentes, que abalaram os alicerces da ciência tradicional, tida pela comunidade científica como única forma de fazer ciência (a ciência cartesiano-positiva).

A ciência contemporânea, como pode ser chamada, não é nova, tem mais de um século, mas encontra barreiras para ser difundida e aceita, como costuma acontecer com os processos de mudança e inovação. Ela não surgiu com o intuito de questionar a ciência cartesiana, ao contrário, foi sendo constituída com o objetivo de responder a questões dentro da lógica da própria ciência cartesiana; ela se originou de um conjunto de descobertas feitas de forma imprevisível, porém não voluntarista. Houve grande luta contra a aceitação de tais descobertas, visto não serem aceitáveis dentro da lógica predominante; sequer havia conceitos ou símbolos capazes de fazer a sua tradução nos termos do que até então se concebia como ciência.

Inicialmente as descobertas compuseram um conjunto de especulações teóricas e de pesquisas experimentais, ainda insuficientes para responder a muitas perguntas que foram surgindo nesse processo de transição científica. Além disso, é grande a dificuldade para fazer comprovações nos termos da racionalidade cognitiva tradicional com os instrumentos e

procedimentos disponíveis na atualidade, bem como traduzir noções abstratas em termos inteligíveis para a mentalidade linear da modernidade ocidental.

Princípios da ciência contemporânea, apreendidos no vigor explicativo das descobertas das áreas da ciência natural e exata, contribuem na extração de elementos para análise sociológica, tal como ocorreu na modernidade. O procedimento de relacionar ciências naturais e sociais é questionado pela sociologia, visto o aprisionamento a que foi submetida para adquirir o estatuto de ciência sob a égide do paradigma cartesiano. Optamos por correr esse risco, em primeiro lugar, porque já existe uma consonância entre a produção sociológica contemporânea e as teorias das outras áreas da ciência, ainda que os fundamentos contemporâneos e transdisciplinares em geral não sejam explicados, quando muito referidos. Em segundo lugar, porque buscamos trazer fundamentos transdisciplinares que, justamente, rompem com a epistemologia que justificou concepções sociológicas generalizantes e posicionamentos políticos reacionários.

Os limites da tese não permitem profunda incursão no processo de descoberta e de compreensão dos conceitos. Por isso, trataremos os conceitos de forma sucinta, referiremos à área mais emblemática em que surgem - visto estarem presentes em várias áreas através de isomorfismos e sincronismos - e relacionaremos diretamente à análise sociológica acerca da emancipação social.

Em síntese, as descobertas científicas abalaram duas “verdades” que formam os alicerces da ciência cartesiana e da modernidade, relacionadas ao determinismo e sua vinculação com a ordem, bem como à noção de sujeito.

1.3.1 Ordem e determinismos redefinidos

A primeira verdade está relacionada aos princípios cartesianos de previsibilidade, determinismo e estabilidade que foram geradores de uma concepção da realidade determinada por leis, os quais, à luz da ciência contemporânea, serão redefinidos como desordem criadora, sobre-determinações e imprevisibilidade.

Tais princípios começaram a ser questionados nas ciências naturais, principalmente, através da teoria do caos, que é quase como uma metáfora para a análise da sociedade contemporânea. A teoria do caos demonstrou que o universo não é estável, frio, mecânico e regido por leis ordenadas e previsíveis, mas está em constante expansão, é fruto de catástrofe original e tende à dispersão infinita, levando a duas redefinições. Primeiro, os determinismos não são tão absolutos e estanques como se pensava, precisavam ser relativizados. Segundo, a

noção de ordem que emerge da desordem torna a ordem mais complexificada, pois é produto de um

jogo ativo de interações, retroações, emergências, imposições; onde os antagonismos entre partes, entre as partes e o todo, entre o emergente e o imerso, o estrutural e o fenomênico, se põem em dialético movimento (MORIN, 1977, p.144).

Em outras palavras, a ordem não se impõe de cima para baixo de forma simplificadora a partir de noções organizacionais hierarquizadas. Além disso, torna a desordem criadora e não destruidora ou oposto da ordem; ao contrário, quanto maior a desordem, mais refinada e sofisticada torna-se a ordem. Estudos recentes da química sobre estruturas dissipativas demonstraram a forma pela qual a ampliação de um processo de desorganização pode levar o sistema a reorganizar-se em outra estrutura, mais complexa do que a anterior, ao invés de entrar em colapso ou destruição. Tais mecanismos, hoje denominados de cibernética de segunda ordem ou dos processos transformadores, foram pouco explorados pela ciência tradicional, a qual aprofundou o conhecimento sobre a homeostase ou os processos reguladores (primeira cibernética), em que o sistema deve se manter equilibrado através da anulação dos processos desorganizadores.

Entendemos que o problema não reside no fato de a ciência cartesiana ter estudado e valorizado a ordem, estabilidade e previsibilidade, o problema foi tê-las posto como referência e princípios predominantes, quando hoje se sabe ser o contrário.

Todos os fenômenos organizacionais, dos quais depende a ordem do mundo são minoritários, marginais, locais, temporais, improváveis e desviantes [...] São pequenos grupos, parênteses, arquipélago, no imenso oceano probabilístico da desordem (MORIN, 1977, p.64).

Os determinismos também são abalados pela noção de bifurcação prigoginiana, que comprovou, a partir das mesmas causas, a existência de processos e resultados completamente imprevisíveis. Portanto, não significa que as determinações e a ordem deixem de existir; significa que a ordem complexificada e as sobre-determinações não são unas, eternas, exteriores, soberanas e absolutas, mas contextuais, interdependentes, relativas e relacionais. Ordem e desordem, estabilidade e instabilidade, acaso e determinismo passam a interagir em tensa dialética, da qual emerge a complexidade original - presente em tudo.

Para Morin (1996), a noção de complexidade é ainda marginal, por isto suscita um mal-entendido fundamental: concebê-la como receita, resposta ou completude, ao invés de desafio ou motivação para pensar e criar. A complexidade não luta contra a incompletude,

mas contra a mutilação; tampouco tem a pretensão de dar todas as informações sobre um fenômeno, mas respeitar a existência de múltiplas dimensões do ser humano e da sociedade.

Conseqüentemente, não se trata mais de buscar o conhecimento geral nem a teoria única. “Trata-se, sim, de encontrar um método que detecte as ligações, as articulações” (SCHNITMAN, 1996, p.15). Realidades antes consideradas distintas, antagônicas e contraditórias passam a ser complementares e concorrentes. Não se trata mais de privilegiar *uma ou outra* (ou/ou, lógica disjuntiva), mas *uma e a outra* (e/e, lógica conjuntiva), que é um processo de construção de síntese que Morin (1977) denomina como “dialógica”.

A dialógica refere-se à síntese dialética, não apenas entre afirmações diferentes – o que não é algo novo, está na base da dialética hegeliana -, mas entre lógicas ou paradigmas diferentes. Essa complexidade é base da ciência contemporânea e faz com que o paradigma contemporâneo não exclua ou renegue o tradicional (dominante ou linear), pois os sistemas complexos não excluem a existência de suas formas mais simplificadas: ele o integra e o articula e supera, ou seja, redimensiona os conceitos.

Tais redefinições, trazidas para a análise sociológica a partir das inflexões que geram na concepção de emancipação social, mostram que a direção dos projetos emancipatórios da modernidade, em especial o marxista - materializado nas experiências socialistas do leste europeu que nos interessa retomar no sentido de não desperdiçar a experiência - não estava dado como se previra, ou seja, não havia uma determinação inexorável do capitalismo para o socialismo e, finalmente, para o comunismo. Tal como a bifurcação prigoginiana, não se pode prever todos os rumos de um projeto que supunha contar com a efetiva participação das pessoas e dos contextos.

A experiência emancipatória também mostrou que o determinismo linear não funcionou como se esperava, pois as ações baseadas na mudança da base material não geraram resultados diretos ou determinaram a base simbólica; ao contrário, a subjetividade pode ter sido mais forte que aparatos estatais e produtivos. A realidade é composta de dimensões interdependentes, ainda que se possa atribuir centralidade a alguma dimensão de acordo com contextos, sem risco de perda da interconexão existente.

A relação entre primeira cibernética e teoria social gerou um ideário pragmático e conservador, pois deu ênfase à dimensão técnico-operacional, meramente instrumental, em total detrimento às questões do poder e do controle. Ser eficiente, mas para quê? E para quem?

Identificamos que mecanismos regulatórios foram utilizados nos projetos emancipatórios, com imposição de modelos e reprodução de formas de poder sem se

desprenderem do controle hierarquizado. Sob o prisma da emancipação social, havia a lógica oculta de que a ordem dentro do processo emancipatório deveria ocorrer sem dar margem para acasos ou imprevisibilidades. No nosso entendimento, a emancipação, quando determinada, deixou de ser emancipação, pois lhe foi extraído o essencial, que é a possibilidade da criação, gerando a sua absorção pela regulação.

Além disso, os conflitos e imprevistos, geralmente vistos como fracassos e desvios, passam a ser construtivos e constitutivos de novas realidades, em novo patamar de ordem mais complexo do que o anterior. A transformação não pode ser altamente regulada, é permanentemente recriada através de dinâmica mais complexa no sentido de absorver as diferenças e reintegrá-las em nível superior, sem que signifique a perda da identidade fundamental do projeto socialista (ao contrário, enriquecê-lo). Ou seja, em termos da dinâmica social e relacional do poder, o projeto emancipatório moderno não alterou a lógica do controle. Essas reflexões epistemológicas nos levam também a perceber que a globalização hegemônica é a globalização de uma localização européia ou do Norte, imposta como ordem única para todo o planeta.

A dialógica permite validar diferentes projetos emancipatórios sem precisar escolher entre liberdade ou igualdade, solidariedade ou autonomia, tampouco hierarquizar a importância das causas sociais, seja a luta de classes, a questão ambiental, a questão das diferenças, religiosa ou a esfera doméstica, entre tantas outras. Isso vale também para os atores sociais, cada um tem seu papel e seu lugar na transformação. Na segunda cibernética surge a idéia de “pilotar em conjunto”, em função das forças internas ativas que passam também a definir rumos, sem perder o foco.

Um exemplo de dinâmica de segunda ordem é o Fórum Social Mundial. Sob o prisma comum do questionamento à globalização hegemônica e suas conseqüências, articulam-se inúmeras organizações, movimentos, indivíduos, que defendem diferentes causas, de diferentes lugares do mundo, culturas, perspectivas teóricas e metodológicas, etc. Muitos com discordâncias inconciliáveis, outros nem tanto, mas há a possibilidade de desenvolvimento de um meta-consenso, que não significa subordinação; é formado por consensos locais e não-consensos. Isso é possível graças à identidade gerada por um significado agregador, flexível, porém firme.

No início, alguns grupos que defendiam a luta armada ficaram fora, porque há uma identidade ampla garantidora de unidade, mas a unidade não é absolutamente ordenada e previsível. O símbolo escolhido expressa com clareza: o mosaico com cores, desenhos e formas completamente diferentes que, reordenados num conjunto, formam uma totalidade

harmoniosa sem exclusão das identidades. Há também outra concepção estética: a da beleza que provém da diversidade e da aleatoriedade. Assim como o Fórum Social Mundial, há um conjunto cada vez maior de organizações que operam na forma de rede em todos os campos da atividade humana, é uma modalidade mais suscetível para acolher e lidar com processos dinâmicos, heterogêneos, complexos e transformadores.

1.3.2 O Sujeito da Contemporaneidade

A segunda verdade, abalada com as descobertas da ciência contemporânea, se refere ao lugar do sujeito frente à estrutura, pretensamente autônomo (na modernidade), mas epistemologicamente determinado. As leis gerais e estruturas eram pautadas em princípios de objetividade e neutralidade que consideravam a subjetividade como contingência e ruído a ser eliminado. Tais leis eram a referência maior e se impunham sobre os indivíduos que tinham sua ação ainda mais reduzida do ponto de vista epistemológico. Essa concepção gerou conhecimentos e práticas ambíguos que definimos, paradoxalmente, como um tipo de autonomia tutelada.

Poderia o ser humano ser sujeito de uma história sem sujeito? Essa foi uma questão recorrente em nossa trajetória profissional e acadêmica. Encontramos respostas, inicialmente, em contribuições da biologia sistêmica e da física, cujas descobertas, no nosso entendimento, podem produzir inflexões importantes na análise sociológica.

Tais contribuições podem ser representadas por três conceitos que se complementam: auto-referencialidade, autopoiese e endocausalidade. Eles revelam características dos seres vivos até então desconhecidas, as quais, por sua vez, expressam possibilidades de ampliação da ação autônoma do sujeito sobre a estrutura ao invés da mera reação ou adaptação aos contextos.

Em síntese, essas noções consideram os seres vivos como sistemas que produzem continuamente a si mesmos e que não podem ser reduzidos à função que exercem no processo de adaptação ou de reação a contextos externos; significa o centro da dinâmica constitutiva dos seres vivos. Todos os fenômenos biológicos surgem direta ou indiretamente de autopoieses, ou seja, são sistemas autopoieticos por definição porque recompõem continuamente os seus componentes desgastados.

A autopoiese é aplicada à sociedade e às relações humanas por pesquisa de todas as áreas das ciências sociais e humanas. A conclusão é que o ser humano é, ao mesmo tempo, produto e produtor. Ser produto do meio é algo familiar, pois foi a perspectiva mais teorizada

na ciência tradicional. As mudanças produzidas pelos seres humanos eram vistas como adaptação, reação ou resistência ao meio.

Porém, o ser humano é também produtor com relação a si mesmo, com certo grau de independência do meio, através de estrutura interna auto-organizada e autônoma que lhe possibilita criar para além do que a realidade externa define. Esse é o conceito de endocausalidade ou causalidade interna que se associa à recursividade⁴ a qual, por sua vez, diz respeito a voltar-se sobre si mesmo e operar sobre o produto de sua própria operação.

Reconhecer a recursividade é reconhecer e evidenciar os elementos auto-referenciais que, por sua vez, geram outros níveis de recursividade: cada nível de conhecimento torna-se objeto de uma ordem de indagação superior, com uma referência inevitável ao sujeito do conhecimento (VASCONCELLOS, 1995, p.24).

A estrutura interna existe tanto quanto a externa, havendo relação dialética de determinações endo e exocausais. A dialógica e a complexidade se expressam através de interações entre o sujeito e as determinações do meio externo no qual está inserido e com o qual interage, troca e se alimenta permanentemente.

A idéia de determinação, que parecia se enfraquecer frente à autonomia organizacional dos seres e à relativização dos determinismos, ao contrário, se complexifica: não há apenas uma estrutura externa, mas também uma estrutura interna dos seres, sem que signifique determinismo absoluto de todo o processo, pois o sistema vivo e o meio em que ele vive se modificam de forma congruente.

Isso contribui para explicitar a complementaridade fundamental entre estrutura e sujeito, a qual é ampliada pela noção de cognição ou percepção. A realidade que os seres percebem depende de sua estrutura, que é individual, portanto, existem tantas realidades quantas pessoas percebedoras. Eis porque o chamado conhecimento puramente objetivo é inviável: o observador não é separado dos fenômenos que observa, pois o ambiente só desencadeia nele o que sua estrutura permite. O mundo em que os seres vivem é aquele que constroem a partir de suas percepções. Por conseguinte, o mundo é uma visão individual.

A física também mostra que o observador interfere profundamente na experiência e na realidade através do pensamento⁵. O cérebro não faz distinção entre o que o ser humano vê e

⁴ Keeney (apud VASCONCELLOS, 1995, p. 24) esclarece o significado de recursão: as idéias, experiências e acontecimentos sociais fazem mais do que estender-se no tempo em forma linear e progressiva. “Quando um processo se volta sobre si mesmo, quando ‘se envolve’, falamos de recursão. Talvez a imagem do círculo não seja a melhor (...) porque não estamos nos referindo a um retorno a um momento inicial no tempo. Cada volta recursiva implica um começo diferente (...) Costuma-se usar para a recursão a imagem de uma espiral.”

⁵ De acordo com o observador, o objeto observado se comportava de maneira diferente porque o pensamento pode modificar a intensidade de onda quântica, que é uma medida de probabilidade de ocorrência de um evento.

o que imagina. O pensamento cria realidades, e o ser humano criaria muito mais se soubesse ou se familiarizasse mais com essas possibilidades.

Em síntese, o sujeito interfere mais na realidade do que se pensava. Essa noção de sujeito fundamenta a proposição de que ninguém emancipa ninguém, o sujeito emancipa a si mesmo em conjunto com outros sujeitos. A emancipação pode ser fomentada através de questionamentos e reflexões que instiguem o sujeito a pensar por si mesmo. A partir desse processo, o sujeito pode discordar, criar novas alternativas e optar por outras vias porque não há necessariamente um caminho único ou causa única para a emancipação.

Identificamos outras duas implicações do sujeito contemporâneo para a emancipação social. A primeira implicação é que a emancipação é simultaneamente individual e coletiva, sem que signifique negligência de qualquer um deles. A dinâmica transescalar faz sentido e a distância estanque entre sujeito e objeto, indivíduo e sociedade é relativizada nesse nível de análise.

A segunda implicação é que a emancipação remete à noção de co-responsabilidade e questiona a idéia que alicerçou o individualismo e a filosofia utilitarista acerca da auto-realização a partir de aquisições materiais e prestígio social, independentemente até mesmo do dano que se pudesse causar a outrem ou ao meio ambiente. Tal noção aponta para maior grau de compromisso, exigência e amadurecimento do sujeito. Emerge a idéia de cidadania ampliada, que vai além da luta focada em grupos ou causas específicas, o que não significa excluir tais lutas, também necessárias. Trata-se de atitude e consciência cotidianas de co-responsabilidade, não por moralismo, mas pela incapacidade de conceber a atomização, o isolamento e o desligamento entre atores e contextos.

A noção de sujeito na neomodernidade encurta as distâncias que o protegiam das suas ações e das conseqüências das mesmas e o reconecta com sua intencionalidade e com a dimensão ética ou da racionalidade moral-prática. Se os princípios da ciência contemporânea forem válidos - ou pelo menos dignos de alguma credibilidade - não se pode mais ter a ilusão de que o sujeito pode ficar alheio a determinado contexto.

Epistemologicamente, essa mudança ainda está em curso e, em alguns casos, ainda não ocorreu. O discurso é de participação, autonomia e construção conjunta com os atores envolvidos, mas na prática é comum identificar uma concepção reducionista do papel do sujeito na dinâmica das instituições e nas relações sociais e interpessoais.

Toben (1982) acredita que quanto mais aguda for a percepção ou consciência do observador, maior a probabilidade do evento ocorrer.

Tais descobertas subsidiam, em termos epistemológicos e teóricos, a ampliação das reflexões sobre tutela ou subordinação e autonomia na medida que permite a ampliação da possibilidade de autonomia com relação às determinações. O ser humano não é folha em branco, passível de anular sua subjetividade ou a do outro, tal como a ciência propôs durante alguns séculos; as pessoas possuem um circuito interno endocausal, como ser ou organização, que age e reage de forma única frente aos determinantes ou estímulos externos. É justificável, na atualidade, a busca por processos educativos mais promissores e voltados para a emancipação e autonomia do ser, pois cada ser é mais complexo e potencialmente mais autônomo do que se supunha até então.

1.3.3 Práticas de Tutela, Conscientização e Emancipação

Práticas com dimensão pedagógica estão presentes nas políticas de forma geral através da relação estabelecida com a população; elas podem ser regulatórias, sob a forma de tutela ou de conscientização no sentido da doutrinação de princípios, regras ou ideologias e podem ser emancipatórias, sob a forma de novos arranjos, participação popular e de co-gestão. Na relação que estabelecemos com a reflexão sobre o sujeito na contemporaneidade, sugerimos que as práticas pedagógicas regulatórias fundamentam-se na noção do sujeito na modernidade, que é a de um sujeito epistemologicamente passível de coerção. Na noção contemporânea, o sujeito adapta-se ou é doutrinado na medida da crença, tanto do agente quanto dele próprio. O sujeito contemporâneo se transforma a partir do momento em que constrói o saber a partir de suas próprias referências e experiências, o que fundamenta e pode fornecer subsídios para a análise e revisão de práticas com intencionalidade emancipatória.

As práticas sociais podem ser definidas em sua dimensão pedagógica – que é necessariamente político-pedagógica - a partir de três tipos de abordagens com relação ao sujeito: as duas primeiras são regulatórias ou manipulatórias e a terceira é emancipatória. Tais concepções político-pedagógicas são encontradas em qualquer tipo de relação e de instituição, em uma sala de aula, relações de trabalho e até mesmo nas relações pessoais. Contudo, devido ao objeto empírico da pesquisa, a análise se concentrará das relações desenvolvidas em ações e políticas de superação da pobreza.

O primeiro tipo de prática é a tutela, de caráter conservador, doutrinário e autoritário; considera ser necessário ensinar as pessoas. É clara a relação hierarquizada de quem dá e de quem recebe recursos ou informações, geralmente vinculada a um tipo de coerção.

No contexto da intervenção social, muitas práticas ligadas à caridade e ao voluntarismo, ainda que bem-intencionadas, sustentam-se nessa concepção que pode ser considerada limitada porque reproduz o sujeito como não possuidor de saber válido; o sujeito precisa anular o que sabe e o faz em nome da aquisição de outro saber ou comportamento pretensamente superior; essa intervenção também é encontrada nas políticas públicas e será analisada posteriormente. Destacamos que o problema não está no regramento, mas no fato que ele seja um fim em si mesmo e não instrumento para a emancipação.

Consideramos que a contradição consiste em que, geralmente, os agentes de práticas tutelares esperam que os indivíduos se emancipem através da adesão a determinados comportamentos, como por exemplo: higiene, disciplina, etc., numa perspectiva de emancipação que não está clara ou que pode, até mesmo, ser confundida com regulação. Nesse caso, não se nega que tais comportamentos sejam desejáveis porque relacionam-se a condições mais dignas de vida; o problema é que são impostos e não conectados com processos de auto-reconhecimento da população envolvida. Os padrões de comportamento exigidos estão muito mais presentes nas referências do agente e é comum que a população não corresponda às expectativas de mudança. No senso comum, ainda predomina o argumento de que as pessoas não se esforçaram o suficiente.

Em muitos casos, a prática tutelar pode gerar resultados significativos em curto prazo, mas em geral são mudanças meramente comportamentais que podem desencadear efeitos nocivos porque induzem o sujeito à obediência passiva, à invalidação de sua identidade e da sua história. O não-reconhecimento do outro é a mensagem que predomina; é a reprodução do colonialismo ou neocolonialismo.

O segundo tipo de prática é a conscientização. Com forte vinculação à teoria e ao método pedagógico de Paulo Freire, no Brasil, organizações incorporaram o discurso e o desejo de romper com o processo de “educação bancária” para a “educação libertadora”. Isso significa passar da prática de depositar conhecimentos no indivíduo para a ativação da capacidade do sujeito de pensar por si mesmo e a partir do seu contexto. À primeira vista, a conscientização está ligada à emancipação e à libertação.

O fundamento básico da conscientização consiste na idéia de que o conhecimento é uma evolução dos processos cognitivos. Nesse caso, cabe aos sujeitos processar e manipular informações adquiridas do mundo que os rodeia; o conhecimento é tido como um processo de acúmulo de informação sobre o mundo. Daí o entendimento que “conscientizar” é um convite para a captação da verdade e a educação é um esforço de capacitação científica e técnica dos grupos populares.

Contudo, nas práticas de educação popular prevaleceu a idéia de que as pessoas possuem “consciência alienada” e precisam ser ensinadas e politizadas para adquirirem consciência crítica. A conscientização foi reduzida à apropriação de uma lógica externa, pré-concebida e alheia ao saber popular. De acordo com Piacentini (1985), a afirmação de que práticas educativas populares desenvolveram uma relação passiva de assimilação de conhecimentos é reconhecidamente problemática. Entretanto, esta síntese está ancorada em trabalhos de pesquisa nos quais os pesquisadores têm apontado essa particular contradição entre o discurso proclamado e a ação pedagógica desenvolvida.

O Instituto Cajamar (INCA), voltado para a formação sindical, destaca na sua carta de princípios a busca pelo desenvolvimento de uma metodologia de trabalho distanciada da mera reprodução de “teorias prontas e acabadas”, objetivando recuperar “o valor da experiência prática vivida pelos trabalhadores na luta diária da sobrevivência”, submetendo “a experiência prática de cada um e de todos ao crivo rigoroso do raciocínio crítico coletivo”, desenvolvendo nos sujeitos “a capacidade e o gosto para teorizarem suas próprias experiências” (CAETANO, 1995).

Identificamos, ao longo da pesquisa, inúmeros exemplos de práticas bem intencionadas que se desviaram-se de sua finalidade emancipatória porque priorizaram a instauração de comportamentos idealizados e o cumprimento de procedimentos burocráticos e metas institucionais sem fazer a escuta e sem considerar o saber e a referência do sujeito. A conscientização como caminho para a emancipação tornou-se problemática em práticas de educação popular, pois restringiu o processo de reflexão, desencadeando novas expressões de submissão. No interior desse processo, esqueceu-se de uma questão fundamental: “só podemos conhecer o conhecimento humano (experiências e percepções) a partir dele mesmo” (MATURANA e VARELA, 1995, p.18).

O terceiro tipo de prática é a emancipação, a qual afirma que o caminho da autonomia individual está vinculado à necessidade de pensar a partir da própria das próprias experiências de vida. A reflexão pessoal e até mesmo a inscrição corporal do conhecimento podem indicar a superação da idéia de conscientização. A aprendizagem é um processo social e biológico e, portanto, não pode ser explicada unicamente por perspectivas sociológicas.

Ser autônomo é poder elaborar suas próprias leis, compreender as conexões que se realizam no interior do seu próprio pensamento. Ser autônomo é “ser aluno do paraíso”, é buscar nas salas interiores as descobertas mais significativas. A aprendizagem é necessariamente uma síntese individual. Não basta apenas ouvir a palavra do outro para

entendê-la; é necessário atentar para um movimento silencioso e autopoietico, que possibilita a emergência do sentido traduzido numa linguagem.

A idéia de que o conhecimento e a autonomia se realizam por um movimento auto-organizativo torna necessário o desenho de um novo perfil para a prática educativa popular e para a gestão das políticas e programas públicos e privados.

Uma das demandas consiste na formação de agentes capazes de instaurar o processo educativo emancipatório. Se as pessoas só reconhecem no outro o que conhecem em si mesmas (BARRETO, 2005), os agentes só podem instaurar algo que viveram ou com o que identificam. Sendo coerente com a lógica proposta, também não faria sentido impor aos agentes a necessidade de promoção de tais processos emancipatórios. Os agentes precisam ser motivados e envolvidos, desenvolver um compromisso pessoal com o papel que pretendam desempenhar. A mudança é lenta, tanto para agentes quanto para a população, porque trata de processos e padrões históricos; talvez essa seja uma razão, entre outras, pela qual os partidos políticos, quando governam, não invistam em perspectivas emancipatórias que, geralmente, não alcançam a plenitude de seus resultados no período de uma gestão.

A implantação de políticas emancipatórias começa pela formação de agentes capazes de voltar-se inicialmente para “conhecer a maneira como as pessoas conhecem” e não para a definição “do que” as pessoas devem conhecer ou aprender. Não se trata meramente de um procedimento metodológico; há, especialmente, implicação epistemológica e ético-política que demarca a transição de uma atitude autoritária para democrática, de vertical para horizontal.

1.3.4 Emancipação na Sociedade Contemporânea

No nosso entendimento, a emancipação, como desejo de liberdade e de autodeterminação, é um ideal a ser revisto frente às complexidades da questão social contemporânea. Os ideais emancipatórios da modernidade mostram-se insuficientes no atual momento de desmodernização. A globalização promoveu o enfraquecimento das mediações sociais e políticas que uniam a economia e a cultura e garantiam regulação social e forte integração dos elementos da vida social. A posição do indivíduo começa a mudar através de rupturas entre sistema e ator desencadeadas por processos de enfraquecimento ou desaparecimento das normas codificadas e protegidas por mecanismos legais e de julgamentos de normalidade aos comportamentos regidos por instituições (ao mesmo tempo, libertador e angustiante), bem como através do enfraquecimento de papéis, normas e valores sobre os quais se construía a sociedade (TOURAINÉ, 1998).

Entendemos que a alternativa não é a extinção das leis, padrões e hierarquias, mas o reconhecimento da obsolescência da idéia de que eles dão conta da formação individual e social como princípios normativos. Tais elementos não são desprezados, continuam sendo necessários, mas podem assumir formas diversas. Além disso, a sociedade, a cultura⁶ e a ciência contemporâneas expressam crescente rejeição à imposição das leis e padrões, demonstrando a necessidade de reconhecimento e aceitação da diversidade de forma mais democrática. Não se extinguem as verdades; questiona-se a crença de que tem de haver “uma” verdade, ou “a” verdade, de forma excludente e dogmática.

Hoje, a luta social não é mais homogênea, é múltipla, plural, pulverizada em centenas de diferentes causas, mas é luta social também, e globalizada (viabilizada e potencializada, inclusive, pelo próprio desenvolvimento tecnológico que catalisou a ampliação das desigualdades). A diversidade das causas (ambientais, opção sexual, multiculturalismo, gênero, religião, etc.), ao invés de fragmentar, poderia ser concebida como a inclusão das múltiplas expressões da questão social secundarizadas no projeto emancipatório moderno.

O mundo globalizado constitui um novo padrão de produção e de acumulação capitalistas que ampliou a concentração de renda e de poder e também trouxe consigo novos modelos conceituais de organização em redes (padrões fluidos, plásticos, não-circunscritos, ensejados em boa parte pelas tecnologias de comunicação e bastante adequados para serem

⁶ De acordo com pesquisa do Observatório Europeu de Cultura sobre as mudanças socioculturais da década de 1990.

utilizados no sentido do exercício de relações democráticas e igualitárias). O poder não se extingue, ao contrário, se pluraliza.

De acordo com Santos (2001), à luz das transições na sociedade e na ciência, a idéia de emancipação passa a ser revista e, ao invés de se falar em emancipação, pode-se falar em emancipações, por dois motivos.

Em primeiro lugar, a emancipação não possui princípio único de transformação social. Não há agentes históricos únicos nem uma única forma de dominação. As faces negligenciadas da opressão são múltiplas. Não é possível reunir todas as resistências e agências sob a alçada de uma grande teoria comum.

Em segundo lugar, a industrialização não é necessariamente o motor do progresso, pois se assenta numa concepção retrógrada de utilização da natureza que leva à sua degradação. Além disso, o bem-estar das populações não depende da riqueza, mas da sua distribuição.

Portanto, nosso conceito de emancipação pode ser definido como plural, participativo e local.

Primeiro, como processo plural, a partir do pensamento de Santos. Isso nos remete à idéia de que seres humanos são capitalistas e trabalhadores, mas não são apenas isso, são muito mais. Não negamos as categorias sociológicas de classe social, gênero, entre outras, que definem e conferem identidade aos sujeitos sociais, mas também não privilegiamos a classe operária como sujeito central porque as categorias não são definidoras integrais dos sujeitos. Há outras dimensões em jogo que emergem também da relação entre capital e trabalho, mas se pluralizam e diversificam. A emancipação humana é parte da emancipação social e inclui as dimensões provenientes das relações domésticas, profissionais e etc. Pai e filho, homem e mulher, professor e aluno, patrão e empregado podem constituir relações entre opressores e oprimidos como inflexões da questão social contemporânea. É a opressão capitalista e cartesiana em escala diferente. Além disso, opressores e oprimidos são dois lados interdependentes, apesar de entendermos que o oprimido, em geral, tem mais necessidade e condições de libertação.

Em segundo lugar, esse entendimento da dialética do processo de opressão nos remete ao pensamento de Paulo Freire e à idéia da emancipação como processo participativo, autônomo e vivencial, ou seja, construído por cada sujeito envolvido. Para Freire (1983), ninguém liberta ou emancipa ninguém, os seres humanos se libertam em comunhão através da ação e da reflexão transformadoras. Vamos desdobrar essa frase para clarear nosso conceito. Inicialmente, o sujeito é figura central, não há uma bandeira de luta externa a ele, capaz por si

só de emancipá-lo ou, ainda, alguém que faça isso por ele ou o conduza a tal. Isso se traduz em doutrinação e não emancipação. Seria como dizer que alguém é obrigado a amar outra pessoa. São paradoxos lógicos, a emancipação é de dentro para fora, considerando a auto-referencialidade de cada um; sujeitos e contextos externos podem apenas instigar, fomentar e facilitar o processo.

Em terceiro lugar, a emancipação é concebida como processo local, não em oposição à estanke à idéia do global, mas para questionar a noção de emancipação como a grande transformação ou revolução. A emancipação acontece também no cotidiano, que nem por isso deixa de operar em algum sentido e intensidade na esfera global, possibilitando a dialética entre escala global e local. O cotidiano é o espaço privilegiado para a reflexão, produção e vivência de processos emancipatórios; é nas relações concretas que temos a possibilidade de exercitar a solidariedade, a democracia e a autonomia nas diferentes posições e papéis que desempenhamos, tendo a oportunidade todos os dias de pensar e produzir emancipações. A emancipação, assim redefinida, necessita dialogar com outro tipo de teoria crítica, capaz de retroalimentação permanente e de construção de novas sínteses teórico-práticas.

1.4 TEORIA CRÍTICA NEOMODERNA

Santos (2000b) propõe uma teoria crítica pós-moderna que seja capaz de repensar a emancipação social na contemporaneidade, incluindo sua dimensão epistemológica. O autor distingue a pós-modernidade celebratória (que afirma o fim da história e a desconstrução completa de estruturas) da pós-modernidade de oposição (que considera a permanência dos ideais da modernidade e de estruturas), mas entende que exigem redefinições que não podem ser abarcadas pelo paradigma da modernidade. Concordamos no conteúdo, mas optamos por uma terminologia que se diferencia da pós-modernidade.

No nosso entendimento, a análise de tais limites mostrou que as mediações e finalidades da modernidade não estão acabadas e que a chamada desmodernização, entendida com essa crise social de regulação, não é o fim da modernidade, mas sua continuidade.

Destacamos nossa opção pela utilização do termo neomodernidade ao invés de pós-modernidade. A ciência, na atualidade, se transformou e não descartou os princípios da ciência cartesiano-positivista, mas os “integrou superando”. Entendemos que a ciência manteve uma vinculação com a modernidade como paradigma civilizatório em termos de seus ideais emancipatórios, e que a ciência contemporânea também mantém. Nesse caso, porque a modernidade seria suprimida ao invés de integrada a processos de superação? A opção pela

neomodernidade não se trata de afirmação definitiva, mas retrata um processo que revimos ao longo dos estudos teóricos que envolveram a produção da tese e expressa uma mudança não meramente terminológica, mas conceitual.

Na teoria crítica pós-moderna de Santos (2000b), todo o conhecimento crítico tem que começar pela crítica do conhecimento a partir de uma tradição epistemológica marginalizada e desacreditada na modernidade, a da emancipação social, porque pautada na validação de saberes não-científicos e não-ocidentais.

Estamos tão habituados a conceber o conhecimento como um princípio de ordem que é difícil imaginar um conhecimento que funcione pelo princípio da solidariedade. É o desafio, não devemos nos contentar com um pensamento de alternativas, mas um pensamento alternativo de alternativas (SANTOS, 2000b, p. 30).

O ponto de ignorância do conhecimento-emancipação se designa por colonialismo, ou seja, é o não reconhecimento do outro como sujeito; o saber é designado por solidariedade ou conhecimento-reconhecimento. A subjetividade emergente tem de se conhecer a si mesma e ao mundo através do conhecimento-emancipação, ser capaz de conceber e desejar alternativas sociais.

Para Santos (2000b), a opção pelo conhecimento-emancipação apresenta três implicações:

A primeira é a transição do mono para o multiculturalismo. A solidariedade como forma de conhecimento se obtém pela via do reconhecimento do outro, processo que apresenta duas dificuldades: o silêncio e a diferença.

Não esqueçamos que sob a capa dos valores universais autorizados pela razão foi de fato imposta a razão de uma “raça”, de um sexo e de uma classe social. A questão é, pois: como realizar um diálogo multicultural quando algumas culturas foram reduzidas ao silêncio e as suas formas de ver e conhecer o mundo se tornaram impronunciáveis? Em outras palavras, como fazer falar o silêncio sem que ele fale necessariamente a linguagem hegemônica que o pretende fazer falar (SANTOS, 2000, p.30)?

O silêncio é uma construção que se afirma como sintoma de um bloqueio, de uma potencialidade que não pode ser desenvolvida; é necessário o procedimento da sociologia das ausências para ser captado. A diferença sem inteligibilidade conduz à incomensurabilidade e, em última instância, à indiferença. Santos (2000b) propõe a via do trabalho de tradução para tornar as diferenças inteligíveis para outra cultura; o conhecimento-emancipação não aspira a uma grande teoria, mas a uma teoria da tradução que sirva de suporte epistemológico às

práticas emancipatórias, todas finitas e incompletas, apenas sustentáveis quando articuladas em rede.

A segunda é a transição da “peritagem heróica ao conhecimento edificante”. Para a ciência moderna, o conhecimento é válido independentemente das condições que o tornaram possível, assim como sua aplicação e operacionalidade técnica. Tal operacionalidade é construída através de um processo designado como “falsa equivalência de escalas”, fundamental para esse paradigma do conhecimento (SANTOS, 2000b).

Dado que a ciência moderna desenvolveu uma enorme capacidade de agir, mas não desenvolveu uma correspondente capacidade de prever, as conseqüências de uma ação científica tendem a ser menos científicas do que a ação científica em si mesma. Esse desequilíbrio e a falsa equivalência de escalas que o oculta tornam possível o heroísmo técnico do cientista. Uma vez descontextualizado, todo o conhecimento é potencialmente absoluto. Esta descontextualização tornou possível o tipo de profissionalização que hoje domina (p.31).

A profissionalização do conhecimento é indispensável na medida que torna possível, eficaz e acessível a aplicação partilhada e desprofissionalizada do conhecimento. Esta co-responsabilização contém na sua base um compromisso ético.

A terceira é a transição da ação conformista à rebelde. A teoria crítica moderna centrou-se na dicotomia entre estrutura e ação, que é útil, porém foi absorvida pelo campo epistemológico do conhecimento-regulação e transformou-se predominantemente no debate sobre a ordem ao invés do debate sobre a solidariedade.

Tal absorção aparece na forma da dicotomia entre determinismo e contingência, cujos extremos são simplificadores: a completa contingência ocupou o espaço deixado pelo absoluto determinismo e ambos se fundiram em um modo de pensar a transformação social ou a impossibilidade dela.

De acordo com Santos (2000b), a renovação da teoria crítica passa, primeiramente, pela idéia de que as estruturas são tão dinâmicas quanto as ações que elas consolidam; no seu conjunto, elas criam horizontes de possibilidades e, por isso, tanto excluem como potencializam.

Posteriormente, passa pela idéia de que determinação ou indeterminação deixou de ser conceito filosófico para ser variável empírica. Os processos são mais ou menos indeterminados e as variações dependem, em grande medida, de ações e subjetividades, as quais são produto e produtoras dos processos sociais. As determinações consolidam-se na medida em que dominam subjetividades orientadas para identificar limites e se conformam

com eles por entendê-los naturais ou inultrapassáveis. Ao contrário, as determinações se desestabilizam quando orientadas para identificar e ampliar possibilidades.

Hoje, não buscamos um “norte”, mas um “sul” para a emancipação, num trocadilho com o uso do senso comum que no fundo faz referência ao Norte e ao Sul sociológicos; buscamos refletir sobre a possibilidade de as pessoas não falarem somente pela linguagem hegemônica. Por isso, a intenção é desconstruir mecanismos ou processos implícitos de ocultamento e silenciamento de saberes, de valores e de práticas, ou seja, identificar resíduos eurocêntricos e colonialistas. “Ao ver o que não é, talvez começar a garimpar possibilidades, algumas esquecidas, outras talvez bem presentes, porém invisibilizadas” (SANTOS, 2003, p.743).

Santos constata, através de pesquisas em sete países, que a experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que a tradição científica e filosófica ocidental conhece e valida. Por isso, a riqueza social está sendo desperdiçada, desperdício do qual se nutrem as idéias que proclamam que não há alternativa, que a história chegou ao fim. A ciência moderna é responsável por esconder ou desacreditar as alternativas. Para combater o desperdício, não basta propor outro tipo de ciência social, mas um modelo diferente de racionalidade.

A partir disso, Santos propõe procedimentos analíticos que contribuem para a desconstrução da racionalidade hegemônica e ampliam as possibilidades, que são os seguintes: sociologia das ausências, sociologia das emergências e trabalho de tradução.

A sociologia das ausências visa expandir o presente através da desconstrução da razão metonímica, a qual é definida como a idéia de totalidade, sob a forma de ordem. A razão metonímica reivindica para si como sendo a única forma de racionalidade e não se dedica a descobrir outras formas ou se o faz é para torná-las matéria-prima; é a parte tomada pelo todo (presente até mesmo no feminismo e no multiculturalismo); ela apropriou-se de debates antigos (holismo e atomismo). Para Santos (2003b), a razão metonímica reduziu o mundo tanto quanto o expandiu ou adicionou de acordo com as suas próprias regras.

A sociologia das emergências visa contrair o futuro através da desconstrução da razão proléptica, a qual concebe o futuro como superação linear, automática e infinita do presente, sob a forma de planificação da história e domínio da natureza. Tal razão predominou nos debates entre idealismo e materialismo, historicismo e pragmatismo.

O trabalho de tradução visa criar inteligibilidade entre práticas e saberes diferenciados para maior capacidade de articulação em redes contra-hegemônicas ao invés de propor uma

teoria geral. Utilizaremos esses procedimentos na análise da pesquisa empírica, o que justifica sua apresentação no texto.

1.4.1 Sociologia das ausências

Na razão metonímica, há homogeneidade entre o todo e as partes, mas uma só lógica governa. As variações das partes não afetam o todo e são vistas como particularidades. A contração do presente esconde a maior parte da riqueza inesgotável da experiência social do mundo. Por isso, a crítica da razão metonímica é condição necessária para recuperar a experiência desperdiçada. A ampliação do mundo ocorre através da ampliação do presente através de um novo espaço-tempo capaz de identificar e valorizar a inesgotável riqueza. Santos (2003) afirma que a dilatação do presente tem sido formulada por autores literários e ele a aplica à sociologia através de dois procedimentos:

O primeiro consiste na proliferação das totalidades. Não se trata de ampliar a totalidade proposta pela razão metonímica, mas de fazê-la coexistir com outras totalidades.

O segundo consiste em mostrar que qualquer totalidade é feita de heterogeneidade e que as partes que a contém têm vida própria fora dela.

Santos propõe pensar os termos das dicotomias fora das articulações e relações de poder que os unem para revelar outras relações alternativas que têm sido ofuscadas pelas dicotomias hegemônicas. “Pensar o Sul como se não houvesse o Norte, pensar a mulher como se não houvesse o homem, pensar o escravo como se não houvesse o senhor” (SANTOS, 2003, p. 743).

A razão metonímica, apesar de desacreditada, é dominante. Por isso, a ampliação do mundo e a dilatação do presente têm de começar pelo procedimento da sociologia das ausências, investigação que visa demonstrar que o inexistente é ativamente produzido como não existente e como alternativa não-credível ao que existe. Em outras palavras, objetiva transformar objetos impossíveis em possíveis e, com base neles, transformar ausências em presenças.

Os silêncios, as necessidades e as aspirações impronunciáveis só são captáveis por uma sociologia das ausências que proceda pela comparação entre os discursos disponíveis, hegemônicos e contra-hegemônicos e pela análise das hierarquias entre eles e dos vazios que tais hierarquias produzem (SANTOS, 2000b, p. 30).

A sociologia das ausências centra-se nos fragmentos da experiência social não socializada pela totalidade (metonímica), pois há muitas maneiras de “não existir”; há múltiplas lógicas e processos através dos quais a razão metonímica produz a não existência.

De acordo com Santos (2003b), a sociologia das ausências transforma presenças em ausências através, inicialmente, da desconstrução de cinco lógicas ou monoculturas, da qual emergem novas categorias de cada uma das desconstruções, concomitantemente: ecologia dos saberes, ecologia das temporalidades, ecologia dos reconhecimentos, ecologia das trans-escalas e ecologia de produtividade.

| Lógicas ou monoculturas | Sociologia das ausências |
|---|---|
| <p>Saber e rigor do saber:</p> <p>Ciência moderna como critério único e melhor. Tudo aquilo que o cânone da ciência moderna não legitima ou reconhece é considerado inexistente.</p> <p>A não existência assume a forma de ignorância.</p> | <p>Ecologia dos saberes:</p> <p>Há outros saberes e critérios de rigor que operam em contextos e práticas declarados não existentes, o que dá credibilidade para participar de debates epistemológicos com saberes científicos. Não há ignorância em geral nem saber em geral. Sociologia das ausências: institui princípio de incompletude em todos os saberes, cujo confronto e diálogo entre processos transformam práticas diferentemente ignorantes em diferentemente sábias.</p> |
| <p>Tempo linear:</p> <p>A história tem sentido e direção únicos e conhecidos e os países centrais estão na frente do tempo.</p> <p>A não existência é algo assimétrico com o que é avançado, considerado atrasado e denominado como tradicional, pré-moderno, simples, obsoleto ou subdesenvolvido.</p> | <p>Ecologia das temporalidades:</p> <p>O tempo linear nunca eliminou outras concepções, como o tempo circular (ou idéia da espiral, do eterno retorno). Experiências são consideradas residuais porque são contemporâneas do tempo linear (passam de forma fugaz).</p> <p>Sociologia das ausências: restitui temporalidade própria das práticas sociais e possibilidade de desenvolvimento autônomo. Coisas aparentemente anacrônicas (tradições e técnicas antigas) podem ser validadas frente a novas tecnologias.</p> |
| <p>Classificação social:</p> <p>Assenta-se na naturalização das diferenças e consiste na distribuição da população por categorias que naturalizam hierarquias. As classificações racial e sexual são mais salientes, pois na relação capital/trabalho é negada a intencionalidade (dominação é consequência e não causa).</p> <p>A não existência assume a forma de inferioridade.</p> | <p>Ecologia dos reconhecimentos:</p> <p>Essa lógica incide prioritariamente sobre os agentes (apesar de que as outras também o fazem) e posteriormente sobre a experiência social (práticas e saberes) de que são protagonistas. A colonialidade determina quem é igual e quem é diferente.</p> <p>Sociologia das ausências: procura nova articulação entre princípio de igualdade e diferença e abre espaço para diferenças feitas por reconhecimentos mútuos. Diferenças não devem desaparecer.</p> |

continua

| | |
|--|---|
| <p>Classificação social:</p> <p>Assenta-se na naturalização das diferenças e consiste na distribuição da população por categorias que naturalizam hierarquias. As classificações racial e sexual são mais salientes, pois na relação capital/trabalho é negada a intencionalidade (dominação é consequência e não causa).</p> <p>A não existência assume a forma de inferioridade.</p> | <p>Ecologia dos reconhecimentos:</p> <p>Essa lógica incide prioritariamente sobre os agentes (apesar de que as outras também o fazem) e posteriormente sobre a experiência social (práticas e saberes) de que são protagonistas. A colonialidade determina quem é igual e quem é diferente.</p> <p>Sociologia das ausências: procura nova articulação entre princípio de igualdade e diferença e abre espaço para diferenças feitas por reconhecimentos mútuos. Diferenças não devem desaparecer.</p> |
| <p>Escala dominante:</p> <p>Aparece sob duas formas, universal (realidade ou entidade que precede e vigora independentemente de contextos específicos) e global (que alarga por todo o globo e designa entidades locais como rivais, com importância sem precedentes).</p> <p>A não existência é produzida sob a forma do local e do particular, escalas não credíveis como alternativas.</p> | <p>Ecologia das transescalas:</p> <p>Recuperação daquilo que no local não é efeito da globalização hegemônica e exige que o local seja conceitualmente desglobalizado. O que foi integrado é designado como globalismo localizado.</p> <p>Sociologia das ausências: explora a possibilidade de uma globalização contra-hegemônica, ou seja, a desglobalização do local e sua eventual reglobalização contra-hegemônica. Exige imaginação cartográfica para ver o que cada escala mostra e o que oculta para lidar com mapas cognitivos que operam com diferentes escalas e para detectar as articulações locais/globais.</p> |
| <p>Lógica produtivista:</p> <p>Questiona critérios de produtividade capitalista e de crescimento como objetivo racional inexorável. Aplica-se à natureza (maximamente fértil num ciclo de produção) e ao trabalho (maximização da geração de lucros).</p> <p>A não existência assume a forma de improdutivo que, aplicado ao trabalho, é preguiça e, à natureza, é infertilidade.</p> | <p>Ecologia de produtividade:</p> <p>Recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção, organizações econômicas populares, cooperativas, empresas autogeridas e economia solidária, as quais a ortodoxia produtivista capitalista ocultou. Questiona o paradigma do desenvolvimento e do crescimento econômico e a primazia da acumulação sobre distribuição.</p> <p>Sociologia das ausências: visa reconstruir as formas alternativas de produção para além da relação de subalternidade.</p> |

Santos afirma que, além da razão metonímica, a crítica da razão proléptica é fundamental para possibilitar o procedimento posterior da sociologia das emergências.

1.4.2 Sociologia das Emergências

A razão proléptica é o fundamento da monocultura do tempo linear com sentido e direção conferidos pelo progresso. A crítica da razão proléptica permite contrair o futuro, torná-lo escasso, passível de cuidado, pois o futuro não tem outro sentido ou outra direção senão o que resulta desse cuidado. Com isso, ao invés de estar condenado, o futuro se transforma em fator de ampliação do presente, ou seja, a contração do futuro contribui para a dilatação do presente.

Enquanto a dilatação do presente é obtida através da sociologia das ausências, a contração do futuro é obtida através da sociologia das emergências.

A sociologia das emergências consiste em substituir o vazio do futuro segundo o tempo linear por um futuro de possibilidades plurais e concretas, simultaneamente, utópicas e realistas, que se vão construindo no presente através das atividades de cuidado (SANTOS, 2003b, p. 751).

O conceito que precede é o Ainda-Não, proposto por Ernest Block, o qual se trata de categoria complexa porque não se refere à falta, mas exprime o que existe apenas como tendência ou movimento latente no processo de se manifestar. O Ainda-Não é o modo como o futuro se inscreve no presente e o dilata. É capacidade (potência) e possibilidade (potencialidade), com componente de incerteza que leva a mudança a ter componente de acaso e remete a não desperdiçar a oportunidade única de uma transformação específica que o presente oferece.

A sociologia das emergências é a investigação das alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas. Longe de ser um futuro vazio, é um futuro concreto, sempre incerto e em perigo, porque é impossível blindar a esperança contra a frustração. A sociologia das emergências permite a identificação de tendências de futuro sobre as quais é possível atuar para maximizar a probabilidade de esperança em relação à de frustração.

O elemento subjetivo é a consciência antecipatória ante uma carência cuja satisfação está no horizonte de possibilidades, emoções que movem para o desejo de outra realidade.

Não se trata de minimizar, mas radicalizar expectativas assentadas em possibilidades reais. As expectativas modernas eram grandiosas, falsamente infinitas e universais; justificaram a morte, a destruição e o desastre em nome de uma redenção vindoura.

Na sociologia das emergências as expectativas são contextuais e tem os seguintes campos sociais como mais importantes para a revelação da mutiplicidade e diversidade:

| Sociologia das emergências: |
|---|
| <p>Experiências de conhecimento:</p> <p>Conflitos e diálogos possíveis entre diferentes formas de conhecimentos (tecnologia e conhecimentos indígenas, medicina moderna e tradicional, agricultura industrial e sustentável, conhecimentos técnicos e leigos).</p> |
| <p>Experiências de desenvolvimento, trabalho e produção:</p> <p>Conflitos e diálogos possíveis entre todas as diferentes formas e modos de produção (ecofeministas e gandhianas, populares, cooperativas, microcrédito, formas redistributivas, comércio justo e etc.)</p> |
| <p>Experiências de reconhecimento:</p> <p>Conflitos e diálogos possíveis entre diferentes entre sistemas de classificação social (capitalismo, racismo, sexismo e xenofobia em relação à ecologia, multiculturalismo, discriminação positiva e cidadania pós-nacional e cultural).</p> |
| <p>Experiências de democracia:</p> <p>Conflitos e diálogos possíveis entre o modelo hegemônico (democracia representativa liberal) e o modelo emergente (democracia participativa). Por exemplo, o orçamento participativo.</p> |
| <p>Experiências de comunicação:</p> <p>Conflitos e diálogos possíveis derivados da revolução das tecnologias de comunicação entre fluxos e meios de comunicação globais e as redes e mídias independentes.</p> |

O trabalho de tradução, último procedimento sociológico proposto por Santos, busca responder a tais questões.

1.4.3 Trabalho de Tradução

De acordo com Santos (2003), a alternativa à teoria geral é o trabalho de tradução para criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis quanto as

possíveis, reveladas pela sociologia das ausências e pela sociologia das emergências. Um exemplo é o Fórum Social Mundial, com capacidade de articulação em redes contra-hegemônicas.

O trabalho de tradução assenta-se no pressuposto que sobre ele deve ser criado o consenso transcultural (teoria geral da impossibilidade de uma teoria geral). O trabalho de tradução não atribui estatuto de totalidade a quaisquer experiências e permite ver o subalterno tanto dentro quanto fora da relação de subalternidade.

Um problema central é que os cientistas não possuem recursos lingüísticos e instrumentais para tradução de tal descoberta na lógica e nos procedimentos da racionalidade moderna.

O desafio é desconstrutivo (identificar resíduos eurocêtricos e colonialistas) e reconstrutivo (revitalizar possibilidades histórico-culturais da herança africana interrompida). O trabalho de tradução procura captar esses dois momentos. Ele permite, em primeiro lugar, criar sentidos e direções precários, mas concretos, de curto alcance e radicais nos seus objetivos. Em outras palavras, incertos, porém partilhados. Em segundo lugar, possibilita a criação de condições para emancipações sociais concretas de grupos concretos num presente cuja injustiça é legitimada com base num maciço desperdício de experiência. O tipo de transformação social que se pode construir exige que as constelações de sentido criadas se transformem em constelações de práticas.

Para tanto, há dois tipos de traduções: de saberes e de práticas. A tradução entre saberes assume a forma de uma hermenêutica diatópica e consiste no trabalho de interpretação entre duas ou mais culturas com vistas a identificar preocupações isomórficas. Parte da idéia de que todas as culturas são relativas, o que não significa adotar o relativismo como atitude filosófica.

A tradução entre práticas sociais e seus agentes visa criar inteligibilidade específica entre formas de organização e objetivos da ação. Ela ocorre em meio ao aumento de experiências que a sociologia das ausências e das emergências permite captar, sem que haja um princípio único de transformação social. Portanto, é através da inteligibilidade que se pode construir alianças, pois o trabalho de tradução visa esclarecer o que une e o que separa os movimentos e práticas.

Os pontos em comum representam a possibilidade de uma agregação a partir de baixo, alternativa possível para uma agregação a partir de cima imposta por uma grande teoria ou por um ator social privilegiado (SANTOS, 2003, p.763).

A tradução é simultaneamente um trabalho intelectual, político e emocional porque pressupõe um inconformismo com determinada prática e porque se assenta na emoção cosmopolita de partilhar o mundo com quem não partilha o nosso saber ou a nossa experiência.

Ao longo deste capítulo buscamos enfatizar a dimensão epistemológica da questão social e da emancipação, não por considerarmos-la mais importante do que outras dimensões, mas por percebermos que tem sido pouco explorada nas análises atuais. Ademais, entendermos que o debate epistemológico aporta de elementos importantes para a definição de emancipação social em um contexto complexo e cambiante como o são as sociedades contemporâneas. Além do capitalismo, a questão social passa a ser entendida como colonialismo, o que remete para a emancipação não apenas almejar novas relações e práticas sociais e econômicas, mas também cognitivas e culturais. A partir da análise de fronteiras, a ciência hoje redefinida contribuiu para revisão de significados e para a recriação de conceitos capazes de ampliar o sentido de emancipação social. A redefinição da noção de sujeito como ser autopoietico e com maior capacidade de autonomia, da ética como presente e atuante (cuja atuação é tão mais potente quanto maior for o esforço de negá-la) e da dialógica como possibilidade de “integrar superando” saberes e práticas são elementos fundantes de novos significados e possibilidades emancipatórias.

2 AS REALIDADES DA QUESTÃO SOCIAL

Saber ver é sentir o que se olha (MONTAIGE).

As promessas não cumpridas da modernidade, da ciência e do capitalismo, são elementos que configuram a questão social contemporânea no mundo globalizado. Tais promessas traduzem os paradoxos: avanço tecnológico e aumento da pobreza; constituição legal de direitos e impossibilidade prática de garanti-los. De outra parte, a questão social também engloba formas de resistência e experimentações locais de práticas, conhecimentos e valores não-hegemônicos. A questão social se expressa, concretamente, nas diversas escalas da realidade, criando e recriando contextos e dinâmicas globais, nacionais, regionais e locais.

Neste capítulo apresentaremos um panorama geral desses contextos a fim de fornecer uma visão sintética da pobreza no mundo e, especificamente, no Rio Grande do Sul. Além disso, apresentaremos os desafios da superação da pobreza no Brasil através da análise de limites e possibilidades de políticas e práticas voltadas para essa finalidade.

O conhecimento da realidade social não é tarefa fácil, pois a multiplicidade de contextos passa a exigir a compreensão dos diferentes processos e cenários históricos geradores da pobreza, bem como dos variados conceitos e indicadores para a pobreza. Destacamos que os indicadores também vêm sendo revistos e ampliados, não apenas pelo reconhecimento do caráter multidimensional da pobreza, quanto para subsidiar a formulação de políticas e programas do primeiro, segundo e terceiro setor.

2.1 O MUNDO GLOBALIZADO

A globalização da sociedade contemporânea, em suas múltiplas dimensões, está alicerçada no consenso econômico neoliberal e apresenta, sucintamente, as seguintes características:

- mudanças no padrão de acumulação econômica devido à ampliação da acumulação especulativa e ao surgimento das empresas multinacionais, as quais geraram novas configurações de classe e desigualdades. A globalização traduz-se também pelo aumento da pobreza causada pela dessocialização da economia e pelo fortalecimento da concepção da cidadania como consumo;

- restrições do papel do Estado, principalmente dos países periféricos e semi-periféricos, tanto na regulação da economia, gerando redução dos direitos laborais e fragilização das organizações nacionais de trabalhadores, quanto na subordinação às agências

internacionais. O Estado tem que intervir para deixar de intervir, ou seja, regular a sua própria desregulação, como é o caso das alterações das legislações trabalhistas.

A globalização gera assimetrias do poder transnacional, entre as quais destacamos a turbulência nos contratos sociais; é preocupante porque vem acompanhada de limitada capacidade de os mecanismos de democracia representativa gerarem a participação efetiva dos diferentes segmentos da sociedade.

As agências multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, protagonistas desse modelo de globalização através do controle da dívida dos países periféricos e semi-periféricos, reconhecem hoje o aumento e a pluralização das desigualdades, mas suas medidas de enfrentamento, de forma geral, perpetuam resultados compensatórios, não alterando significativamente o quadro de globalização da pobreza.

2.1.1 Dimensões Globais da Pobreza

As conseqüências da globalização hegemônica são expressões de avanços e limites da questão social, tanto em sua dimensão societal quanto epistemológica. Por um lado, o mundo globalizado possui tecnologia para melhoria das condições de vida da humanidade, por outro lado, dois terços da população mundial vive em situação de pobreza, com levado número de mortes de crianças por desnutrição e doenças evitáveis. Além disso, é cada vez maior a ocorrência de catástrofes ambientais geradas pela ação humana e anuncia-se o esgotamento dos recursos naturais do planeta. O modelo de desenvolvimento e de riqueza é alicerçado numa visão disjuntiva, fragmentada e fragmentadora da realidade, a qual não previra as conseqüências do crescimento ilimitado.

Para Santos (2001), os países centrais visam maximizar as vantagens e minimizar os inconvenientes da globalização hegemônica. Na forma de neocolonialismo, tentam impor um padrão único de democracia neoliberal que amplifica resistências de culturas locais, guerras religiosas, intolerância e terrorismo. Nos países semi-periféricos, a contabilidade da globalização hegemônica é mais incerta e os resultados da globalização menos previsíveis. Os países periféricos, por sua vez, precisam arcar com os custos da globalização hegemônica sem a oportunidade de uso dos benefícios por ela criados.

Entendemos que, na atualidade, os países centrais também estão sendo afetados pelos custos da globalização, em especial com as recentes previsões de ampliação das catástrofes ambientais – cuja incidência é maior no Norte - e com o aumento da pobreza, vulnerabilidade social, desfiliação e múltiplas formas de exclusão social nesses países.

Os custos da globalização, de toda a ordem, são expressos através de dados e informações capazes de mensurar a pobreza através de indicadores para dar visibilidade aos diferentes cenários.

2.1.1.1 Indicadores de pobreza

É reconhecida a tendência de vincular a pobreza à questão da renda e das carências materiais.

A prática nacional de considerar pobreza como simples carência material orienta-se pela ideologia de evitar tal confronto, sugerindo que se trata de percalço fortuito, herança maldita, história sem sujeito (...) É marcante a pobreza de grande parte dos estudos de pobreza, servindo muito mais para fins de escamoteamento, a começar pelas linhas de pobreza, tendencialmente voltadas para diminuir o número de pobres (DEMO, 2003, p.373).

Em termos metodológicos, Comim (s/d) refere que os pesquisadores tendem a fixar-se em aspectos materiais pela razão óbvia de que dados empíricos e quantificáveis de renda são mais fáceis de lidar.

A predominância das medidas monetárias de pobreza não permite pensar a pobreza como processo multidimensional, tampouco subsidiar políticas sociais mais amplas, cujos indicadores de medição são o acesso e o grau de escolaridade, mortalidade infantil, saneamento básico, segurança, trabalho, moradia, entre outros.

Nos últimos vinte anos, diferentes conceitos de pobreza deram origem a um conjunto de medidas ou indicadores; tais conceitos podem ser classificados em quatro tipos de acordo com COMIM [s/d]: o primeiro segue uma visão da pobreza como insuficiência de renda; o segundo caracteriza a pobreza como uma privação no espaço das “necessidades básicas”; o terceiro baseia-se na dimensão relativa da pobreza, também conhecida como “exclusão social” e o quarto define pobreza como “privação de capacitações básicas” a partir da concepção criada por Sen (2000).

Não entraremos no amplo debate que analisa as deficiências e as vantagens de cada medida, visto não ser objetivo da pesquisa a medição da efetividade ou do impacto da política investigada, mas a análise epistemológica e teórico-metodológica dos procedimentos e fundamentos capazes de atribuir sustentabilidade aos resultados. Nossa intenção é explicitar a realidade da pobreza a fim de ponderar possibilidades de generalização e aplicabilidade dos resultados da pesquisa em outros contextos.

Nossa conceituação da pobreza como fenômeno multidimensional e nossa redefinição epistemológica como binômio pobreza/riqueza (quanto à estrutura) e como binômio

carência/competência (quanto ao processo), nos aproxima de medidas como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que consideram longevidade e educação, além da renda, como indicadores capazes de medir a pobreza como privação de capacitações básicas.

Comim (s/d) afirma que não existe uma correlação perfeita entre a pobreza monetária e outras dimensões da pobreza. Isto significa que a pobreza, no espaço das capacitações, pode ser mais intensa do que a sugerida apenas pela insuficiência de renda. Para que esta relação seja totalmente estabelecida é necessária a investigação de impactos distributivos de variáveis constitutivas, de valor intrínseco às pessoas, tais como saúde, educação e etc., em contextos específicos.

Ainda que a dimensão econômica não seja a única, entendemos que ela permanece sendo importante como referência universal da pobreza na sociedade capitalista globalizada. O Banco Mundial define a pobreza extrema como viver com menos de um dólar por dia e pobreza moderada como viver com o valor entre um e dois dólares por dia.

2.1.1.2 Estatísticas mundiais da pobreza

Segundo Relatório da ONU de 2000, mais de um bilhão de pessoas ainda lutam para sobreviver diariamente com menos de um dólar por dia e dois bilhões e setecentos milhões de pessoas no mundo vivem com menos de dois dólares por dia. Há quase um bilhão de subnutridos na iminência de morrer de fome e mais de 840 milhões de pessoas vítimas de fome crônica.

Quase três bilhões de pessoas não têm acesso ao saneamento básico e mais de um bilhão não dispõem de água potável. O Vírus da Imunodeficiência Adquirida (HIV) infecta, hoje, quase quarenta milhões de pessoas por ano.

Todos os anos, cerca de 18 milhões de pessoas (50 mil por dia) morrem por razões relacionadas com a pobreza, sendo a maioria mulheres e crianças. É a chamada “pobreza que mata”, uma vez que priva as pessoas dos recursos essenciais para enfrentarem a fome, a doença e os riscos ambientais.

Com relação à infância, estima-se que onze milhões de crianças morrem anualmente com idade inferior a cinco anos. Oito milhões de crianças morrem de doenças associadas à água suja, ao ar poluído e doenças evitáveis; cinquenta milhões de crianças são lesadas mental ou fisicamente por causa de nutrição inadequada; 130 milhões (80% das quais são do sexo feminino) não têm acesso à escola; mais de duzentos milhões de crianças vivem nas ruas; 6% das crianças não chegam a completar um ano e 8% não sobrevivem até o quinto ano de vida.

O quadro global expressa imensas disparidades. Nos últimos 30 anos, a renda nos países com 20% da população mais rica cresceu três vezes mais rápido do que a renda dos países com os 20% mais pobres. A renda média dos 20 países mais ricos é 37 vezes maior que a renda média dos 20 mais pobres, diferença que dobrou nos últimos 40 anos.

Segundo dados atuais do Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD)⁷, em torno de 90% dos pobres que vivem no mundo em desenvolvimento estão localizados no Sul da Ásia, África Sub-saariana, Indochina, Mongólia, América Central, Brasil e em algumas províncias da China.

O leste da Ásia e o Pacífico contêm aproximadamente um terço da população pobre mundial, majoritariamente na China e na Indochina. A grande população chinesa influencia os indicadores regionais. Se o país for excluído das estimativas, a redução na pobreza da região é dramática, caindo de 23% para 14%.

Expressiva parcela da população empobrecida da região vive nos países de baixa renda, incluindo seis economias em transição: Camboja, China, Laos, Mongólia, Mianmar e Vietnã. Mesmo os países que estão relativamente bem, como a Indonésia, ainda têm renda per capita anual de menos de mil dólares. Apesar desse fato, o leste da Ásia ainda é a região que mostrou a mais expressiva redução nos números da pobreza.

Na América Latina e no Caribe, a pobreza aumentou substancialmente durante a crise dos anos 1980 e estabilizou com a retomada do crescimento dos anos 1990. Apesar de não se tratar da região em desenvolvimento mais pobre do mundo, um quarto da população vive abaixo da linha de pobreza, ou seja, com menos de um dólar ao dia. A maior incidência é na América Central, com aproximadamente 60% da população considerada pobre, situação ainda mais complicada porque a distribuição de renda na região é a mais desigual do mundo.

2.1.2 Pobreza no Mundo

Melhoras substanciais nos indicadores sociais foram alcançadas nos últimos anos, seja pelo crescimento econômico, avanço tecnológico ou medidas distributivas.

Relatórios da ONU e do PNUD expressam que, em geral, as pessoas no mundo em desenvolvimento são atualmente mais saudáveis, melhor alimentadas, melhor educadas, com mais recursos e vivem mais que a geração anterior. Essas pessoas também têm acesso mais fácil a serviços como eletricidade e água corrente. Em média, a renda per capita no mundo em

⁷ http://www.universia.com.br/html/materia/materia_ ebbh.html, acessado em 17/03/2007.

desenvolvimento dobrou nos últimos 25 anos, uma conquista que demorou quase 40 anos nos Estados Unidos e 60 anos no Reino Unido.

Outros indicadores relativos à pobreza estão também melhorando. A esperança de vida aumentou substancialmente nos países em desenvolvimento ou semi-periféricos após a segunda guerra mundial e diminuíram a diferença face aos países desenvolvidos onde o progresso foi menor. Até na África sub-saariana, a região menos desenvolvida, a esperança de vida aumentou de 30 anos antes da guerra para 50 anos depois dela; com a pandemia da SIDA e outras doenças recuou para 47 anos.

A mortalidade infantil, por seu lado, diminuiu em todas as regiões. A proporção da população mundial que vive em países onde a ingestão média de calorias é inferior a 2200 por dia diminuiu de 56% em meados dos anos 60 para menos de 10% nos anos 90. Entre 1950 e 1999 a alfabetização mundial aumentou de 52% para 81%; o crescimento da alfabetização feminina (de 59% para 80% da masculina) foi responsável pela maior parte da melhoria.

A percentagem das crianças fora da força de trabalho passou de 76% para 90% entre 1960 e 2000. As tendências relativas ao consumo de eletricidade, aquisição de automóveis, rádios e telefones foram semelhantes, bem como as relativas ao acesso à água potável. A desigualdade também parece ter diminuído ao nível global. A pobreza relativa é vista como dependente do contexto social e acaba por ser uma medida de desigualdade. Assim, o número de pessoas pobres pode aumentar enquanto o rendimento sobe.

Na Ásia Oriental e do Sul, a percentagem da população em pobreza extrema dos países em desenvolvimento diminuiu de 28 para 21 por cento entre 1990 e 2001. O sul da Ásia, por sua vez, é um lugar onde o número de pessoas pobres cresceu assustadoramente na última década, subindo de 474 milhões para 522 milhões. Os indicadores sociais estão entre os piores do mundo em desenvolvimento; em muitos países da região o crescimento económico não foi acompanhado por melhoras nos padrões de vida.

No início dos anos 1990, as economias da Europa de Leste e da Ásia Central registraram reduções acentuadas no rendimento. As taxas de pobreza extrema chegaram a 6% antes de começarem a diminuir no final da década. Na África Sub-saariana, o número de pessoas que vivem em pobreza extrema também aumentou de 41% para 44% entre 1981 e 2001, pois o Produto Interno Bruto (PIB) per capita diminuiu 14%. Em outras regiões da África houve pouca ou nenhuma melhoria.

Apesar da melhoria nos padrões de vida e nos indicadores nas últimas décadas, o nível de pobreza extrema decaiu lentamente nos anos 1990, de 28% em 1987 para 24% em 1998 e o número absoluto de pessoas pobres permaneceu constante. A pobreza global é ainda um

problema enorme e dramático, além do que, adicionalmente, mudanças demográficas futuras poderão piorar o quadro atual. Nos próximos 25 anos, a população mundial sofrerá um aumento de dois bilhões de pessoas, sendo que 97% delas nascerão nos países em desenvolvimento.

O problema é ainda pior quando consideramos não só as estatísticas, mas alguns aspectos do fenômeno da pobreza. O fato de ser pobre está relacionado a um grande número de fatores, incluindo renda, saúde, educação, acesso a bens, localização geográfica, sexo, origem étnica e circunstâncias familiares.

Se esse padrão se mantiver nos próximos anos, o declínio da pobreza será muito menor do que aquele acordado internacionalmente através das Metas do Milênio da ONU, que propõe reduzir pela metade o número de pessoas em situação de extrema pobreza até 2015. Além disso, há que se considerar que órgãos econômicos da própria comunidade internacional, como o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, fazem o controle da dívida - em grande parte responsável pelo aumento da pobreza - dos países periféricos e semi-periféricos.

2.2 BRASIL

No Brasil o quadro de desigualdade e pobreza se mescla com a própria história de um país erguido sobre um mar de sangue, de exploração de negros escravizados e de massacre da população indígena. Esse processo atendeu aos interesses europeus de expansão mundial do capitalismo que, livre de amarras morais, promoveu o saque das riquezas das colônias e a comercialização de seus excedentes.

A escravidão no Brasil foi abolida tempos depois que o novo pensamento liberal e as revoluções francesa e americana impulsionaram a queda dos regimes absolutistas, levando para suas colônias o rastilho da Independência. Embora a abolição da escravatura tenha sido fato notável na história, a população negra continuou em desvantagem no acesso a direitos e recursos. O negro livre deixou as fazendas e os engenhos e inchou as periferias das cidades; abandonado, constituiu-se num sub-brasileiro e marcou a origem do processo de pauperização e urbanização no Brasil (FREYRE, 1933).

A transição do Brasil colonial para o monárquico não ocorreu em ambiente favorável para a cidadania. Os escravos não possuíam direitos civis, nem sobre a própria vida. Os senhores, por sua vez, eram livres, votavam e eram votados, mas faltava-lhes o próprio sentido de cidadania e a noção de igualdade; absorviam parte das funções do Estado e

tornavam a justiça instrumento de poder pessoal, ao qual cidadãos comuns recorriam. “Não havia República no Brasil [...] os direitos civis beneficiavam a poucos, os direitos políticos a pouquíssimos, dos direitos sociais ainda não se falava, pois a assistência social estava a cargo da Igreja e de particulares” (CARVALHO, 2001, p. 24).

De acordo com Carvalho (2001), a transição para a monarquia não foi à revelia do povo, mas também não foi fruto de luta popular pela liberdade; foi tranqüila e implantou-se um governo ao estilo das monarquias constitucionais e representativas européias.

Entretanto, é questionável

achar que a população saída da dominação colonial pudesse, de uma hora para outra, comportar-se como cidadãos atenienses ou das pequenas comunidades americanas. O Brasil não passou por revolução como a Inglaterra, Estados Unidos e França. O processo de aprendizado tinha de ser lento e gradual (CARVALHO, 2001, p. 43).

Continua o autor, frente a todo o tipo de corrupção nos processos eleitorais na época, coloca-se uma questão fundamental: quem estava menos preparado para a democracia: o povo ou o governo e as elites?

Despreparado e atrasado frente aos novos padrões e condutas de um mundo que começava a globalizar-se, o Brasil e outras nações latino-americanas foram retardatárias na efetivação das mudanças necessárias para sua inserção de forma competitiva no mercado capitalista e nas conquistas sociais e políticas da modernidade (Estado de Bem-estar Social e democracia representativa). Esse despreparo se expressou na desigualdade que sempre caracterizou a realidade social brasileira.

2.2.1 O Tamanho da Pobreza no Brasil e no Rio Grande do Sul

Alicerçado historicamente na desigualdade, o Brasil não é um país pobre, mas um país que tem muitos pobres. Para o PNUD, o Brasil encontra-se na categoria de “oportunidade perdida de desenvolvimento humano”. A economia do Brasil é a maior da América Latina e a 10^a do mundo e a desigualdade brasileira, de acordo com Barros (2000), é das mais elevadas do mundo, apresentando uma estabilidade surpreendente. O Brasil ocupa o quarto lugar no ranking mundial de concentração de renda e septuagésimo terceiro no ranking do IDH. O grau de pobreza atingiu seus índices máximos durante a recessão do início dos anos 1980, quando a percentagem ultrapassou a barreira dos 50% em 1983 e 1984.

A convergência entre várias pesquisas e relatórios⁸ mostra que há um comportamento estável dos indicadores relativos à renda nas últimas duas décadas, apesar de se observar uma diminuição da desigualdade a partir de 2002 devido, principalmente, a programas de transferência de renda, rendimentos por trabalho, aposentadorias e pensões. As flutuações nos indicadores de renda estão associadas, sobretudo, à instável dinâmica macroeconômica do período. A percentagem de pobres oscila entre 40% e 45% da população. Em números reais, são 53 milhões de pessoas abaixo do valor da linha de pobreza e 22 milhões de pessoas indigentes, as quais correspondem a um subconjunto da população pobre. Os 10% mais ricos detêm quase 50% da renda nacional, enquanto os 20% mais pobres apenas 2%. Além disso, 19% dos domicílios de classe A e B são responsáveis por 52% do consumo. Existe ainda a ampliação das desigualdades por etnia e gênero. De acordo com o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2000, mais de 46,5% da população brasileira é formada por negros e pardos e correspondem a 66% do total de pobres. O rendimento das mulheres é 60% do rendimento dos homens no mesmo posto de trabalho.

Segundo pesquisa divulgada em 2003 pelo Ministério da Educação (MEC), o "Mapa do Analfabetismo", o Brasil tem 16 milhões de analfabetos. Levando-se em conta o conceito de "analfabeto funcional", que inclui as pessoas com menos de quatro séries de estudo concluídas, o número salta para 33 milhões, ou seja, cerca de 16%. Da população de 7 a 14 anos que frequenta a escola, menos de 70% concluem o ensino fundamental. Na faixa de 18 a 25 anos, apenas 22% terminam o ensino médio.

As desigualdades também são regionais, segundo dados do IBGE; enquanto o Distrito Federal apresentou um PIB per capita de R\$ 16.920 em 2003, o Estado do Maranhão ficou com apenas R\$ 2.354 anuais por pessoa.

A região com maior bolsão de pobreza é o Nordeste, com problemas crônicos de seca devido ao clima semi-árido; porém, a pobreza pode ser vista em todo o país, sobretudo nas favelas, comunidades miseráveis nas regiões metropolitanas das grandes cidades.

Na segunda metade da década de 1990, o contingente de pobreza apresentava uma tendência de manutenção de um novo patamar inferior ao observado desde o final da década de 1970. O IDH do Brasil subiu do 79º para o 74º lugar devido ao incremento da renda média, ao aumento da expectativa de vida (de 66.8 para 67 anos) e, principalmente, ao maior acesso ao conhecimento através da educação. As estatísticas educacionais do Brasil ainda o

⁸ Relatório da ONU de 2000, Relatório do PNUD, Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) do IBGE, análises de Barros (2000) e de Henriques (2000).

colocam em uma posição competitiva desvantajosa com relação a outros países, mas houve significativo avanço interno.

O Rio Grande do Sul, conforme censo do IBGE em 2006, totalizou 10.978.587 habitantes; 20 cidades com mais de 100.000 habitantes; duplicou a população do Estado em relação a 1960. É um dos estados mais europeizados do Brasil e tem sua população derivada, sobretudo, da imigração e colonização europeia do século XIX. Os principais imigrantes foram os portugueses, italianos e alemães, somados aos ameríndios e escravos africanos.

O Rio Grande do Sul é considerado o “Estado da educação”, com indicadores de ensino superiores à média brasileira, segundo Relatório da ONU de 2000. Com 8,8% do PIB nacional, a economia do Estado é baseada na agricultura (soja, trigo, arroz e milho), na pecuária e na indústria (de couro e calçados, alimentícia, têxtil, madeireira, metalúrgica e química). Há que ressaltar o surgimento de pólos tecnológicos importantes no Estado na década de 1990 e no início do século XXI, nas áreas petroquímica e de tecnologia da informação. A industrialização do Rio Grande do Sul está elevando sua participação no PIB brasileiro, trazendo investimento, mão-de-obra e infra-estrutura para o Estado.

Atualmente, o Rio Grande do Sul ocupa o quarto lugar na lista de estados mais ricos do Brasil e é o sexto estado com menor incidência de pobreza. Entretanto, as desigualdades e a pobreza também atingem níveis inadmissíveis no Estado. Para Comim (s/d), a renda média não parece ser um bom indicador devido ao alto grau de desigualdade de distribuição de renda no Estado (Gini de 0.57), podendo oscilar de 37.41% de pessoas em condição de pobreza, se definimos pobreza a partir de uma renda inferior a $\frac{1}{2}$ Salário Mínimo (SM), até 64.9%, se esta é definida a partir de uma renda até 2 SM. O diferencial entre as variáveis sugere que a pobreza no Rio Grande do Sul reflete, relativamente, mais um problema de extensão do que de intensidade.

Na dimensão exclusivamente econômica, a pobreza é maior no espaço rural; afeta mais as mulheres, em especial, mulheres negras, com as maiores taxas de desemprego e permanecem por mais tempo desocupadas e, quando obtêm trabalho, lhes são reservadas ocupações de menor qualidade, *status* e remuneração.

A pobreza depende do tipo de atividade e do contrato de trabalho a que a população está sujeita. Os “mais pobres dentre os pobres” (cuja renda vai até $\frac{1}{2}$ SM) encontram emprego dentro do setor agrícola e da prestação de serviços, em muitos casos, trabalho temporário. Os “mais ricos dentre os pobres” encontram emprego na indústria de transformação, muitos com carga horária de trabalho superior ao vigente no contrato de trabalho (COMIM, s/d).

A pobreza no Estado também é influenciada pelo acesso à justiça nos municípios e possui correlação apenas imperfeita com alguns funcionamentos, tais como saneamento e mortalidade infantil. Uma análise qualitativa mais completa depende da inclusão de outras variáveis e da realização de uma investigação exploratória que contemple outros funcionamentos tais como saúde, educação, habitação, nutrição e etc.

Apesar de uma correlação geral entre pobreza e saneamento, percebe-se grande variância nesta relação entre os municípios mais pobres. Isto significa, que a diminuição da pobreza monetária não é condição suficiente para a satisfação de alguns funcionamentos básicos. Há municípios pobres que conseguiram obter um grau mais elevado de saneamento do que municípios relativamente mais ricos, o que mostra que a pobreza em termos multidimensionais é maior do que a pobreza sugerida apenas unidimensionalmente pela falta de renda.

A Região Metropolitana de Porto Alegre é a maior do sul do Brasil e a quarta maior do Brasil, com trinta e um municípios em intenso processo de conurbação. A expansão da área legal das regiões metropolitanas tem especial significação no Rio Grande do Sul, onde a Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA, composta originalmente por 14 municípios, passou a contar com 22 quando da Constituição Estadual de 1989, e, atualmente, constitui-se de 31 municípios⁹ – número inferior somente ao das regiões metropolitanas de São Paulo (39) e Belo Horizonte (33).

De acordo com o Relatório do Observatório das Metrôpoles (2005), durante as três últimas décadas houve um aumento da participação da RMPA na constituição da população do Estado, embora desacelerando seu ritmo de incremento. A região representava 28,70% da população gaúcha em 1980, fatia que cresce para 33,12 % em 1991, alcançando 34,36% em 2000 e 37,38% em 2004, contrariando as expectativas de redução do peso das grandes metrôpoles e de interiorização do crescimento populacional.

Em linhas gerais, constatamos que a migração com destino à RMPA originou-se majoritariamente na própria região ou no interior do RS, ou seja, ela é predominantemente de caráter interno. Os fluxos vindos do resto do País não têm grande significado na dinâmica demográfica da metrópole, embora tenha aumentado entre 1980 e 1991; a migração oriunda de outros estados do Brasil representava apenas 12,67% do total de migrantes computados

⁹ Alvorada, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Estância Velha, Esteio, Gravataí, Guaíba, Novo Hamburgo, Porto Alegre, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Viamão, Eldorado do Sul, Glorinha, Nova Hartz, Dois Irmãos, Ivoti, Parobé, Portão, Triunfo, Charqueadas, Nova Santa Rita, Araricá, Montenegro, Taquara, São Jerônimo, Santo Antônio da Patrulha, Arroio dos Ratos e Capela de Santana.

pelo levantamento censitário de 1991. As cidades médias também cresceram, especialmente aquelas que integram a região, o que de certo modo também ocorreu a nível nacional.

A concentração demográfica da RMPA expressa uma concentração econômica, que pode ser avaliada pela participação da região no Produto Interno Bruto (PIB) do Estado. Embora caindo entre 1990 e 1998, o peso do produto metropolitano se mantém muito elevado, encontrando-se em torno dos 40% do PIB gaúcho. A economia metropolitana apresentou sinais de superação das crises enfrentadas na primeira metade da década de 1990, mas não houve correspondência em termos de absorção da mão-de-obra em níveis satisfatórios. A taxa de desemprego não tem baixado dos 13% na última década, sobretudo na periferia da capital e nos bairros mais pobres.

A estrutura dos migrantes ressalta a participação significativamente maior dos operários da indústria (coureiro-calçadista, automotivo, metal-mecânico e petroquímico) e um peso relativamente menor dos segmentos médios e das elites. O exame da estrutura socioocupacional e do perfil social e habitacional dos migrantes residentes na RMPA revelou, antes de mais nada, uma realidade que em linhas gerais reproduz conclusões já apontadas pela bibliografia. Pobreza e migração são fenômenos correlacionados, ao menos numa visão mais ampla de nossa realidade. O conjunto dos migrantes está pior situado na hierarquia social do que a média da população.

Os municípios da RMPA com maiores índices de pobreza são: Guaíba (45,4%), Alvorada (35%), Sapucaia (34,9%), Canoas (31,8%), Gravataí (30,7%) e Cachoeirinha (30,7%).

Os problemas detectados no nível intra-urbano, traduzidos nos índices mais desfavoráveis e, em alguns casos, críticos, obedecem a certas particularidades.

Isso é particularmente importante porque, mesmo que seu enfrentamento esteja vinculado a decisões de caráter político, a identificação dos espaços de maior vulnerabilidade ou fragilidade social permite que as ações sejam direcionadas e alcancem maior eficácia (Relatório do Observatório das Metrôpoles, 2005).

Uma dessas situações se refere à relação entre estrutura etária e condições sociais, como ocorre em áreas onde se verifica uma alta concentração de população jovem (até 14 anos), tais como nos bairros populares de Porto Alegre, Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Sapucaia do Sul, São Leopoldo e Novo Hamburgo, ou idosa (acima de 65 anos), nos municípios de Glorinha, Triunfo, São Jerônimo, Taquara, Montenegro, Viamão e Gravataí. É nesses dois tipos de áreas onde foram identificados os maiores percentuais de população com renda muito baixa, altos índices de analfabetismo, precariedade em termos de abastecimento

de água e altos percentuais de domicílios sem título de propriedade do terreno. Aliás, o indicador de domicílios sem propriedade revela-se mais adequado para diagnosticar a precariedade da moradia nas vilas ou favelas, uma vez que o IBGE subestima consideravelmente essa realidade na RMPA. Canoas é o município em que concentramos nossa atenção devido ao estudo de caso realizado no Bairro Guajuviras, mas os dados serão apresentados no quinto capítulo.

Um último elemento a destacar é que a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul colocou as regiões metropolitanas e aglomerações urbanas como instâncias administrativas acima dos municípios, possibilitando a gestão integrada de espaços regionais. Vários organismos (tais como os Comitês das Bacias Geográficas, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento e as Associações de Municípios) atuam na RMPA, embora de maneira nem sempre coordenada. Essa superposição de instâncias político-administrativas e de gestão cria, por vezes, dificuldades para a identificação e o enfrentamento conjunto de problemas e remete ao desafio de articulação (dos três níveis de governo e dos agentes envolvidos), mas também estimula o desenvolvimento de estruturas integradas e a deflagração de processos mais participativos de gestão.

2.2.2 Superação da Pobreza no Brasil

As lutas contra a pobreza precisam ser entendidas no contexto que até hoje marca a cultura política e a identidade do povo brasileiro, bem como das elites econômicas pouco nacionalistas e da classe política.

Até 1930 (seja no Império ou na República), processos de organização da população e sentimentos nacionalistas eram bastante limitados. A participação na política nacional, inclusive nos grandes acontecimentos, ficava restrita a pequenos grupos.

De acordo com Carvalho (2001), o ano de 1930 é um divisor de águas, sendo importante destacar os avanços espetaculares dos direitos sociais. A implantação da legislação trabalhista e previdenciária e sua extensão a um número maior de trabalhadores teve significado ambíguo, pois o ambiente era de baixa ou nula participação política e de precária vigência dos direitos civis. Os trabalhadores foram incorporados por virtude de leis sociais, e não por ação sindical e política independente.

Além disso, a influência dos positivistas ortodoxos contribuiu para incumbir à política moderna o objetivo de incorporar o proletariado à sociedade por meio de medida de proteção ao trabalhador e sua família, evitando conflitos e privilegiando o interesse da sociedade. A

ênfase nos direitos sociais encontrou terreno fértil na cultura política da população, sobretudo da população pobre dos centros urbanos, que cresceu rapidamente pelas migrações, caracterizando-se como populismo.

Este pecado de origem e a maneira como foram distribuídos os benefícios sociais tornaram duvidosa sua definição como conquista democrática e comprometeram em parte sua contribuição para o desenvolvimento de uma cidadania ativa (CARVALHO, 2001, p. 110).

A cidadania que daí resultou era passiva e receptora, antes que ativa e reivindicadora. Na década de 1930, a questão social configurava-se no Brasil como “cidadania regulada”. As elites buscavam projetar a pobreza, no plano simbólico, em espécie de paisagem que se estrutura fora da trama de relações sociais, um mundo sem autores e sem responsabilidades. Em outras palavras, despolitizando a pobreza na arena dos novos direitos, marca dos governos Vargas.

A segunda revolução industrial teve um primeiro momento de esforço de industrialização pesada (1956 a 1960) e, posteriormente, teve o momento culminante com o “milagre brasileiro” no (1967 a 1974), se estendendo até 1980. O governo autoritário que tomou a país pelo golpe de 1964 proporcionara as reformas necessárias à continuidade do avanço do capitalismo no Brasil. Os esforços resultaram na industrialização intensiva sem os requisitos necessários.

A modernização pelo alto, conduzida pelo Estado até a década de 1980 teve dificuldades pela dimensão continental e pelo risco de falta de coesão social frente à priorização da dimensão econômica na perspectiva reinante do nacional-desenvolvimentismo. As implicações foram: diferenciação geoeconômica e negligenciamento da noção de cidadania. Rompeu-se a simultaneidade entre as dimensões econômica e sociopolítica que caracterizaram as experiências ocidentais de constituição de Estados nacionais a partir da Revolução Francesa e Americana.

A experiência brasileira é paradoxal, pois o país atingiu vertiginoso crescimento econômico, mas com aumento da desigualdade e da pobreza internacionalmente desfavoráveis, pois países com condições econômicas inferiores alcançam melhores indicadores sociais. Apesar do crescimento da oferta de emprego e do início da formação do mercado de consumo de massa, o aumento da desigualdade estava relacionado, basicamente, à não-melhoria da distribuição de renda e poucos investimentos em recursos humanos, em especial na educação.

Socialmente, houve dificuldade de educar, prover serviços sociais e empregos a todo esse contingente populacional, em explosivo crescimento. Isso significa que a “fábrica de pobreza” era muito dinâmica, mesmo com o crescimento do PIB (VELLOSO, 1994, p.25).

Outras razões são: herança histórica de graves desigualdades de renda e riqueza, grandes desequilíbrios regionais, desníveis entre zona rural e urbana, subsídios amplos à acumulação de capital e segmentações no mercado de trabalho que dispensava trabalhadores não-qualificados.

Na década de 1970 houve crescimento econômico e também a emergência de um conjunto de movimentos de oposição: teologia libertadora (Comunidades Eclesiais de Base), Partido dos Trabalhadores, CUT, CGT, de profissionais, favelados, artistas e intelectuais.

“A década perdida” de 1980 trouxe estagnação econômica, crescimento da pobreza e estancamento da formação gradual do mercado de consumo de massa de forma global e também no Brasil.

A lógica dos mercados globalizados esvazia o sentido crítico desse esforço de reinterpretação do país (...) O lugar da pobreza fica alterado. Se durante décadas a pobreza foi figurada como sinal de atraso que haveria um dia de ser superado pelas forças do progresso, agora parece como cifra de nossa própria modernidade, que apenas acompanha as tendências consideradas inelutáveis no mundo inteiro (TELLES, 2001, p.9).

Quanto ao Estado Social, segundo Velloso (1994), entre os anos de 1930 e 1980, foi desenvolvido no Brasil um modelo constituído por políticas tradicionais com várias dificuldades. Em primeiro lugar, a despreocupação com a construção de uma base ampla de recursos humanos para a economia moderna. Um exemplo disto se expressa em dados recentes: praticamente sessenta por cento da força de trabalho é analfabeta ou analfabeta funcional. Portanto, se já foi difícil para o Brasil ingressar na segunda revolução industrial, esse dado sinaliza a dificuldade ainda maior que será ingressar na terceira, que exige qualificação e inovação. Em segundo lugar, a focalização de políticas sociais em populações que vivem em contexto de pobreza de forma residual e compensatória. Em terceiro lugar, a tendência crescente a operar por meio de grandes programas e de grandes burocracias.

Na década de 1970, a crise econômica gera mais uma metamorfose do que uma retração no Estado pelo início do processo de desagregação da condição salarial. Entre a década de 1980 e 1990, de acordo com Telles (2001), a questão social era problematizada por referência aos dilemas e impasses da construção democrática de um país recém-saído de longo período de governos militares. As políticas sociais já se constituem como decisiva área de atuação do Estado através de transferências monetárias e prestação universal de serviços

básicos, aumento do gasto público, grande cobertura pelos programas sociais e integração na dinâmica política. No tocante ao combate à pobreza, Draibe (2002) afirma que o impacto foi praticamente nulo e a incorporação de grupos urbanos pobres e de trabalhadores rurais foi fraca.

A Constituição de 1988 é um marco na trajetória das políticas sociais brasileiras. No tocante ao combate à pobreza, propunha-se arranjos institucionais mais eficazes, ampliação dos direitos sociais, ou ainda, novos direitos desenhados no encontro com demandas de movimentos sociais diversos.

Hoje, o tema da pobreza aparece em primeiro plano, requerendo atenção imediata e definindo o foco a partir do qual os demais temas das ciências sociais se estruturam. Esta não é somente uma mudança de perspectiva conceitual, mas tem implicações muito concretas, que vão desde as políticas de financiamento até para a pesquisa de agências e fundações públicas e privadas, nacionais e internacionais, até a própria agenda política brasileira como vimos na eleição presidencial de 2002 (SCHWARTZMAN, 2002, p.7).

No Brasil, a década de 1990 é um marco para o combate à pobreza a partir da aprovação da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) em 1993. Tanto em concepção, quanto em organização e operacionalidade, as inovações introduzem uma verdadeira ruptura com o passado pelos critérios competitivos para a alocação de recursos (projetos e concursos), conselhos locais, mecanismos automáticos de entrega de recursos (redução do arbítrio e clientelismo) e monitoramento e avaliação externa.

A superação da pobreza, então introduzida na agenda pública, traduziu-se a partir de 1995 no Programa da Comunidade Solidária, posteriormente denominado Comunidade Ativa, de grande apelo simbólico porque eram previstas parcerias entre sociedade e governo e articulação das redes de solidariedade da sociedade. A crítica por parte dos assistentes sociais e agentes de política social é que o Programa foi direcionado no sentido de desmonte das possibilidades de formulação da assistência social como política pública e direito de cidadania, passando por cima dos instrumentos previstos na LOAS, direitos conquistados e mediações democráticas construídas.

Para Yasbek (in SILVA, 2001), ficou claro que o governo FHC não tinha um projeto que enfrentasse as causas da pobreza, que articulasse as políticas social e econômica e superasse a fragmentação, sob a justificativa de focalização no mais pobres. A focalização, como direcionamento de recursos para grupos vulneráveis não é ruim, mas o uso que foi feito.

O Programa Comunidade Ativa pautou-se no desenvolvimento local integrado e sustentável e será retomado no próximo sub-capítulo como portador de características

potencialmente emancipatórias do ponto de vista teórico-metodológico, desde que tivesse o viés ético-político coerente com os princípios de participação, justiça e sustentabilidade.

De acordo com Silva (2001), sob o prisma da eficiência, o Programa Comunidade Ativa justificou-se o corte de recursos nos programas sociais como parte do cumprimento da agenda neoliberal.

O Governo Lula avançou na articulação dos inúmeros programas sociais com vistas melhorar a distribuição e controle, mas há questionamento por parte de agentes e analistas da política social sobre os critérios e as formas de unificação, tendo havido uma desmontagem de lógicas e de atendimento. Ainda é cedo para avaliar as políticas de combate à pobreza, mas é possível afirmar o risco de aumento da dependência e do assistencialismo com a ampliação dos programas assistenciais, se não forem ativados, com maior ênfase do que feito até o momento, mecanismos de auto-sustentação das famílias e comunidades atendidas. Tal preocupação não se vincula ao argumento liberal de que assistência desestimula as pessoas para o trabalho e cria “preguiçosos”, mas pela efetiva falta de oportunidades de auto-sustentação.

Ainda com resultados modestos, os programas de enfrentamento da pobreza desencadearam inovações significativas, como a preferência por programas de transferência direta às famílias. Os resultados positivos foram a maior cobertura e categorias atendidas, redução do clientelismo e da corrupção, além da introdução da cultura de avaliação e *accountability*. Isso indica uma melhora aparentemente estável no padrão da pobreza, mas ele continua social e moralmente inaceitável para um país situado entre as dez potências econômicas mundiais.

2.2.2.1 Políticas Emancipatórias

Apesar de a superação da pobreza no Brasil apresentar caráter discriminatório e tutelar, calcado em visões positivistas e na naturalização das desigualdades sociais, nossa hipótese central afirma que é possível enfrentar a pobreza de forma emancipatória, mesmo admitindo ser pouco provável em curto prazo. Para sustentar essa tese, consideramos necessário dois procedimentos: redefinir o conceito de pobreza e ampliar a concepção das políticas.

A tentativa de compreensão e definição de pobreza precisa ter como referência a noção de riqueza construída nos últimos séculos. A questão social no quadro do capitalismo e do

colonialismo remete à noção de riqueza e desenvolvimento como crescimento econômico infinito e indiscriminado e a realização do ser humano como acesso ao consumo.

Nessa perspectiva, pobreza seria a insuficiência de renda e de recursos necessários à vida. O conceito de pobreza é questionado por ter assumido historicamente caráter economicista, definindo-se basicamente por critérios de renda e remetendo a outros conceitos ligados à idéia de privação, tais como: indigência, precariedade, miséria, vulnerabilidade social, desfiliação, exclusão social e nova pobreza.

Segundo Estivill (2003), tais conceitos agregam noções mais dinâmicas ligadas a processos de: instabilidade ou precariedade do trabalho, fragilidade ou ruptura de vínculos sociais básicos, empobrecimento das relações, fragmentação da sociedade, heterogeneidade dos valores centrais, limites de pertencimento em zonas de estabilidade social e novas formas de exclusão devido às reconversões industriais e tecnológicas.

Nesta tese, propomos uma ruptura epistemológica na concepção de pobreza e de intervenção social comparável às transformações ocorridas na área da saúde com relação ao que, grosso modo, se define como mudança do paradigma da doença para o paradigma da saúde. O paradigma da doença olha para o problema instaurado e busca resolvê-lo de forma imediata e focalizada no sintoma. O paradigma da saúde olha o sujeito na sua totalidade e busca intervir nas causas de toda ordem (emocionais, sociais, ambientais ou econômicas) com vistas à prevenção, à qualidade de vida e à potencialização dos recursos existentes, tal como preconiza a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Propomos uma redefinição de pobreza como competência, baseada na proposta de Barreto (2005), a qual é produto de trabalhos práticos em contextos de pobreza com metodologias inovadoras. Para o autor, quem tem problemas tem também soluções; pessoas com experiências difíceis desenvolvem saberes e práticas específicos, os quais, em geral, não são valorizados ou reconhecidos como tal. Denominamos essa redefinição como binômio pobreza/riqueza (do ponto de vista estrutural) e binômio carência/competência (do ponto de vista processual).

Barreto não explicita uma definição rigorosa de competência. Por isso, nos valem da compreensão de Rios (2003), que considera a competência como a capacidade que as pessoas desenvolvem de articular, relacionar os diferentes saberes, conhecimentos, atitudes e valores. O desenvolvimento de competência implica na operacionalizar do tripé conhecimentos, habilidades e atitudes (CHA), garantindo sua dimensão técnica e política. O conhecimento é o resultado do processamento cognitivo de informações apreendidas em nossa interação com o mundo. A habilidade é a prática de operações mentais desenvolvidas de forma intencional e

sistemática, explicitáveis na ação. A prática das habilidades consolida as competências. A atitude está relacionada à capacidade de aplicar o conhecimento na ação.

A redefinição da pobreza para competências significa uma ruptura que, sem abrir mão da criticidade, ou seja, sem negar as causas estruturais da pobreza, propõe reflexões sobre a dimensão técnico-política com vistas a subsidiar a análise de práticas com intencionalidade emancipatória. “Radicalizando o argumento, na ótica da cidadania, pobre e pobreza não existem. O que existe, isso sim, são indivíduos e grupos sociais em situações particulares de denegação de direitos” (TELLES, 2001, p.51).

Entendemos que isso não significa estetizar a pobreza ou escamotear o problema da desigualdade social em nível estrutural, jogando para o indivíduo a solução de suas dificuldades; ao contrário, por se compreender a dimensão macroestrutural, não é possível em análise meso e microssociais segmentar e discriminar grupos como portadores da identidade de “pobre”. Tal ruptura epistemológica não significa a abolição dos métodos e práticas de mensuração e caracterização do perfil das populações que vivem em contexto de pobreza, tampouco o desenvolvimento de políticas de discriminação positiva, pois elas são necessárias.

No tocante à intervenção social, a percepção de se estar diante de pessoas que têm saberes, garimpá-los e dar-lhes visibilidade cria um tipo de relação diferente entre o técnico ou agente e a pessoa em situação de pobreza. É uma atitude que instaura a interação, a troca e a criação de soluções e de inovações para si e para a comunidade, pois, sentindo-se valorizadas, as pessoas passam a valorizar o saber do outro.

Com base nessa ruptura epistemológica, passamos a buscar uma ampliação teórica do conceito de pobreza, deixando de defini-la como um problema de certo segmento social e passando a ser do conjunto da sociedade.

Numa sociedade onde o ter é mais importante que o ser, com todas os problemas contradições e desigualdades sociais, econômicas, culturais, ambientais, emocionais, éticos e etc., podemos afirmar que a pobreza não se restringe ao acesso a bens e recursos, mas inclui a fragilização de laços sociais e pertencimento, a baixa auto-estima, a violência, a solidão, a dominação política, a destruição ambiental, a dependência química, entre tantas outras expressões da questão social.

As dimensões essenciais da pobreza podem ser entendidas particularmente mas, na prática, são interdependentes entre si. A dimensão econômica da pobreza é a falta de acesso aos bens e recursos materiais necessários à vida digna. A dimensão social é a fragilização dos laços sociais, dos vínculos afetivos familiares, do sentimento de pertencimento, aceitação e

valorização nos contextos sociais. A dimensão política é o desconhecimento acerca da injusta distribuição da riqueza e a ignorância a respeito dessa injustiça.

Muito mais que “não ter”, trata-se de “ser impedido de ser”. Pobreza mais dura, humilhante, é a do pobre que sequer sabe que é coibido de saber que é pobre, não atinando para a injustiça de sua condição histórica [...] dilapidação do ser humano como ser humano, reduzido à massa de manobra, objeto de manipulação. Pobreza cabal é ser tolhido de conceber e realizar projeto próprio e efetivo contra ela (DEMO, 2003, p. 41).

A dimensão humana da pobreza é a baixa auto-estima, a falta de cuidado consigo, a dificuldade de auto-realização, de ter projetos de vida e, depois de algum tempo, a impossibilidade até de sonhar e projetar um futuro melhor. A dimensão cultural da pobreza se refere ao acesso precário à contemplação e ao exercício da expressão e da constituição de si através da arte, da estética, do lúdico e do prazeroso.

As múltiplas dimensões da pobreza sinalizam que, em estruturas sociais empobrecidas, desiguais e injustas como são as sociedades contemporâneas, todos são pobres em determinados contextos.

A concepção de pobreza multidimensional questiona a noção de riqueza como acumulação de capital; afinal, pode ser considerada rica uma sociedade que, apesar dos altos econômicos, fecha os olhos para a morte de milhões de crianças de outros países em nome da estabilidade do seu mercado financeiro? Que tem altos índices de dependência química e suicídio? Que tem profundos problemas de discriminação racial e xenofobias?

Nesse sentido, em última instância, não se poderia falar em combate à pobreza, mas em um projeto diferenciado de desenvolvimento, voltado para uma sociedade com justiça, solidariedade e autonomia. Portanto, não basta falar em mudança de conceito, da representação ou da imagem da pobreza sem referir mudanças práticas.

A reinvenção da emancipação social em políticas de combate à pobreza, de acordo com Santos (in DEMO, 2003), demanda uma política social que vá além da assistência, contrária a assistencialismos e contrária a princípios paternalistas de que uns libertarão os outros, de que um grupo ou classe sabe o que é a emancipação social. A idéia de emancipação proposta por Santos (2002a) recupera dois horizontes esquecidos nas vertigens do socialismo real e do Estado Social: auto-sustentação e autogestão. Sem negar a necessidade de assistência como direito radical para populações que sequer conseguem prover a sobrevivência, o compromisso crucial é atingir a capacidade própria de auto-sustentação (produzir para viver) e de autogestão (democratizar a democracia).

Para Santos (2002a), nem o socialismo real nem o Estado Social mudaram o capitalismo. A cidadania assistida foi regulamentada pelo Estado e se tornou a cidadania geral. A cidadania forjada no capitalismo teve tendência à farsa dos mínimos sociais. Em síntese, a proposta trazida por Santos é de um Estado capaz de ativar a participação e a autonomia da população. Isso não significa que o Estado não proveja os recursos ou jogue toda a responsabilidade para a sociedade, ao contrário, visto que constituir-se como instrumento para a auto-organização e auto-sustentação da população exige compromisso e competência dos gestores envolvidos.

É corrente a definição de política emancipatória como política que se volta para a perspectiva da oportunidade e não da caridade. Oportunidades são representadas pela posse de ativos¹⁰, tais como: educação, micro-crédito e reforma agrária e pela forma como são apropriados. A posse de ativos desempenha três funções fundamentais no combate à pobreza. Primeiro, gera utilidades e aumenta a capacidade de geração de renda. Segundo, permite lidar melhor com choques adversos, pois funciona como reserva e potencial. Por último, reforça os recursos dos sujeitos, aumentando a renda permanente pela posse dos recursos geradores da própria renda, além de recursos humanos, sociais, culturais e políticos.

De acordo com Demo (2003), os ativos são divididos em tipologias: capital físico (capital financeiro, moradia, capital produtivo, público e acesso a serviços públicos), capital humano (escolaridade formal, cursos técnicos, experiência profissional e saúde) e capital social (estrutura familiar, participação política, associação de moradores, sindicatos, cooperativismo microempresarial e aspectos culturais).

Ressaltamos a necessidade de superação de algumas características comuns às políticas tradicionais com vistas à ampliação de seu caráter emancipatório: fragmentação (tanto setorial quanto organizacional), programas que vêm prontos, muitas vezes inadequados para a comunidade ou o público-alvo e a falta de articulação local com as entidades da sociedade civil.

Para Ivo (2001), perspectivas metodológicas de políticas emancipatórias supõem uma nova matriz de ordenamento e governança, mais flexível, que procura apreender as novas formas de organização e interseção do tecido social nas suas relações diversificadas com a gestão da democracia, o fortalecimento da cidadania e o enfrentamento da pobreza.

No âmbito institucional, essas mudanças têm envolvido, para além de políticas de descentralização, as experiências de co-gestão, a instauração de

¹⁰ De acordo com Demo (2003), o termo “transferência de ativos”, ainda que bastante usado, fere a idéia de conquista dos interessados.

conselhos setoriais e comunitários, as parcerias entre agentes públicos e privados, a implantação de mecanismos de participação nas instâncias decisórias do planejamento e gestão dos recursos, a exemplo do orçamento participativo (IVO, 2001, p.44).

A eficácia de tais princípios normativos e estratégias institucionais está condicionada pelas relações políticas locais e sua capacidade de organização, bem como pela forma como as forças econômicas locais têm encaminhado o processo de desenvolvimento local.

É da perspectiva da construção de alternativas e formulação de nova hegemonia que se tem desenvolvido teses de desenvolvimento auto-sustentável, a qual supõe a construção de um poder local assentado numa nova cultura política, centrada na solidariedade como instrumento de libertação e articulação de energias sociais e políticas fragmentadas a partir do acesso à informação (IVO, 2001, p.44).

A perspectiva do desenvolvimento local integrado e sustentável mostra-se como possibilidade, tanto para o atendimento de critérios do Estado (em suas reformas), quanto de diretrizes das principais agências internacionais e de projetos sociais de modo geral. Tais critérios e diretrizes podem ser assim sintetizados:

- territorialidade, que supõe a articulação entre políticas, programas e projetos dentro da mesma região com vistas a otimizar os recursos, a qualificar as ações e fomentar o desenvolvimento de potenciais humanos, econômicos, sociais e culturais endógenos;
- participação da população em todas as etapas, e não apenas na execução. O diagnóstico e o planejamento participativo propiciam à população um saber sobre si mesma que a instrumentaliza para a análise crítica da situação, para a auto-organização e para a busca permanente de soluções;
- intersetorialidade, que possibilita a atuação a partir do reconhecimento do caráter multidimensional, tanto da pobreza, quanto das alternativas de superação. Não basta ter o pão na mesa se a família vive o drama da dependência química ou da violência; não adianta tratar a doença se não houver segurança; não basta ter trabalho se não houver creche para os filhos, posto de saúde nem saneamento básico. São problemas multidimensionais e exigem ações interligadas;
- sustentabilidade, que considera que os atores envolvidos precisam ter adquirido graus autonomia ao final do programa, podendo prescindir dos recursos materiais e técnicos, o que assegura a efetividade da ação e do investimento.

A democracia é elemento fundamental, especialmente as concepções não-hegemônicas de democracia (participativa ou popular), que sugerem a introdução do experimentalismo na esfera do Estado e da articulação entre formas de democracia representativa e participativa,

mais promissoras na defesa de interesses e identidades subalternas (Santos, 2003a). Tais experiências ou procedimentos possibilitam a transferência de práticas e informações do nível social para administrativo, o que significa uma inovação institucional.

Os processos de participação não são simples e imediatos. A metáfora do bambu é válida: ele consegue vergar-se, sem se quebrar; ou seja, pode-se falar em estruturas simultaneamente fortes e flexíveis. Outro ponto interessante é que o bambu leva cinco anos criando uma estrutura de raízes por baixo da terra, entremeadas e fortes. Quando ele surge, é de forma rápida e em área extensa. Assim também é a germinação dos processos sociais e políticos autênticos e participativos; são difíceis e demorados, motivo para a descrença de muitos, mas muito mais efetivos. Além disso, esses processos exigem competências, por parte dos agentes, que aparentemente não são tidas como relevantes (às vezes inclusive desconhecidas ou desconsideradas), tais como habilidades relacionais e comunicacionais.

No entanto, com as condições propícias, os processos participativos geram experiências significativas e organizações fortes, as quais podem ser caracterizadas como contra-hegemônicas porque materializam e revelam uma estrutura organizacional diferenciada (horizontal, pautada em princípios de solidariedade e integração, integra saberes populares e científicos, entre outras características possíveis).

Soares (2003) faz algumas críticas ao modelo de política voltada para o contexto comunitário, alertando para o risco de retorno a fases pré-capitalistas de delegação da proteção social às redes primárias dos indivíduos e grupos, descompromisso do Estado que passa a delegar a execução para outros atores, participação popular subalterna (na execução e não nas decisões), retorno ao *laissez-faire* e deixar as comunidades por conta própria.

Tais preocupações são pertinentes, mas não parece haver caminho mais promissor do que arriscar alternativas sem abrir mão da vigilância crítica e da atitude ética. As experiências vêm ao encontro de padrões de horizontalidade, flexibilidade e estrutura organizacional de redes, presentes na sociedade, na cultura e na ciência contemporâneas. Tais experiências não desconsideram a necessidade dos padrões organizacionais tradicionais de hierarquias e centralidade, já existentes e necessários; ao contrário, pode revitalizá-los e enriquecê-los.

A análise de posicionamentos distintos acerca dos processos considerados inovadores na esfera da política pública permite afirmarmos que há um risco duplo: por um lado, há tendências que aceitam as inovações de forma irrestrita e deixam de lado o fato de que elas surgem em contexto de aumento da desigualdade social e da pobreza e que podem significar perda de direitos. Podemos caracterizar tal atitude como misto de pragmatismo e ingenuidade

política, o que não significa incompetência e má fé, pois contribui para o acionamento de ações e, muitas vezes, produzem resultados satisfatórios para todos os envolvidos.

Por outro lado, identificamos tendências que questionam e rejeitam quase todas as formas de novos arranjos políticos como se fossem tão somente estratégias para tapar os furos do descompromisso do Estado e das forças capitalistas. Essa visão contestadora corre o risco de ser conservadora na medida em que parece ter como referência o Estado Social europeu e o pleno emprego, os quais, além do breve tempo histórico que perdurou e do contexto econômico e político específico em que se desenvolveram, se constituíram, em última instância, numa forma de regulação do capital. O mérito é que tais tendências não se descuidam de alertar a todos para os riscos da perda de direitos da população no conjunto das inovações.

Entendemos que as duas atitudes são necessárias: permitir e incentivar inovações sociopolíticas e novos arranjos institucionais, pois as mudanças econômicas, tecnológicas e de toda ordem assim exigem, sem perder de vista a dimensão de disputa de poder e recursos, tendo o Estado como estrutura central a ser acionada. O Estado é fundamental, desde que visto como meio ou instrumento a serviço da cidadania e não como finalidade. A criação de novos arranjos na relação com o Estado não é voluntarista, ao contrário, exige competência capaz de instituir novos mecanismos e processos.

O tema “superação emancipatória da pobreza na sociedade capitalista” exige ainda que se recorra a um procedimento usual de análise a partir de diferentes escalas, global (questão social genérica ou núcleo duro da questão social que se expressa a partir da relação contraditória entre capital e trabalho), nacional, regional e local. A análise transescalar, como denomina Santos (2005), é importante nesta análise para que, por um lado, não se proponha no nível local algo que na escala global seria considerado ingênuo e utópico; por outro, não se deixe de admitir que na escala local ou regional, por exemplo, podem ocorrer mudanças mesmo que globalmente a estrutura se mantenha. Afinal,

a função das práticas e do pensamento emancipadores consiste em ampliar o espectro do possível através da experimentação e da reflexão acerca de alternativas que representem formas de sociedade mais justa [...] Põem em causa a separação entre realidade e utopia e formulam alternativas que são suficientemente utópicas para implicarem um desafio ao *status quo* e suficientemente reais para não serem facilmente descartadas por serem inviáveis (WRIGHT, 1998 apud SANTOS, 2002, p. 25).

Há que se considerar também que as escalas não são estanques; admitir e instaurar mudanças localizadas, ainda que sob o argumento real de que são grãos de areia, já é por si

mesmo uma experiência contra-hegemônica que, em alguma medida, podem fazer maior ou menor diferença, dependendo de rumos imprevistos de processos que pretensamente emancipatórios.

Visto que experiências emancipatórias estão profundamente relacionadas com a escala local por serem periféricas, subalternas, contextuais e contra-hegemônicas, é importante lembrar que a ampliação da globalização traz consigo o fortalecimento das localizações.

Localização, para Santos (2001), é o conjunto de iniciativas que visam criar ou manter espaços de sociabilidade de pequena escala, comunitários, assentes em relações face-a-face, orientados para auto-sustentabilidade e regidos por lógicas cooperativas e participativas. Não implica necessariamente fechamento isolacionista, mas medidas de proteção contra investidas predadoras da globalização e a favor do fortalecimento de sociabilidades locais.

Uma das armadilhas da globalização neoliberal consiste em acentuar simbolicamente a distinção entre o local e o global e ao mesmo tempo destruí-la ao nível dos mecanismos reais da economia – visa deslegitimar, agregando a todos sob a designação de local. O local e global, como processos transnacionais, são cada vez mais os dois lados da mesma moeda. A globalização contra-hegemônica é tão importante quanto a localização contra-hegemônica. É a criação de redes entre locais, as quais não serão sustentáveis se não partirem de lutas locais ou não forem sustentadas por elas.

De acordo com Santos (2001), em primeiro lugar, não existe globalização genuína, o que chamamos de globalização é sempre bem-sucedida de algum localismo, como foi o caso da modernidade e capitalismo europeus. Finalmente, a globalização pressupõe a localização. O local é integrado no global pela via da exclusão ou inclusão subalterna. A característica da globalização é que se estende a todos, tanto aos que inclui quanto aos excluídos.

Este capítulo nos permite concluir que no Brasil, país em que a maioria da população vive em condição de pobreza, a superação dessa condição não poderia ser atribuída a uma política de exceção; é uma questão de desenvolvimento e exige a combinação de políticas compensatórias com estruturais. Todas as políticas estão envolvidas na construção de um Brasil com riqueza e desenvolvimento sustentável se voltadas para a formação e atendimento integral da população.

3 UTOPIA E REALIDADE NA CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA DE CONHECIMENTOS E PRÁTICAS SOCIAIS

Não há saber mais ou saber menos. Há saberes diferentes (Paulo Freire).

Este capítulo apresenta o percurso de construção do objeto empírico, a caracterização dos sujeitos (pesquisados e pesquisadora) e os aspectos do cotidiano das populações que vivem em situação de pobreza com relação ao tratamento dado pelas políticas tradicionais.

A relação entre práticas e saberes ou dimensão societal e epistemológica tem sido o eixo transversal desta tese: a emancipação social não se faz apenas com justiça social, mas também com justiça cognitiva. Nesse sentido, entendemos que a relação entre a prática da pesquisa empírica e a síntese teórica deve ser, na medida do possível, uma construção coletiva, democrática e justa de conhecimento, com coerência entre os eixos epistemológico, teórico e metodológico.

Por isso, ampliamos a busca por referências consideradas emancipatórias e sustentáveis ao campo das metodologias e instrumentos de pesquisa; a metodologia da sociopoética surgiu como uma alternativa.

3.1 O CAMINHO DA PESQUISADORA

Para a ciência contemporânea, a realidade não existe independentemente do sujeito; ela é constituída pelo observador, pelas escolhas que ele faz e só existe a partir da pergunta do observador sobre ela. O cientista não é contingência ou detalhe para a produção científica, pois ele conhecerá o fenômeno no estado em que escolher produzir e descrevê-lo.

A indissociabilidade entre sujeito e objeto traz conseqüências: redefine o princípio da objetividade e neutralidade científicas da ciência moderna. É impossível descrever objetivamente um contexto que o próprio observador constrói e pelo qual é construído; porém, isso não significa o fim da objetividade na ciência, ao contrário, alguns chamam de objetividade forte ou objetividade entre parênteses¹¹ porque ela passa a incluir também a descrição do observador.

Esta noção “coloca também o cientista numa situação nova, na qual, por ser um sistema auto-referente, constrói uma teoria que estuda a si mesmo. Não pode ter certezas, mas apenas fazer afirmações desde si mesmo” (RAPIZO, 1996, p. 37).

¹¹ Termo cunhado por Maturana e Varela, biólogos contemporâneos que têm fornecido importantes contribuições ao paradigma emergente e à articulação das ciências naturais e sociais.

É importante destacar o alerta quanto ao risco de centrar-se demais no sujeito e recriar o “velho” dualismo sujeito e objeto, agora numa atitude solipsista. Vasconcellos (1995) refere-se à necessidade de um outro momento, na atualidade, de auto-relativização do observador, de autocrítica e de auto-reflexão para reconhecer e evidenciar os elementos auto-referenciais. Com isso, surge um “eu” mais modesto, conforme assinala Morin (1977).

Nosso caminho profissional começa pela graduação em Serviço Social, motivada por razões comuns aos alunos da área, tais como: sensibilidade social e desejo de contribuir na mudança da realidade. Inicialmente, tal motivação foi pautada na concepção assistencialista acerca da categoria ajuda, predominante no senso comum até os dias de hoje.

Ao longo do curso de graduação, fomos desvendando uma sociedade que não era simplesmente composta por algumas pessoas pobres, as quais tiveram o infortúnio de nascer em condições adversas e dignas de piedade e de caridade, mas uma sociedade estruturalmente desigual e gerida por seres humanos predominantemente movidos por interesses pessoais em detrimento dos coletivos.

Na atualidade, sabe-se que não há escassez, tampouco má sorte: há competição e individualismo como alicerces da globalização e, a partir disso, má distribuição de recursos, injustiça social e pobreza. O desvendamento crítico da realidade social ampliou nossa capacidade analítica e de posicionamentos éticos, mas também remeteu a um dilema: nem a concepção ingênua (do pobre como incapaz), nem a visão crítica (do pobre como injustiçado) rompiam com a pecha de vítima passiva de contextos (fossem contextos criados por Deus ou pelo ser humano).

Nossa questão era: quando e como as pessoas que vivem em condições de pobreza e de exclusão podem ser vistas como sujeito? Paulo Freire, àquela altura, mostrou, através do construtivismo, que os sujeitos construía sua realidade, eram donos do próprio destino e - indo além do que a teoria crítica afirmava - que os opressores também precisavam se emancipar na relação com os oprimidos. Sem dúvida, significava uma ética mais ampliada com relação às concepções predominantes da luta de classes como eliminação de um ator ou classe social em detrimento de outro.

Com isso, passamos a formular novos questionamentos: como compreender e admitir que o ser humano é o mais importante, vem antes de tudo, mesmo antes de qualquer categorização social ou lugar que ocupa na divisão de classes sociais, sem perder de vista a dimensão das relações de poder? Como operacionalizar a síntese entre interesses divergentes sem significar a anulação ou o não-reconhecimento do outro?

As intervenções sistêmicas contemporâneas e construtivistas ou socioconstrucionistas¹², baseadas nas visões complexas da realidade e na dialógica, nos possibilitaram o desenvolvimento de um conjunto de estratégias metodológicas pautadas sucintamente no chamado “ganha-ganha”, que são formas democráticas de construção de sínteses e consensos. São elas: mediação alternativa de conflitos, trabalho com redes sociais, terapia familiar, terapia comunitária e equipe reflexiva, entre outras.

Na aplicação prática, a compreensão das escalas tornou possível a atuação transformadora no local, sem perder de vista a necessidade de transformação na dimensão estrutural, mas também não ficar “esperando” que ela aconteça. Essa foi uma redefinição da emancipação social de processo macro-estrutural de cima para baixo, como que por decreto, para as micro-relações do cotidiano, tarefa ao alcance de todos e de cada um.

Por exemplo, ao trabalharmos com um casal, como tantos no cotidiano dos agentes sociais, que vive uma situação de violência, não estamos trabalhando com a perspectiva das disfunções sociais ou desajustamentos individuais, cujo objetivo seria o restabelecimento de padrões de relacionamento compatíveis com a sociedade capitalista patriarcal. Ao contrário, entendemos que as dificuldades interpessoais são também expressões e recriações de processos sociais de dominação de gênero, de classe, entre outros.

A experiência no uso de tais metodologias e a pesquisa de mestrado em Serviço Social possibilitou-nos perceber que as transformações micro-relacionais e micro-estruturais são efetivas e emancipadoras, tanto para os sujeitos/usuários que vivenciam processos de opressão, quanto para os profissionais e pesquisadores. A perspectiva de uma mudança “de baixo” (de saberes não instituídos e desvalorizados) e “de dentro” (da subjetividade, sentimentos e percepções de cada um) remete o profissional a repensar o seu saber “de cima” também colocar-se em contato com suas percepções e referências internas.

Percebemos que de nada adiantava, por exemplo, apenas orientar uma mulher que sofreu violência física desde criança e que se mantém na vida adulta sofrendo violência por parte do marido, de que ela possui direitos, que ela tem valor e que deve interromper essa situação. Não é algo meramente racional, tampouco é resolvido pela via da instrução, prescrição ou orientação, pois criamos um monólogo. Ao invés da resposta (óbvia para o profissional), o desafio está em encontrar a melhor pergunta, aquela que leve o sujeito ao desalojamento de suas referências e crenças, à reflexão e ao *insight*.

¹² Experiências da autora pesquisadas e teorizadas no mestrado e publicadas em duas obras: Ferrarini (1999) e (2003). O socioconstrucionismo trata-se, grosso modo, do construtivismo aplicado à intervenção social.

Que perguntas permitem o recontar da sua história, não como vítima ou culpada, mas como protagonista de uma história de resistência e de resiliência? As histórias recontadas, frutos de sua própria narrativa, ao serem escutadas de forma não-julgadora e não-indutora, tornam-se histórias de luta e de beleza. Ao invés de uma mãe abandonante e negligente, é comum encontrarmos mães que nunca receberam amor; mães que entregaram seus filhos à adoção porque os amavam e não se viam capazes de criá-los e mães que lutaram por seus filhos com os recursos e conhecimentos que tinham. Não se trata, nesse caso, de negar a negligência, mas ter claro que é o sujeito auto-consciente, e apenas ele, que pode se transformar. O trabalho passa a ser o de instigar processos de auto-conhecimento que levam a processos de autogestão.

Aprendemos também que o agente é um ser transformador (em analogia com os transformadores de voltagem elétrica) para transformar a dor. Em outras palavras, o profissional e pesquisador precisa ser capaz de receber a informação numa frequência e exteriorizar em outra, ou seja, adequar e muitas vezes reconstruir seus conhecimentos, técnicas e valores de acordo com cada contexto e sujeito. Transformar a dor é ver que nela a competência e o saber.

O resultado é a humanização do profissional, que também se emancipa da alienação do saber acadêmico na relação com as pessoas e no permanente questionamento acerca da validade de seu saber. O mais difícil nessa trajetória foi “largar” o controle do processo, ou melhor, redefinir o poder e autoridade profissional na relação com o usuário.

Além do trabalho direto com indivíduos, famílias e comunidades, a atuação na gestão de políticas públicas, em especial na área de acessibilidade universal e de economia solidária, agregou conhecimentos importantes para a trajetória da pesquisa.

Na trajetória acadêmica, como docente, supervisora de estágios, pesquisadora e orientadora de trabalhos científicos, utilizamos nossa experiência para contribuir na formação de profissionais com competências, habilidade e atitudes voltadas para a prática participativa e emancipatória.

O doutorado em Sociologia foi uma experiência gratificante que superou as expectativas. Por sermos de outra área, havia o receio de nos sentirmos deslocados ou sofrermos algum tipo de rechaço, logo afastado porque a turma era formada por colegas de diferentes áreas e com variados interesses de pesquisa, o que possibilitou enriquecedores debates multidisciplinares. O doutorado foi uma oportunidade para qualificarmos nosso conhecimento teórico e de retornarmos às questões que consideramos mais estruturais, buscando integrar com os conhecimentos e vivências anteriores.

O Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFGRS possibilitou-nos, ainda, o acesso à bolsa de doutorado sanduíche realizado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, em Portugal, sob orientação do professor Boaventura de Souza Santos. Esse também foi um momento privilegiado para recriação de nossas posições teóricas, podendo integrá-las com o debate epistemológico. O professor Boaventura transmitiu uma atitude de permanente aprendizagem e colocou o aluno no lugar de co-construtor do conhecimento e da experiência, pedagogia que em si mesma já é uma importante aprendizagem. Percebíamos a coerência entre o debate teórico e epistemológico do professor com suas aulas e outros eventos de integração que expressavam a busca de vinculação da teoria à prática, da racionalidade cognitiva às formas de expressão artística e lúdica, da razão com o afeto nas relações.

As aulas constituíram-se em verdadeiros exercícios reflexivos e criativos, enriquecidos pela troca com um grande número de alunos de diferentes regiões do Brasil, Portugal, África, Moçambique e Colômbia.

As orientações individuais sobre nosso projeto de pesquisa, na condição de co-orientador no Exterior, expressaram a leitura cuidadosa do material, discussão de conceitos, indicação de bibliografia também acrescentaram muito à pesquisa empírica, conforme será tratado adiante. Hoje, nosso entendimento de emancipação social já não é o mesmo e abarca princípios antes divergentes, possibilitando que a teoria crítica contribua para a transformação da realidade sem tentar encaixá-la em finalidades pré-concebidas.

As orientações do professor Antonio David Cattani ao longo do processo de elaboração da tese foram fundamentais na busca de clareza do tema, na construção dos argumentos e na redação da tese. Além disso, o respeito do Professor às nossas idéias e o incentivo para que formulássemos nosso próprio pensamento contribuíram decisivamente para a produção teórica.

3.2 O CAMINHO DA PESQUISA

Fomos construindo o tema de pesquisa a partir da necessidade de superação de posições que nos pareciam dogmáticas ou reducionistas frente às múltiplas questões que a realidade social nos remetia no contato cotidiano.

Do ponto de vista da construção do objeto teórico, percebemos que a teoria crítica e as perspectivas emancipatórias acabaram por reproduzir aquilo que propunham romper. Para

nós, a ciência hoje é um saber entre outros saberes e com outros saberes, tendo capacidade para identificar suas limitações e a presença do componente humano na sua construção.

A "escavação nas ruínas" proposta pela sociologia das ausências começa pelo próprio olhar do pesquisador sobre si mesmo e sobre a realidade que vê, ou seja, pela escavação nas próprias ruínas. Nesta escavação, nos perguntamos sobre os significados ocultos pelo olhar acadêmico, ocidental e classista e como poderiam emergir.

Novas indagações surgiram: por que buscamos no Norte respostas para o Sul, tanto em Portugal, quanto na experiência da GTZ, a organização não-governamental alemã que foi um das protagonistas da experiência pesquisada. Estaríamos reproduzindo a lógica que desejávamos romper?

Do ponto de vista do objeto empírico, a trajetória começou no trabalho com dificuldades ligadas aos sofrimentos individuais familiares, ligados à violência doméstica, abuso sexual, dependência química, distúrbios de aprendizagem, gravidez na adolescência, enfim.

Posteriormente, vimos também a importância do acesso ao trabalho e renda para a autonomia das populações de baixa renda. Dentre as alternativas de mercado informal, trabalhos autônomos e outras estratégias de sobrevivência, a economia solidária sinalizou uma possibilidade de articulação entre dimensão social e econômica, de constituição de relações mais emancipatórias e sustentáveis e capacidade para construir uma travessia da política da assistência social para o trabalho e desenvolvimento.

No processo de permanente construção e desconstrução do objeto de análise, percebemos que as experiências de economia solidária eram frágeis e desafiadoras para o enfrentamento do mercado capitalista. Além disso, as pessoas, em especial as mulheres, cada vez mais significativas como público dos programas de assistência social e as mais comprometidas com a coesão familiar e a subsistência dos filhos, na prática não conseguiam inserir-se ou manter-se em experiências de economia solidária sem o apoio de uma rede de políticas, serviço ou de relações sociais sua comunidade.

Com isso, nos aproximamos do campo do desenvolvimento local integrado e sustentável, que parece congrega um conjunto de elementos necessários à superação emancipatória e sustentável da pobreza, porque agrega elementos de: territorialidade, participação dos vários atores sociais envolvidos, interdimensionalidade, rede local e sustentabilidade.

Por isso, vivemos um dilema na escolha do objeto empírico no início do doutorado: pesquisar um programa da assistência social e ver de que forma ele está conseguindo agregar

dimensões econômicas ao social ou pesquisar um programa de geração de trabalho e renda ou de desenvolvimento e ver de que forma ele está conseguindo agregar a dimensão sociocultural e subjetiva? Optamos por conhecer a proposta mais ampla no sentido de capacidade de integração das várias políticas e porque pareceu estratégico falar de combate à pobreza fora dos limites da assistência social, remetendo como dimensão de toda e qualquer política.

O objeto pesquisado trata-se do PIRAD, um Programa na área do planejamento urbano com interface no desenvolvimento sustentável. O Programa surge da necessidade de recuperar áreas ambientalmente degradadas, às margens de arroios onde vivem populações de baixa renda. Os técnicos, a partir de concepção e do uso de metodologias participativas, as quais já vinham sendo aprimoradas desde o Programa de Viabilização de Espaços Econômicos para Populações de Baixa Renda (PRORENDA)¹³, fizeram a “escuta” ou perceberam que não poderiam pensar no cuidado com o meio ambiente sem pensar no desenvolvimento econômico e social das comunidades. A partir daí, passaram a integrar outras alternativas, tais como, clubes de trocas com moeda social, cooperativas, etc.

Essa experiência sinalizou a existência de um conjunto de elementos a serem explorados na pesquisa. Em especial, chamou-nos a atenção que, após a alocação de recursos e término formal do Programa, muitas pessoas e organizações continuaram as ações com protagonismo, evidenciando elementos de sustentabilidade.

Uma descoberta inicial importante é que o meio ambiente é hoje mais um elemento catalisador na superação da pobreza e questionamento do modelo de desenvolvimento. O PIRAD apresentou elementos que consideramos fundamentais. A idéia de cidadania ampliada, por exemplo, para a qual uma política de combate à pobreza não se volta para os ditos pobres, mas para toda a sociedade por formas políticas e culturais de pobreza.

Ademais, as noções de sustentabilidade e inter-setorialidade partem da constatação de que não é possível atuar numa dimensão sem considerar e incluir outras, o que fica ainda mais evidente na dimensão ambiental. “O rio de Esteio nasce em Gravataí. O mau gerenciamento repercute: se tratar mal lá em cima, desemboca aqui e depois (...). A água não tem fronteiras” (JG, gestora do PIRAD). Por fim, destacamos a noção de participação na perspectiva da democracia participativa, pela qual todos os atores com seus saberes e práticas são importantes no processo.

Esta trajetória teórica e empírica constitui-se em terreno fértil para inquietações, as quais tornaram-se questões de pesquisa. No nível teórico-epistemológico, realidades ou

¹³ Programa que será aprofundado no próximo capítulo.

dimensões distintas podem ser integradas? O saber acadêmico pode compor com o saber popular? Ética, subjetividade e valores são tão constitutivos quanto teoria e técnica? Há outras formas de desenvolvimento e vida em sociedade? Formas não-capitalistas podem avançar nas brechas do capitalismo e fortalecer, crescentemente, as bases de produção material e de relações sociais mais solidárias e autônomas?

No nível metodológico: como sair de um modelo que gera dependência para um modelo que instaure autonomia? Como romper com a concentração da informação pelo técnico e fazê-la circular em benefício de todos? Como resgatar o saber dos antepassados indígenas e africanos e a competência adquirida pela própria experiência de vida? Como transformar prática especializada e limitada em abordagem eficiente para atingir sistemas mais amplos?

O doutorado sanduíche agregou conhecimentos e metodologias à pesquisa. Do ponto de vista teórico, a pesquisa avançou muito através da disciplina realizada com o professor, Boaventura Santos e, especialmente, através de duas orientações individuais¹⁴ à pesquisa, já referidas.

Além disso, foi importante o contato com a equipe de pesquisadores do CES, destacando uma entrevista individual com finalidade de orientação à pesquisa com o professor Pedro Hespanha, bem como contatos com profissionais, ativistas e outros pesquisadores da área de políticas social e de desenvolvimento local; tivemos, também, o acesso a materiais bibliográficos inexistentes no Brasil.

O contato com pós-graduandos de outros países e de outras regiões do Brasil trouxe-nos novos aportes, agregou uma inovação considerada significativa e digna de ser explorada nesta análise. Trata-se da sociopoética, uma metodologia de pesquisa que adquiriu visibilidade a partir de suas aplicações no Brasil, realizadas por grupo de pesquisadores das Universidades Federais de Santa Catarina e da Bahia. Foi curioso o fato de atravessarmos o Oceano Atlântico para ter contato com uma metodologia sistematizada em textos produzidos em Santa Catarina, estado vizinho ao Rio Grande do Sul.

Por outro lado, o autor da sociopoética, Jacques Gauthier¹⁵, é um pesquisador francês que desenvolveu sua pesquisa de doutorado com índios canadenses e sistematizou uma metodologia com a intenção de construção democrática de conhecimento e com a possibilidade relação horizontal entre o saber acadêmico e o saber popular. As re-incursões

¹⁴ Foram duas orientações individuais de uma hora e trinta minutos cada, as quais foram gravadas e transcritas. Elas subsidiaram todas as etapas do processo de pesquisa, até a redação final.

¹⁵ Professor visitante na UFRJ, doutor em Ciências da Educação e pesquisador da equipe Escol ("Education, Scolarisation et Colletivités Locales") da Universidade Paris 8.

em Paulo Freire também ocorreram em Portugal, onde foi-nos possível perceber a sua importância na ciência contemporânea com intencionalidade emancipatória e libertadora e redescobri-lo em leituras recentes.

Com isso, podemos perceber a complexidade dos processos contemporâneos de globalização, localização, globalismo localizado e localização globalizada, assim como as “descobertas”, permanentemente redescobertas na trajetória da pesquisa e pesquisadora.

É importante destacar que, se o capitalismo neoliberal se globalizou, as alternativas e reflexões emancipatórias também se globalizaram e se atualizaram no sentido de formação de novas concepções de luta social e de novos padrões de organização. Se as classes sociais perderam a nitidez que tinham na época do capitalismo industrial e dos processos de trabalho fordistas-tayloristas, Norte e Sul também deixaram de ser conceitos estanques. Se o oprimido, melhor do que ninguém conhece a dor da sua opressão, o opressor (em sentido histórico e cultural, de forma simbólica, não simploriamente pessoalizada) também conhece a dor de oprimir. Com isso, muitos grupos desejam fazer a sua parte na reversão das desigualdades ou na construção de um mundo melhor. É possível que muitos saibam caminhos diferentes e complementares aos caminhos dos oprimidos, saberes que brotam da dor do processo de opressão e de exploração, quando se toma consciência do processo, em qualquer ponta da relação em que se esteja.

Portanto, se o contato e a utilização de referências (inclusive o próprio objeto empírico da pesquisa) provém de trocas acadêmicas e sociais com o Norte, estarão em jogo as duas possibilidades em evidência na análise: neocolonialismo (na execução da ação pesquisada e na própria pesquisa através das referências e procedimentos teóricos e metodológicos) ou pós-colonialismo nas práticas sociais e cognitivas? Alternativas emancipatórias na sociedade e na ciência mais uma vez absorvidas pelo pilar da regulação em escala global ou recriação da emancipação social em novas articulações entre capital e trabalho, Norte e Sul e saber popular e científico?

A sociopoética como metodologia de pesquisa mostrou-se um recurso com alto grau de coerência e articulação com a análise epistemológica e teórica realizada em torno do tema da tese. Nosso primeiro contato ocorreu em Portugal, tanto com material bibliográfico, quanto na participação direta como membro de grupo-pesquisador de parte de uma experiência de sociopoética, vinculada à pesquisa de uma doutoranda cujo tema eram práticas emancipatórias de educação no ensino superior.

Após o retorno ao Brasil, fizemos contato com Jacques Gauthier e combinamos a possibilidade de ter sua assessoria para a aplicação da sociopoética nesta pesquisa. Após o

término das entrevistas e da pesquisa documental, com um mapeamento e compreensão preliminar do PIRAD, bem como com vínculos iniciais com os gestores de relevante participação no Programa, iniciamos um trabalho através do correio-eletrônico de informação e de sensibilização.

O próximo sub-capítulo, que explicitará os fundamentos da sociopoética, é parte de material sistematizado e disponibilizado para que o grupo conhecesse melhor a metodologia.

3.2.1 Sociopoética como metodologia de pesquisa para uma sociologia das ausências

O estudo de Gauthier interroga o imaginário científico dos pesquisadores em relação à pressuposta "transparência da razão", o culto da matemática e os efeitos da ciência, apontando a relação conflituosa ou de silêncio da academia sobre os saberes populares, que exprime uma grande "obscuridade epistemológica".

No diálogo entre os saberes populares e acadêmicos encontra-se o conceito de "dupla ruptura epistemológica" segundo Boaventura Santos. Essa ruptura epistemológica pode ser favorecida pela criação, proposta em nosso texto, de uma "sociopoética", que valoriza os saberes populares, aceitando a polifonia dos conceitos, trabalhando com os elementos de análise da situação aqui e agora, utilizando técnicas que revelam o poder de sonhar e lembrar do povo [...] ponto de partida da ciência barroca em criação (GAUTHIER e SANTOS, 1996, p. 61).

A identificação da sociopoética foi considerada uma metodologia coerente com os pressupostos que constituíram o PIRAD, bem como com os princípios, valores e saberes que moveram os gestores e executores do Programa. Tal constatação é feita a partir do que pôde ser apreendido na pesquisa empírica através da análise documental e das entrevistas individuais com gestores e moradores de comunidades envolvidas no Programa.

Pessoalmente, a necessidade de utilizar essa metodologia surgiu, em primeiro lugar, do desejo de ser coerente com o tema: como pesquisar o tema “processos emancipatórios” com métodos acadêmicos tradicionais nos quais os verdadeiros sujeitos da experiência investigada tornam-se objeto de pesquisa? Parecia insuficiente termos um referencial epistemológico e teórico sobre práticas emancipatórias, sem a prática de pesquisa emancipatória ou, mais ainda, uma prática emancipatória de pesquisa, capaz de gerar um processo de troca e de participação ativa dos sujeitos envolvidos.

O conhecimento se constrói cooperativamente ou de maneira autoritária, ele se cria nas interações sociais, com relações de poder que queremos desconstruir metodicamente e não somente na afirmação de posições teóricas. (GAUTHIER, 2001, p.19)

Em segundo lugar, adveio de um questionamento epistemológico sobre o predomínio da racionalidade cognitivo-instrumental da ciência sobre outras formas de conhecimento. O debate epistemológico tem mostrado que o paradigma baseado na certeza racionalista e cartesiana entrou em crise. Existem outras fontes de conhecimento, como o corpo, os não-ditos, os saberes e as emoções.

Em terceiro lugar, o desafio da busca sistemática de maneiras mais prazerosas - nem por isso menos rigorosas - de fazer ciência, contribuindo desse modo para a criação de

técnicas e procedimentos múltiplos. A sociopoética não se restringe aos procedimentos cognitivos, mas permite a materialização de dimensão estética, a qual, de acordo com Santos (2002), esteve bastante ausente na concepção moderna de emancipação social.

A pesquisa sociopoética é um método de construção coletiva do conhecimento que tem como pressupostos básicos que todos os saberes são iguais em direito e que é possível fazer da pesquisa um acontecimento “poiético” (do grego *poiesis* = criação) e poético (através de formas de expressão artística e lúdica). Contrariamente à prática acadêmica, imbuída da cultura hierárquica, a pesquisa sociopoética propõe a articulação autogestionária do grupo.

O método sociopoético foi fundado pelo filósofo e pedagogo Jacques Gauthier, a partir de suas experiências vividas, particularmente no movimento sindical dos Kanak, povo indígena da Kanaky ou Nova-Caledônia, no Pacífico, o qual, lutando pela sua independência contra o colonialismo francês, instituíram escolas próprias com pedagogias onde a criança é ativa e responsável e onde se integram os saberes ancestrais com os conhecimentos científicos na busca de um eco-desenvolvimento sustentável. A sociopoética é considerada por pesquisadores que a utilizaram como um desdobramento da Pedagogia do Oprimido que Freire desenvolveu durante sua vida através dos círculos de cultura.

A pesquisa sociopoética apresenta semelhanças com a pesquisa participante, mas difere por não apresentar intencionalidade conscientizadora; embora valorize as pesquisas com os grupos e classes sociais considerados dominados, não pré-determina seu público-alvo em termos socioeconômicos, não busca a resolução de problemas, não procura realizar um diagnóstico da realidade da população-alvo, não está centrada como a pesquisa-participante “...na análise daquelas contradições que mostram com maior clareza os determinantes estruturais da realidade vivida e enfrentada como objeto de estudo” (GAJARDO, 1984, p. 16-17). Além disso, os dados não são hierarquizados em função de sua dimensão reveladora das referidas contradições. Não é uma modalidade de pesquisa participante e sim uma outra leitura da pedagogia de Paulo Freire. Esta releitura dos ensinamentos de Paulo Freire é acompanhada de outras inspirações tais como a Análise Institucional, a Esquiza-Análise, o Teatro do Oprimido de Augusto Boal e a Escuta Mitopoética de René Barbier.

A sociopoética toma emprestado do institucionalismo a noção de dispositivo e o conceito operativo de analisador¹⁶ e análise das implicações¹⁷ para identificar fenômenos e saberes ocultos tanto na organização quanto no pesquisador.

¹⁶ Uma pessoa, um acontecimento ou fenômeno que revela algum traço fundamental da face oculta da instituição, que traz à tona a coisa não dita, rechaçada como não significativa ou inexistente. Para o institucionalista Barembliitt (1996), o analisador é uma situação ou uma pessoa que expressa um desvio na

Com relação à esquizoanálise, a sociopoética se vale do conceito de *devir*. A globalização cria políticas específicas para as minorias, trabalhando as diferenças para integrá-las ao mercado dos bens materiais e culturais. Diferentemente, a esquizoanálise vai traçando as linhas de desterritorialização, impossíveis de serem capturadas pelas máquinas desejanças da mercadoria, ou seja, estes devires minoritários. Ela refuta algo que escapa à categorização socialmente produzida. Refuta todo essencialismo, pois acredita que a subjetividade é fabricada, produzida socialmente; por isso propõe, ao invés da noção redutora de identidade (homem, branco, etc.), a multiplicidade heterogênea.

O Teatro do Oprimido de Augusto Boal é “a arte de nos vermos a nós mesmos, a arte de nos vermos vendo!”. Boal descobriu, graças a um camponês, que “o que estava errado era que nós não éramos capazes de seguir o nosso próprio conselho. Homens brancos da cidade tinham pouca coisa a ensinar às mulheres negras do campo..” Desmistificou que o povo oprimido deveria seguir o caminho revolucionário que os intelectuais revolucionários julgavam ser correto. Esta concepção evita o viés iluminista e prega a auto-conscientização.

O único poder que nós reconhecemos é o de abrir um devir, graças ao dispositivo da pesquisa. Depois, quer o grupo como unidade heterogênea, quer cada pessoa, fará deste devir o que quiser. Isso é sua liberdade. Poderá até nos odiar. De qualquer forma, recusamos toda vontade de cuidar, libertar outras coisas além de fluxos, linhas de fuga. (GAUTHIER e SANTOS, 1996, p. 16).

René Barbier contribui para a sociopoética através da *escuta sensível* na comunicação, a qual “não julga, não mede, não compara”. Ao invés disso, assume o “vazio criador” diante da complexidade de referências do grupo, deixando-se “surprender pelo desconhecido” que emerge inclusive nos silêncios. Além disso, há o reconhecimento que não pesquisamos apenas com a razão: só se é ser humano “pela existência de um corpo, de uma imaginação, de uma razão, de uma afetividade em permanente interação”. Para Barbier (1997), a audição, o tato, o gosto, a visão, o paladar, são desenvolvidos na escuta sensível. A sociopoética integra esta atitude quando afirma que o corpo pensa. Daí não admite separar “a razão e os outros modos de pensar, a intuição, emoção e sensação” (GAUTHIER, 1999, p. 26).

Com relação à filosofia dialógica de Paulo Freire, concordamos com o posicionamento que “o nosso papel não é falar ao povo sobre a nossa visão do mundo, ou tentar impô-la a ele

instituição ou a negação do discurso aparente da instituição, do discurso dominante. Por exemplo, tendem a ser analisadores o dinheiro, as relações hierárquicas, a sexualidade, a organização do tempo e do espaço.

¹⁷ A Análise Institucional não acredita na neutralidade do pesquisador acadêmico e por isso mesmo sugere que este analise o lugar social de onde fala, isto é, a maneira como seus diversos pertencimentos sociais interferem na investigação, gerando contradições. Suas reflexões e sentimentos são registrados num diário de itinerância, que pode ficar à disposição do grupo.

(...)” (FREIRE, 1987, P. 87) e sim adotar uma atitude de respeito mútuo e de troca entre saberes intelectuais e populares.

Para Gauthier, a ciência deve interrogar as energias impressas nos corpos das pessoas, nos seus afetos, nas suas crenças e nos seus saberes. A pesquisa tem por objetivo resgatar as marcas do passado, mesmo quando são tão íntimas ou tão presentes em toda atividade, que as pessoas não as percebem mais. A objetividade da ciência que queremos está no desvelamento e na análise, pelo grupo-pesquisador, dessas marcas inconscientes, sem as quais é impossível entender as experiências de vida das pessoas, seus saberes e não-saberes. Para a sociopoética, uma ciência que não enfrenta essa questão do inconsciente com a participação ativa dos sujeitos da pesquisa, em todas as suas fases (produção de dados, análise e interpretação, socialização), fica subjetiva, presa nos limites das projeções teóricas do pesquisador acadêmico.

Os princípios da sociopoética são os seguintes:

Primeiro: o grupo-pesquisador, cuja instituição pode ser proposta por uma pessoa, mas é negociada entre os parceiros. O conhecimento é produzido coletiva e cooperativamente. O grupo é a alma da sociopoética, é o sujeito da pesquisa no sentido de que conduz a pesquisa sobre si mesmo, autor e ator da pesquisa.

Os pesquisadores acadêmicos são somente facilitadores, catalisadores, mediadores, interceptores, no processo de pesquisa; apresentam suas propostas, participam do processo de elaboração e análise dos dados. O saber adquirido na Universidade contribui na leitura dos dados produzidos pelo grupo-pesquisador, no sentido de perceber as estruturas implícitas do pensamento do mesmo. O pesquisador-facilitador precisa formar-se para desenvolver sua sensibilidade de modo a ser capaz de apresentar intenções fluidas e criar espaços de acolhimento e de integração entre os diferentes pesquisadores.

A prática mostra que as pessoas envolvidas no tema da pesquisa são portadoras de conhecimentos de todo tipo, tanto quanto os pesquisadores. A igualdade não é a negação das diferenças. Cada um traz em si, em seu próprio corpo, saberes de raízes ancestrais, culturais e históricas. O processo de pesquisa pode favorecer a explicitação destes saberes mediante a fricção com outros saberes. O desafio é o de se transformar a multirreferencialidade em interreferencialidade ou interferencialidade, isto é, cada interlocutor ou autor estabelece as relações com seus parceiros, falando para todos os outros, com os outros e entre os outros.

É na fricção entre saberes locais diferentes que vão se elaborando novos conceitos, novas categorias, novos modelos de significação. O mesmo fenômeno pode ser interpretado a partir de diferentes referenciais... a compreensão multi e

interreferencial pode permitir compreender a complexidade de cada fenômeno.(GAUTHIER, 2001, p.9)

Segundo: as culturas de resistência (visão intercultural), que significa a participação dos sujeitos e das culturas dominadas (não somente a cultura dos negros e índios, mas, por exemplo, a cultura do cliente em relação à do profissional ou da criança trabalhadora em relação à cultura escolar) na produção dos dados da pesquisa. Profissionais e pesquisadores também são colonizados pelo saber tradicional. Valorizar aspectos emocionais e espirituais, que estão mais presentes na cultura de índios e negros é importante para todos os grupos, pois tais aspectos dizem respeito à condição humana.

Terceiro: a concepção de múltiplos saberes, para a qual o corpo inteiro, emocional, intuitivo, sensível, gestual, racional e imaginativo é portador de marcas históricas e, igualmente, como fonte de conhecimentos. Muitos conhecimentos, relacionados às opressões sofridas pelos povos colonizados, ficam presos na escuridão dos nervos e músculos. Toca-se aqui o lugar da identidade do sujeito e este pode fechar-se na sua couraça. Logo, o dispositivo deve ser instituído de maneira sensível e ética. Temos de respeitar o direito de participar ou não.

Quarto: as técnicas artísticas que visam favorecer seu uso para a produção de dados, para a emergência de pulsões e saberes inconscientes, desconhecidos, inesperados, como dados de pesquisa que expressam o fundo íntimo, perto do caótico, das pessoas. Favorecer, pelo uso de técnicas artísticas de produção de dados, a emergência de pulsões e saberes inconscientes, desconhecidos, inesperados, como dados de pesquisa.

Quinto: o sentido ético e político que consiste na interrogação dos sentidos do processo de pesquisa e das formas de socialização a serem escolhidas pelo grupo-pesquisador. Uma pesquisa tem aspecto político e ético, pois participa do contexto das relações de poder e saber entre a comunidade envolvida e a sociedade, e dentro da própria comunidade. Muitas vezes, isso orienta a pesquisa em caminhos imprevisíveis e muito fecundos.

Com relação ao método, destaca-se inicialmente que a palavra “método” não deve ser lida no seu sentido convencional, e sim como caminho – mas não qualquer caminho; em referência aos versos muito citados do poeta espanhol Antonio Machado, “o caminho se faz caminhando”. Método, como diria Morin (2000), é “uma ajuda à estratégia do pensamento”, uma prática e filosofia da pesquisa.

As técnicas utilizadas são consideradas como momentos do dispositivo, no sentido que se espera que elas façam emergir os não ditos do grupo-pesquisador, que elas favoreçam a

análise coletiva e crítica de dimensões pouco aparentes ou totalmente recalcadas na vida instituída.

O método é composto das seguintes fases:

A entrada no campo consiste na apresentação dos fundamentos teórico-metodológicos; distinção entre encomenda e demanda para definição do tema gerador; técnicas de relaxamento e introspecção para aflorar representações sobre o “tema-criação” de imagens criadas por cada um e sua representação como escultura com os corpos dos parceiros, com base no teatro do oprimido (BOAL, 2005); socialização das diferentes interpretações de cada cena e comentários registrados.

A produção de dados exige relaxamento para trabalhar também com os conhecimentos sociais e individuais recalcados, esquecidos, inscritos na profundidade do corpo ou na superfície da pele. A técnica de produção dos dados pode ocorrer, segundo Boal (--), numa imagem congelada, onde a pessoa apresenta a sua posição usando também o corpo das colegas (como estátuas ou escultura, técnica utilizada em trabalho com famílias e grupos). Pode haver o “coringa” no grupo, que é uma pessoa de meio diferente para revelar o implícito do grupo.

A análise e não-análise refere-se a discussões em que o conhecimento é cooperativamente construído; é dialógica (Freire) e polifônica (Bakhtin); alimenta-se no confronto da visão de todos, das suas posições, intuições, análises e críticas. Não busca uma síntese reconciliadora; mantém a diferença tensa das vozes no resultado final. Depois de interações que acolhem várias formas de conhecer, práticas e teóricas, é conveniente que os facilitadores trabalhem sobre os dados e falas polifônicas.

Das análises nascem conclusões surpreendentes, chamadas de conclusões hipotéticas, que não é a verdade trazida pelo pesquisador profissional ao grupo, mas a capacidade que os facilitadores têm de formular com clareza várias conclusões hipotéticas. Com essas conclusões em forma de hipóteses, eles voltam a se encontrar com os co-pesquisadores para submetê-las ao crivo de sua avaliação bem como para fazer perguntas de esclarecimento. Esse momento, chamado de contra-análise, é fundamental para que o pesquisador oficial retifique, re-examine e torne mais precisas suas reflexões; pode ser interessante apresentar seus estudos, geralmente muito extensos, de forma sintética e comunicativa; para tal, suspende-se provisoriamente os conceitos teóricos.

Posteriormente ocorrerá a construção de categorias e conceitos novos e a interpretação, a ser feita em assembléia geral para contra-análise das conclusões, onde poderão surgir desencontros e divergências, pois qualquer membro do grupo-pesquisador

poderá projetar luzes e sombras sobre as discussões em curso. A responsabilidade dos facilitadores-mediadores, o seu compromisso ético e político com o grupo que o acolheu é de trazer visões novas, desconhecidas, que permitam à consciência crítica do referido grupo progredir no sentido da desconstrução da hegemonia e da construção da contra-hegemonia.

Não há obrigação dos co-pesquisadores aceitarem as conclusões dos facilitadores, ou vice-versa. A falta de desencontros seria, até, muito suspeita. O que buscamos não é harmonia nem consenso. Uma tensão cognitiva não resolvida pode revelar problemas complexos e ajudar na sua expressão filosófica rigorosa, assim como favorecer a emergência de novos devires. Certo encontro e harmonização entre as análises dos facilitadores e dos co-pesquisadores também é algo possível. A proporção entre os encontros e desencontros é variável em cada pesquisa. O sonhar com o outro que é tornado possível pelo dispositivo do grupo-pesquisador, carinhoso, envolvente, permite que coisas que não se dizem normalmente sejam ditas.

Os facilitadores têm a responsabilidade de fazer com que a pesquisa encerre com um processo que reafirme o carinho mútuo e os ganhos do grupo em termos de devires, afetos e conhecimentos. Mais uma vez, o objetivo não é de cuidar nem de fazer adoecer, ainda menos de salvar ou condenar – posições imperiais de poder eticamente intoleráveis. O objetivo é de conhecer, aceitando devires nem sempre prazerosos, mas sabendo contê-los nos limites definidos pelo próprio grupo, que passam pelo respeito mútuo e pela autogestão cooperativa. Tais grupos experimentaram inesquecíveis momentos de prazer e alegria; sempre salientam isso nas avaliações finais em numerosas pesquisas sociopoéticas realizadas em várias áreas e instituições.

Por fim, há a fase de socialização, em que o grupo-pesquisador como um todo decide da melhor forma de tornar conhecida e discutida a investigação, no seio de um público mais amplo. Publicação, peça teatral, exibição, debate, as formas dependem das condições e criatividade do grupo. Na medida do possível, trata-se de favorecer não apenas uma forma de socialização significativa para os facilitadores (dissertação, tese, relatório para uma agência de fomento à pesquisa etc.), mas também uma forma significativa para o meio institucional, social e/ou comunitário dos co-pesquisadores.

3.2.1.1 Sociopoética na pesquisa do PIRAD: possibilidades e limites

Inicialmente, a utilização da sociopoética não havia sido prevista no projeto, pois o acesso à metodologia foi posterior. A imediata identificação com a metodologia e a percepção

de sua convergência com o referencial teórico da sociologia das ausências e das emergências foram elementos encorajadores para a tentativa de uso da sociopoética de forma complementar com os outros procedimentos metodológicos. Complementar porque a entrevista é instrumento tradicional de pesquisa, nem por isso conservador, pois, em primeiro lugar, há que se destacar que a intencionalidade se sobrepõe ao instrumento, dando a ele o rumo e o uso que o sujeito optou; ou seja, instrumentos considerados ou historicamente utilizados de forma conservadora (tanto para conhecimento quanto para intervenção social, como por exemplo, respectivamente, questionários e entrevista fechadas ou visitas domiciliares e plantões sociais) podem instaurar processos emancipatórios.

Em segundo lugar, mesmo levando-se em consideração esse aspecto, há instrumentos potencialmente voltados para a emancipação social, mais adequados para esse fim, ainda que se admita que se utilizados com fins conservadores acabam sendo desvirtuados. É o caso, no campo da pesquisa, de tantas outras metodologias de pesquisa participativas e na intervenção social, o amplo conjunto de trabalhos com redes sociais e metodologias participativas.

Naquela pesquisa, os procedimentos seguiram a seqüência cronológica no projeto: pesquisa documental, “participação observante” e entrevistas individuais, nas quais se fez a socialização inicial de informações sobre a sociopoética com objetivo de sensibilização dos pesquisados.

Na prática da pesquisa, as entrevistas foram utilizadas na perspectiva construtivista, em que se procurou deixar os entrevistados à vontade, com um roteiro muito flexível e com recursos de escuta sensível. As entrevistas foram momentos importantes de construção inicial de vínculo, de explicitação da posição da pesquisadora e de seus objetivos e da escuta sensível acerca de tudo o que foi dito.

As entrevistas permitiram o relato e a análise a partir da experiência vivida, contribuindo para que os entrevistados pudessem relembrar e agregar elementos de seu momento atual à memória do vivido. “Foi muito bom ter a oportunidade de lembrar do PIRAD depois desse tempo que passou e ver quantas coisas boas e pessoas legais fizeram parte dele (PP, gestor entrevistado)”.

Com a pesquisa documental e as entrevistas foi possível se chegar a algumas conclusões preliminares, mas também parciais e solitárias, ainda que válidas. Para fins acadêmicos, eram suficientes; mas o desejo era ir além e não somente produzir um conhecimento do lugar onde o pesquisador está. É claro que ele pode colocar-se em vários lugares a partir de onde se encontra, ou se negaria possibilidades intersubjetivas, relacionais e

comunicacionais, as quais se tem assinalado ao longo da fundamentação teórica como necessárias e viáveis.

Entretanto, a sociopoética, por sua característica participativa, autogestionária e auto-reflexiva, permitiria avançar no sentido do que o próprio PIRAD propunha: transformar os seres humanos, usualmente tratados pelas políticas e pela ciência como objetos, em sujeitos. A intenção foi de que o ato de pesquisar sobre a emancipação social se constituísse, em si mesmo, um ato emancipatório. Em outras palavras, materializar uma afirmação na qual se tem insistido ao longo do texto: articulação entre forma e conteúdo ou entre processo e resultado.

Para tanto, ao final das entrevistas com os gestores, a sociopoética foi apresentada sucintamente e a maior parte do grupo¹⁸ manifestou interesse a partir de justificativas comuns: admiração pelo PIRAD por reconhecerem elementos inovadores e desejo de aprofundar essa experiência e produzir conhecimento sobre categorias, tais como: política pública, participação, papel do agente e sustentabilidade.

Na condição de pesquisadora-facilitadora, fizemos uma proposta na tentativa de tornar a sociopoética viável. O processo seria iniciado de forma virtual com quem se interessasse e não pudesse ou não desejasse participar de forma presencial. O primeiro passo foi o envio de texto sobre a sociopoética, como um disparador do debate e da troca de idéias. O uso da internet como forma de constituição de um grupo-pesquisador baseou-se no recurso didático de “hipertextos¹⁹” utilizado por Santos (2005) em suas aulas. Isso seria uma contribuição e amostra de que é possível avançar na relação mais democrática entre a prática social e a prática acadêmica através da produção de textos “a várias mãos”, e não apenas pelo pesquisador que, se bem sucedido, ganha os louvores por traduzir um saber que provém de tantas pessoas e contextos.

O segundo momento previsto seria presencial, tendo sido previsto um local adequado para a realização das vivências grupais e do processo de sistematização coletiva, o qual poderia ser intercalado com as contribuições virtuais. O produto final, provavelmente, seria um artigo de co-autoria de todos ou um livro, tal como grupos anteriores demonstraram ser possível dada a riqueza de material que se coleta e se constrói na perspectiva do saber multidimensional e do processo participativo.

¹⁸ Dos onze gestores entrevistados, dois não moram no Brasil, dois comunicaram de antemão que estariam impossibilitados devido a compromissos profissionais e que consideravam a iniciativa importante e os pesquisados restantes, em número de sete, demonstraram grande interesse.

¹⁹ Lança-se uma ou mais questões e cada um constrói um pequeno texto, que é complementado pelo colega e assim o texto vai circulando até se chegar a uma totalidade, como mosaico, sendo utilizado como material para debates posteriores.

Posteriormente, marcamos um encontro inicial do grupo, mas algumas pessoas confirmaram na última hora, quando havia sido cancelado. Outras tentativas foram feitas, mas, ao final, a metodologia não foi aplicada. Na forma virtual, as interações ocorreram apenas entre os agentes do município onde o PIRAD obteve mais êxito. Não houve retorno por parte do resto do grupo com relação ao material enviado e à proposta feita.

O entendimento a respeito da não-utilização da sociopoética se refere, principalmente, a algo que se suspeitava de antemão: a demanda de tempo, de dedicação e envolvimento dos participantes colide com o intenso ritmo de trabalho, acúmulo de tarefas e falta de tempo por parte dos gestores que, na sua totalidade, estavam envolvidos em cargos de secretariado, consultorias e cargos executivos, campanha eleitoral, entre outras demandas importantes ligadas a viagens freqüentes e responsabilidades empresariais.

Entendemos que uma metodologia de pesquisa que propõe a co-gestão com os pesquisados demanda motivação e recursos, sendo viável quando surge como necessidade de ambos, pesquisador e pesquisado. É difícil viabilizar a aproximação democrática entre ciência e prática social, em parte pela distância histórica entre o saber da prática e do saber acadêmico e entre ação e reflexão: quem está na prática quase não consegue parar para refletir; quem está no trabalho acadêmico muitas vezes tem dificuldade de compreender e dialogar com as verdadeiras demandas e anseios dos sujeitos e da realidade social.

É necessário admitirmos que, na condição de pesquisadora, também não contávamos com as condições necessárias. Mesmo sem a ilusão de concretização da sociopoética, foi o momento mais difícil da pesquisa; gerou desconforto, dúvida e receio porque exigiu exposição do pesquisador e, mais ainda, o trabalho não se concretizou. Quanto mais aprofundamos processos participativos, maior é o envolvimento, sair de si, acolher o outro e interagir em diferentes dimensões. As construções mais efetivas e perenes são, em geral, processos entremeados por momentos de sofrimento, frustração, encontro, pertencimento, entre tantos outros, porque não atuam apenas na esfera cognitiva, mas integram a tríade: pensar, agir e sentir.

Além disso, muitos pesquisadores desistem para não correr o risco de não dar certo porque, a partir do momento que se opta pela sociopoética, a pesquisa passa a ser redefinida e não está mais unicamente nas mãos do pesquisador: ela é de cada um, de todo o grupo e vai avançar na medida da co-responsabilidade de cada membro.

Em processo de auto-reflexão e de autocrítica, consideramos que o esforço de trazer a sociopoética foi válido porque entendemos que o movimento de socializar conhecimentos sobre a sociopoética já “lançou sementes” e suscitou outra possibilidade de lugar para os ditos

“pesquisados”. Ao final, avaliamos que, independentemente da não experimentação concreta da sociopoética, o resultado da síntese teórico-prática não seria o mesmo se não se pudéssemos contemplá-la no texto, ainda que sob a forma de ausência. A sociopoética está viva e presente na sistematização teórico-metodológica na própria forma de ausência, tendo sido apresentada por se considerar uma inovação do campo das análises e pesquisas consideradas pós-colonialistas.

3.3 A REALIDADE DOS SUJEITOS DA PESQUISA

A pesquisa empírica não se restringiu às entrevistas realizadas em 2006; ela aconteceu ao longo dos quatro anos de doutorado. Em 2003, iniciou-se a aproximação com a coordenadora-geral do PIRAD, que aprovou a proposta de pesquisa na METROPLAN.

De 2003 a 2005 desenvolvemos um trabalho de extensão universitária no Bairro Guajuviras, bem como pesquisa sobre duas experiências que se considerou portadoras de características emancipatórias: o clube de trocas com moeda local e o galpão de reciclagem com a associação de trabalhadoras que o gere, ambas fomentadas pelo PIRAD, sendo a segunda apoiada tecnicamente também pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Ao longo de três anos foi possível conhecer a dinâmica comunitária e constituir vínculos com lideranças e moradores, o que permitiu que se faça no Bairro Guajuviras um estudo de caso sobre a intervenção do PIRAD, ao passo que nos outros nove municípios a pesquisa ocorreu através de dados documentais e de entrevistas com gestores.

Apesar de se saber que cada comunidade tem sua própria dinâmica, existe um perfil de populações que vivem em condições de pobreza que se assemelham devido a elementos da gênese estrutural da questão social. Em outras palavras, há um conjunto de expressões da questão social que vem sendo identificado ao longo da pesquisa através de observação empírica, participação direta nos contextos de pobreza e participação indireta através da supervisão de alunos, tanto no Bairro Guajuviras quanto em outras comunidades periféricas, que permitem trazer relatos e retratos²⁰ de seu cotidiano.

Portanto, a experiência de campo no Bairro Guajuviras, bem como experiências profissionais e acadêmicas da autora ao longo dos últimos anos, mesmo em outras comunidades empobrecidas, forneceram o material para, inicialmente, revelar um pouco mais da realidade social em que o PIRAD se inseriu, tanto com relação às condições concretas e

²⁰Fotos do anexo 2.

subjetivas de vida da população, quanto com relação ao tratamento tradicional dado, em especial, pelas políticas públicas, que acabam tendo o papel de atender as demandas sociais.

3.3.1 Quem são as populações que vivem em condição de pobreza?

Dados estatísticos e debates teóricos sobre a pobreza não são suficientes para entender, concretamente, o que é a pobreza no cotidiano das comunidades como aquelas onde se desenvolveu o PIRAD? Como a pobreza se manifesta? Quem são as pessoas que vivem em comunidade de baixa renda? Como vivem? O que pensam? O que esperam?

A tentativa aqui é de traçar o perfil dos sujeitos da pesquisa a partir da observação empírica da realidade e de pesquisas desenvolvidas numa das comunidades, o Bairro Guajuviras, bem como trabalhos de extensão nos dois primeiros anos do doutorado, os quais se agregam e qualificam a fase de observação (participante).

Parte das populações em condições de extrema pobreza nunca teve acesso a recursos essenciais, tais como: alimentação minimamente adequada, saneamento básico, educação, saúde. Outra parte dessas populações teve reduzido o acesso a tais recursos pela perda de postos de trabalho e de obtenção de renda, por doenças crônicas, dependência química, interrupção dos estudos, envolvimento com atividades ilícitas, deficiências, etc.

A pobreza no Brasil está historicamente relacionada com o processo de colonização e de adesão sem critérios de cidadania e de igualdade ao capitalismo e do Estado do Bem-estar Social. De acordo com Barreto (2005), as primeiras favelas apareceram no Rio de Janeiro logo depois da Lei Áurea. Os negros pensavam estar mais protegidos pela redentora Princesa Isabel na capital do Império, mas foram recebidos com indiferença. Os ex-escravos acampavam nos morros em torno da cidade, os quais possuíam uma vegetação espinhosa chamada favela. O fenômeno de ocupação desordenada, miséria e abandono se repetiu na Bahia e em Minas Gerais, outros dois centros fornecedores de escravos.

A migração tornou-se processo cada vez mais comum em todas as regiões brasileiras. Em praticamente duas décadas (1960 e 1970), inverteu-se a porcentagem de setenta por cento da população em meio rural para urbano, passando, na década de 1990, para oitenta por cento. Agricultores viram-se obrigados a abandonar sua terra natal na busca pela sobrevivência nas cidades, rompendo com suas raízes, referências, valores, crenças, laços sociais e o pertencimento. Perderam sua identidade e suas redes primárias de proteção social, insubstituíveis, mesmo nos países de Estado do Bem-estar Social avançado. Em geral, o lote

que os migrantes ocuparam não lhes pertenciam; são recebidos provisoriamente por amigos ou alugaram uma peça. O sonho era fixar-se na terra, ter a sua casa.

A configuração espacial das favelas e bairros pobres é basicamente a mesma em qualquer região ou estado brasileiro. As ruelas são estreitas, com habitações grudadas umas nas outras; os esgotos correm a céu aberto; as casas são construídas inicialmente com pedaços de madeira, papelões, retalhos de construções. As casas, feitas com pedaços de tudo, são a exteriorização dos pedaços de vidas individuais e familiares (BARRETO, 2005, p.148).

O barraco sonhado ainda é um desafio, quando conseguido é através de ocupações de terra em meio ao permanente risco de despejos e expulsões, além dos perigos das chuvas e contaminações, dependendo de cada região. Isso gera processos estruturais de sofrimento psíquico, doenças crônicas (HIV/AIDS, entre outras) dependência química, violência doméstica, abuso sexual e etc. Nessas condições, padrões de sociabilidade, valores morais, referências éticas entram em decomposição frente à luta diária pela sobrevivência, a inexistência de projeto de vida, a falta de perspectivas de futuro.

Trabalho e emprego são tidos por muitos como sinônimos, numa sociedade que Castel (1995) denomina como salarial. Nos países capitalistas do Terceiro Mundo, o emprego formal e a relação salarial tornam-se cada vez mais escassos, principalmente para populações em situação de pobreza e exclusão social. Contudo, a referência básica ainda é o emprego. É interessante perceber que pessoas que nunca tiveram um emprego, nem gerações anteriores de sua família, ainda assim definem-se como desempregados: “as coisas estão muito difíceis. A gente quer trabalhar, quer viver honestamente, mas não consegue nada [...] Eu tô esperando trabalho” (JC, morador do Bairro Guajuviras).

Enquanto o emprego não vem - e sabe-se que para os segmentos mais empobrecidos ele dificilmente virá – grande parte das pessoas sequer consegue vislumbrar possibilidades autônomas de busca pela sobrevivência.

Para outros, a cada dia repete-se o ritual diário pela sobrevivência. A maioria não possui qualificação profissional para o emprego, mas vão atrás de biscates ou “bicos” (serviços gerais de limpeza, coleta e separação de resíduos sólidos, etc.), parte vive de atividades ilícitas (furtos e roubos, tráfico de drogas, prostituição, etc.) e parte sai em busca de restos de alimentos ou esmola. A barriga não pode esperar, como se diz, e a energia que lhes resta é gasta à procura de comida.

As famílias também lançam mão de outras estratégias de sobrevivência, tal como mandar os filhos para pedir esmolas, meninas a se prostituírem, crianças que perdem a infância muito cedo e crescem sem referência de proteção, cuidado e afeto. “É a família que

agoniza, é a família que se despedaça, com cada um indo para um lado. E a sociedade assiste, indiferente, à desagregação daquilo que considera sua célula mãe” (BARRETO, 2005, p. 150).

As falas que serão trazidas ao longo deste capítulo para interlocução teórico-prática foram extraídas de monografia do curso de Serviço Social em comunidade de baixa com as mesmas características e perfil populacional que as comunidades em que o PIRAD foi executado. Salientamos que a autora optou por nomes fictícios para os pesquisados.

McGoldrick (1995) traz um estudo que contribui para a compreensão do ciclo vital familiar das famílias de classes populares. A intenção da autora não é estigmatizar ou propor uma “cultura da pobreza”, mas reconhecer diferenças que validamos ao longo da pesquisa, por mostrarem-se evidentes em parte significativa da população pesquisada. Para McGoldrick (1995), nas famílias de classe populares é comum que adolescentes a partir de doze anos estejam se preparando para ter filhos. Levando em consideração os padrões criados nas últimas décadas que vinculam a possibilidade de inclusão social e econômica a partir da escolaridade e do trabalho, pode-se afirmar que eles tornam-se precocemente mães e pais de outras crianças e com probabilidades de ampliar e reproduzir as condições de pobreza em que vive a família. Isso porque, em geral, os novos pais continuam dependentes de seus pais e a estrutura familiar, já insuficiente, precisa acolher mais uma criança.

A história da minha vida começou tudo errado porque, tudo o que eu sonhei em ser ou ter, não consegui, começando com um casamento errado. Aí, saí daquele casamento pra mudar e fiz tudo errado de novo. Tentei mudar de novo, mas tá tão difícil... E assim o tempo passa e nada acontece (CRAVINA apud CANEVA, 2006, p.58).

Mulheres com elevado número de filhos têm dificuldades enormes de auto-sustentação econômica, configurando o chamado fenômeno de feminização da pobreza.

Minha história se resume em perda e abandono. Casei com 21 anos e tive 6 filhos. Meu marido, com o tempo, passou a beber, a me bater e a gastar o pouco dinheiro que a gente tinha com as mulheres da rua. Ele foi embora faz 6 meses, simplesmente saiu pra trabalhar e não voltou mais (ROSA apud CANEVA, 2006, p.59).

Na falta de trabalho e de perspectivas, uma alternativa de subsistência é a assistência social, cuja cobertura de serviços foi fortemente ampliada no Brasil durante a primeira gestão do PT no Governo Federal. Além disso, o SUAS (Sistema Único de Assistência Social), que prevê a universalização da assistência social, está em fase de implementação.

A família, e mais recentemente na comunidade, têm sido foco central de atenção dos programas de assistência social. Porém, apesar dos avanços legais e institucionais, os significados atribuídos à dependência da assistência social são diversos. Para algumas pessoas, o ingresso no programa é a alternativa de vida, como se fosse emancipatório, da mesma forma que se disputa ou projeta um emprego no mercado de trabalho: “o meu sonho é entrar no programa” (JP).

O empenho das pessoas se concentra no cumprimento dos requisitos exigidos pelos programas: participação em atendimentos semanais ou quinzenais com assistente social, manutenção dos filhos na escola, cuidados com a saúde básica, organização da vida familiar e do orçamento doméstico.

Há preocupação sobre o caráter transitório que a assistência social deve ter, em especial entre profissionais executores dos programas, mas a auto-sustentação é um ideal longínquo. Em parte, porque ainda é precária a articulação efetiva dos programas da assistência social com ações de geração de trabalho e renda. Tais ações existem em algumas comunidades, por conta de profissionais que têm consciência da necessidade e se dispõem pessoalmente a estudar e propor alternativas, ainda que a efetividade não seja um processo fácil realização. É difícil criar e gerir grupos, empreendimentos econômicos ou cooperativas com viabilidade econômica, pois os assistentes sociais em geral não possuem qualificação técnica para isso; podem contribuir na parte dos recursos sociopolíticos, imprescindíveis para processo de autogestão, porém insuficientes.

Ademais, o tempo social das populações empobrecidas não se volta para o futuro, está calcado no presente. Se, nas tentativas do socialismo real, o excesso de olhar para o futuro absorveu possibilidades emancipatórias no presente, a escassez de perspectiva de futuro dificulta o planejamento de ações mais efetivas e estruturais, que precisam de longo prazo para se realizar.

Para outros usuários, os programas de assistência social são complemento à renda, pois permanece a consciência de que o trabalho é o essencial, é a meta.

Vivo da reciclagem. O Conselho bateu lá em casa porque diz que meus guris não podem me ajudá, então vim aqui. Alguém tem que fazer alguma coisa, a gente precisa comer. Minha vizinha falô que posso entrar num programa (ZEUS apud CANEVA, 2006, p. 52).

Sou uma pessoa decente, vivo da reciclagem e é assim que sustento a mulher e meus oito filhos. Mais agora a situação tá pior, meu filho foi baleado por uma *gang* e estamos sofrendo ameaças. Preciso que alguém me ajude (APOLO, idem, p.52).

Alguns usuários têm vergonha de chegar à assistência social porque se sentem pedintes e mendicantes, consideram-se culpados pela condição de miséria em que vivem.

Se eu tivesse um trabalho, qualquer um, eu não estaria aqui pedindo ajuda prá vocês. Meu marido foi embora, melhor assim porque ele bebia e sempre sobrava prá mim. Mas a barriga das crianças não espera, preciso de umas comidas até que eu consiga algum servicinho. Graças a Deus que existe vocês, pois é preferível pedir do que roubar (ROSA, idem, p.47).

Vim aqui porque tô muito necessitada, não é mentira não, podem ir lá em casa ver como vivo. Os armários estão vazios, os vizinhos é que tem me ajudado porque nunca mais arranjei serviço, só algumas faxinas que aparecem de vez em quando (MARGARIDA, idem, p.47).

Parte deles desconhecem que a assistência social é direito de cidadania.

Deus que me perdoe por estar aqui, não quero tirar o lugar de ninguém mas é que tô precisando mesmo (DÁLIA, idem).

Tal desconhecimento deve-se pela falta de informação e pela autculpabilização pelo processo de pobreza, sentimentos de baixa auto-estima, inferioridade, incapacidade e individual.

Eu fiz muita coisa errada e agora eu tô pagando por isso. Não quis estudar, tive vários filhos, achei que íamos ser uma família feliz. Eu me culpo, eu não consigo me olhar no espelho (idem).

Os programas de transferência de renda ou de recursos materiais correm o risco de relacionar, direta e unicamente, consumo com emancipação. A questão é mais complexa; só o consumo não basta, mas sem ele também é difícil viabilizar qualidade de vida e realizar projetos de vida.

Sonho ter uma casa para morar com minhas filhas. Ter dinheiro para comprar de tudo de bom, para chegar no final de semana e poder fazer churrasco, brincar com elas. (VIOLETA apud CANEVA, 2006).

Tô muito preocupada vou sair do programa daqui a seis meses e até agora não consegui um emprego. O dinheiro do programa não dá pra tudo. Minha filha fez quinze anos e brigou comigo porque eu não fiz um bolo nem comprei um presente pra ela. Estou muito triste, mas ela não entende (ORQUÍDEA, idem).

As políticas e programas existentes são formulados com objetivos e fundamentação voltados para emancipação social; há, porém, um conjunto de elementos que interferem no desempenho efetivo e emancipatório das políticas, além dos recursos materiais.

3.3.2 Como é o tratamento dado às populações de baixa renda?

De forma geral, cabe ao Estado a responsabilidade de gerir as lacunas de pobreza deixadas pelo capital.

As políticas públicas têm sido ampliadas no Brasil, em especial após a Constituição de 1988, mas observa-se a persistência de certas características que dificultam a efetividade dos seus resultados.

A primeira característica é a fragmentação das políticas. O Estado atua a partir de políticas distintas para cada setor as quais não apenas são fragmentadas, como competem entre si por recursos, pela definição do usuário, pelos indicadores de resultados e metas a serem atingidos.

Com isso, há uma perda da qualidade dos serviços prestados para a população em geral, com altos custos e subaproveitamento dos recursos humanos e materiais. Um exemplo é a desarticulação entre assistência social e trabalho: o usuário da assistência social não consegue se auto-sustentar e os que têm trabalho muitas vezes são excluídos do mercado porque não têm acesso à assistência social ou à saúde e à creche para seus filhos.

A segunda característica é que as políticas são executadas por agentes, seres humanos com suas características, valores e idiossincrasias; aspecto que se mostrou relevante durante a pesquisa e de difícil intervenção. Ao dar visibilidade ao papel do profissional, não estamos negando as causas estruturais da pobreza e da exclusão social, já tratadas nesta tese, tampouco culpabilizando os agentes. Interessa-nos investigar a dimensão epistemológica de colonização e descolonização de saberes em políticas de superação da pobreza com intencionalidade emancipatória. Não são apenas os recursos materiais que potencializam processos emancipatórios, mas os recursos simbólicos que possibilitam a construção de identidades emancipadas; no agir cotidiano também é possível reproduzir a pobreza em suas múltiplas dimensões ou desconstruí-la e ressignificá-la.

Do ponto de vista da formação profissional, tem-se o caráter tecnicista da ciência cartesiana, formadora de profissionais para lidar com problemas específicos de sua área. É comum que educadores e técnicos da saúde e da assistência social tenham dificuldade de relacionar dificuldades cognitivas, comportamentais, relacionais, entre tantas outras, com o contexto social e familiar em que as crianças e adolescentes vivem. Muitos profissionais desconhecem as condições precárias de moradia, situações de violência doméstica, abuso sexual e etc., o que leva o aluno a apresentar dificuldades que o levam à evasão da escola, de atividades extra-escolares ou de tratamentos de saúde. Ou ainda, muitas vezes os

profissionais reconhecem tais dificuldades de forma contextualizada, mas faltam equipamentos sociais e recursos técnicos para que encaminhem ao tratamento adequado.

A visão de totalidade, em especial no tocante à dimensão social, é fundamental na atuação de qualquer política setorial voltada para a população de baixa renda. Para os sujeitos em situação de vulnerabilidade social, muitas vezes, uma atitude de não reconhecimento da realidade e do saber da população, que pode passar despercebida por parte de profissionais e por via das regras institucionais, é capaz de desencadear o desequilíbrio da frágil linha sobre a qual a população anda na busca de inclusão social.

Há exigências, por parte de profissionais e de critérios dos programas sociais, de certos comportamentos e padrões de conduta, higiene, etc, que muitas vezes desconsideram as referências e condições de vida dos usuários. Além disso, há profissionais que desconhecem o contexto em que vivem as famílias empobrecidas. Existe a dimensão moral, sempre escondida e atuando nos subterrâneos das relações, por isso, tão potente. Com isso, profissionais tendem a responder através de intermináveis relatórios, necessários para o controle dos recursos aplicados, mas perigosos se usados como véu para encobrir práticas profissionais voltadas apenas para responder às metas.

Os inegáveis avanços da política de assistência social, bem como das outras políticas sociais, exigem metodologia de intervenção e permanente espaço para reflexão sobre as práticas com vistas à transformação dos princípios éticos-políticos e fundamentos político-pedagógicos em práticas emancipatórias.

Muitas práticas costumam reproduzir o caráter doutrinário, discriminatório e tutelar dos primórdios da assistência social.

A gente vem aqui para ouvir sermão, mas tem que agüentar porque precisa da comida pra dar para os filhos (usuária de programa social).

Obviamente, não se pode nem se pretende generalizar, mas sinalizar o risco de redução da intervenção social aos procedimentos burocráticos dos programas e políticas em detrimento da dignidade e da vida de cidadãos. O objetivo aqui não é culpabilizar profissionais, mas evidenciar que há demandas por parte dos profissionais de formação permanente e de acolhimento.

Por melhor que possa ser o planejamento, o programa se materializa e ganha vida através da voz e dos atos dos técnicos. A responsabilidade dos técnicos é parcial, mas não é faceta menos importante no processo de planejamento e gestão de políticas e programas sociais quando se pretende ampliar a eficácia, eficiência e efetividades das políticas públicas e

privadas. Percebemos que sem investimento na formação de agentes e avaliação e acompanhamento com caráter mais qualitativo, é provável que parte dos recursos públicos e privados sejam desperdiçados.

Profissionais que trabalham em contextos de pobreza também precisam ser acolhidos e escutados em suas demandas; eles lidam com realidades muito duras, de dor e sofrimento. A resiliência, conceito importante hoje e que será aprofundado, precisa ser pensada também para os profissionais. Autonomia, cidadania e emancipação são conceitos abstratos que precisam ser materializados através da intervenção social competente.

A terceira característica limitadora é que a participação dos usuários, amplamente preconizada, em especial a partir da Constituição de 1988, traz o desafio da criação de mecanismos institucionais capazes de instaurar participação mais efetiva da população desde o planejamento das políticas e programas sociais.

A última característica é que vive-se momento caracterizado como desmodernização²¹ marcado pela relativização de valores, papéis e padrões sociais em combinação sinérgica com a mercadorização e mercantilização em contexto de globalização neoliberal. A implicação disto é um processo de colonização da dimensão política pela econômica. É evidente a incoerência entre prática e discurso de dirigentes políticos e governantes através de freqüentes escândalos de corrupção, as alianças espúrias, desvios e troca de favores, sendo comum a utilização de programas sociais como foram de legitimação e busca de apoio popular.

Essa análise mostra que os objetos teórico e empírico de investigação social não surgem de forma voluntarista; são ativamente construídos a partir de conhecimentos teóricos e da trajetória e síntese de experiências sociais e pessoais; tais objetos não nascem nem morrem no lapso de tempo das pesquisas, mas são conhecidos tal como se apresentam no momento em que se olha para eles, em conjunto com os sujeitos que o narram e com os instrumentos que se utiliza.

A pobreza é tema complexo e encontra-se envolta em um misto de revelação e de ocultamento. Por um lado, é maioria no Brasil e é cada vez mais retratada em pesquisas, publicações e na mídia²². Por outro lado, a pobreza continua sendo retratada com certa aura de algo misterioso, de desconhecido e temido. A idéia de gueto permanece, como se houvesse uma linha imaginária entre os bairros e a favela, e dentro da favela, entre as ruas centrais e os

²¹ Tema tratado no primeiro capítulo desta tese.

²² A exceções são mídias contra-hegemônicas (de grupos formados pelos próprios protagonistas da realidade de pobreza).

becos. A pobreza continua sendo vista como exceção, desordem ou disfunção social no discurso hegemônico, entendida e julgada a partir das referências e valores de classe média.

A pobreza não está no pobre, mas no processo da pauperização. Quem é mais pobre? A experiência no campo da intervenção e da pesquisa social mostra agentes e políticas muitas vezes pobres em fundamentos e procedimentos, em que a luta contra estereótipos e categorizações é ainda um desafio. Os programas sociais e as transferências de renda seriam o remédio que alivia sem curar porque não são suficientemente articulados com outras formas de atuação?

Os programas assistenciais e políticas voltadas para populações em contexto de pobreza têm sido ampliados e, inclusive, são considerados por analistas políticos como “carro-chefe” do atual governo brasileiro e principal causa de sua reeleição. Entendemos que os resultados propostos, tais como, a redução da miséria, do analfabetismo, da mortalidade infantil, violência doméstica, abuso sexual, dependência química, doenças sexualmente transmissíveis, entre outros, não acontecerão de forma espontânea, em especial se consideradas as condições estruturais de pobreza e de exclusão social dos usuários dos programas.

Não há dúvida que o contexto de extrema pobreza abala agentes que atuam diretamente com as populações devido às precárias condições de vida das famílias com as quais interagem. Além disso, os agentes também são questionados pelos procedimentos tradicionais que, em geral, aprenderam na formação profissional.

Exemplo disso foram alguns programas habitacionais de construção de apartamentos; parecia óbvio aos técnicos que as pessoas não hesitariam em sair de moradias em péssimas condições, sem saneamento básico, ao lado esgotos para ir morar em apartamentos. Era comum as pessoas utilizarem o vaso sanitário como lixo ou mesmo para plantar flores e que, em seguida, venderem os apartamentos e voltarem para suas antigas moradias. Existe infinidade de outros programas e campanhas preventivas, etc., cujos investimentos financeiros e técnicos são desperdiçados.

Com isso, os resultados em geral são paliativos: ao término do programa, a população permanece na mesma condição, ou às vezes pior, porque resolve a fome imediata, mas alimenta a pobreza política.

Portanto, a operacionalização e os resultados dependem de elementos objetivos e subjetivos que ultrapassam a possibilidade de controle e previsibilidade do planejamento, mas devem ser analisados.

É possível se observar uma ampliação do viés familiar e comunitário dos programas em áreas fundamentais como educação, saúde e assistência social. Porém, há muito ainda por fazer. A atuação na perspectiva de inclusão e emancipação social de populações empobrecidas exige uma mudança no “olhar” em direção do conhecimento-emancipação, ou seja, repensar e redefinir a forma de conceber e de lidar com a pobreza: encontrar a competência na dor, a riqueza na pobreza e o saber na diversidade.

A análise dos limites da forma tradicional de planejamento e de execução das políticas públicas e privadas leva à percepção da necessidade de integração entre as políticas setoriais, de formação integral de agentes e de participação direta da população.

Não podemos plantar uma árvore na floresta da mesma maneira que plantamos uma árvore em ambientes hostis, que sofre a ação de vendavais, tempestades de areia, animais soltos, vandalismos. Esses contextos exigem uma intervenção sistêmica. Temos que dar à árvore alimento para crescer, mas também temos que ter uma perspectiva ecológica. Cuidar da árvore, mas também do meio ambiente [...] Trata-se de uma ação bem mais completa, na qual devem participar todas as forças vivas da comunidade (BARRETO, 2005, p. 17).

A contextualização dos sujeitos da pesquisa, tanto da pesquisadora e orientadores, quanto dos pesquisados (técnicos e população), foi um exercício prático de democracia, transparência e engajamento na produção de conhecimento, conforme proposto nesta tese. Foi também uma forma de tornar mais evidente a realidade de uma população que vive em contexto de pobreza e com o objetivo de apresentar a realidade em que foi implantado o PIRAD (Programa que será analisado no próximo capítulo).

4 PIRAD: SUPERAÇÃO DA POBREZA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Quem olha para o dedo que aponta a estrela, jamais verá a beleza da estrela
(Barreto).

O Estado, como campo de disputa política por diferentes projetos de desenvolvimento, passa por processos históricos contraditórios de mudanças que significam, simultaneamente, perda da capacidade regulatória de seu papel central da gestão do social e avanço pela possibilidade de envolver outros atores.

No tocante especificamente ao combate à pobreza, o debate refere-se aos limites e possibilidades da assistência social como política central, dividindo opiniões no meio acadêmico em torno de questões, tais como: a assistência social deve existir? Direitos sociais devem ser expandidos ou isso contribui para a não garantia de outros direitos?

De forma geral, as políticas existem como recursos disponíveis para a população, as quais podem ser aprimoradas através da qualificação de agentes, da articulação intersetorial e territorial e do estabelecimento de parceria com outros atores e organizações privadas e da sociedade civil que já atuam, em geral de forma fragmentada em demandas sociais.

Talvez possa haver possibilidade de combinação entre programas e práticas de caráter compensatório e emancipatório, com vistas à instauração de processos de autonomia e inclusão socio-econômica. Na atualidade, isso passa pelo desenvolvimento de metodologias que contribuem no plano teórico e prático para a recuperação de dois horizontes perdidos pelo Estado do Bem-estar Social, imprescindíveis para as políticas emancipatórias: a autogestão e a auto-sustentação²³.

Na prática, há avanços nas políticas em termos de integração, interdimensionalidade, participação e sustentabilidade, mas ainda são insuficientes. O PIRAD é o programa escolhido como objeto de investigação por situar-se na área de planejamento e desenvolvimento urbano, com características de sustentabilidade no combate à pobreza.

²³ Questionamento levantado por Demo (2003), com base nas contribuições teóricas de Santos (2002).

4.1 HISTÓRICO

O PIRAD²⁴ foi desenvolvido no período de 1999 a 2002 na região metropolitana de Porto Alegre e marcou o encerramento de um período de quinze anos de cooperação internacional entre Brasil e Alemanha através da atuação da GTZ. O uso de metodologias participativas, a perspectiva de intersectorialidade e a territorialidade são características da sua atuação.

A política internacional engloba um conjunto diversificado de instrumentos²⁵ para estabelecer um fluxo de comunicação e cooperação de forma multilateral ou bilateral. A Alemanha dispõe da política de cooperação para o desenvolvimento, sendo que o Ministério da Cooperação Econômica e Desenvolvimento (Alemanha) (BMZ) constitui a instância imbuída de planejar, coordenar e negociar a política a partir de prioridades e linha estratégicas do Governo Alemão discutidas e consensuadas anualmente com os parceiros. A GTZ é uma empresa especializada na gestão do conhecimento de diferentes instrumentos de cooperação técnica, tais como: envio de consultores para atuação de longo prazo (ou de especialistas para projetos de curto prazo), fornecimento de equipamentos e tecnologias, financiamento de ações inovadoras em caráter piloto, capacitação dos atores locais envolvidos, facilitação no acesso à formação e reciclagem profissional, organização de viagens de estudo e missões técnicas e participação em eventos e congressos.

O instrumento de trabalho da GTZ por excelência consiste no apoio ao desenho, implementação, gestão e avaliação de projetos inovadores, de modo especial junto ao setor público. Pretende-se, desta forma, propiciar processo de aprendizagem organizacional e adaptação na forma de atuação do setor público, assessorando as mudanças no ritmo da alteração das demandas oriundas da sociedade. (BARTH e BROSE, 2002, p.16)

A cooperação técnica entre Brasil e Alemanha vem desde os anos 1960, em que se caracterizava pela transferência de tecnologia e know-how; em 1970, no apoio a instituições de ensino e pesquisa. A partir do processo de redemocratização do Brasil, o Governo Federal do Brasil e o Governo Federal da Alemanha acordaram uma nova estratégia de cooperação. A delegação alemã sugeriu uma nova geração de projetos focados no apoio a quatro áreas consideradas estratégicas: desenvolvimento rural, fortalecimento das administrações municipais, proteção ao meio ambiente e qualificação profissional, considerando as diretrizes do 1º. Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (PND-NR).

²⁴ Todas as informações foram retiradas de relatórios através de pesquisa documental.

²⁵ Segundo Barth (2002), alguns bastante conhecidos são: concessão de bolsas de estudos, realização de missões empresariais, intercâmbio entre centros de pesquisa, congressos, visitas de chefes de Estado, entre outros.

Como fruto deste trabalho, o PRORENDA²⁶ foi delineado e apresentado em 1987, cuja execução durou até 2005 e, de acordo com Barth e Brose (2002), produziu resultados notáveis, com dez projetos executados simultaneamente em sete estados²⁷. O marco de orientação previa um conjunto de ações descentralizadas e, mesmo se tratando de um programa de âmbito nacional, seria operacionalizado através de projeto com abrangência estadual, sob responsabilidade dos respectivos governos estaduais. Foi definido também que os projetos teriam longa duração para visualizar o alcance dos objetivos e permitir a sustentabilidade dos resultados através da institucionalização dos novos procedimentos, possibilitando a superação da limitação estrutural do setor público de atuar no tempo político de quatro anos. O PRORENDA possuía grau elevado de flexibilidade, mas a concepção metodológica fixava claramente dois eixos norteadores dos futuros projetos, que ainda não caracterizavam as políticas públicas na época.

O primeiro era a prioridade para participação popular, em que os grupos envolvidos deviam passar de objeto da política pública para sujeito; o trabalho nos projetos devia ser pautado pelo fortalecimento da capacidade de autogestão das comunidades; deviam ser fortalecidos os conselhos ou fóruns comunitários/municipais como instâncias de participação ativa da população e era necessário viabilizar a formação de parcerias entre setor público e terceiro setor.

O segundo eixo era a complementaridade do enfoque produtivo. Os projetos não deviam se limitar ao alcance das ações sociais; era necessária complementaridade com atividades autogestionárias de trabalho e renda que possibilitassem uma melhoria sustentável das condições de vida das famílias envolvidas.

No Rio Grande do Sul, três projetos setoriais foram iniciados em 1990 no âmbito do PRORENDA, direcionados para o desenvolvimento de políticas públicas focadas na superação da pobreza adequadas à realidade gaúcha. Tais projetos partiram dos conceitos de participação e de desenvolvimento local como pressupostos para que as políticas atinjam desenvolvimento humano de forma descentralizada, permitindo o maior controle social, como focadas no território onde se dá a vida concreta. Isso exigiu uma nova forma de gestão pública e o debate sobre inovações no setor público influenciado pela crescente conscientização da população acerca de seus direitos e deveres.

²⁶ Além do PRORENDA, dois outros programas foram considerados prioritários: Programa de Apoio à Pequena e Média Indústria (em especial no Nordeste) e Programa de Gestão Ambiental Urbana e Industrial.

²⁷ Pará, Ceará, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

O PRORENDA foi implantado inicialmente pela FGTAS, mas por dificuldades administrativas e conceituais, foi interrompido em 1991. Manifestações favoráveis à continuidade por parte de lideranças das comunidades envolvidas mobilizaram a retomada do Projeto em 1992 através da METROPLAN, com apoio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social (SEDES), atual Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI), no tocante ao apoio aos microempreendimentos.

A partir de 1996, com base em experiências desenvolvidas em áreas-piloto, o PRORENDA²⁸ foi ampliado para mais de 60 municípios, com o envolvimento de prefeituras, sindicatos, três universidades comunitárias²⁹ e uma organização não-governamental³⁰. No final dos anos 1990, o parceiro alemão iniciou análise e avaliação dos resultados, concluindo uma fraca integração entre os diferentes projetos do PRORENDA com foco no desenvolvimento local.

“No PRORENDA se percebia a não-mobilização das pessoas nas reuniões” (LA, gestor). Isso motivou a alteração do PRORENDA, o encerramento de três projetos e o surgimento de uma proposta inovadora entre as secretarias envolvidas para integração das atividades na fase final das ações, denominada de Projeto PRORENDA – Promoção de Processos de Desenvolvimento Local Sustentável no Rio Grande do Sul.

O PIRAD surgiu a partir da experiência do PRORENDA Urbano, em que se sentiu necessidade de se trabalhar outros aspectos, como a gestão ambiental e o desenvolvimento econômico local e se vale do debate e de experiências acumuladas ao longo de mais de dez anos na perspectiva de aperfeiçoamento (LA).

Os técnicos de diferentes áreas viram a importância de se trabalhar mais com as pessoas, especialmente com as lideranças comunitárias, ou seja, capacitá-las para o desenvolvimento do trabalho comunitário com a perspectiva de tornarem-se multiplicadoras.

Foi o maior salto [...] Não se queria iniciar o processo pelas ações, mas pelo ser humano, para tirar propostas coletivas e participativas, não individuais. Em primeiro lugar estava a formação deles, formá-los na importância do trabalho deles para a comunidade (LA).

Essa fase significou, principalmente, a busca por uma ação integrada dos diversos órgãos executores setoriais em uma estratégia comum de combate à pobreza, a sistematização

²⁸ De acordo com Barth e Brose (2002), de 1990 a 2002 o Governo Alemão alocou uma contribuição a fundo perdido de 33,7 milhões de marcos para a implementação dos projetos, 3 milhões de marcos para implementação de melhorias urbanas e 500 mil marcos para microcrédito, além de consultorias, viagens, cursos e financiamentos para iniciativas locais.

²⁹ Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Universidade Regional Integrada (URI) e Universidade de Santa Cruz (UNISC).

³⁰ Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA).

do conhecimento acumulado através das experiências-piloto, a divulgação dos resultados obtidos e a institucionalização dos procedimentos inovadores.

Outras concepções herdadas do PRORENDA foram, em primeiro lugar, a idéia de pobreza como fenômeno multidimensional é fundamental. A pobreza não conhece limites administrativos. O enfoque foi sendo modificado, passando-se da visão setorial que predominava no início dos anos 90 para a concepção atual de desenvolvimento local. É na comunidade e no município que se dão as relações sociais políticas e econômicas que ampliam ou limitam o campo de escolhas da família e, portanto, é crucial para que ocorram mudanças no ambiente cotidiano da população.

No âmbito do conceito de desenvolvimento local, o combate à pobreza passa a ser objetivo integrado, firmemente interconectado com os diversos outros elementos da qualidade de vida em cinco dimensões: inclusão social, fortalecimento da economia local, inovação na gestão pública, gestão e uso racional de recursos naturais e a mobilização social (BARTH e BROSE, 2002, p.27).

Em segundo lugar, o projeto como instrumento (empreendimento temporário) de teste e consolidação de novos procedimentos, para o qual são alocados recursos humanos, materiais e financeiros não-rotineiros. De acordo com Barth e Brose (2002), o projeto tem como fim a produção de produtos e serviço únicos até então e contribuir para a participação da população. Participação não é entendida como simples aplicação de instrumentos participativos e produção de relatórios sobre o processo grupal, mas como elemento chave do processo de fortalecimento e aprofundamento do processo de redemocratização do país e das instituições públicas.

A partir de 1999 a sistemática do planejamento participativo do PRORENDA foi integrada no PIRAD, nova política pública da METROPLAN.

No lugar de trabalhar em certas vilas, escolhidas como áreas-piloto, a METROPLAN passou a atuar em sub-bacias que se caracterizam pelo acúmulo de problemas urbanísticos e população de baixa renda. Estas microrregiões representam um novo desafio para a metodologia participativa, tendo em vista o número elevado de moradores e a necessidade de estruturar um processo participativo de discussão sobre as prioridades para o desenvolvimento local, a construção de parceria e a gerências das atividades (BARTH e BROSE, 2002, p.69).

Segundo gestor da GTZ,

Os consultores da GTZ sempre têm que encontrar certo “equilíbrio” entre a continuidade da implementação de um projeto e possíveis mudanças mais profundas por parte das suas contrapartes (câmbio de políticas, câmbio de equipe, etc.) A relação entre a equipe do PIRAD e a equipe do PRORENDA dentro da METROPLAN no início não foi fácil, mas a grande vantagem da equipe do PRORENDA foi seu conhecimento metodológico, adquirido durante muitos anos na

implementação do PRORENDA. Mas no final, o PIRAD se baseou na metodologia do PRORENDA. Eu nunca fui contra o PIRAD, pelo contrário. Devido às novas políticas da METROPLAN a partir de 2000, achei que o PIRAD podia ser uma possibilidade de multiplicar as experiências do PRORENDA de planejamento participativo, não partidário, para a região metropolitana. E a GTZ deu todo suporte para o PIRAD (JB).

As áreas consideradas degradadas são as que se situam próximas a arroios. De acordo com o relatório da METROPLAN (2002), a urbanização acelerada e desordenada que ocorre nos grandes pólos metropolitanos agravada pelos desequilíbrios econômicos e pela ineficiência da busca de soluções locais e setoriais, conduz à crescente degradação urbana e ambiental. A água é o recurso natural que primeiro recebe o impacto desta ocupação desordenada do espaço territorial. As áreas objeto de intervenção caracterizam-se por apresentarem alta densidade populacional, comunidades de baixa renda com carência de saneamento básico, de equipamentos públicos em geral, com áreas de risco ocupadas e áreas verdes naturais devastadas. Os arroios são transformados em canais de esgotos, sujeitos a inundações, focos permanentes de doenças e comprometendo as bacias de captação.

O foco da recuperação de áreas urbanas degradadas como objetivo de política pública induz à busca de soluções baseadas na participação da sociedade e no princípio da cooperação, permitindo enfrentar com maior eficácia e redistribuição territorial, a correção de desequilíbrios em matéria de infra-estrutura, de saneamento básico, de equipamentos urbanos, de áreas de lazer e de geração de trabalho e renda (METROPLAN, relatório de gestão, 2002, p.18).

4.2 OBJETIVOS, PRINCÍPIOS, PREMISSAS, SUB-PROGRAMAS E ETAPAS METODOLÓGICAS

A METROPLAN, com sua experiência de 27 anos na gestão metropolitana, aliada à sua experiência de parceria com a GTZ (Relatório de 2002, p. 18), assumiu o desafio de implementar o PIRAD, que tinha o objetivo superior de “consolidar a gestão regional na região metropolitana de Porto Alegre e nas aglomerações urbanas³¹”. Segundo agente da Alemanha,

é importante ver que o PIRAD entra como a “primeira prioridade” da METROPLAN em 2000, principalmente do seu superintendente. Penso que você deve analisar por isso, os fundamentos “políticos” que levaram a METROPLAN a definir este programa como seu enfoque principal (JB).

O objetivo era “promover o desenvolvimento urbano com participação da sociedade”. Já o objetivo do projeto em si era “recuperar urbana e ambientalmente áreas degradadas e

³¹ Ver anexo 1.

promover o desenvolvimento social e econômico de comunidades (através do estabelecimento de um processo de planejamento regional, numa concepção integrada, estratégica e participativa, racionalizando e otimizando a aplicação dos recursos técnicos e financeiros)”.

Os objetivos específicos eram: estabelecer um processo de planejamento regional, numa concepção integrada, estratégica e participativa; racionalizar e otimizar a aplicação dos recursos técnicos e financeiros, concentrando esforços para maiores efeitos multiplicadores; melhorar significativamente a infra-estrutura física e social das áreas e oportunizar o desenvolvimento de potencialidades para geração de trabalho e renda, implantando um processo de inclusão social com melhoria da renda e crescente participação cidadã da população.

Os princípios do PIRAD eram os seguintes:

- Participação efetiva de todos os agentes sociais que atuam nas áreas de forma ativa, prospectiva e com responsabilidade para o planejamento coletivo e consensuado capaz de assegurar tanto a sustentabilidade técnica como política na continuidade das formulações e das implementações;
- caráter regional como unidade territorial de planejamento e desenvolvimento, a bacia hidrográfica, envolvendo mais de um município ou com reflexos em uma região significativa;
- integração no reconhecimento da realidade constituída de diversos sistemas intergrantes e que deveriam ser abordados concomitantemente e não de forma setorial e
- sustentabilidade no processo de desenvolvimento, pressupondo a continuidade e permanência da qualidade de vida e das oportunidades da sociedade, no desenvolvimento ambiental, social e econômico, numa perspectiva de longo prazo, superando as descontinuidades administrativas.

Quanto às premissas, destacavam-se as seguintes:

- Articulação da ação pública em todos os níveis de governo, em todos os setores; da ação da sociedade civil organizada e da comunidade residente para a definição de projetos e ações de interesse comum;
- gestão compartilhada através de uma estrutura de gestão democrática baseada na atuação conjunta dos órgãos estaduais, prefeituras municipais e comunidades envolvidas, com papéis e compromissos definidos e assumidos, possibilitando o equacionamento dos problemas de forma mais eficiente;

- factibilidade através do estabelecimento de parcerias para viabilização da transformação do futuro em presente, com um planejamento exequível que busca a seleção de obras e ações para realização no curto prazo, inseridas num processo amplo, com desdobramentos a médio e longo prazo e
- flexibilidade no planejamento para que não fossem perdidas as oportunidades e alterações que surgissem no decorrer do processo e tendo sempre presente a viabilidade técnica, financeira e política das soluções encontradas.

A organização comunitária foi tida como condição básica para a sustentabilidade do desenvolvimento ambiental, social e econômico ao longo do desenvolvimento e a implementação dos projetos de cada subprograma.

Os objetivos da organização comunitária foram: utilizar e apoiar os potenciais populares de reunião e organização de moradores beneficiados pela implantação de ações de projetos governamentais; fomentar estruturas sociais locais para auxiliar no monitoramento da qualidade dos serviços e obras públicas; privilegiar ações e projetos buscando o envolvimento de mulheres inseridas na comunidade; atrair o setor privado na gestão de ações específicas, através da parceria com entidades comunitárias organizadas; definir e organizar os níveis de abertura dos projetos de governo para a participação comunitária: informações importantes para os moradores beneficiados, etapas de consultas necessárias e etapas importantes de participação em atividades e decisões locais e introduzir a prática de oficinas regulares entre técnicos e comunidades visando difundir os princípios do planejamento participativo, autogestão e co-gestão no desenvolvimento local, municipal e regional.

O PIRAD dividiu-se em seis subprogramas. O primeiro, de urbanização e habitação, com objetivos de buscar solução para os conflitos verificados nas ocupações de áreas inadequadas, áreas inundáveis, faixas marginais protegidas pelo Código Florestal e áreas de nascentes; corrigir os problemas da má utilização do solo urbano, da implantação de forma inadequada e da falta de infra-estrutura e reassentar a população localizada em áreas críticas ou em situação de risco.

O segundo, de drenagem para estabelecer um conjunto de critérios e diretrizes visando o disciplinamento do manejo, obras e intervenções nas bacias hidrográficas e orientar a implantação de sistemas eficientes de escoamento das águas pluviais e controle de inundações.

O terceiro, de resíduos sólidos, visando integrar todos os setores envolvidos na busca de solução dos problemas através de ação conjunta do poder público com a comunidade e

estimular a fiscalização do descarte clandestino de resíduos com o envolvimento da comunidade.

O quarto, viário e transporte coletivo, objetivando integrar o sistema viário das áreas com a estrutura viária dos municípios; qualificar o sistema viário e equipamentos de apoio para proporcionar condições adequadas de deslocamentos; viabilizar aos usuários alternativas de deslocamentos de acordo com a demanda e racionalizar o serviço de transporte coletivo, buscando diminuir os percursos e baixar os custos.

O quinto, de educação ambiental, com objetivos de capacitar agentes multiplicadores nas escolas de ensino fundamental e ensino médio e nas organizações das comunidades para o processo de conscientização da importância da recuperação e conservação da qualidade ambiental nas bacias hidrográficas; relacionar os problemas ambientais vivenciados com o conceito de bacia hidrográfica, para que fossem percebidas as inter-relações entre os diversos tipos de problemas no interior de uma bacia hidrográfica e promover a formação de uma cidadania ambientalmente responsável.

Por último, o de geração de trabalho e renda, com os seguintes objetivos: contribuir para a melhoria das condições sociais e econômicas das comunidades carentes das áreas; incentivar potencialidades econômicas locais; promover capacitação, buscando profissionalização das comunidades nas potencialidades detectadas; oportunizar atividades geradoras de renda para as faixas etárias fora do mercado de trabalho; fortalecer as iniciativas econômicas comunitárias; incentivar a produção local de alimentos e promover a valorização dos idosos e educação integral para crianças e adolescentes.

Para a elaboração e implementação do Programa Integrado nas áreas selecionadas foram estabelecidos os seguintes pressupostos: apoio político do Estado, das Prefeituras Municipais e demais parceiros; metodologia de trabalho que tornasse o processo de planejamento e de implantação curto e ágil para garantir a dinâmica e motivação dos envolvidos; responsabilidades assumidas e tarefas executadas por todos os envolvidos e recursos financeiros existentes e mobilizáveis.

O PIRAD se desenvolveu a partir das seguintes etapas. A primeira etapa foi o diagnóstico, que consistiu nos seguintes processos: identificação de áreas críticas; levantamento de dados e conhecimentos da área; divulgação do Programa e mobilização das comunidades; articulação e envolvimento das administrações municipais, órgãos estaduais, lideranças comunitárias, organizações não governamentais; identificação e envolvimento de parcerias; identificação das ações de intervenção planejadas ou em execução pelos diversos agentes envolvidos; constituição das estruturas de gestão participativa: Conselho Estadual,

Fórum Regional e Comitês de Desenvolvimento Local e identificação dos conflitos e potencialidades regionais (inclusive de recursos).

A segunda etapa foi o planejamento, com a elaboração de um Plano Estratégico Participativo; formulação de cenário desejado; definição das alternativas para implementação em todos os subprogramas e priorização das ações e captação de recursos.

A terceira etapa foi a implantação dos projetos executivos; estabelecimento dos cronogramas físico-financeiro das ações; execução das ações e obras e monitoramento e acompanhamento do processo.

4.3 IMPLEMENTAÇÃO DO PIRAD

O Programa iniciou em três áreas: na Sub-bacia do Arroio Feijó que envolveu áreas dos municípios de Porto Alegre, Alvorada e Viamão, abrangendo 169.453 habitantes; na Sub-bacia do Arroio Pampa que envolveu 90.000 habitantes dos municípios de Novo Hamburgo, Dois Irmãos e Campo Bom e na Sub-bacia do Arroio Sapucaia que atingiu 142.462 habitantes de áreas dos municípios de Canoas, Gravataí, Esteio, Sapucaia do Sul e Cachoeirinha. Foram contemplados onze municípios.

Em 1999, foi estruturado o planejamento do Programa; em 2000, sua implementação teve início em cada sub-bacia; em 2001 foram feitos cursos de capacitação para fortalecimento das lideranças e organizações comunitárias (abrangendo 570 lideranças) e realizados os diagnósticos participativos e em 2002 foi realizado um conjunto de obras, muitas com recursos do orçamento participativo estadual (que havia sido implantado no Governo Estadual) e através de parcerias com programas da área do trabalho, cooperativismo e economia solidária.

Ao todo, foram formados quinze núcleos comunitários, um Fórum Regional de Desenvolvimento, composto por ampla diversidade de atores, representantes de organizações comunitárias, do poder público municipal, estadual e federal, setor privado, instituições de ensino e organizações não-governamentais. A aceitação deste processo pela população local foi positiva e resultou na alocação de mais de três milhões de reais através do orçamento participativo de 2002 para a implementação de melhorias urbanas e de apoio para atividade de geração de trabalho e renda (BARTH e BROSE, 2002, p.70).

O PIRAD foi um programa amplo e abrangente que envolveu um conjunto grande de informações de caráter ambiental que ultrapassam o foco da pesquisa, tais como: características geomorfológicas, áreas de inundação, vegetação, uso do solo urbano e malha

viária. Além disso, entende-se desnecessária a caracterização geral da população e dos domicílios de cada município.

Nesta pesquisa, interessa evidenciar e analisar a trajetória de implantação a partir de instrumentos participativos e da atuação territorializada. Para tanto, foram utilizadas as seguintes estratégias metodológicas: pesquisa bibliográfica, análise documental, entrevistas semi-estruturadas com gestores e moradores de uma das regiões, estudo de caso do Bairro Guajuviras e participação em quatro reuniões do Fórum da Sub-bacia do Arroio Sapucaia.

Destaca-se que a não-participação durante o desenvolvimento do PIRAD e o reduzido número de relatórios e relatos acerca do trabalho foram elementos limitadores para o aprofundamento da análise a partir do cotidiano. O Programa surgiu da confluência de três elementos, que inicialmente pareciam contraditórios, mas são complementares.

O primeiro elemento foi a necessidade de trabalhar de forma integrada e regionalizada; surgiu de agentes que estavam atuando no tratamento da Sub-bacia do Arroio Feijó. Além disso, a Sub-bacia envolvia três municípios com prefeituras do PT. Sua implementação em esfera estadual pela METROPLAN adveio da confluência de fatos: o PT assumiu o Governo Estadual (de acordo com os agentes, “a inspiração sempre foi ser integrado e participativo, que já era uma idéia do PT”) e recebeu as demandas do grupo de agentes do Arroio Feijó e da METROPLAN (órgão que tinha uma equipe para a recuperação de bacias). Além disso, foi a própria comunidade que indicou a METROPLAN para executar o Programa porque Porto Alegre à época já possuía o PRORENDA. “Se ela [a METROPLAN] não conseguisse, ninguém mais conseguiria”, declarou a coordenadora do PIRAD na METROPLAN, complementando com o relato das condições internas da instituição:

Surgiu numa reunião de direção [da Direção de Gestão Territorial] a idéia de fazer um programa integrado. O Programa veio pronto. Passei por um momento difícil porque toda a idéia veio de lá [da DGT] e trouxeram para eu implementar. Se eu vou implementar, tenho que me sentir segura, e alterei algumas coisas porque o JS achava que era aqui [que se tinha que alterar]. Criou um clima não muito bom, mas eu sempre os chamava para discutirmos (entrevistado 1)³².

Nessa fala, é introduzido um elemento característico de todo o processo de implantação e implementação do PIRAD: os conflitos entre diferentes opiniões, a busca de soluções democráticas e integração de saberes. De acordo com os técnicos brasileiros, tanto da GTZ quanto da METROPLAN, as metodologias da GTZ traziam muitas novidades e, sem

³² Os técnicos serão indicados por letras iniciais do nome e os moradores da comunidade (público-alvo do PIRAD) por nomes fictícios.

dúvida, foram enriquecedoras. Contudo, nem todas podiam ser aplicadas diretamente à realidade.

Para os alemães, não era fácil fazer muitas alterações por razões que podem ser elencadas como macro-organizacionais do ponto de vista do Governo Alemão.

Os cooperantes da GTZ são em primeiro lugar consultores técnicos, mas ao mesmo tempo têm que atuar dentro de um contexto macro institucional, no qual existem interesses políticos, disputa entre instituições e às vezes resistências internas (para câmbios) que influenciam muito no dia-a-dia das ações. Nunca o trabalho é meramente técnico, muito depende de conjunturas políticas e dos “líderes” nas instituições contrapartes [...] A cooperação tem suas regras, é como um contrato no qual ambas as partes estão de acordo que vão fazer tal coisa com tal objetivo e tentar cumprir tais indicadores. Isso é importante porque define que tipo de cooperação se vai estabelecer e o Governo Alemão sabe para quem vai dar sua contribuição financeira. Resumo: a proposta do “prometo” estabelece as “regras do jogo” [...] A cooperação sempre se baseia em uma proposta conjunta de um “Projeto” que define os objetivos, atividades e os indicadores para medir seu sucesso. Para os cooperantes da GTZ estes documentos são a orientação para o trabalho, são a base para os informes anuais para o Ministério de Cooperação Alemã e para avaliações contínuas sobre o avanço dos projetos. Por essa razão, não podemos mudar significativamente o conteúdo (entrevistado 2).

Em segundo lugar, as razões de caráter cultural, pois o improvisado e a capacidade de adaptações é algo muito mais presente na cultura brasileira.

Uma questão é cultural, eles são rígidos, exigentes e as pessoas não entendem. Tem um ditado que diz que alemão não é teimoso, teimoso é quem teima com alemão. Tem que entender isso (entrevistado 3).

Em terceiro lugar, as críticas, em especial por parte de pesquisadores portugueses quanto à metodologia da GTZ.

A GTZ é uma espécie de pacote pronto, aplicam no Brasil, na Indonésia, em vários países. Em Portugal, tivemos uma experiência bem difícil, as pessoas se queixavam muito da rigidez (entrevistado 4).

Por outro lado, os próprios pesquisadores, ao conhecerem a experiência do PIRAD, afirmaram que

isso pode ser meu preconceito [...] Tens que ver que eles fazem de tudo, mas são uma fundação fora, podem apoiar um trabalho emancipatório em certas condições em outras não, depende do projeto, quem são os parceiros locais (entrevistado 5).

A esse respeito, a opinião da consultoria alemã é de que

a GTZ tem “pacotes prontos”, como por exemplo, a metodologia CEFE (para trabalhar com pequenos empresários), os “diagnósticos participativos” ou a metodologia ZOPP (planejamento de projetos). A metodologia é elaborada, mas é neutra, por que sempre depende de sua aplicação (entrevistado 6).

Tal idéia é corroborada por agente que aplicou as metodologias no Brasil:

Há dois entendimentos sobre essa idéia de “pacote pronto”: pode ser de técnicas, de dinâmicas, etc, mas vai da capacidade de adaptar a cada realidade. Depende um pouco da percepção do profissional, dele se dar conta. O legal é vivenciar, gerar o sentimento, para quando aplicar saber o que desencadear nas pessoas (entrevistado 6).

O agente da consultoria alemã completa com uma fala que faz pensar sobre a questão do “ser sujeito” e da co-responsabilidade (elementos que têm sido fortemente destacados nas reflexões teórico-epistemológicas).

As pessoas às vezes também confundem os “atores”, consultores da GTZ e as equipes técnicas das instituições contrapartes. Por exemplo: Quem aplicou a metodologia na prática, foram na sua grande maioria os técnicos da METROPLAN. A GTZ na METROPLAN somente tinha dois técnicos (até 1999) e depois somente um que tinha como tarefa principal de assessorar a equipe da METROPLAN [...] Falta o *ownership* das pessoas em seus projetos de cooperação. Também as comunidades preferem ver “os alemães”, e não o seu próprio governo (ou a sua respectiva instituição) porque ainda falta confiança no poder público ou por outros motivos (entrevistado 2).

Não foram feitos estudos sobre ações e formas de relação da GTZ em outros países, pois ultrapassaria as possibilidades desta pesquisa. Portanto, não é possível fazer qualquer afirmação a esse respeito. O que se pode evidenciar é que a dinâmica estabelecida no Brasil com os parceiros locais teve a presença permanente da busca de soluções democráticas dentro dos limites institucionais e sociais possíveis nas múltiplas instâncias organizacionais identificadas: entre técnicos alemães e brasileiros, entre técnicos brasileiros e lideranças comunitárias e entre lideranças e a comunidade de forma geral.

Nós brigamos muito, mas foi salutar, nada veio pronto e a gente abraçou (entrevistado 1).

Um detalhe a destacar é que há relatos de que no início foi mais difícil por conta do perfil pessoal do consultor, tendo sido possível maior flexibilização a partir de novas contribuições. Isso só tem alguma relevância na medida que corrobora a idéia de que há forte dimensão pessoal na materialização dos projetos, e não tem aqui o objetivo de ficar na análise superficial de que alguns são melhores do que os outros.

A reflexão é que, ao se admitir e considerar que o “humano demasiadamente humano” está presente em tudo, com sua singularidade, se pode incidir, por um lado, em aproveitar ao máximo o que cada um pode colocar de si, aceitar e acolher essa diferença. Por outro lado, permitir que se trabalhe com a relação singular e geral, no sentido de instaurar nos agentes auto-reflexividade capaz de lhe permitir o processo recursivo permanente de olhar para si

mesmo enquanto olha a realidade e de agir sobre uma realidade que age sobre si mesmo. A dimensão de intersubjetividade e de narratividade múltipla estão presentes em tudo e transitar entre elas, e na sua própria, sem que necessariamente uma tenha que ser mais válida do que a outra contribui para a inclusão das diferenças e amplia o exercício de processos democráticos.

O término do PIRAD poder ser considerado precoce, se levado em conta que foi desenvolvido em uma gestão de governo de quatro anos, mas tinha uma perspectiva de médio prazo. Ainda mais, porque levou um ano para o planejamento e implantação e, no último ano, as ações de governo sofreram redução frente ao desafio da nova eleição. O PIRAD teve curto tempo de execução propriamente dita, o que minimizou resultados e frustrou comunidades envolvidas.

Não há consenso entre os entrevistados acerca das razões do término do Programa. De acordo com a percepção de técnicos brasileiros que acompanharam as negociações, havia grande desconfiança no PT acerca de ação de organizações internacionais nos governos, de forma geral. Isso levou a desgastes e acelerou a decisão por parte da GTZ no sentido da interrupção do convênio ao cabe da gestão já iniciada. Apesar do tempo previsto ter se esgotado, o convênio poderia ter permanecido um pouco mais no Rio Grande do Sul se houvesse condições políticas mais favoráveis. Os técnicos alemães afirmaram que ficariam o tempo inicialmente previsto, sem menção a questões de ordem política. Já os técnicos brasileiros que atuaram de forma mais específica na execução do PIRAD atribuíram à posterior troca de governo, quando o PT sai e o PMDB assume, relacionando ao que aconteceu com outros programas sociais.

Cabe ressaltar que os problemas decorrentes à troca de governo ou à dependência das políticas públicas com os programas de partido político não é questão que se restrinja a esse Programa, partido político ou parceria; ela está presente na cultura política brasileira e é, senão a maior, uma das principais causas para as dificuldades e os insatisfatórios resultados da gestão pública. A GTZ passou pela gestão de partidos políticos diferentes no Estado do Rio Grande do Sul e havia expectativa de que com o PT o trabalho seria bem mais fácil.

Eu lembro perfeitamente que tínhamos expectativas muito grandes [...] sofremos até agora, mas o processo participativo que eles [PT] pregam a gente faz, temos técnicas para apoiar isso (entrevistado 6).

Contudo, na fala do agente, “o tiro saiu pela culatra”, porque os gestores públicos passaram a fazer uma série de questionamentos e colocar empecilhos na continuidade. Quando estava praticamente decidido o rompimento do contrato, eles se deram conta dos

recursos investidos e voltaram atrás, mas já era tarde demais. Porém, a GTZ concluiu o que já vinha sendo feito no PIRAD até o final do governo.

As administrações, quando entram, querem registrar sua marca e mostrar que tudo o que foi feito anteriormente: ou estava sendo feito de forma errada, ou poderia ser melhorada. Os partidos não entendem que tem projetos e pessoas que são a-partidários, como é o caso da GTZ: por mais que tivesse trabalhado nos governos passados, tinha uma política e era isento. Por mais que a GTZ compactuasse com a linha participativa e de esquerda que o PT tem, ela é voltada para o trabalho que desenvolve (entrevistado 6).

De acordo com técnico da consultoria alemã,

por minha experiência e com toda modéstia, a GTZ normalmente é reconhecida por sua neutralidade (não nos interessa tanto que partido está no poder, queremos realizar um objetivo, uma idéia de cambio para melhorar a situação da população mais pobre de maneira sustentável e duradoura) e por seu conhecimento profundo da realidade do povo - porque não somente trabalha com as instituições nacionais e fica no “gabinete”, pelo contrário, conhece bem o “campo”, as pessoas e suas necessidades (entrevistado 2).

Do ponto de vista de uma escala global, existem interesses econômicos e políticos de Em escala local, as disputas políticas e ideológicas são colocadas acima de interesses da população, em todos os partidos políticos, e as contribuições, tanto do ordem financeira quanto metodológica são válidas. A discussão que retorna refere-se ao permanente desafio de que se tenha espaços e instâncias públicas e da sociedade civil capazes de garantir ou tensionar no sentido de que os recursos sejam instrumentos de construção de cidadania e de atenção às necessidades da população.

A GTZ visa a continuidade (muda o governo, mudam os funcionários, mudam as políticas, isso muitas vezes leva a desperdiçar recursos e conhecimentos adquiridos (entrevistado 6).

Apesar das dificuldades iniciais vivenciadas pelos diversos atores sociais envolvidos, os agentes do PIRAD são unânimes em afirmar que o trabalho da GTZ foi fundamental. Todos relataram crescimento pessoal e expressaram forte desejo de continuidade do Programa; alguns afirmaram terem novas oportunidades de trabalho devido à qualificação obtida.

Aprendi muito com os consultores internacionais, o E. me dava as cartas na manga, ele já sabia o que podia acontecer e me dava alternativas de como proceder. Esse foi o grande crescimento que eu tive. Hoje, faço consultoria para a Caixa Econômica Federal, para quase todos os empreendimentos sociais (...) porque teve grande repercussão nos conjuntos habitacionais por uma parceria na época [com a GTZ?] (entrevistado 6)

Eu já tinha experiência anteriormente pela formação com a Pastoral, mas a GTZ foi fundamental na minha vida. Recebemos um acúmulo que não foi pouca coisa. Acabamos acompanhando tudo. Hoje, os outros (agentes) não têm (entrevistado 7).

As dificuldades e conflitos presentes nos projetos, especialmente os de caráter democrático, se tornam importantes na medida que se constituem em experiência social acumulada e passam a ser geradores de um conhecimento capaz de contribuir para o desenvolvimento de outras experiências.

O conhecimento-emancipação não provém da ordem, mas da tensa dialética entre ordem e desordem, do reconhecimento da diferença, do caos, de possibilidade de criação do novo exatamente porque se reconhece como inacabado e aberto: ele se mantém na medida de sua própria destruição. Essa condição de instabilidade na perspectiva da ciência contemporânea e da neomodernidade não significa incompetência, ao contrário, trata-se do reconhecimento de sua complexidade.

A questão do meio ambiente era o que mais agradava as instituições parceiras. Porém, o PIRAD, no início de sua implantação, sofreu resistências e descrença, tanto da METROPLAN, quanto dos parceiros (que depois passaram a apoiar): Petrobrás, Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) e Serviço Social do Comércio (SESC). A resistência era atribuída pela introdução de novas metodologias e pela ampliação de ações e sujeitos envolvidos. De acordo com Baremblytt (1995), em geral há resistência a mudanças nas organizações, o instituinte desestabiliza e se torna ameaçador. O que é novo causa estranhamento ligado ao medo de mudança e ao paradigma da ordem.

O uso de metodologias participativas geralmente produz grandes alterações nas organizações. Segundo relato de um dos funcionários da METROPLAN, executores do PIRAD, o Programa sofreu resistência interna por parte de técnicos porque aquela Fundação atuava na área de planejamento e já tinha um perfil de trabalho neste campo. A contratação de profissional para elaborar um diagnóstico é muito mais fácil, rápida e geralmente menos onerosa, porém, ninguém tira o saber que a população adquire a partir do momento em que ela se reúne para identificar, analisar e compreender suas próprias demandas.

Ficava difícil, mas para nós era muito importante este trabalho da comunidade, este interesse, este envolvimento através dos Núcleos de Desenvolvimento Comunitários. No Núcleo tinha, desde a Igreja até o clube de futebol, e estão mobilizados até hoje (entrevistado 8).

Alguns agentes da METROPLAN já possuíam postura e experiência em processos participativos, em função de participação em pastorais, sindicatos e outras organizações. Eles afirmam que houve mudanças em dois níveis. Em primeiro lugar, na rotina institucional.

Muitos motoristas, por exemplo, conheciam muito bem o Programa e ainda hoje todos lembram porque também ficavam muito envolvidos com a ida na comunidade (entrevistado 8).

Em segundo lugar, nos procedimentos técnicos:

O grupo de arquitetos achava que tinha que ter um entendimento de tudo; anos depois vimos que não era necessário: tinha que se fazer um grande levantamento, um diagnóstico muito extenso. Depois vimos que uma amostra já era suficiente, isso ainda no PRORENDA (entrevistado 9).

4.4 IMPLANTAÇÃO DO PIRAD

A execução, de forma geral, ocorreu através de planejamento técnico inicial, aberto a alterações que adviriam das comunidades devido ao uso de metodologias participativas. A idéia era apresentar o projeto às comunidades dos dez municípios envolvidos (em torno das três sub-bacias), contatar lideranças, oferecer formação, formar núcleos comunitários que seriam co-gestores no diagnóstico, planejamento, execução e monitoramento das ações locais.

Em paralelo, eram constituídos fóruns regionais, no total de três, um para cada sub-bacia em conjunto com as prefeituras, organizações não-governamentais e outras organizações que desejassem participar ou cuja participação fosse relevante.

O Fórum Regional, de caráter deliberativo, é o espaço de debate, de integração, de articulação, de cooperação da sociedade civil organizada com as diferentes instâncias da administração pública tendo como objetivo o desenvolvimento da bacia hidrográfica (documentos do PIRAD).

A ação na comunidade e a articulação com múltiplas organizações envolvidas são dois elementos fundamentais para a análise e avaliação do Programa. Na prática aconteceram de forma simultânea.

Quando o Programa começou a conquistar mais grana, começou a ter credibilidade. Os técnicos também começaram a pisar no barro e foi interessante. Tínhamos reuniões semanais na METROPLAN e a disputa também era grande (entrevistado 8).

4.4.1 A Ação nas Comunidades

A ação na comunidade teve início no segundo ano do governo do PT. Apesar de haver recursos e intenção dos agentes em desenvolver o trabalho, as comunidades aderiam de forma voluntária.

Eu interferi na formação de lideranças, mobilização, organização. Fiquei especialista em apresentar o projeto. Se a comunidade se interessava, se começava a fazer a formação. Primeiro, começamos a montar a formação com eles. Quando eu chegava na comunidade, identificava as lideranças, não as políticas, mas o padre, ex-presidiários, as 'lideranças negativas' também. Mapeava para chegar com o carro, não ter tiroteio (entrevistado 8).

O começo do trabalho pelas lideranças permite aproveitar a riqueza social existente na comunidade; trata-se de considerar a história e fortalecer o que já existe. O risco, porém, é a restrição da participação de grupos excluídos, tanto pelas relações de poder das lideranças que, geralmente bem intencionadas, acumulam tarefas, saberes e recursos para si e acabam configurando um tipo de elite dentro da comunidade.

De acordo com dados que obtivemos nas entrevistas com agentes executores do PIRAD, as lideranças tinham tripla jornada: a primeira jornada era a da formação de lideranças. A seleção das pessoas era feita através do Núcleo Comunitário de Desenvolvimento que se reunia de maneira informal para, posteriormente, assumir identidade jurídica própria e maior autonomia de ação.

As pessoas que tinham atividades dentro do Núcleo convidavam outros moradores com potencial para o trabalho comunitário, com vistas a aflorar a liderança que cada um tem dentro de si (entrevistado 6).

Os cursos de capacitação eram previstos em três módulos: o primeiro sobre a função e o comportamento de lideranças (refletir seu papel na comunidade); o segundo para capacitar as lideranças sobre como aprofundar o trabalho participativo em grupo e o terceiro voltado ao desenvolvimento local de alguma atividade econômica. Para tanto, iniciou-se nas áreas-piloto: em Canoas (Bairro Guajuviras) e em Alvorada. Os cursos foram montados e aperfeiçoados pelos técnicos e formadores ao longo dos anos, desde 1994 até 1998, em primeiro lugar, com relação ao conteúdo:

Tínhamos críticas pela formação muito simplista, técnica, ficava muito na formação do indivíduo, não era trabalhado que tinha que focar no coletivo. Tinha feudos, na comunidade, pela formação de um indivíduo que se sobressaía e não havia mecanismos para eles se reunirem. O indivíduo falava por ele, e não pelo grupo. Outra coisa é uma forma muito simplista de gerar renda, acaba sendo a sobrevivência com dificuldades. A maioria da população vive em situação de

pobreza, é preciso superar a exclusão total dos que estão abaixo da linha da pobreza, para se ter dignidade. Não se trata nem de superar, mas de garantir acesso básico, a melhoria da auto-estima (entrevistado 7).

A didática também foi aperfeiçoada:

Não adiantava chegar na comunidade que trabalhava o dia todo com conteúdos teóricos, densos. Por isso, organizou-se um conjunto de dinâmicas grupais. Todo o trabalho era um conjunto de dinâmicas de quatro horas e depois se fazia uma reflexão sobre qual era o papel da liderança e do grupo. Também se trabalhava com o planejamento, a importância das pessoas planejarem sua ação para não ficarem sobrecarregadas e terem seu reconhecimento. Também a comunicação para que os outros o entendessem. Para a comunicação se trabalhava com técnicas de moderação e de visualização, com as tarjetas. Há estudos que mostram que as pessoas só absorvem 10% do que ouvem. De forma visual, absorvem de 30% a 35%. Se fala, discute, vivencia, visualiza, chega até 40% (entrevistado 6).

O acompanhamento às lideranças no processo de capacitação e formação dos Núcleos se dava através de reuniões semanais. A segunda jornada era a da formalização do Núcleo,

mas havia disputa muito grande entre eles, entre o grupo e pelas prioridades. Como eu conhecia bem a região, entrei para contribuir na formação de núcleos. Eu procurava a associação de moradores e apresentava o Programa. Cada núcleo era formado no mínimo por 10 associações de moradores (entrevistado 8).

Nessa etapa era feito o diagnóstico das comunidades através do Diagnóstico Rápido Urbano Econômico Participativo (DRUEP). O diagnóstico foi sofrendo adaptações desde o PRORENDA, tanto na metodologia em si quanto na forma de aplicação.

Primeiramente, com relação à metodologia, no início se chamava Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), passou para Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (DRUP) e depois para o DRUEP. As alterações foram feitas de acordo com a realidade das comunidades urbanas empobrecidas a que se destinava e com o objetivo de ampliar o espectro das ações a partir da identificação clara de necessidades de várias ordens.

Em segundo lugar, de acordo com relato de agente da GTZ no Brasil, a aplicação do diagnóstico no PIRAD também foi diferente do que no PRORENDA.

No PRORENDA nós recebemos capacitação da GTZ, processamos, adequamos a tecnologia e metodologia conforme a realidade e nós mesmos aplicamos na prática. Íamos de casa em casa e ficávamos sabendo de “n” situações. No PIRAD esse conhecimento foi repassado para os agentes comunitários e eles é que fizeram o diagnóstico. Se no PRORENDA fazíamos dez, no PIRAD fazíamos diretamente dois, mas acompanhávamos o trabalho da comunidade em todos porque já tínhamos a experiência anterior (entrevistado 6).

O DRUEP era composto por várias técnicas. Uma delas era o “mapa falante”, um conjunto de fotografias de áreas degradadas do bairro e de situações consideradas problemáticas, as quais necessitavam de intervenção. Outra técnica consistia de entrevistas

com uma amostra de moradores do bairro através de visitas domiciliares a partir de pré-roteiro com perguntas abertas e fechadas. Após o trabalho de campo, as pessoas voltavam para o “QG”, conforme designado (em alusão a quartel general, usado popularmente como gíria), elaboravam o diagnóstico preliminar em parceria com os técnicos e já davam o primeiro retorno para os moradores entrevistados, que já haviam sido comunicados e convidados a participar. Essa era uma estratégia que tem por objetivo evitar que instituições utilizassem a comunidade como objeto de conhecimento, sem que ela se percebesse como sujeito desse saber.



Foto 1: A participação da comunidade

É interessante perceber a preocupação de estímulo permanente à co-responsabilidade do público nas ações. Não se tratava tão somente de se chegar aos resultados esperados, mas, através das ações, gerar processos de protagonismo, consciência de direitos e exercício de cidadania. Tal característica era observada, tanto no repasse de informações e de capacitação para que as pessoas fizessem por si mesmas, quanto no retorno para os pesquisados.

Nós não fazemos nada por ninguém. Fazer e dar pronto não é valorizado. Se a prefeitura vem com um caminhão para limpar a área, chamamos todos para fazer um mutirão e ajudar e depois todos vão ajudar a manter limpo (entrevistado 1).

Outro aspecto importante era que, através das visitas para conhecimento da realidade da comunidade e mapeamento das necessidades,

as pessoas compreendiam por si mesmas porque a aplicação do recursos iria para outra parte do bairro e não para a frente da sua casa, como queriam (...) Não adianta só gerar desenvolvimento com aumento dos custos, tem que se construir a solidariedade através de visitas para enxergar o todo (entrevistado 10).

Com isso, os agentes buscavam incidir no individualismo e na vinculação pragmática com os recursos públicos, característicos da cultura política brasileira. Porém, o trabalho trazia implícita a idéia do sujeito auto-referencial e da educação libertadora e emancipatória, que oportunizava às pessoas o conhecimento da realidade por si mesmas, porque ninguém lhes tiraria esse saber.

Outro ponto que merece destaque no trabalho com as comunidades é o fato de que o conhecimento da realidade era, simultaneamente, oportunidade de sensibilização, motivação e intervenção social.

As carências são de uma escala muito grande. A comunidade pode ter grande benefício se a realidade social souber aproveitar fatos geradores, por exemplo, educação ambiental, trabalhar direto com o cara, na prática, não ficar falando. Isso faz com que a pessoa se sinta motivada, motivação paralela, não por trás. Por exemplo, jogar uma fralda no vaso? O resto de comida na pia? E quando o lixo entope essa rede? Por que tem carrapatos? (entrevistado 9)

O entrevistado 9 salienta a importância de se trabalhar com fatos geradores que atingem diretamente a vida da população. Identificamos correspondência com o conceito de Paulo Freire a respeito de “temas geradores”, que são percepções que as pessoas têm de fatos objetivos que vivenciam em seu contexto. Tais temas possibilitam problematizações para estimular as pessoas e a pensarem por si sobre sua realidade e desenvolverem consciência crítica.

Porém, o sentido dado pelo agente não era apenas o do problema local, mas também dos recursos disponibilizados para a população e que, em geral, não eram usados como geradores de reflexão e de exercício de cidadania.

Há certa cultura instituída de que o Estado, município, empresa, União não tem dinheiro. Se entrarmos em qualquer prefeitura, elas fazem ações concretas. Em qualquer prefeitura em que entrei até hoje, ela está fazendo aplicação de recursos na comunidade e a realidade social tem que aproveitar isso: vai ser o grande mote da ação. Uma comunidade que vai ganhar uma escola, eles não estão nem aí, até porque acham que criança tem que ir para a sinaleira. Aí entra a dificuldade da área social e que o cara chega para tentar levar conhecimento para a comunidade, ele tem dificuldade porque tem que trabalhar com os fatos concretos. Não é que eu vá ensinar, aí entra o método participativo, a troca, o técnico aprende e ensina também (entrevistado 9).

Foi possível apreender desse agente a idéia de que, sob o prisma construtivista das metodologias participativas e com um olhar sobre o contexto local como um todo, pode-se trabalhar com todo e qualquer recurso material, financeiro ou humano que chegue à comunidade com a finalidade de politização das demandas, assim como, de educação e organização da população.

Após o diagnóstico, as prioridades eram definidas, sistematizadas no Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), o qual apontava as melhorias físicas e sociais necessárias, e encaminhadas para as respectivas secretarias e órgãos de execução. Representantes das entidades executoras já estavam articulados com o PIRAD, viam a possibilidade de priorizar as necessidades do PDLI dentro dos recursos já disponíveis, definiam o que podia ser feito e davam resposta rápida à comunidade.

É importante destacar que o PDLI contemplava tanto ações sociais quanto físicas, sendo que, em geral, as comunidades optavam pelas obras de infra-estrutura física. De acordo com os gestores LA e EC, muitas vezes esse é um equívoco. Eles relatam que uma comunidade de Porto Alegre optou utilizar com uma finalidade mais voltada para o atendimento de necessidades sociais dos moradores. Ao invés da pavimentação de ruas, a comunidade optou pelo alargamento (de dois para cinco metros) de todos os becos do bairro, tornando-os ruas, de acordo com o Plano Urbanístico de Porto Alegre, de modo que pudessem passar ambulâncias e outros recursos necessários para os moradores. Com isso, obtiveram o acesso a novos recursos e investimentos.

A terceira jornada era a da organização comunitária para buscar recursos no orçamento participativo para ampliação das melhorias feitas, para demandas que não puderam ser executadas ou para propostas inovadoras, sendo a disputa por projeto a maior dificuldade.

As pessoas lembram, eles eram agentes, nada era dado. Eles chegavam através do DRUEP, iam para a comunidade com os questionários. Nem sempre eles aceitavam que a prioridade era a da comunidade. (...) A disputa maior era para botar gente para votar e preparar as lideranças para participarem do orçamento participativo, viagens, clubes de trocas e etc. através de oficinas de priorização dos temas (entrevistado 8).

Na definição de prioridades,

o que mais empolgou a comunidade foi a ação de trabalho e renda e depois o meio ambiente. A educação ambiental teve sucesso porque pegou as escolas. Tem uma série de obras feitas, mas a maior é a conscientização da comunidade (entrevistado 8).

Ao final, conseguiram três milhões no orçamento participativo.

Hoje tem galpão, prédios de formação, incubadora...(entrevistado 8).

A formação de agentes de desenvolvimento foi outro processo fundamental e tinha o objetivo de tornar agentes comunitários em técnicos multiplicadores. Os critérios da GTZ para contratação dos agentes era a vinculação com o PIRAD e serem moradores da comunidade.

A articulação com as organizações públicas, privadas e sociedade civil ocorreu de acordo com a realidade de cada região e município. A instância privilegiada de articulação era os fóruns regionais. A articulação foi complexa, pois havia intercruzamento entre esferas distintas (comunitária, municipal e regional) e entre diferentes atores sociais (primeiro, segundo e terceiro setor).

Destaca-se que não se encontrou relatórios detalhados sobre o desenvolvimento dos trabalhos nos municípios; parece que houve mais projetos do que relatos da intervenção. Foi possível o acesso a relatos mais aprofundados de Canoas, devido ao estudo de caso realizado nessa pesquisa e Alvorada, em função do comprometimento e da organização dos gestores municipais na época do PIRAD, o que fora demonstrado através da consistência de dados da entrevista e do envio de relatórios minuciosos. Os municípios organizavam suas ações através dos fóruns metropolitanos, o que nos leva a conhecer a dinâmica que assumiram ao longo do desenvolvimento do PIRAD.

4.4.2 Os Fóruns Regionais Metropolitanos

No tocante aos fóruns regionais, apenas o da Sub-bacia do Arroio Sapucaia se mantém até hoje. O fórum da Sub-bacia do Arroio Feijó teve uma série de dificuldades. No início havia grande mobilização, mas se perdeu muito tempo discutindo o regimento legal e estatuto e as pessoas foram se desmotivando. O problema maior foi atribuído à falta de compromisso das prefeituras, que se envolviam com a intenção de obter recursos financeiros. Elas não conseguiam perceber que mais importante do que isso era a organização e a articulação das ações que poderiam advir do fórum. Outro grande problema foi a alta rotatividade dos representantes que não repassavam as informações para a equipe de suas organizações e, em cada reunião, retomava-se todo o processo.

A perspectiva boa seria conciliar várias entidades, mas isso nunca funcionou. Qualquer entidade, não é ela que participa, são as pessoas (entrevistado 11).

É interessante notar que, na visão de uma das gestoras na METROPLAN, as prefeituras governadas pelo PT tiveram maior participação, com exceção da Prefeitura de Porto Alegre que foi uma decepção por causa da burocracia por ela criada. As cidades que dispunham de pessoas dedicadas, por exemplo, Alvorada e Viamão, conseguiram avançar. Isso mostra que, na prática, houve maior interferência dos sujeitos singulares do que se previra na institucionalização do programa de governo e dos princípios e diretrizes políticas.

Demonstra também que a ação individual pode pôr em risco ou comprometer a unidade do coletivo.

Na prática, o Fórum da Sub-bacia do Arroio Feijó obteve pouco êxito, mas a semente foi plantada e o tempo que ela leva para brotar nem sempre se restringe ao tempo linear dos programas.

O XX [entrevistado 12] me procurou esses dias, cinco anos depois, louco para reativar o Fórum do Feijó (entrevistado 1).

A propósito, pela proximidade de datas, é possível que a entrevista feita com o entrevistado 12 para esta pesquisa, na qual ele relatou todo o processo, tenha sido elemento catalisador da tentativa de retorno do trabalho. Foi possível observar admiração e desejo que o programa tivesse continuado, na opinião dos agentes entrevistados.

Problemas de maior ou menor adesão ao projeto são típicos das organizações, tais como os fóruns integrados, que atuam na forma de redes, as quais exigem formas flexíveis e fluidas de exercício do poder e efetivação de ações na perspectiva da horizontalidade e da interconectividade. As redes, quando vinculadas a projeto ético-político emancipatório, constituem-se em mecanismo de democracia participativa.

O envolvimento das pessoas é a principal causa de êxito ou fracasso. Teve uma época em que eu, YY [entrevistado 1] e D. íamos visitar um prefeito, a motivação era temporária. São ondas [...] Ainda sonho um dia ter um número maior de participantes no fórum (entrevistado 11).

No caso da Sub-bacia do Arroio Pampa não se obteve informações significativas.

Não adianta só dar obras, alimentos, bolsa-família, tem que construir uma contra-partida e até exigir. O problema é que as prefeituras não participavam, mais em Viamão e Alvorada que já eram prefeituras do PT (entrevistado 7).

O Fórum Regional da Sub-bacia do Arroio Sapucaia será destacado por ter “adquirido vida própria”, até hoje atuante devido à ação das pessoas, bem como por ser o fórum ao qual o Bairro Guajuviras está ligado.

O Fórum tem os seguintes objetivos: elaborar regimento interno e plano estratégico de desenvolvimento regional; manter o processo de planejamento regional articulado ao plano de Bacia; mobilizar a comunidade em projetos de interesse regional; viabilizar política, técnica e financeiramente a implementação dos projetos, obras e serviços; orientar e acompanhar sistematicamente a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Local, compatibilizar os planos de desenvolvimento local com o plano regional; colaborar na busca de fontes alternativas de recursos para os investimentos necessários, eleger prioridades regionais,

formular diretrizes para o desenvolvimento regional e garantir a continuidade das ações decorrentes dos planos.



Foto 2: Fórum Regional da Sub-bacia do Arroio Sapucaia

Com o intuito de promover e garantir a representatividade dos agentes regionais, o Fórum propôs a composição de representantes de organismos federais, municipais, iniciativa privada, organizações não-governamentais, universidades e comunidade³³. As instâncias de participação são as seguintes: a plenária com a função de deliberar sobre as propostas regionais, aprovação do regimento interno, definição da composição da secretaria executiva e das comissões temáticas. A secretaria executiva possui funções executivas (apoio administrativo e de monitoramento do processo). As comissões temáticas executam funções de assessoramento técnico (seis, no mínimo, uma por subprograma), das quais poderão participar especialistas ou entidades como consultores. O Fórum existe desde 2001 e acontece através de reuniões mensais na REFAP, que permaneceu como parceira da METROPLAN na ação do PIRAD nessa região.

O Fórum é a reunião das entidades, não é da REFAP, nem da METROPLAN, que é secretária geral (entrevistado 11).

³³Representantes de organismos federais: Petrobrás (REFAP) e Caixa Econômica Federal (CEF). Representantes de organismos estaduais: Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN), Secretaria Estadual de Habitação (SEHAB), Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI), Secretaria da Coordenação e Planejamento (SCP), Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA), Secretaria do Trabalho e Assistência Social Comunitária (STASC) e Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN). Representantes de organismos municipais: Prefeitura Municipal de Canoas, Prefeitura Municipal de Esteio, Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul, Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, Prefeitura Municipal de Cachoeirinha e Prefeitura Municipal de Gravataí. Representante da iniciativa privada: Associação de Indústria e Comércio. Organizações não governamentais no total de três. Universidades: UFRGS, UNISINOS, ULBRA e PUC. Representantes da Comunidade: um de cada Comitê de desenvolvimento local, no total de sete.

A coordenação é feita por um funcionário da REFAP. Avaliação do funcionário que coordena:

Eu estou há três anos e não é pelo poder [...] Negocieei minha saída (da coordenação do fórum), mas desisti porque não tinha pessoas com a minha motivação e história e isso ia esfriar a história (entrevistado 11).

A dinâmica organizacional das redes funciona com menor previsibilidade do que modelos tradicionais de organização.

Já passei por momentos de grande desânimo por planejar e chegar ao final do ano e só ter realizado três das dezessete atividades. Hoje, estou menos exigente e vendo resultados não apenas pelo número de projetos, mas pelo aumento do intercâmbio entre as pessoas, entidades e amplitude das atividades (entrevistado 11).

Em primeiro lugar, devido ao grau de participação direta dos envolvidos nos processos de democracia participativa.

Cada indivíduo tem uma visão diferente de como a sua entidade participou e viu os resultados, visões são diferentes. As mesmas pessoas poderão ter visões e expectativas diferentes ao longo do tempo (entrevistado 11).

Em segundo lugar, as ações dependem de várias articulações que não acontecem por comando ou obrigatoriedade.

Na última terça-feira fiquei muito faceiro – em 2004, no verão, estava bem desarticulado. Hoje não invisto mais em chamar as pessoas, ou a entidade está disposta, ou as coisas não funcionam por obrigação. Não forço a barra pelo número de entidades, projeto as verbas de acordo com os projetos que apresentam capacidade de mobilização (entrevistado 11).

Tais ações exigem, portanto, autoconsciência e co-responsabilidade de cada um. A analogia com a própria idéia de rede é útil: ela não é bloco monolítico, é maleável, mas tem poder de contenção; se nós da rede se rompem, ela perde parte de sua capacidade, mas pode ser regenerada sem alterar toda a estrutura.

Olhando para trás, eu gostaria que o Fórum não tivesse perdido as pessoas, 30 ficaram, mas já passaram 80 pessoas (entrevistado 11).

Recursos financeiros têm, o problema são projetos que possam ser executados. É difícil ampliar a participação da REFAP sem ser assistencialista. Muitas vezes as pessoas olham e dizem: tu fizeste só isso? Porque na apresentação dos resultados só aparece a lista de obras. Por exemplo, o REFAP Cidadão é um projeto com crianças. Participa da responsabilidade social, é mais aparente (entrevistado 11).

As características de imprevisibilidade e auto-organização podem ser melhor compreendidas e administradas quando os agentes tiverem uma visão mais complexa da realidade para lidar com categorias que emergem da ciência contemporânea. Destacamos também um elemento importante que é a dimensão pessoal do agente. As pessoas que identificam um sentido (ou o porquê) da escolha de sua atividade profissional também crescem individualmente a partir do que realizam;

eu estou como cidadão. Não existe a questão de que a empresa é o vilão que explora a sociedade. Só existe a empresa porque há o consenso, porque cada um anda no seu carro [no caso Refinaria, em referência aos problemas ambientais]. A empresa faz a propaganda, mas as pessoas se deixam levar. Sou eu, como cidadão, me penitenciando [...] porque tem coisas que estão acima de posição, salário, etc. porque é de sonho (entrevistado 11).

Com isso, o agente desenvolve práticas para sua auto-realização e, desta forma, consegue superar a tendência assistencialista ou autoritária, elemento fundamental para a construção de práticas emancipatórias.

Tenho consciência de que estou fazendo a minha parte, não é o assistencialismo, não é assim que funciona, nem se quiséssemos que fosse (entrevistado 9).

Ao desejar crescer, aprender e realizar-se como sujeito, o agente cria condições para que os outros também o façam; não fica na atitude de cobrança, assume a sua co-responsabilidade e cria o contexto relacional e comunicacional que cada um assim o faça.

Tem que ser um processo de maturidade pessoal, para valer a pena – vendo o sucesso das outras pessoas já vale a pena, por exemplo, a BS., do Bairro Guajuviras, que foi a Brasília, se qualificou... Só ver as crianças contando na escola sobre os trabalhos ambientais... e até para sensibilizar os colegas aqui da empresa, já vale à pena (entrevistado 11).

É possível observar uma das sínteses com relação à concepção de autopoiese e de auto-referencialidade tratadas teoricamente.

são as pessoas que fazem. Existem interesses diferentes, em parte, porque ajo de acordo com as minhas crenças. Ninguém vai dizer que vai parar o projeto porque é do outro governo (entrevistado 11).

A fala de um gestor da METROPLAN contribui para elucidação de caráter de autonomia que as ações podem adquirir:

Todo o ano o Fórum faz o planejamento, as ações são desenvolvidas independente da área de abrangência, cursos de educação ambiental, vários projetos. Estas ações que os parceiros têm que desenvolver, têm que passar pela consulta

popular, porque a METROPLAN não tem nem profissional para isso (entrevistado 1).

Essa ação, atualmente, acontece com apoio do poder público, mas o protagonismo central é de todos os atores envolvidos, o que consiste em elemento importante a ser destacado: o papel do Estado como instrumento a serviço da organização e dos interesses populares.

Com relação aos núcleos comunitários, foram formados quinze, mas não se tem dados precisos quanto à continuidade, porque as comunidades não possuem mais acompanhamento dos técnicos. Um dado recente é que, através da permanência da atuação do Fórum da Sub-bacia do Arroio Sapucaia, um núcleo está se formando agora em Esteio.

Com base no Relatório de Gestão da METROPLAN (2002), relativo ao período de 1999 a 2002, ressaltaremos ações desenvolvidas na Sub-bacia do Arroio Sapucaia, foco do estudo de caso.

As principais ações foram as seguintes: elaboração da caracterização da Sub-bacia, constituição do Fórum Regional, visita às entidades representativas das comunidades pelos agentes comunitários de desenvolvimento para implementação da organização comunitária do PIRAD, formação de cinco Núcleos Comunitários de Desenvolvimento (sendo um deles o do Bairro Guajuviras), criação das comissões temáticas do Fórum Regional (com representantes das entidades parceiras para gestão integrada), capacitação e aplicação do DRUEP em Esteio e Sapucaia do Sul, discussões com a comunidade sobre o gerenciamento da incubadora regional de empreendimentos associativos e populares, aplicação dos cursos de economia solidária, autogestão e cooperativismo para as lideranças locais, ações de educação ambiental envolvendo as entidades, debate sobre a realidade local com os núcleos comunitários de desenvolvimento para discussão de obras a serem realizadas com recursos do orçamento participativo estadual de 2001 e realização das seguintes obras: incubadora regional (Esteio), pavilhão da cooperativa de recicladores (Canoas) e reforma elétrica e hidráulica da usina de reciclagem.

De acordo com a fala de um dos gestores, “na maioria das comunidades deu certo, mas não se manteve quando estava no bom ponto de trabalho” (SM). A interrupção brusca é referida, tanto pelos gestores quanto pelo público-alvo, como o principal fator de minimização dos resultados do PIRAD.

No próximo capítulo apresentaremos o estudo de caso do Bairro Guajuviras para dar visibilidade à implantação do PIRAD em um dos municípios de sua abrangência, bem como à

relação que os gestores estabeleceram com os moradores, às peculiaridades do contexto local e sua implicação nos procedimentos e nos resultados.

5 BAIRRO GUAJUVIRAS E A POSSIBILIDADE DE EMANCIPAÇÃO SOCIAL

A diferença entre aquilo que fazemos e aquilo que somos capazes de fazer seria suficiente para resolver a maioria dos problemas do mundo (GANDHI).

Neste capítulo apresentaremos a implantação do PIRAD em uma das comunidades envolvidas no Programa, o Bairro Guajuviras no município de Canoas. O estudo de caso foi um instrumento que possibilitou uma aproximação mais efetiva com a trajetória da implantação do Programa e de seus beneficiários.

Ademais, permitiu verificar em que medida os recursos foram capazes de gerar os resultados esperados; que fatores interferiram e que conhecimentos agregaram para o desenvolvimento de ações similares. A realidade do Bairro Guajuviras será apresentada a partir de três momentos. O primeiro consistiu numa busca e síntese de pesquisas na Internet, dados censitários e diagnósticos. O segundo foi nossa observação e participação direta no campo que possibilitaram entrar em contato, obter informações e desvendar uma realidade que vai muito além da frieza dos números e porcentagens. O terceiro consistiu em entrevistas realizadas com quase todas as lideranças comunitárias que participaram do PIRAD.

5.1 A REALIDADE DO BAIRRO GUAJUVIRAS

O desenvolvimento do Programa na Sub-bacia do Arroio Sapucaia abrange, no município de Canoas, especificamente a área do Bairro Guajuviras, onde a situação é agravada pelos riscos provenientes da REFAP, que se situa nas proximidades do Bairro.

Canoas é o mais importante centro econômico e social do Rio Grande do Sul, depois da capital do Estado (segundo lugar no ranking dos PIB's gaúchos), o que se deve à sua origem, localização e vocação. É o quarto município mais populoso da Região Metropolitana, com 306.093 habitantes residentes, conforme censo de 2000 do IBGE. Canoas é considerada por muitos como uma cidade-dormitório, mas atrai pessoas de outros municípios por causa de seu centro movimentado, das muitas indústrias e por ser um pólo de ensino universitário. O parque industrial de Canoas é um dos maiores e mais importantes do Estado, mas o rápido desenvolvimento da cidade trouxe conseqüências negativas, tais como: grande déficit habitacional, alta taxa de criminalidade e poluição das águas do rio dos Sinos e do rio Gravataí, que são navegáveis em alguns trechos, mas não são potáveis. Mesmo assim, a cidade continua crescendo, possivelmente, devido ao esgotamento da capacidade habitacional de Porto Alegre e por oferecer alternativa imobiliária mais barata.

Até a metade da década de 1980, o crescimento ocorreu predominantemente fora da área da Sub-bacia, com exceção do conjunto Guajuviras. Nos últimos quinze anos, simultaneamente com a expansão da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), multiplicaram-se os loteamentos voltados para a população de renda média e alta, ocupando glebas com boas condições para urbanização, parcialmente inseridas na Sub-bacia.

Nas últimas décadas, Canoas tornou-se um local de inúmeras ocupações, possuindo hoje enorme área em situação irregular. Por isso, apesar de ser uma das maiores rendas do Estado, apresenta inúmeras contradições e uma deficiente estrutura para atender as demandas básicas da população.

Guajuviras é o nome de uma árvore que foi comum na região do bairro antes da urbanização. O Bairro Guajuviras, ou “Guaju”, como é popularmente conhecido, é a região com maior número de ocupações. Diariamente, chegam famílias, até mesmo de outros Estados, que vão se alojando nas periferias do Bairro, sem infra-estrutura nem saneamento básico.

Segundo diagnóstico realizado em 2005 pela organização não-governamental que atua com desenvolvimento local e regional no Estado do Rio Grande do Sul, Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP), sua história confunde-se com a história do Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti, construído pela Cooperativa Habitacional (COHAB) na área da antiga Fazenda Guajuviras, desapropriada em 1973. O Conjunto, empreendido pelo poder público, seguiu estratégias de projeto e de implantação que estão nas origens das vilas que o cercam. A escolha da localização recaiu sobre uma gleba que integrava uma fazenda, totalmente isolada da área urbana e fora dos principais vetores de crescimento da época. A implantação do Conjunto consistiu na abertura de uma frente de expansão urbana que deu acesso a áreas que foram invadidas.

Devido a problemas que a população definiu como demora e indefinição de critérios para acesso aos imóveis, o Conjunto foi ocupado no dia 19 de abril de 1987. Foi uma das mais conhecidas ocupações do sul do Brasil, sendo marcada pela violência, pois a polícia fechou o acesso principal ao Bairro, fazendo com que os ocupantes ficassem sem meios de sobrevivência, tais como água e alimentos. Após várias negociações, a polícia liberou o acesso.

A partir de então, a comunidade passou a constituir associações de moradores que até hoje continuam lutando e construindo alternativas para as demandas sociais da comunidade, obviamente em contexto de disputas internas, com avanços e limites que serão apresentados a seguir.

Nessa época, o Bairro tinha muitas áreas verdes (matos de eucalipto). Aos poucos, pequenas porções de áreas verdes também foram ocupadas. Em 1998 e 1999 houve uma ocupação geral das áreas verdes, sobrando pequenas áreas, atualmente transformadas em praças pelo poder público local.

O Guajuviras é dividido em setores (1, 2, 3, 4A, 4B, 5 e 6) e cada setor é dividido em quadras (de A a Z). Existe uma numeração para as ruas, mas ela é ignorada pelos habitantes, já acostumados aos setores e quadras. As pessoas que não residem na localidade geralmente ficam confusas com esse tipo de endereço.



Mapa 1: Mapa do Bairro Guajuviras

O comércio bem expressivo e diverso, principalmente voltado aos habitantes locais, sendo mais intenso à entrada do Bairro. Há vários estabelecimentos, tais como: farmácias, ferragens, madeireiras, bazares, óticas, lojas de confecções e calçados, açougues, padarias, loja de móveis, mini-mercados e um mercado de tamanho médio. Pode-se dizer que ali se consegue comprar de tudo a preços baixos e razoável qualidade.

Quanto aos serviços, existem mecânicas, auto-elétricas, academias esportivas, cabeleireiros, gabinetes médicos e odontológicos particulares. Os dois postos de saúde são considerados insuficientes para atendimento da população.

Em dias de chuva existe o problema de freqüentes alagamentos das partes baixas, já que o sistema de esgoto, entupido pelo lixo, derrama dejetos nas ruas, problema que vem sendo resolvido gradualmente nos últimos anos.



Foto 3: Bairro Guajuviras quando chove

As quadras de esporte e praças são raras, proliferando pequenos bares (botecos) e lancherias como alternativa de lazer. Constatamos que a população em geral "ocupa" as ruas, principalmente as crianças e os jovens, para praticar esportes (futebol, vôlei, taco, skate, etc.). A iniciativa cultural mais relevante é a Escola de Samba "Unidos do Guajuviras", que participa do segundo grupo de Escolas de Porto Alegre.

Quanto ao acesso, o Bairro situa-se na extremidade do município distando em torno de 8 km do centro de Canoas e em torno de 5 km da BR 116. O transporte coletivo dentro do município é mal servido, mas pode ser considerado satisfatório em relação a outras cidades, pois o acesso de ônibus ao Trensurb é eficiente.

O Bairro Guajuviras configura-se como um condomínio fechado; conta com três entradas importantes asfaltadas e dois acessos secundários (pequenas trilhas de chão batido). É uma área quase totalmente cercada por mato de eucaliptos. A partir de 2003, todas as ruas

centrais foram asfaltadas. As ruas da segunda ocupação continuam sem nenhuma pavimentação.

Com relação à educação, o Bairro conta com duas escolas estaduais e cinco escolas municipais de ensino fundamental, sendo apenas uma escola estadual com ensino secundário e apenas duas creches municipais.

Quanto à religiosidade, existe a Igreja Católica, com uma matriz e várias capelas e uma gruta ao ar livre. Existem várias igrejas cristãs e outros centros de crenças diversas. A paróquia do Bairro tem o nome de Nossa Senhora Aparecida e está localizada no setor 4A.

Porém, a comunidade tem passado por profundas transformações relacionadas à significativa expansão do município de Canoas para o leste nos últimos anos, de modo que o Conjunto Guajuviras não está mais isolado. As áreas invadidas crescem fora do Guajuviras, ao longo da Estrada do Nazário, sem saneamento básico, postos de saúde, escolas e áreas para o lazer.

Atualmente, segundo dados da Prefeitura de Canoas, o Bairro Guajuviras possui cerca de 70.000 habitantes, população maior do que a de muitos municípios do Rio Grande do Sul. É impressionante o fato de que todo o dia chegam famílias que se instalam em áreas verdes nos arredores do Bairro. Uma grande parcela da população vive nessas grandes extensões do Bairro sem saneamento básico, com políticas públicas extremamente reduzidas frente à demanda (exemplo disso é a existência de apenas duas creches) e alto índice de desemprego e violência; enfim, é um número muito elevado de famílias vivendo em condições de miséria e indignidade.



Foto 4: Rua do Bairro Guajuviras

A população é formada por variadas etnias características do Rio Grande do Sul, tais como descendentes de negros, indígenas, alemães, italianos, poloneses e portugueses; é constituída principalmente por moradores de baixa renda, oriundos de outros bairros de Canoas e de várias cidades do Estado e com alto número de crianças e adolescentes, pois a maioria das famílias são formadas por jovens.

A violência á apontada como o maior problema do Guajuviras, agravada pelas crescentes invasões das restantes áreas verdes e da falta de policiamento. Os assaltos ao comércio e os crimes relacionados ao tráfico de drogas são os principais delitos que diariamente assustam a população.

O crescimento diário do contingente populacional levou à descaracterização da comunidade que inicialmente ocupou o Bairro e à alteração de sua identidade local e de seu pertencimento social.

Eu lembro bem, aquela árvore ali fui eu que plantei. Naquele tempo nós éramos muito unidos aqui na comunidade. Agora, a gente nem cumprimenta o vizinho para não se envolver em nenhum problema (Guaraci).

Esse processo aprofundou divisões internas e a população que ocupou primeiramente o bairro mostra resistência aos que ocuparam mais tarde, chamando-os de "invasores".

O trabalho de campo no Guajuviras, ao longo de três anos, ocorreu através de práticas diretas de pesquisa e de intervenção social diversificada em projetos de extensão comunitária, bem como supervisão de alunos. Entendemos que uma análise da pobreza não deve ficar limitada às questões a diagnósticos, mas lançar-se ao conhecimento e à reflexão acerca das condições de vida, das crenças, costumes, dificuldades e alegrias dos indivíduos e famílias que vivem em comunidade empobrecidas.



Foto 5: Conhecendo o Guajuviras

Iniciamos os contatos um ano e meio após a desativação do PIRAD, que coincidiu com a definição do projeto da pesquisa de doutorado. Nossa vinculação como pesquisadora e coordenadora de um projeto de extensão comunitária da ULBRA possibilitou-nos tempo e recursos privilegiados para uma participação efetiva no cotidiano do Bairro, qualificando nosso processo de observação. Em 2003, instauramos um conjunto de ações voltadas inicialmente para a inclusão social de indivíduos e famílias em situação de risco e vulnerabilidade social e, num segundo momento, para o desenvolvimento local com as organizações, lideranças e moradores organizados.

Em termos de conhecimento da realidade, o que mais nos chamou atenção foi a heterogeneidade dos sujeitos, das dinâmicas e dos processos locais. Constatamos uma organização surpreendente protagonizada por lideranças que participaram o PIRAD que, apesar de não ser único, foi um importante instrumento de formação técnica e política.

Ademais, surpreendeu-nos, em contrapartida, as situações de extrema pobreza e desmobilização social de outras parcelas da população que têm dificuldade de se vincular às estruturas locais e organizar devido às frequentes migrações. No primeiro ano, procuramos conhecer as instituições e fizemos contatos com os grupos melhor organizados; executamos e supervisionamos atendimentos sociofamiliares e de terapia comunitária junto à rede de saúde, bem como mapeamento dos recursos e serviços locais. No segundo ano, com a implantação de um serviço de assistência social na comunidade tivemos acesso a famílias em situação de vulnerabilidade, através de visitas e atendimentos domiciliares realizados por alunos em atividades de pesquisa e de extensão. As situações vistas e vividas retratam uma realidade de extrema pobreza e exclusão social, em especial com relação à população que se aloja na “periferia da periferia”, atualmente, a maioria da população do Bairro.

Os casebres são de chão batido, não têm saneamento básico e muitas em área de esgoto a céu aberto, onde crianças nuas brincam com cachorros; apenas duas creches para toda a população. O cheiro é insuportável e as moscas se proliferam abundantemente. Tem-se a impressão de estar numa “terra de ninguém”, onde os serviços não chegam e as políticas públicas não alcançam aquele território e aquelas famílias.



Foto 6: Moradia no Bairro Guajuviras

A aproximação com as pessoas foi difícil, apesar de termos sido identificados como agentes do Posto de Saúde, que são os únicos que eventualmente chegavam até os domicílios. Esse trabalho acontecia através de uma parceria com a ULBRA na área de enfermagem, com a qual desenvolvemos ações interdisciplinares. Atualmente, agentes da assistência social de uma organização não-governamental do Bairro fazem esse acompanhamento domiciliar, entre outras ações.

Na comunidade, existem horários em que se pode circular com tranquilidade, até aproximadamente 17 horas, quando se começa a perceber movimentações ligadas ao tráfico de drogas. Nunca vivemos qualquer situação de ameaça ou violência; ao contrário, foi-nos solicitado, em certa circunstância, que não continuássemos o atendimento domiciliar a uma senhora, pelo próprio filho, o qual estava envolvido no tráfico de drogas e não queria chamar a atenção da polícia. Tratava-se de uma senhora à beira da morte devido a lesões causadas pelo diabetes, problema de saúde muito comum na região, agravado pela falta de higiene e de cuidados.



Foto 7: Pátio de Moradia no Bairro Guajuviras

Assim como esse caso, teríamos relatos de muitas trajetórias, bem como registros fotográficos que retratam a dura realidade da questão social contemporânea. Tal contexto é a ferida aberta da desigualdade e da pobreza e mostra a barbárie social escondida nos guetos das favelas.

Os fatos mais dramáticos, em geral, não são revelados a um entrevistador desconhecido, mas a alguém comprometido com a comunidade que tenha captado a sua confiança. Entretanto, o que mais nos inquietou foi o grau de apatia, descrença e falta de perspectiva de vida desses grupos mais vulneráveis.

Tais grupos são criticados pelos moradores mais ativos da comunidade, ou mesmo por agentes, criando segregações. A expectativa da população gira em torno de recursos materiais, gerando no agente um sentimento de estar sendo manipulado ou de a proposta não estar sendo entendida. Costumávamos redefinir com os alunos que se tratava de pessoas que já receberam tanto “não” da vida que não tinham mais esperança; porém, se a comunidade começasse a obter novas conquistas, ela poderia ver com os próprios olhos que valeria a pena participar.

Uma prova disso foi um fato inusitado: alguém da comunidade espalhou a notícia de que nosso grupo de pesquisa e extensão estava oferecendo emprego. No dia seguinte, havia uma extensa fila de pessoas nos aguardando e foi muito difícil dizer que se tratava de boato. Todos queriam uma proposta efetiva que, para eles, significasse trabalho e renda. Existe uma referência do tempo social calcado no presente e a urgência que suas necessidades exigem.

O poder público, as universidades e outros agentes de intervenção social têm oferecido poucos recursos materiais, trabalhos ocupacionais ou experiências que não geram renda para sua subsistência (quando muito a complementam). As iniciativas emancipatórias existentes, por sua vez, exigem um grau de vivência e de formação política para compreensão de processos de auto-gestão, de trabalho coletivo e etc., os quais constituem um passo mais adiante no processo de construção de autonomia.

Há escassa estrutura para programas mais efetivos e integrados, equipamentos e recursos materiais à disposição de um projeto integrado, simultaneamente assistencial e emancipatório, tal como a heterogeneidade da condição de pobreza exige.

5.2 O PIRAD NO GUAJUVIRAS

A ação do PIRAD no Bairro Guajuviras seguiu as etapas previstas: instalação do Fórum Regional da Sub-bacia do Arroio Sapucaia, visita às entidades representativas da comunidade, formação do Núcleo Comunitário de Desenvolvimento, elaboração dos convênios (entre Prefeitura, METROPLAN e GTZ), capacitação das lideranças comunitárias (cursos de economia solidária, autogestão, cooperativismo e associativismo), elaboração e execução de projetos para desenvolvimento econômico e sócio-ambiental.

Antes da METROPLAN iniciar o trabalho, segundo relatos de lideranças, a associação de moradores teve um papel fundamental.

No início, as lideranças se encarregaram de buscar pessoas interessadas em participação da capacitação:

Eu não sei se é o capitalismo que tá na cabeça das pessoas. A gente vai convidar, a primeira coisa que perguntam é: Ganha alguma coisa? Tem que não pensar neste lado, tem que se doar, mesmo que tenha dificuldade e necessidade, às vezes, mas um dia chega (Ceci).

Ainda assim, as lideranças conseguiram mobilizar um grupo expressivo.

Todas as lideranças, todo mundo estava junto, participava no mesmo espaço e em conjunto [...] a gente trabalhou durante um bom tempo no Guajuviras desta forma. Depois teve um momento que não deu mais, a associação de moradores ficou para trás e com a vinda da METROPLAN, começaram a atuar. As promotoras legais populares vieram por causa da associação e depois disso não aconteceu mais nada, a geração de renda aqui no Guajuviras também começou com a associação, por isso a associação de moradores tem um papel fundamental nesta história (Ceci).

Segundo relato do agente que fez a capacitação no Bairro, a presença de, aproximadamente, 40 pessoas, foi surpreendente, apesar de que nem todas ficaram até o final do processo, o que costuma ser a regra na maioria dos cursos e ações.

Foi uma semana de oficina, de cursos de agente de desenvolvimento, lá dentro do Guajuviras. Teve um outro em Esteio que eu também participei. Foi muito bom porque a gente viu que não só o nosso bairro tem necessidade e precisa de ajuda. Tem muito na beira do nosso rio, o meio ambiente também precisa de nós e é tudo mesmo uma necessidade comum, não só Canoas, como Esteio, Sapucaia (Peri).

O DRUEP foi executado por um grupo de 18 pessoas e foi feito o diagnóstico de todo o bairro, das áreas degradadas do Guajuviras e das áreas ocupadas:

Iniciamos em 99 o curso de agentes comunitários pela GTZ e METROPLAN onde a gente fez o diagnóstico das várias áreas, social, econômica e ambiental, também, né, trabalhar os três eixos e fazer com que realmente tivesses uma política de conscientização para o meio ambiente, uma política de

conscientização para o trabalho e renda, um atendimento para zonas mais carentes e que a gente pudesse fazer um diagnóstico e ver qual era a situação atual do nosso bairro principalmente (Iracema).

O grupo se dividiu em duplas que foram às moradias selecionadas. A primeira técnica consistia em fotografar os problemas identificados.

A gente fez um mapa falante e viu que ainda tem áreas muito precárias, as pessoas têm necessidades mesmo e têm dificuldades de se deslocarem de lá também. Às vezes, pela própria dificuldade, eles ficam acomodados e como a sociedade, ela pensa mais no paternalismo, nas doações, então tem que ter um modo que as pessoas possam ter uma melhor educação para poder viver, nem digo sobreviver, porque tem que viver mesmo, né, não é sobrevivência não (Ceci).

Posteriormente, as duplas aplicaram o questionário.

Aquele trabalho de pesquisa, a gente descobriu muita coisa interessante. Se tirou foto, se fez todo um relatório disso, dos problemas, dos buracos, do lixo, da questão do transporte, tudo. Então, ela foi muito ampla e muito interessante e não se gastou dinheiro porque nós mesmos, cada um, pegou 20 pesquisas e fazia no seu setor. Aquilo para mim foi uma coisa muito inovadora. E outra, a gente chegou a algumas conclusões, a gente viu que girava muito em torno da geração de renda, que as pessoas às vezes não tinham (Iracema)...

A geração de trabalho e renda foi o que mais mobilizou interesse.

Se você chama os moradores para vir discutir sobre um determinado tema, eles não vão porque hoje a preocupação deles é outra e a gente via tudo, avaliou tudo. Com a questão do troca-troca, que foi uma das coisas que a gente achou que era possível, tu reunia um monte de gente, era uma coisa aberta, tu proporcionava várias coisas numa comunidade, que as pessoas participassem, que as pessoas produzissem, que as pessoas fossem e ali era um espaço onde tu passaria "n" informações, nós fizemos oficina (Potira).

No Bairro Guajuviras, pode-se destacar as seguintes realizações: implantação do primeiro clube de trocas solidárias do Rio Grande do Sul, construção de galpão de reciclagem, criação de cooperativas e associações, participação no Orçamento Participativo Estadual e em conselhos de políticas públicas.



Foto 8: Galpão de Reciclagem

A partir da priorização pela geração de trabalho e renda, a METROPLAN viabilizou a formação em duas áreas da economia solidária: clubes de trocas solidárias³⁴ e fomento à constituição e gestão de empreendimentos econômicos. Os clubes de trocas tiveram grande impacto e mereceriam um capítulo à parte nesta pesquisa, dado o potencial que em tese eles podem ter como instrumento capaz de fortalecer o desenvolvimento local em comunidades de baixa renda, através da construção de relações solidárias e do estímulo do fluxo econômico local.

As trocas solidárias, assim como outros métodos monetários, definem a pobreza em sua dimensão monetária: “desertos monetários” causados pela acumulação rentista. Com isso, a maioria dos moradores das comunidades periféricas, mesmo tendo capacidade produtiva, conhecimentos, habilidades e riquezas, está exposta a condições de pobreza porque não têm acesso ao emprego e à moeda formais. No capitalismo, é o dinheiro que possibilita a circulação local da produção, do consumo e da comercialização.

A criação da moeda local ou social na comunidade permitiu uma circulação local baseada nas capacidades existentes e ligada à lógica produtiva e não especulativa (sem juros).

A moeda social converte-se numa inovação rupturista da própria ordem financeira do capitalismo globalizado: produtores e consumidores se aliam para independizar-se da escassez da moeda, gerenciando, além disso, o crédito (PRIMAVERA, 2006, p.29).

³⁴ “Um clube de troca é uma união voluntária de cidadãs e cidadãos que estabelecem um intercâmbio econômico usando uma moeda local ou social, criada e gerida por eles próprios.” (Mance, 2003, p.135). A Argentina hoje é um dos exemplos mais referenciados como experiências exitosas ao aplicar moedas locais para estimular o desenvolvimento econômico de comunidades locais.

Ao final, trata-se de uma radicalização do dinheiro, no sentido de devolver-lhe o sentido original que era a circulação produtiva para satisfação das necessidades humanas. A partir da lógica da moeda social advém um conjunto de estratégias monetárias com repercussão direta no combate à pobreza, tais como: bancos populares de microcrédito³⁵, circulante local³⁶, redes de trocas, entre outros.

O Bairro Guajuviras teve o primeiro clube de trocas solidárias do Estado do Rio Grande do Sul no final de 2001, o Troca-troca, cuja moeda era o Guajuviras. Isso gerou impacto na mídia local, dando maior destaque à comunidade.



Foto 9: Clube de Trocas Solidárias com Moeda Social

³⁵ Grameen Bank, da Índia é o modelo básico (YUNUS, 2006).

³⁶ Salienta-se a experiência do Conjunto Palmeira em Fortaleza, que também foi implantada com assessoria da GTZ, de acordo com Barth e Brose (2002). O Conjunto possui banco social integrado a uma série de atividades e trocas monetárias na comunidade, tais como: linha de microcrédito, cartão de crédito, feira de produtores, empresas comunitárias e escola de socioeconomia solidária. Com isso, cria redes de sustentabilidade, inclusive processo de articulação com a moeda oficial.

Foi uma forma imediata de ativação, mas não simples, em especial, porque não se tratou apenas de subsistência, mas exercício de gestão democrática e desenvolvimento sustentável.

Algumas pessoas não têm o “real” para cortar o cabelo e esperam o clube de troca para cortar (Potira).

Na prática, as experiências não têm avançado além da complementação de renda por um conjunto de razões: a centralização das tarefas de condução da feira em algumas lideranças, limitando a sua participação como *prosumidores*³⁷. Daí a necessidade de desenvolvimento da gestão participativa e da responsabilização de todos pelo processo, o que possivelmente tem sido o maior empecilho, dificuldade comum em clubes de troca: a falta de diversidade dos produtos e serviços oferecidos. As pessoas oferecem o que é mais óbvio (roupa usada porque está à disposição; alimentos ou artesanato porque são atividades diárias das mulheres que são a maioria nos clubes de troca). “Estávamos com medo que virasse um brechó”(Lu), afirmou uma das coordenadoras. A convivência no grupo e os laços sociais parecem ser o aspecto mais significativo. As pessoas se conheceram melhor e conseguem estabelecer uma relação mais pessoal entre vendedor e comprador.

Muitas pessoas sentem falta. É um espaço onde há possibilidade de crescer um monte, sempre há uma esperança, uma perspectiva. A amizade conta muito. Tem gente que fica em casa e vai na feira, e diz: vim aqui só para ver vocês (Juruena).

Além da valorização pessoal, o empreendedorismo individual e coletivo é fator relevante e foi estimulado, em especial através da dinâmica “reinventar o mercado”, que possibilitou os participantes vislumbrarem novas oportunidades para produtos e serviços que eles sabiam oferecer, mas não tinham idéia de que isso poderia ter uma demanda ou “um mercado”.

Não conheci nenhum programa melhor do que este porque pega bem quem está embaixo e a pessoa se motiva. E também porque é a gente que decidiu qual era o nome da moeda, onde ía ser... É muita decisão que a gente toma (Maiara).

Além do acesso direto aos produtos e serviços, o Troca-troca criou uma aproximação entre consumidores e produtores que agilizou o fluxo econômico e criou alternativas de trabalho e renda fora das feiras com o uso da moeda oficial.

³⁷ Termo criado para salientar que todos devem ser simultaneamente consumidores e produtores num clube de trocas.

Eu era manicure, mas estava dentro de casa, sem trabalho. Me tiraram de casa e hoje, além de eu trocar no Troca-troca, as pessoas vão na minha casa para fazer as unhas (Cunhapora).

Com relação ao galpão de reciclagem,

A gente já trabalhava com famílias na área social e sabia que não adiantava chegar lá e dizer: tu tem que ter uma boa higiene, boa saúde, tem que fazer banho diário, mas não tinha esgoto, não tinha alimentação adequada, não tinha trabalho. Então a gente viu que as famílias precisavam de alguma coisa que agregasse as pessoas na área social e ao mesmo tempo gerasse trabalho e renda para que eles tivessem sua sustentabilidade (Iracema).

Além disso, não se pode deixar de destacar o galpão de reciclagem. Segundo a liderança que coordenou essa ação,

Nós vimos que tínhamos mais perna para dar sustentação, que precisávamos fazer alguma coisa para que as pessoas fossem trabalhar. Esta questão do galpão que nós conseguimos pelo Orçamento Participativo foi uma motivação muito grande e a gente foi fazendo e chegou até esse aqui hoje. Naquele momento, o galpão era para geração de trabalho e renda, resgate da auto-estima e preservação ambiental (Iracema).

Apesar das conquistas, o segundo elemento que apareceu de forma mais intensa na fala de todos os entrevistados foi: conflitos internos e relações de poder.

De acordo com relatos, antes da METROPLAN atuar na comunidade, já havia diferenças entre grupos. É comum que a ampliação das interações em processos de participação permita a emergência das diferenças.

É possível, de forma simplista e reducionista, definir a existência de dois grupos: um que se considera mais “de esquerda”, articulado com o PT e com os movimentos da economia solidária e isso se torna objeto de crítica do outro grupo e de pessoas da comunidade, pois vinculam o projeto emancipatório à questão ideológica; os fundamentos teóricos sobre a participação são coerentes, possuem capacidade empreendedora e inovadora, bem como visão de totalidade (da realidade) e de sustentabilidade (das ações).

O outro grupo “de direita³⁸” tem realizado um conjunto de trabalhos, alguns em parceria com grupos mais ligados à Igreja e à assistência social. Existe um apelo e discurso voltado para a caridade e ações compensatórias. Pode-se considerar que o mérito é a capilaridade de suas ações na comunidade e atuação em situações de extrema exclusão e desproteção social.

³⁸ O termo é usado, nesta análise, em oposição à esquerda, mas o grupo não se define assim, mas isentos de vinculações políticas e partidárias.

É interessante destacar que dentro do “grupo de esquerda” existe um sub-grupo menor de pessoas que se consideram de centro, mas que, na perspectiva da competência multidimensional que se tem destacado nesta análise; podem ser considerados capazes de radicalização de prática ditas de esquerda. Isso porque, além de também apresentarem competência teórica e política (crítica coerente quanto às relações de poder e interesses políticos no contexto local), conseguem demonstrar o exercício ético de atitudes de solidárias e simultaneamente autônomas, com capacidade de transitar melhor em vários grupos

As características comuns a todos são, em primeiro lugar, a dificuldade de fomentar o surgimento de novas lideranças; perpetuam-se indefinidamente nos cargos que ocupam em empreendimentos e organizações associativas. Há dois elementos para a análise e que parecem complementares: por um lado, a apatia política já referida (que é a da população em geral, mas também agravada pela luta diária pela sobrevivência) e, por outro lado, pela dificuldade de transferir poder (ligado aos processos subjetivos do ser humano ao longo da história e ao receio de que outras pessoas não consigam dar conta da tarefa). É possível afirmar que a comunidade sofre perdas, pois as lideranças ficam sobrecarregadas, os processos ficam concentrados, não se expandem em ritmo mais acelerado e novas idéias deixam de surgir.

Em segundo lugar, pode-se dizer que todos os grupos aderiram à idéia e prática da economia solidária, cada qual com sua perspectiva e recursos disponíveis (talvez seja possível a distinção de perspectiva mais assistencial e mais ligada à auto-sustentação).

Por último, outro elemento que merece destaque é a escassez de recursos, embora tenha sido salientado que muitas ações que as lideranças realizam não necessitam de dinheiro. A queixa unânime é a falta de um local onde seja possível realizar atividades de formação, feiras de trocas solidárias, reunir grupos de produção, local para reuniões e fortalecimento dos processos socioorganizativos.

No início do Programa estávamos juntos, o que estragou mesmo foi o RBS Comunidade porque as pessoas viram que me deixaram de lado. E para minha surpresa cheguei num evento em Porto Alegre e tinha vários grupos e eu não sabia. No nosso bairro, dá para fazer muita coisa, tem um potencial enorme. Particpei de vários eventos e vi que no Nordeste as pessoas participam mais, não tem essa competição, até me convidaram para ir para lá (Tupi).

A operacionalização do PIRAD foi interrompida com a troca do Governo Estadual, aspecto já analisado. Assim como os técnicos, as pessoas envolvidas salientaram a importância do PIRAD para seu crescimento pessoal e da comunidade.

Acho que os agentes daquela época nos ajudaram a pensar, nos ajudaram a criar uma metodologia que pudesse ser de alcance de todos, que fosse trabalhar para a comunidade, aquela visão de comunidade não aquela visão individualista, ainda tem um pouco, mas a gente conseguiu tentar aquela consciência solidária (Potira).

As pessoas entrevistadas também se mostraram frustradas pelo término de um Programa que sinalizou possibilidades diferenciadas de participação e de protagonismo. Talvez se possa concluir que as pessoas relacionam o êxito do projeto com a realização de obras materiais.

No início acreditamos muito no Programa. Foi importante porque a gente teve uma experiência muito grande, só que teve altos e baixos, coisas que não aconteceram (Ceci).

Quando uma comunidade aprende a definir sua moeda, define seu espaço, não tem como não dar continuidade. O diagnóstico foi importante, o mapa falante tirava fotos de buracos, lixos e colocava nos setores, na parede e visualizava onde estavam os problemas e foi tudo, não tem mais nada, uma comunidade que não tem um lugar para guardar suas coisas é muito complicado (Potira).

Seria reducionismo atribuir o fato somente a isso: foram construídos vínculos, conhecimentos e expectativas. A população das comunidades empobrecidas está frequentemente exposta a dificuldades e humilhações e também é quem mais sofre com as interrupções de programas, além de ser quem paga a conta pelo mau aproveitamento dos recursos investidos.

Era uma coisa muito política, por parte do governo. Terminou o governo, terminou tudo (Tupi).

É importante também que se destaque que a prefeitura de Canoas não deu apoio no processo, inclusive porque há rivalidade partidária acirrada no município.

Os moradores pedem ajuda à Prefeitura para limpar, não tem consciência do que é o lixo. A Prefeitura, em vez de fazer alguma coisa para mudar a rotina das pessoas, vai lá com um caminhão, tira toda aquela terra e vai esburacando e quando chove vira em lodo e acaba com o solo, principalmente, que poderia fazer uma praça, plantar árvore, plantar verde (Ceci).

Com relação ao clube de trocas, foi possível verificar que, em 2003, a organização interna foi abalada no momento em que surgiram meios de comunicação para divulgar a experiência e gerou disputa de poder: quem apareceria na mídia em meio a um processo ainda frágil de democracia interna.

O clube de troca se dividiu em dois grupos de trocas: o Guajuviras 1 e o Guajuviras 2. O Guajuviras 1, ele tava mais voltado, assim, para partidos políticos, então eles tiveram muito mais vantagens, formaram uma cooperativa, enfim, mas

como o nosso não tinha envolvimento político, nós continuamos a trabalhar com as pessoas e sem apoio, mas mesmo assim, hoje, tem várias pessoas que ficaram do nosso lado, que nos acompanham e que sabem que a nossa proposta é uma proposta séria, é de ajudar as pessoas, mostrar o caminho que por uma determinada economia, uma economia sustentável, a gente possa chegar motivar as pessoas para elas ter uma renda melhor (Tupi).

Com relação ao “Troca-troca 1”, uma das coordenadoras salientou que o apoio material também era importante.

Tínhamos o apoio do Governo e agora não temos mais. Hoje faltam materiais básicos como papel, caneta, envelopes, as cartilhas, a própria moeda. O transporte também, uma vez por mês íamos à CEASA e trazíamos verduras para o troca-troca, pois sempre faltam porque não tem local para horta no Guajuviras (Potira).

O clube de trocas 1 permaneceu e agregou outras conquistas, tais como: participação ativa na criação da rede estadual, na criação de um programa nacional de supermercado de troca, ministra capacitações, palestras, participação no Fórum Social Mundial.

Contudo, é possível afirmar que a interrupção do acompanhamento técnico ainda no início da experiência trouxe dificuldades, tanto no exercício da democracia participativa exigida (nenhum dos dois clubes conseguiu implantar a rotatividade de lideranças) quanto na sustentabilidade material.

Até hoje a gente sonha em ter um troca-troca melhor - mas a gente tinha aquele sonho de ser o troca-troca de todos. O troca-troca tem dono, mas ainda não morreu, aquele sonho. A culpa é da gente porque a gente também não se apodera disso, a gente deixa para lá, não nos apoderamos daquilo que é nosso, a gente fica criticando, mas, ao mesmo tempo, não ajuda a construir junto o que poderia ser construído (Iracema).

De acordo com o coordenador, o segundo clube de trocas (Troca-troca 2) conta, atualmente, com parcerias muito importantes; há cerca de 294 pessoas inscritas e uma participação freqüente de 50 delas.

As pessoas, mesmo que tenham tido “rachas”... não que isso não possa acontecer, mas é chato, né, poderia ter vários grupos de trocas, em cada setor um grupo, só que não é assim, eu não vou me separar porque eu não estou tendo atrito com os outros, mas se em todo o bairro tivesse vários grupos e que a mesma moeda dum fosse válida em todos os grupos (Tupi).

O galpão de reciclagem

hoje já ampliou os objetivos, é integração da comunidade, agregar valor aos materiais, resíduos sólidos, já temos trabalho na parte social que possa conscientizar a população do meio ambiente, despertar o jovem para o mercado de trabalho, já mudou um pouco (...) e a visão também de todos que fazem parte da comunidade e também a gente vê que os grupos de geração de trabalho e renda foram discutindo

dentro dessa metodologia que foi aplicada que eles podiam ser autogestionários, que podiam ser autônomos, ter uma casa que pudessem comercializar o produto, fabricar seu produto. Dali surgiram várias idéias que a gente pode aproveitar, com o auxílio da METROPLAN, da GTZ, a gente teve condições de fazer despertar essas idéias novas na comunidade (Iracema).

As lideranças continuaram se fortalecendo e crescendo, conforme fala de liderança comunitária;

Mudamos a estratégia e fizemos um projeto de todos os grupos do Guajuviras e fomos bater de porta em porta das entidades. E foi isso que deu certo, tinha mais grupos também; nós reunimos: artesanato, as promotoras legais populares, os dois clubes de troca, ARLAS e essa questão do meio ambiente também era uma questão de educação, fizemos mutirão de plantar árvore, tirar lixo, tava muito sujo, o rio aqui em baixo tá muito sujo, mas não adianta, tem que passar isso (Potira).

Elas constituíram parcerias com universidades, captaram novos recursos e inauguram um espaço coletivo para o grupo de produção e atividades comunitárias no final de 2006.

Esse é um aspecto importante: os resultados não ficam restritos ao tempo do programa quando ele atua com perspectivas emancipatórias e sustentáveis, pois não são previstos apenas para curto prazo.

Na cooperativa está bem, continuam as mesmas pessoas. Começou em 2000. As pessoas não ficam porque começaram ontem e não têm paciência... Vão lá fazer uma faxina é já ganham seu dinheiro [cita todas as cooperativa da rede]. Hoje estamos num projeto com a Unilassale que foi aprovado pela Petrobrás e vamos ter nosso espaço, com cozinha ocupada e vamos ter nossa cooperativa de alimentação: BMBC, forno comunitário e Coomulti, e daí melhora porque vamos poder ter nota fiscal, que é necessária para licitação de órgãos públicos, a gente pode produzir, dar mais emprego para as pessoas, vai ser muito melhor (Ceci).

Chegar e receber não dá certo, tem que primeiro saber a história. Por exemplo, eu quero ver agora quando a gente chegar com a cozinha toda montada, vai ter um monte de gente que vai querer, por isso tem que ser alguém que conheça a história, que venha trabalhar antes, porque viver a história é uma coisa, mas ouvir a história, muda muito. É claro que tem muita gente que precisa, que quer, mas nem sempre adianta, o vem de cima para baixo não é a mesma coisa do que vem da base (Maíara).

É interessante também destacar que, embora os entrevistados expressem mágoas e ressentimentos, o que predomina nas falas e nas práticas é um sentimento de carinho pela comunidade e a crença em ideais coletivos voltados à construção de vida melhor. Em outras palavras, exprimem a idéia de que acreditam no que fazem. Essa é uma explicação para o fato de essas lideranças serem admiradas e consideradas batalhadoras incansáveis, com garra, esperança e participação, necessárias à continuidade das ações. É possível afirmar que a diferença essencial ou mesmo disputa é entre projetos políticos, o que pode ser considerado salutar.



Foto 10: A Força da Solidariedade

Interpretamos que as informações trazidas sobre os conflitos internos da comunidade foram, antes de mais nada, uma demonstração de confiança na pessoa da pesquisadora (com quem estabeleceram vários contatos) e não uma atitude com objetivos de desqualificação. Isso porque, em vários momentos, testemunhamos que os grupos respeitam-se mutuamente nos espaços coletivos e não fazem comentários externos.

5.3 SÍNTESE TEÓRICO-PRÁTICA DO PIRAD

A partir da análise dos resultados, a síntese teórico-prática tem o objetivo de produção de conhecimento, processo que será desenvolvido em dois momentos.

O primeiro trata da reflexão sobre as formas de avaliação das políticas e programas, necessidade que emergiu da pesquisa. É importante destacar que não é uma avaliação dos resultados da política pública, ação que geralmente cabe aos órgãos financiadores /executores³⁹.

O segundo momento consiste em síntese reflexiva a partir de categorias emergentes ao longo da análise teórico-epistemológica.

5.3.1 Indicadores Multidimensionais para Ações Integradas

Apesar de não se ter acesso ao tipo de avaliação (critérios e indicadores utilizados) no PIRAD, detectou-se, nesta pesquisa, a necessidade de se fazer uma reflexão sobre os resultados tradicionalmente valorizados, tanto pelos gestores quanto pela população. Em

³⁹ Destaca-se a vinda de consultor da Alemanha em 2005 com o objetivo de avaliação das ações da GTZ do Rio Grande do Sul, mas não se teve acesso a esse material, inclusive porque ultrapassa os limites desta pesquisa. Em contato com a METROPLAN soube-se que ela não realizou avaliação do PIRAD.

geral, há uma priorização dos resultados concretos e mensuráveis, ou seja, aqueles que podem ser quantificados (verbas, vagas em cursos, ingresso em programas e etc.) ou aqueles que apresentam visibilidade material, como as obras de infra-estrutura material.

Porém, a partir de reflexões anteriores e da pesquisa empírica, pode-se afirmar que, numa política como o PIRAD e em projetos socioambientais de forma geral, pautados em concepção integrada (no território) e multidimensional (social, política, econômica e etc.), os problemas diagnosticados são amplos e, portanto, as ações elencadas irão voltar-se para resultados igualmente diversificados. Todos os resultados são igualmente importantes e interdependentes, porque a realidade local é que vai definir os resultados prioritários a serem atingidos com vistas ao desenvolvimento local, integrado e sustentável.

Outro elemento importante é que, neste caso, tais resultados “concretos” não podem sequer ser vistos como finalidades: eles se constituem em meios ou instrumentos para o exercício da cidadania e da autonomia dos sujeitos envolvidos. Com isso, foi identificada uma lacuna entre o que foi produzido no Programa e o que foi mensurado, validado e valorizado.

Para a maioria dos técnicos, os resultados mais significativos do PIRAD não são captados pelos instrumentos tradicionais de avaliação dos programas, tal como demonstram os relatos a seguir:

Se for olhar numa escala, a gente não fez nada. Quantos cresceram, que eu ajudei? Quase nada. Se perguntar quanto eu cresci? Muito. Num caminho inverso, consideram a cultura estabelecida, a sociedade, a complexidade dos problemas (questões que demoram, que exigem burocracia..), eu ajudei muita gente, muita gente melhorou, nem que seja duas em mil. Se trabalharmos com dez e duas reagirem, ou se forem três, chega, a partir daí é um lucro, posso chegar a mais. Aprendemos a acelerar o método participativo (JS).

Acelera, desacelera, funciona; mas às vezes o desgaste é muito maior do que o benefício. Em termos de resultados não mensuráveis, têm ganhos enormes. Quando vejo as pessoas da comunidade atuando, por exemplo, a BAS indo à Brasília, dando cursos, coordenando trabalhos, as pessoas terem sonhos e tocar seus sonhos, ter motivos... Não é financeiro, é o brilho nos olhos... Esses resultados é que me fazem não largar o fórum. O saldo ainda é positivo (PA).

São programas muito embrionários, podem efetivamente mudar a cultura, mas não pode ser com dois ou três anos de gestão, senão acho que volta tudo à estaca zero. Depende mesmo do gestor, de ter compromisso político de autonomizar. O problema é que a cultura política brasileira é conservadora. O aprendizado é mais importante para a gestão, mas tem que ter autonomia política (SF).

Tem uma série de obras feitas, mas a maior é a conscientização da comunidade [...] A variável mais importante é que a pessoa se achava agente da sua própria comunidade e da sua vida (SM).

Após o término das entrevistas, nos perguntamos: como medir o “brilho nos olhos”, tanto dos gestores, quanto das lideranças comunitárias? Como mensurar o protagonismo das

lideranças comunitárias, a auto-confiança adquirida, a auto-estima elevada? Como captar o crescimento pessoal e profissional na adaptação de técnicas e, portanto, a construção de conhecimento teórico-metodológico a partir de sua sensibilidade social, respeito ao saber dos “excluídos” e competência profissional?

É importante lembrar que, de forma geral, tais inovações metodológicas levam tempo para serem validadas pela academia e transferidas para novas gerações de profissionais. Desta forma, experiências de caráter integrado demandam a busca por indicadores multidimensionais.

A superação da pobreza, entendida como desenvolvimento integrado e sustentável, remete para a necessidade de ativação de diferentes recursos e dimensões do desenvolvimento, os quais correspondem às distintas dimensões de riqueza de uma sociedade. Na prática, trata-se de não considerar apenas o aumento de renda, mas ao acesso a equipamentos básicos de educação, saúde, lazer e qualidade de vida.

Duas reflexões são fundamentais: a primeira diz respeito à terminologia “riqueza”. Tudo o que se encontrou na literatura de desenvolvimento local integrado e sustentável se valia do termo “capital”, como capital social, capital político aplicado a todas as dimensões do desenvolvimento. O aprofundamento teórico no primeiro levou à conclusão de que o capital possui intrínseca dimensão de reaplicação com fins acumulativos; onde há acumulação de um lado, há escassez em outro, e isso não se articula à idéia de abundância que se entende ser possível no planeta, desde que se comece a alterar esse paradigma. Tal incoerência havia sido alertada por Santos (2005b)⁴⁰:

As idéias do capital (humano-social-político), não tenho nada contra, o que me custa é que nós, para analisarmos coisas emancipatórias, temos que introduzir a questão do capital, que só faz sentido em sociedades capitalistas. É um conceito muito capitalista em si mesmo: é capital para explorar, para ter lucro? Não, as pessoas acumulam recursos e o que tem que se ver é como é esta acumulação: se é de forma, dependente, ou autônoma; se é uma educação para a cidadania ou para a submissão, se os relacionamentos são assentos em relações horizontais...

Além da necessidade de ruptura com assepsia moral que caracteriza o capital, outra razão para o uso da terminologia riqueza se refere à necessidade de fortalecimento da idéia de abundância. Riqueza tem um sentido que, antropológicamente, transcende a noção de riqueza da sociedade capitalista, como a posse de dinheiro, propriedades móveis e imóveis; noção essa quase que naturalizada no mundo globalizado. A partir do capitalismo, para Smith, a noção de riqueza adquire a forma de lucro sob a forma de capital obtido da combinação de

⁴⁰ Em duas sessões de orientação do projeto de tese no período de doutorado sanduíche em Portugal, na condição de orientador estrangeiro.

materiais, trabalho, terra e tecnologia, mas há estudos que mostram que havia a noção de riqueza coletiva em formações sociais anteriores.

Marx já fazia distinção entre riqueza material e riqueza humana, definindo a riqueza humana como "riqueza nas relações humanas": a terra e o trabalho, as fontes de toda a riqueza material. É possível partir da concepção marxista e ampliá-la frente à realidade e análise contemporâneas e atribuir à riqueza dimensões não exclusivamente ligadas à produção material da vida, mas às dimensões simbólicas, hoje claramente vistas em relação de interdependência e sinergia com a econômica.

A riqueza se aplica à condição de alguém ter um determinado bem de valor em abundância. Rica é a pessoa que acumulou substancial riqueza em relação à sociedade na qual vive e também pode ser medida pelo acesso aos serviços básicos, como saúde, etc. Sem dúvida, a riqueza implica em um acordo social que faça valer o direito de propriedade, através de numerosos meios legais de proteção.

Outro elemento importante é que a completa falta de qualquer tipo de riqueza pode constituir pobreza, embora o oposto da pobreza seja a suficiência (em alimentação, abrigo, educação e atendimento em saúde), mais que a abundância que a riqueza implica. Isso contribui para a análise que visa a superação da idéia dos "mínimos sociais".

Olhar a realidade através da lente do paradigma da abundância pode permitir a visão de recursos onde só se via carências, recursos "à espera" para serem ativados (trocas, produção alternativa, etc.)⁴¹. Em outras palavras, riqueza não é ausência de pobreza, mas abundância de recursos em diferentes áreas.

A segunda reflexão é sobre limites e possibilidades de "mensuração" da conquista de riquezas, é válida nesta pesquisa como contribuição teórico-metodológica para a avaliação da capacidade de combate emancipatório e sustentável à pobreza.

A busca por instrumentos ou referências capazes de auxiliar na construção de indicadores multidimensionais em projetos socioambientais levou à constatação de que existem esforços de construção de indicadores multidimensionais de pobreza (como pobreza política, social, etc.), mas pouco se encontrou com relação a indicadores multidimensionais de combate à pobreza ou de produção de riquezas.

Algumas contribuições do desenvolvimento local integrado e sustentável, sob denominação de "capital" (NETO E FROES, 2002), foram adaptadas e sistematizadas no

⁴¹ Primavera (2005), faz referência a uma pesquisa que identificou que há recursos naturais para alimentar seis vezes a humanidade com agricultura orgânica.

quadro a seguir. O objetivo é dar visibilidade para alguns resultados que costumam não aparecer em relatórios, especialmente os quantitativos.

A apresentação de um exercício considerado preliminar visa dar visibilidade aos resultados “não materiais” (ordem subjetiva, política e relacional). Fez-se a distinção de dois tipos de indicadores, de acordo com Armani (2000), os operacionais, que se referem às atividades previstas e os de efetividades, relativos aos objetivos do projeto. Destaca-se que a ausência de relatórios minuciosos sobre a ação desenvolvida na comunidade limita nossa análise dos indicadores qualitativos identificados através dos procedimentos metodológicos desta pesquisa.

| Tipo de Riqueza | Conceitos | Indicadores |
|------------------------|--|---|
| Econômica | Controle e gestão dos recursos produtivos e dos resultados do seu próprio trabalho (acesso a crédito, acesso ao mercado, direito ao trabalho, constituição de empresas ou cooperativas). | <p>Operacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> -criação do clube de trocas solidárias, cooperativas e rede de empreendimentos. <p>De efetividade:</p> <ul style="list-style-type: none"> -produção e oferta de produtos e serviço de forma individual ou coletiva; -comercialização nas feiras dentro e fora da comunidade; -emissão e gestão da moeda social; -satisfação de necessidades de subsistência dos indivíduos e suas famílias; -incentivo ao desenvolvimento econômico local; -aumento da qualidade e diversificação dos produtos e serviços oferecidos e consumidos na comunidade; -fortalecimento das cooperativas da comunidade; -fomento à criação de novos grupos de produção. <p>CHA⁴²:</p> <p>Capacidade gestora e empreendedorismo econômico.</p> |

continua

⁴² “CHA” é sigla utilizada para definição da tríade composta por conhecimento-habilidade-atitude, em referência às três dimensões da competência na formação do cidadão (teórica, técnica e ética).

continuação

| | | |
|-----------------|--|--|
| Social | <p>União das pessoas e da comunidade sob a forma de redes e teias cooperativadas de trocas de bens, serviços, idéias, favores, gestos de desprendimento e de partilha.</p> | <p>Operacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> -participação nas diversas atividades locais: DRUEP, reuniões e capacitações. <p>De efetividade:</p> <ul style="list-style-type: none"> -fortalecimento dos laços sociais entre os integrantes pela convivência no grupo; -exercício de convívio e respeito às diferenças; -aproximação entre produtores e consumidores; -ampliação de rede de relacionamentos através do ingresso de pessoas nas capacitações; -exercício de processos de mútua ajuda e troca de favores, como: ensinar receitas e cuidar das crianças; -identificação das necessidades de toda comunidade; -necessidade de convivência e de ajuda mútua para levar adiante o processo coletivo de constituição do clube e realização das feiras. -exercício de relações solidárias através da aprendizagem de trocas que não visam o lucro. <p>CHA:</p> <ul style="list-style-type: none"> -gestão participativa e democrática. |
| Política | <p>Organização coletiva melhor em busca garantia de direitos e de oportunidades.</p> | <p>Operacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> -participação no OP, Fórum Metropolitano da Sub-bacia do Arroio Sapucaia, conselhos de direitos, movimentos da economia solidária e ambientais, <p>De efetividade:</p> <ul style="list-style-type: none"> -exercício de liderança democrática; -enfrentamento de disputas políticas internas; -exercício de resolução alternativa de conflitos; -ampliação da capacidade de pressão política frente ao poder municipal e outras organizações; -aumento da conscientização de direitos. <p>CHA:</p> <ul style="list-style-type: none"> -capacidade de organização coletiva e |

continua

| | | |
|---------------|--|--|
| Humana | Acesso à escolaridade formal, cursos, experiência profissional, saúde física e mental, auto-estima, exercício de habilidades e talentos. | <p>Operacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> -participação em cursos de formação de lideranças, de economia solidária, multiplicadores do DRUEP <p>De efetividade:</p> <ul style="list-style-type: none"> -retorno à escolarização; -exercício de superação da cultura do empregado para a de autonomia e autogestão; -aumento da auto-estima; -aprendizagem de correr riscos e inovar; -desenvolvimento das habilidades artísticas, -resgate da identidade (de “papeleiras ou lixeiras” para “trabalhadoras e recicladoras”) frente à comunidade; -busca de tratamentos à saúde; -aumento da preocupação com a memória e história: fotografam e filmam as ações e eventos. <p>CHA:</p> <ul style="list-style-type: none"> -auto-organização |
|---------------|--|--|

5.4 CONSTRUINDO SABERES E PRÁTICAS EMANCIPATÓRIOS

A reflexão sobre as formas de riqueza constitui-se numa iniciativa de expandir ou ampliar a visão para recursos e possibilidades “invisibilizadas” em contextos de pobreza. A invisibilidade ou silenciamento tem origem na indolência da razão, da tradição científica e filosófica ocidental baseada em critérios capitalistas, através dos quais não conhece ou não considera a riqueza social da experiência. Tal desperdício nutre as idéias dos que proclamam não haver alternativas (ou até mesmo o descrédito das alternativas emergentes).

O conhecimento-emancipação parte, em primeiro lugar, da crítica da razão indolente. Conforme visto no primeiro capítulo, a razão indolente é criticada de quatro formas ou desdobrada em quatro formas de razão que a compõem⁴³. A razão metonímica concebe o mundo como totalidade sob a forma de ordem e analisa a parte com relação a essa totalidade. A crítica e desconstrução da razão metonímica por Santos (2003b) permitiu a elaboração do procedimento da sociologia das ausências, o qual visa demonstrar que o inexistente é

⁴³ De acordo com Santos (2003b), as formas de razão que constituem a razão indolente são: impotente, arrogante, metonímica e proléptica.

ativamente produzido; tal procedimento permite ainda transformar objetos impossíveis em possíveis ou ausências em presenças.

A sociologia das ausências centra-se nos fragmentos não socializados da experiência social através da identificação de cinco ecologias relacionadas a cinco monoculturas hegemônicas.

A sociologia das emergências, por sua vez, surge da crítica da razão proléptica (fundamento da monocultura do tempo linear), para a qual o futuro advirá da perspectiva histórica linear e determinista, ou seja, tem sentido e direção própria; por algum tempo persistiu a idéia de que a salvação ou colheita viria no futuro. O objetivo da sociologia das emergências é contrair o futuro e permitir a ampliação do presente, abrindo assim possibilidade de futuros imprevistos e enriquecedores, em especial frente à falta de expectativas e de esperança na sociedade contemporânea. Na sociologia das emergências, as expectativas são contextuais e são reveladas através de cinco campos sociais de experiências⁴⁴.

A seguir, pretende-se, trazer síntese teórico-prática da pesquisa a partir dessas referências.

5.4.1 Des-pensar para Repensar

A sociologia das ausências é exercitada através de cinco ecologias: dos saberes, dos reconhecimentos, das temporalidades, das transescalas e da produtividade,

A ecologia dos saberes parte da idéia de que o sujeito autopoietico e auto-referencial e mostra que a imposição de um saber ao outro é ilusória ou, na melhor das hipóteses, paliativa.

Foi fundamental o fato de todos terem se permitido fazer as alterações necessárias nas metodologias (agentes da GTZ contratados no Brasil e reconheceram características da cultura alemã e viram a necessidade de respeitar e ao mesmo tempo fazer adaptações, na relação com a comunidade, frente aos conflitos, “não entrando no jogo (LA).

Para os agentes da METROPLAN da área técnica, houve mudança em seus procedimentos técnicos. É importante ressaltar que o desenvolvimento deste processo em comunidades, instituições ou grupos, não significa que os mesmos passem a prescindir dos *experts*. Significa que os profissionais devem submeter seu saber, glórias, métodos, técnicas e sua inserção social a uma profunda crítica dentro dos organismos aos quais pertencem e que

⁴⁴ As experiências são: de conhecimento, de desenvolvimento trabalho e produção, de reconhecimentos, de democracia e de comunicação.

são produto de sua ligação com o saber hegemônico; eles não perdem seu lugar e responsabilidade, mas o controle e o poder são redefinidos relacionalmente na transição da denominada “peritagem heróica” (SANTOS, 2000b) ao conhecimento edificante.

Essa interação também permite aos agentes sua permanência em estruturas que a comunidade cria (reinvenção de sua disciplina). “Estes especialistas são verdadeiramente especiais; a eles é delegado um saber que foi produzido em estreita colaboração com os diretamente interessados nos benefícios de suas aplicações” (BAREMBLITT, 1996, p.43).

O tema está profundamente relacionado à possibilidade de construção do conhecimento-emancipação para a justiça cognitiva com as populações. O conhecimento-emancipação não parte da ordem, ao contrário, de certa forma desorganiza o que está instituído como princípios e fórmulas válidas, independentemente dos contextos e sujeitos envolvidos.

Não é fácil para os profissionais permitirem a desconstrução dos seus saberes, ou melhor, poderia se falar em suspensão temporária de seus conhecimentos e valores de modo a permitir a recepção e compreensão da verdade do outro; trata-se de uma atitude ou postura internas de escuta sensível. O profissional volta-se para si mesmo, inicialmente, como sujeito que reconhece não poder ser neutro (trabalho auto-reflexivo), identifica e conecta-se com suas referências, pode suspendê-las ou tê-las presente e permite que o outro fale usar a linguagem hegemônica.

É importante trazer os novos estudos de linguagem e de comunicação, para pessoas que escutam aquilo que podem e conseguem escutar a partir de suas referências. Isso não é um problema, é uma constatação se considerado o sujeito em perspectiva neomoderna; o problema é não ter isso presente no processo interventivo e fazer afirmações do lugar em que se encontra como se fossem as afirmações de todos. Esse traço persistente da razão metonímica exige postura auto-reflexiva permanente.

Profissionais e cientistas, detentores de saberes hegemônicos, em geral, reprodutores em maior ou menor escala do conhecimento-regulação, precisam aprender a calar e escutar como forma de fazer falar o saber silenciado, oprimido, que sequer se reconhece como um saber. Parece que a partir desse processo, que se torna por si mesmo, inicialmente, mais importante que o conteúdo, se poderá constituir as bases relacionais para a prática emancipatória.

É mais importante estar atento à forma “como” se estabelece a relação de comunicação do que “aquilo” que se comunica. Os parâmetros de poder quando alterados são, por si mesmos, processos emancipatórios porque estão comunicando para o outro que ele é um ser

que tem valor, que tem saberes da sua vida e da sua comunidade diferente dos saberes do técnico, que é um cidadão. Essa comunicação se dá pelo que o sujeito diz e pelo que ele cala, pela expressão do corpo e pelo tom de voz.

À primeira vista, parece algo simples, quase simplório; a experiência em intervenção social tem ensinado que os grupos excluídos constituem sua identidade a partir de referências de impotência, incapacidade, inferioridade e fracasso. Esses grupos não se tornam cidadãos, sujeitos de direitos, porque ingressam num programa; é necessário acolhimento e respeito à individualidade ao cidadão.

Da mesma forma, o profissional também precisa, nesse processo, sentir-se acolhido, acolher-se a si mesmo como ser humano, integral, e não como um *expert* em técnicas e conhecimentos. Um ser humano que é capaz de romper com a alienação de um trabalho do qual nada lhe pertence (objeto, instrumentos e produtos), em que ele é executor de programas dos quais, muitas vezes, sequer planejou.

O profissional, sujeito de sua prática, aprende e cresce, pode ter incertezas, pode se emocionar, viver e construir relações e projetos de vida através do trabalho, com as pessoas. A troca horizontal enriquece a todos, a transmissão vertical empobrece e esgota.

Portanto, essa forma de emancipação não se volta apenas para o sujeito-usuário ou beneficiário dos programas, mas para o profissional ou pesquisador, porque se está falando em emancipá-lo da alienação promovida pela ciência. Barreto (2005), psiquiatra com extenso trabalho em comunidades, traz essa realidade de forma muito clara: “Eu vim aqui para me curar com vocês, me curar da alienação da ciência.”

É assim que se entende e se vivencia as palavras de Freire “A pedagogia do oprimido é, pois, libertadora de ambos, do oprimido e do opressor [...] A verdade do opressor reside na consciência do oprimido” (FREIRE, 1983, p.4).

Outro elemento que parte dessa própria noção do construtivismo aplicado à intervenção social, é que as pessoas constroem sua realidade. A dimensão subjetiva e a forma como descrevem ou narram sua história também é construtora de realidade. Se não se pode interferir diretamente na questão social, ou seja, na acumulação mundial de capital, no petróleo, pode-se transformar na esfera que cabe a cada um, e talvez seja a transformação mais potente, no momento presente, e negligenciada no audacioso projeto emancipatório da modernidade.

No PIRAD, a troca de saberes não ocorreu apenas na relação entre técnicos e população, pareceu ser uma constante, não sem conflitos, mas predominou a lógica da

conjunção de interesses e que se pode chamar, a partir de conteúdos da comunicação, de acordo com Watzlawick (1991), de capacidade de não entrar em escalada simétrica.

A escalada significa que cada indivíduo afirma a sua verdade, o outro contrapõe, o primeiro retruca com novo argumento e não há escuta e comunicação horizontal; podem ir indefinidamente nessa escalada.

Em vários momentos, o padrão de divergências ou diferenças foi identificado no PIRAD. Em momento da formação e do diagnóstico (surgiram divergências entre técnicos e moradores e de moradores entre si), entre os técnicos (tanto da GTZ quanto METROPLAN), na relação com o novo governo que se instaurava. O que se pôde observar é que, nos casos relatados, prevaleceu postura de flexibilidade e de não-competição, baseada em paradigmas contemporâneos de mediação. Ser flexível, em nenhum dos casos, significou abrir mão de suas posições, mas não entrar em disputa ou escalada e permitir novas formas de diálogo e de consenso.

O paradigma “ganha-ganha”, aparentemente algo pragmático e utilitarista, pauta-se nos princípios complexos da dialógica e da desordem criadora de ordem complexificada, os quais fornecem uma base consistente para se repensar e redefinir formas de comunicação e, portanto, de relação, visto que é através da comunicação que acontecem todas as formas de trocas entre os sujeitos.

Nessa perspectiva, a comunicação vai muito além da comunicação digital (verbal ou escrita), mas abarca o conjunto de manifestações e de comportamentos, de como o sujeito se sente num grupo, sua expressão, seu silêncio. “É impossível não comunicar, mesmo sem nada dizer (WATZLAWICK, 1991, p.44).” Daí também a importância da formação integral do agente e da população, pois os não-ditos – e também não interpretados ou desconsiderados na perspectiva simplificada de comunicação e de relação – são potentes fontes de ruídos, de desafetos e, ao final, de perda de projeto em tese integrador.

Não há grupo ou comunidade que se desenvolva sem aprender a lidar com conflitos e reconstruir permanentemente laços sociais e afetivos, em especial quando uma perspectiva que se mostra cada vez mais sustentável: a das ações cooperativadas e em rede.

É possível recorrer-se, até mesmo, à noção que há algum tempo teve grande impacto nas teorias psicológicas e pedagógicas, da alfabetização emocional. Não é teoria diferente dessa concepção; trata-se de admitir o desenvolvimento de competências comunicacionais, socioafetivas e relacionais é tão importante quanto a de competências técnico-operativas e cognitivas.

Isso fica claro em todas as etapas e instâncias do projeto; inclusive, é possível afirmar-se o êxito do trabalho da GTZ no Brasil, em parte, graças à tal competência comunicacional relacionada com características culturais brasileiras.

Não aceitamos, como papagaios, repetindo. Acabamos construindo outra forma de trabalho entre o que pensávamos que era certo e errado e o que eles tinham de teoria e de prática em outros países. Aprimoramos, mas o aprimoramento não é pronto. Aprendemos que quando levamos para os outros, sabíamos que eles também podiam alterar e já dizíamos: estamos trazendo uma experiência e agora vocês vão adaptar de acordo com a realidade. É um exemplo que tem pontos positivos e coisas que podem ser melhoradas (JS).

Como identificar e validar outros saberes? Como transitar por múltiplas verdades sem que uma precise ser mais verdadeira do que a outra? Perguntas instigantes para novas construções práticas e teóricas parecem mais válidas do que respostas contundentes.

A ecologia dos reconhecimentos passa pelo fato dos profissionais serem vistos de outra forma pela comunidade, com desconstituição da visão do profissional distante, formal, cuja fala é de difícil entendimento para alguém próximo e parceiro no projeto. O compromisso ético ou a identificação ou adesão de caráter pessoal ou íntimo com a causa foi elemento presente porque deixou de ser mais um trabalho frente ao tipo de envolvimento com pessoas e inserção no contexto.

O mais importante é que na ponta, o que me interessa mesmo, a quem estou servindo, se me dedico a trabalhar com comunidade de baixa renda, a quem me dedico? Estes caprichos acontecem, é do ser humano, seria anormal se não houvesse. Tenho que lembrar que tenho meus interesses, mas este é o meu público (JS).

O técnico passa a ser também um educador, não o educador “bancário” que dá respostas, mas o educador problematizador que, segundo Freire (1979), lança questões para reflexão, como, por exemplo, “por que será que os lixões se encontram aqui na periferia e não nos centros da cidade?” Isso faz com que cada fato do cotidiano seja um exercício de desenvolvimento da consciência crítica ou, nas palavras de JS., fatos geradores para a transformação.

A desconstrução de processos de classificação social e o reconhecimento das identidades também ocorrem entre as lideranças comunitárias com outros moradores da comunidade. A comunidade reproduz relações de poder e guetos em sua estrutura e funcionamento, conforme explicitado. Um exemplo foi o processo desencadeado pelas trabalhadoras do galpão de reciclagem, que no início eram vistas pela comunidade de forma preconceituosa, chamadas de lixeiras ou papeleiras. Segundo Iracema, hoje as pessoas as reconhecem como recicladoras e educadoras ambientais.

O processo de reconhecimento também passa por sua própria identidade e auto-estima, pelo ato de conhecer sua história, ter orgulho de suas raízes culturais e valorizar as suas conquistas. Com o PIRAD, as pessoas passaram a registrar suas ações através de fotos e filmagens, que é uma forma de registro de sua história e valorização da riqueza da experiência presente.

A ecologia das temporalidades permitiu a percepção de que o tempo dos resultados não é o tempo dos programas, quando eles possuem intencionalidade e instrumentalidade voltadas para a emancipação social. Muitas obras foram executadas depois que o PIRAD terminou. De forma inversa, o limite linear do tempo também impede a germinação autêntica dos processos.

A grande maioria das comunidades não se manteve porque terminou quando estava no ponto bom de trabalho (SM).

Não tem solução para o RS ou para cidades em quatro anos. Para buscar soluções para as comunidades, primeiro, tem que ter o tema da integralidade e, segundo, tem que planejar mesmo para vinte anos, senão não tem saída (SF).

A ecologia da produtividade é identificada através das capacitações e do fomento às experiências e empreendimentos de economia solidária. O clube de trocas solidárias com moeda social, as cooperativas e a rede de empreendimentos solidários são expressões de outra forma de produção, comercialização e consumo. A regulação é baseada na monocultura da moeda oficial. A ecologia da produtividade permitiu a diversificação de experiências produtivas protagonizadas pela base social que realmente necessita prover suas condições básicas de existência material e simbólica. Além disso, há possibilidade de ativação de recursos produtivos endógenos em contextos locais. Apesar de se reconhecer que somente a produção não resolve o problema, sem ela não há emancipação e auto-sustentação em contextos de pobreza.

A ecologia das transescalas expressa a possibilidade de se criar no local o que poderia ser impensável no global, sem invalidar ou diminuir a experiência. Comunidade e técnicos construíram saberes e práticas no contexto local (num processo de desglobalização do local) e, de alguma forma - impossível de ser mensurada aqui - alteraram instrumentos utilizados pela GTZ em âmbito mundial. Outro aspecto importante refere-se ao fato que interesses inconciliáveis no nível global podem ser articulados em nível local sem que isso seja necessariamente incoerente.

Destacamos, ainda, um efeito interessante da análise transescalar: o fato de que “nada” parece mudar em nível global não significa que isso seja imediatamente transposto para a

realidade local, onde há outra dinâmica e referência de análise. Isso permite, de certa forma, identificar o potencial emancipatório das lutas do cotidiano em buscar referências globais e, portanto, o efeito é a gratificação com formas e efeitos singulares no enfrentamento das expressões da questão social.

O quadro abaixo traz a identificação de processos desencadeados no PIRAD com o objetivo de dar visibilidade ao exercício prático das cinco ecologias.

| Lógicas ou monoculturas | Sociologia das ausências |
|--|---|
| <p>Saber e rigor do saber:</p> <p>Técnicos são experts na sua área, conhecem objetivamente a realidade e podem definir o que deve ser feito; agem na realidade através da manipulação de técnicas e instrumentos e seu envolvimento é controlado (dão respostas).</p> | <p>Ecologia dos saberes:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Os técnicos desconhecem, a priori, o que as comunidades necessitam; -os moradores da comunidade podem ser capacitados e fazer o trabalho em conjunto com os técnicos, formular diagnósticos e intervir; -as pessoas que vivem no território conhecem melhor do que ninguém a sua realidade; -são excelentes multiplicadores porque fazem com mais facilidade as adaptações para que os moradores mais excluídos possam compreender e se sensibilizar, ampliando a participação das pessoas e a abrangência das ações; |
| <p>Tempo linear:</p> <p>Planejamento teria que ser executado e resultados previsíveis.</p> <p>A comunidade é atrasada, com práticas retrógradas e místicas. Precisa de atualização e qualificação.</p> | <p>Ecologia das temporalidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Os resultados se apresentam fora do tempo previsto oficial previsto para o Programa; -existe a elaboração de medicamentos e de complementação alimentar para crianças desnutridas a partir de receitas caseiras e da medicina popular. |
| <p>Classificação social:</p> <p>As pessoas que vivem nas comunidades são pobres, carentes de tudo, ignorantes, preguiçosas, desleixadas, violentas.</p> | <p>Ecologia dos reconhecimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Os moradores possuem produtos e serviços valorizados; -valorização da comemoração de aniversário do Bairro; -valorização dos registros da sua história e conquistas através da busca de documentos e de relatos. |

continua

continuação

| | |
|--|---|
| <p>Escala dominante:</p> <p>Os países ricos, as empresas e universidades se impõem sobre as comunidades, pois possuem recursos financeiros, conhecimentos e poder.</p> <p>A comunidade evoluirá tanto quanto for sua capacidade de se adaptar aos critérios de consumo, estéticos e culturais dominantes.</p> | <p>Ecologia das trans-escalas:</p> <p>-A comunidade tem sua própria história e recursos políticos socioorganizativos. As pessoas sabem se organizar politicamente, pois vivem em área invadida e que foi regularizada graças a várias mobilizações, passeatas, etc.;</p> <p>-os técnicos brasileiros conhecem sua realidade e capacidade para inovação metodológica</p> <p>-a comunidade leva suas experiências a vários estados brasileiros através de cursos e palestras e a vários países através de participação no Fórum Social Mundial;</p> <p>-os técnicos alemães levam os saberes e as adequações feitas pelos agentes técnicos e comunitários locais. Neste sentido, houve um processo de “desglobalização do local” e “reglobalização contra-hegemônica”.</p> |
| <p>Lógica produtivista:</p> <p>A comunidade é improdutiva, não possui recursos financeiros ou materiais. As pessoas são preguiçosas, desqualificadas, não sabem produzir, não possuem organização para o trabalho.</p> | <p>Ecologia de produtividade:</p> <p>-As pessoas se organizaram na forma de cooperativas, associações e redes de empreendimentos solidários, clubes de trocas com moeda social.</p> |

5.4.2 O Futuro é Agora

O método foi muito discutido, não negado, e isso gerou uma terceira forma (JS).

As experiências concretas que emergiram do PIRAD ocupam lugar no futuro do Programa, ou seja, no momento presente, visto ter passado quatro anos de seu término, podem ser identificadas no quadro abaixo.

| |
|--|
| <p>Sociologia das emergências: amplia as possíveis (emancipações)</p> |
| <p>Experiências de conhecimento:</p> <ul style="list-style-type: none"> - o desenvolvimento do DRUEP, como resultado de processamentos anteriores do DRAP e do DRUP a partir das experiências em comunidades gaúchas; - agentes comunitários hoje são capacitados em questão ambiental, cooperativismo, economia solidária e áreas correlatas, dando palestras em universidades, etc.; - gestores alemães levaram os conhecimentos das adaptações feitas aqui e introduzam em seus aportes para outros países; - universidades privadas produzem pesquisas, produzem conhecimentos a partir de novas sínteses entre saberes, implantam trabalhos, aprendem e ensinam. |
| <p>Experiências de democracia participativa:</p> <ul style="list-style-type: none"> - os conflitos com aos clubes de trocas solidárias com moeda social, que levou a divisão dos grupos; - participação direta no orçamento participativo, nas reuniões e em todas as etapas do trabalho; - gestão do Núcleo de Desenvolvimento Comunitário. |
| <p>Experiências de reconhecimento:</p> <ul style="list-style-type: none"> - “lixadeiras ou papeleras” hoje vistas pela comunidade como trabalhadoras (recicladoras) e educadoras na área do meio ambiente; - as fotos e registros de seus trabalhos são levados a vários locais e servem como referência para implantação de outros trabalhos; - lideranças representam interesses da comunidade em muitos fóruns, conselhos de direitos, etc., nos quais são respeitadas, solicitadas. |
| <p>Experiências de comunicação global</p> <ul style="list-style-type: none"> - articulação de espaço na mídia oficial com a circulação do saber e várias matérias em jornais e TV's e no Fórum Social Mundial |
| <p>Experiências de desenvolvimento, trabalho e produção</p> <ul style="list-style-type: none"> - articulação das atividades do clube de trocas com moeda social e fora dele, bem como os conflitos para se ampliar as trocas com o mercado local; - cooperativas de produção que ingressam no abastecimento de cooperativa de consumo e passam, coletivamente, a ampliar mercado; - início de processo de sustentabilidade através de redes de consumo e produção, bem integração entre empreendimentos de economia solidária e capitalista. |

A construção de conhecimento sobre limites e possibilidades do uso de metodologias e tecnologias voltadas para a emancipação social e a sustentabilidade das ações em contexto de pobreza não tem a intenção de mostrar o programa analisado como modelo a ser seguido. Porém,

qualquer iniciativa pública de melhorar sua relação com a sociedade deve ser multiplicada, mas como uma prática institucionalizada dentro da respectiva instituição pública. O sentido de “projetos” é que são “laboratórios de experiências” que depois um tempo devem ser integrados na estrutura e no funcionamento de instituições públicas e assim provocar realmente câmbios sustentáveis (JB).

Pela análise teórico-prática do PIRAD, procuramos demonstrar que, embora a questão social apresente desafios complexos, existem fundamentos e instrumentos capazes de contribuir para o combate emancipatório e sustentável à pobreza.

Tenho medo de parecer muito otimista porque falo com muito entusiasmo do trabalho. Eu não estou com isso dizendo que ele é fácil, que se conseguiu muitas coisas, que os arroios estão limpos. O trabalho é lento, mas ele acontece. E eu vejo isso (EC).

Programas, serviços e recursos são instrumentos para a transformação de expressões da questão social, e não fim em si mesmo. Para tanto, alguns elementos mostram a necessidade de atenção especial na análise, tais como: a formação de agentes, o aprofundamento dos processos participativos, a integração setorial e territorial, a mensuração dos resultados e a perspectiva teórico-epistemológica adotada para a análise de processos com intencionalidade emancipatória.

Olhar na perspectiva da sociologia das ausências e, mais especificamente, da ecologia dos saberes, mostra que é possível prescindir da imposição de saberes e práticas sobre outros e avançar no desafio de vinculá-los e colocá-los a serviço do bem coletivo.

CONCLUSÕES

O trabalho que resultou nesta tese permitiu que a produção teórica fosse conduzida, questionada e alimentada pela realidade, sempre mais instigante, desafiadora e veloz na capacidade de produzir mudanças, em especial, nas últimas décadas. Tal tarefa não foi fácil, visto ter abalado concepções e demandado a revisão de conceitos, idéias e projetos.

Os estudos teóricos, a pesquisa empírica e as vivências pessoais e profissionais nos remeteram a caminhos inesperados e a novas descobertas. Inicialmente, sentimos a necessidade de compreensão mais aprofundada sobre a questão social marcada pela produção de realidades tão desiguais e paradoxais, buscando sentidos para o nosso próprio objeto de pesquisa: a superação da pobreza de forma emancipatória.

Contudo, percebemos que a realidade não poderia ser explicada a partir de forma isolada; o capitalismo só faria sentido com relação aos fundamentos teóricos e axiológicos da ciência que, por sua vez, são indissociáveis da modernidade ocidental. Esse tripé, fruto de um localismo europeu, hoje se globalizou, com seus méritos e com suas inconsistências, constituindo-se na própria questão social contemporânea.

O Brasil, assim como a maioria dos países do Sul, ocupou um lugar subalterno no processo de globalização; passou por processos de colonização e ainda hoje sofre o efeito de políticas econômicas que podem ser consideradas neocolonialistas. O neocolonialismo não se restringe a ações concretas, mas também atua referências de desenvolvimento, riqueza e emancipação social. Sem essa reflexão epistemológica, o tema da pesquisa correria o risco de reprodução da lógica colonizadora: emancipação analisada à luz da regulação.

A garimpagem de saberes dos povos do Sul revelou fundamentos voltados para a sustentabilidade e cooperação, muitos dos quais, se articulam com a ciência contemporânea e com perspectivas sociológicas recentes. Esse processo deu-nos sustentação para redefinir conceitos fundamentais ou o próprio tema da tese.

Percebemos que a pobreza, tanto no Brasil, quanto no mundo, não adveio especificamente da falta de recursos materiais. Na atualidade, existem recursos econômicos e tecnológicos para a subsistência de toda a humanidade, porém não são distribuídos. O problema passou a ser, antes de tudo, uma crise de percepção ou visão da realidade, fragmentadora, disjuntiva e atomizante, conduzindo à insustentabilidade da vida. Outra redefinição é o binômio pobreza/riqueza ou carência/competência, que permitiu a ruptura com a concepção do ser humano como objeto passivo para sujeito ativo e protagonista, na sua escala de atuação. A pobreza passou a se constituir também num conjunto de referências e valores que diz respeito a toda sociedade, que também vivencia o empobrecimento e perdas que se manifestam através das mais variadas expressões da questão social.

A emancipação também foi revista através da pluralização das pautas de luta e dos atores sociais, da valorização da subjetividade e da revitalização das experiências locais. A emancipação redefinida permitiu não sucumbirmos a propostas subjetivistas de que basta cada um fazer sua parte, tampouco nos abatermos pelo imobilismo de que nada se pode fazer, tudo seria residual.

A busca pela superação da pobreza, de modo geral, mostrou-se fragmentada e sem indicadores de sustentabilidade. Historicamente, a superação da pobreza tem ficado a cargo da política social, imprescindível, mas incapaz de, isoladamente, atuar em causas estruturais do processo de pauperização e de exclusão social. Ações consideradas emancipatórias são desenvolvidas por outras políticas, mas é comum exigirem graus de organização e autogestão que grupos mais vulnerabilizados não conseguem atender.

Assistir ou emancipar? O conhecimento da realidade das comunidades empobrecidas mostrou que as demandas são complexas e heterogêneas, exigindo um conjunto diversificado de ações e políticas. Assistir e emancipar deixam de se constituir em ações contraditórias e passam a ser processos indissociáveis; trata-se de assistir emancipando e emancipar assistindo.

À luz da redefinição teórico-epistemológica das categorias da tese, a superação da pobreza passou a ser uma questão de desenvolvimento sustentável, de relações sociais e econômicas mais justas, de possibilidades de auto-realização, de um mundo mais solidário e habitável para outras gerações.

O desenvolvimento local integrado e sustentável é uma estratégia compatível com a superação emancipatória da pobreza, podendo ser utilizado por todas as políticas que atuam num determinado território. Isso porque consegue integrar diferentes políticas setoriais e

participação da população, em determinado território, contribuindo para a ativação das potencialidades locais e promoção de ações sustentáveis.

O PIRAD confirmou características emancipatórias, pois desencadeou resultados efetivos, sinalizou para a importância do trabalho com diferentes atores sociais, a otimização de recursos, a necessidade de descoberta de vocações e potencialidades locais, tanto dos contextos quanto dos sujeitos, bem como a participação ativa promotora da autonomia da população. Consideramos que o êxito do programa foi atribuído à experiência acumulada pela METROPLAN e pela GTZ desde o PRORENDA e que o curto espaço de tempo não permite que se consiga formular críticas mais contundentes. O principal problema identificado foi a interrupção com a troca de governo sem ser levado em conta os interesses e recursos da população. Entendemos que o PIRAD poderia incorrer no risco de permanecer restrito a determinadas lideranças e não conseguir ampliar sua ação para áreas e segmentos mais vulneráveis do Bairro Guajuviras.

A pesquisa empírica nos permitiu concluir que a superação da pobreza é possível, apesar de não ser um processo fácil, tampouco com efeitos imediatos. Concluimos também que a superação emancipatória da pobreza exige uma mudança na concepção das políticas no sentido da integração (de recursos, práticas, contextos e sujeitos) e da sustentabilidade.

Do ponto de vista dos fundamentos, concluimos que o debate epistemológico permitiu a construção de referências próprias da realidade brasileira através da ampliação do entendimento sobre a questão social, pobreza, sujeito e emancipação. Ademais, a releitura da teoria crítica e de outras contribuições de teóricos contemporâneos de diferentes áreas do saber, sem significar necessariamente ecletismo (dada a definição da base epistemológica em que conceitos e premissas teóricas se articulam), contribuiu para a compreensão da complexidade da realidade contemporânea.

Do ponto de vista dos procedimentos, percebemos a importância de estratégias metodológicas capazes de promover a implantação de políticas integradas, bem como habilidades comunicacionais e relacionais dos agentes executores das políticas. Recursos como escuta sensível e mediação alternativa de conflitos, entre outros, são básicos para a construção democrática de conhecimento e fortalecimento dos sujeitos.

Na prática, a pesquisa demonstrou que ainda falta vontade política de governantes e de empresários para a implantação ou ampliação de políticas emancipatórias de superação da pobreza no Brasil. Outro problema identificado foi a falta de estrutura operacional integrada em esfera do governo para a intervenção territorializada, bem como, de agentes voltados para a articulação na esfera local com qualificação adequada.

Com a tese tivemos a intenção de instigar a reflexão e a formulação de novas perguntas sobre a realidade da superação da pobreza na atualidade. O produto final da análise foi a descoberta da importância da esfera do conhecimento nas políticas emancipatórias, capaz de transformar o confronto de verdades em encontro de saberes. Não que a dimensão do conhecimento e da subjetividade seja mais importante, mas foi secundarizada nos projetos emancipatórios da modernidade, sob o paradoxo de sermos sujeitos de uma história sem sujeito. A capacidade emancipatória das políticas de superação da pobreza está intrinsecamente ligada à autonomia da população, portadora de saberes específicos de sua realidade, construídos a partir de suas vivências.

No entanto, a redescoberta da premissa de que ninguém emancipa ninguém, de que as pessoas se emancipam a partir das relações que estabelecem, nos levou a reconhecer a importância da construção de autonomia e de crescimento não só para a população, também para os agentes das políticas. Para os agentes e pesquisadores, fica posta a possibilidade de emanciparem-se da pobreza de muitas concepções teóricas dogmáticas, diagnósticos determinantes e intervenções tecnicistas, através do contato direto com a população, da possibilidade de aprender com ela e de reconstruir saberes e práticas.

Para todos nós, técnicos e população mas, antes de tudo, seres humanos, fica a esperança de que teses, diagnósticos, políticas e legislações “saiam do papel” e promovam, agora e para as próximas gerações, uma sociedade mais justa, solidária e sustentável.



Foto 11: Um Pedido, uma Esperança...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. *Novas premissas da sustentabilidade democrática*. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE, 1999.

ALVES, Rubens. *Filosofia da ciência: introdução ao jogo e a suas regras*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

ARMANI, Domingos. *Como elaborar projetos? Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

ARRETCHE, Marta. *Políticas sociais no Brasil: descentralização em um estado federativo*. XXI Encontro da Lasa, 1996.

BAJOIT, Guy. Notas de aula. Seminário especial Trabalho e Sociedade Solidária. Cátedra UNESCO-UNISINOS (Universidade do Vale do Rio dos Sinos). *As transformações da sociedade contemporânea e o papel dos atores: análises no campo da educação, das políticas sociais e dos movimentos sociais*, 2003.

BAJOIT, Guy. *Le changement social. Analyse sociologique des sociétés contemporaines*. Paris: Armand Colin, 2003

BALANCO, Paulo. Texto do site.. Professor de Economia da UFBAAS
TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO: ELEMENTOS TEÓRICOS PARA A
COMPOSIÇÃO DE UMA DIALÉTICA DA GLOBALIZAÇÃO(Internet)

BARBIER, René. *A Pesquisa-Ação na Instituição Educativa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

_____. *A Escuta Sensível em Educação*. Cadernos ANPED n.o 5. Belo Horizonte: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 1993.

BARCELLOS, Tanya M. de. *Características Recentes dos Deslocamentos Populacionais na Região Metropolitana de Porto Alegre: características dos anos 80*. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser in
http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MIG_ST9_Barcellos_texto.pdf

BAREMBLITT, Gregorio. *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

BARRETO, Adalberto de Paula. *Terapia comunitária passo a passo*. Fortaleza: Gráfica LCR, 2005.

_____. Anotações de aula do curso de extensão universitária da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001.

BARROS, Ricardo, HENRIQUES, Ricardo, MENDONÇA, Rosane. *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*. IPEA: Brasília, 2000.

BARTH, Jutta e BROSE, Markus. *Participação e desenvolvimento local: balanço de uma década de cooperação alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

BARTH, Jutta, ALVES, Luis e BROSE, Markus. *Incentivando o desenvolvimento local: a qualificação da relação entre poder público e sociedade civil como elemento central*. Trabalho apresentado no IV Coloquio sobre Transformaciones Territoriales. Montevideo/Uruguai. Agosto, 2002.

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1985.

BERTALANFFY, Ludwig von. *Teoria geral dos sistemas*. Rio de Janeiro: Vozes, 1968.

BEZERRA, Maria do Carmo e BURRSZTYN, Marcel (orgs.). *Ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Consórcio CDS/UnB/Abipti, 2000.

BOAL, Augusto. *Teatro do oprimido e outras poéticas políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BOMBASSARO, Luis Carlos. *As fronteiras da epistemologia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

_____. *Ciência e mudança conceitual*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

_____. *Razões práticas*. Campinas: Papirus, 1996.

_____. *O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação*. Campinas: Papirus, 2000.

_____. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1999.

BROSE, Markus. *Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local. 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho*. Santa Cruz: EDUNISC/GTZ, 2000.

CAETANOMiriam Expedita. *Desfazendo nós: educação e autopoiese*
<http://www.anped.org.br/>

reunioes/23/textos/0604t.PDF acessado em 20/11/2006.

CANEVA, Débora. *Resgatando o sentido de grupo na assistência social como instrumento de construção do sujeito e de sua autonomia*. 74 fls. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social (Graduação), Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2006.

CANO, Wilson. *Reflexões sobre o Brasil e a nova (desafio) ordem internacional*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: FAPESP, 1994.

CAPRA, Fritjof. *O tã da física*. São Paulo: Cultrix, 1982.

_____. *O ponto de mutação – a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. São Paulo: Cultrix, 1986.

CARRION, Raul e VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A crise do capitalismo globalizado na virada do milênio*. Porto Alegre: Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CATTANI, Antonio David. *Trabalho & autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CHIANCA, Thomaz, MARINO, Eduardo e SCHIESARI, Laura. *Desenvolvendo a cultura de avaliação em organizações da sociedade civil*. São Paulo: Global, 2001. (Coleção Gestão e Sustentabilidade)

COMIM, Flavio e BAGOLIN, Izete. *Aspectos qualitativos da pobreza no Rio Grande do Sul*. (s/d).

CORTES, Soraya. *Apontamentos de sala de aula na disciplina “Políticas públicas: teorias, práticas e perspectivas*. UFRGS, 2003.

CHRISTOFOLETTI, 1994 - site

DABAS, Elina Nora. *Red de redes - las prácticas de la intervención en redes sociales*. Buenos Aires: Paidós, 1995.

DEMO, Pedro. *Pobreza da pobreza*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

_____. *Solidariedade como efeito de poder*. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002 (Coleção Prospectiva, volume 6).

_____. *Participação é cidadania*. São Paulo: Cortez, 2001.

DESCARTES, René. *O discurso do método*. Lisboa: Nova Fronteira, 1979.

DRAIBE, Sônia. *BRASIL 1980-2000: proteção e insegurança sociais em tempos difíceis*. Material preparado PNUD – Taller Inter-regional - Chile, 2002.

DUBET, François. *As desigualdades multiplicadas*. Ijuí: ed. UNIJUÍ, 2003.

ELKAÏM, Mony et al. *Las practicas de la terapia de red - salud mental y contexto social*. Barcelona: Gedisa, 1989.

EPSTEIN, Isaac. *Cibernética*. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1986.

ESPING-ANDERSEN, G. *The three worlds of the welfare capitalism*. Oxford: polity Press/ Blackwell Publishers, 1993.

_____. *As três economias políticas do welfare state*. Lua Nova. Vol.24: 85-116, 1995.

ESTIVILL, Jordi. *Panorama da luta contra a exclusão social. Conceitos e estratégias*. Genebra, Bureau Internacional do Trabalho, Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza, 2003.

FALEIROS, Vicente de Paula. *A política social do estado capitalista: funções da previdência social e da assistência social*. São Paulo: Cortez, 1980.

_____. *Saber profissional e poder institucional*. São Paulo: Cortez, 1987.

FERRARINI, Adriane Vieira. *Uma (re)definição da intervenção profissional do assistente social – a complexidade como paradigma*. Dissertação de mestrado em Serviço Social, PUCRS, 1998.

_____. *A construção social da terapia – uma experiência com redes sociais e grupos multifamiliares*. Porto Alegre: Metrópole, 1999.

_____. *O Serviço Social e o Paradigma da Complexidade*. Canoas: Editora da ULBRA, 2003.

FERRO, Marc. *O Livro Negro do Colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

FRANCO, Augusto de (org.). *Desenvolvimento local integrado e sustentável*. Leituras Seleccionadas. Volume 1, 1999.

_____. *Capital social e desenvolvimento - O desenvolvimento local e o mito do papel determinante da economia*. Paper para o Seminário “Os Distritos Industriais e o Modelo de Desenvolvimento da Terceira Itália em Questão:perspectivas para os Programas Xingó e Zona da Mata do Nordeste”, Maceió, 2001.

_____. *Capital social*. Brasília: Agencia de Educação para o Desenvolvimento / São Paulo: Editora da Cultura, 2002.

_____. *A revolução do local: globalização, glocalização, localização*. Brasília: Agencia de Educação para o Desenvolvimento / São Paulo: Editora da Cultura, 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto C. e LAVILLE, Jean-Louis. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: ed da UFRGS, 2004.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. *Pedagogia da autonomia – saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. São Paulo: Editora Global, 2003.

FURASTÉ, Pedro Augusto. *Normas Técnicas para o Trabalho Científico*. 11.ed. Porto Alegre: Dáctilo Plus, 2002.

GADOTTI, M. *Educação comunitária e economia popular*. In: *Questões da Nossa Época*, 25. São Paulo: Cortez, 1993.

GAJARDO, Marcela. *Pesquisa Participante – propostas e projetos*. In BRANDÃO Carlos: (org.) *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GAIGER, Luis Inácio. *Sobrevivência e utopia: os projetos alternativos comunitários no Rio Grande do Sul*. Cadernos CEDOPES, 1994.

_____. *A economia solidária no Rio Grande do Sul: viabilidade e perspectivas*. Cadernos CEDOPES, 1999.

_____. (org). *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: Educação. Da UFRGS, 2004.

GAUTHIER, Jacques, FLEURI, Reinaldo e GRANDO, Beleni (orgs). *Uma pesquisa sociopoética: o índio, o negro e o branco no imaginário de pesquisadores na área de educação*. Florianópolis: UFSC/NUP/CED, 2001.

GAUTHIER, Jacques e PETIT, Sandra. *Introduzindo a sociopoética (s/d)*, do site <http://www.sociopoetica.cjb.net/>, acessado em 20/03/2006.

GAUTHIER, Jacques. *Sociopoética - encontro entre arte, ciência e democracia na pesquisa em ciências humanas e sociais, enfermagem e educação*. Rio de Janeiro: AnnaNery/UFRJ, 1999.

GAUTHIER, Jacques e SANTOS, Iraci dos. *A Sócio-Poética: fundamentos teóricos, técnicas diferenciadas de pesquisa, vivência*. Ilustrações de Nébia Figueiredo. Rio de Janeiro: UERJ/DEPEXT, 1996.

GIDDENS, Anthony. *Estado-Nação e a Violência*.

_____. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1987.

GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

HEILBRONER, Robert. *A natureza e a lógica do capitalismo*. São Paulo: Ed. Ática, 1988.

HENRIQUES, R. (org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Brasília: IPEA, 2000.

IVO, Anete B. L. *Metamorfoses da questão democrática: governabilidade e pobreza*. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

KURTZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

LAVILLE, Jean-Louis e FRAISSE, Laurent. *Crise da sociedade salarial, lutas contra a exclusão e economia solidária – questões chaves numa perspectiva internacional*. Notas de sala de aula. São Leopoldo, UNISINOS, 2003.

LEFORT, Claude. *Pensando o político: ensaios sobre a democracia, a revolução e a liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LOPES, Helger, MACEDO, Lopes, MACHADO, Ana Flávia. *Indicadores de pobreza: aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileira*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003.

LUHMANN, Niklas. *Organización y decisión. Autopoiesis, acción y entendimiento comunicativo*. México: Anthropos Editorial, 1997.

MCGOLDRICK, Mônica. *As mudanças do ciclo de vida familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

MARIOTTI, Humberto. *Autopoiese, cultura e sociedade*. <http://www.geocities.com/pluriversu/autopoies.html>

MARSHALL, Thomas. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, Coleção Os Pensadores.

MATURANA, Humberto. *De máquinas e seres vivos: autopoiese - a organização dos vivos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MEDEIROS, Marcelo. *Trajetória do welfare state no Brasil: pape redistributivo das políticas dos 1930 aos anos 1990*. Texto para discussão nº 649. Brasília: IPEA, 1999.

MOUFFE, Chantal. *O regresso do político*. Lisboa: Gradiva, 1996.

MESSU, Michel. *Pauvreté, exclusion... et sciences sociales*. Ijuí, Colóquio Internacional: Políticas Públicas, Pobreza e Exclusão Social, 2003.

MONTEIRO, Alcides. *Associativismo e novos laços sociais*. Col. Laboratório dos Poderes Locais. Coimbra: Quarteto, 2004

MORIN, Edgar. *O método- 1. a natureza da natureza*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1977.

_____. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. *A cabeça bem-feita*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.

MURRAY, Charles. *The two wars against poverty*. In *The welfare state reader*. Cambridge: Polity Press, 2000.

NEVES, Clarissa e SAMIOS, Eva M. Barbosa. *Niklas Luhmann – a nova teoria dos sistemas*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, Goethe-Institut/ICBA, 1997.

NEVES, Clarissa e CORREA, Maíra Baumgarten. *Pesquisa social empírica: métodos e técnicas*. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1998.

NETO, Francisco de Melo e FROES, César. *Empreendedorismo social – a transição para a sociedade sustentável*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

OFFE, Claus. *Problemas estruturais do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

O'BRIEN, Martin e PENNA, Sue. *Theorising welfare – enlightenment and modern society*. London: Sage, 1998.

PAKMAN, Marcelo. Terapia familiar em contexto de pobreza, violência e dissonância étnica. *Nova perspectiva sistêmica*. Rio de Janeiro: Instituto de Terapia Familiar, 4(2), 1993.

_____. Micropolítica de la clase social en la vida cotidiana: la terapia como práctica social crítica. *Sistemas familiares*. Buenos Aires:ASIBA, 12(2), 1996.

PAINE, Thomas. *The welfare state reader*. Cambridge: Polity Press, 2000.

PATEMAN, Carole. The patriarchal welfare state. In *The welfare state reader*. Cambridge: Polity Press, 2000.

PAUGAM, Serge. *Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.

PAULA, Juarez de. *DLIS passo a passo: como atuar na promoção do desenvolvimento local integrado e sustentável*. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002.

POCHMANN, Marcio. *Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil*. São Paulo Perspec. vol.18 no.2 São Paulo Apr./June 2004

Política Nacional de Assistência Social. Brasil, Ministério da Previdência e Assistência Social. Brasília: MPAS, Secretaria de Estado de Assistência Social, 1999.

RAPIZO, Rosana. *Terapia sistêmica de família: da instrução à construção*. Rio de Janeiro, NOOS, 1996.

Relatório ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária). *Autogestão – construindo uma nova cultura nas relações de trabalho*.

Relatório do Observatório das Metrôpoles - do site
http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br/como_anda/como_anda_RM_portoalegre.pdf
acessado em 10/12/2006.

RICO, E. de M. (org.). *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 1998.

RIOS, Terezinha Azeredo. *Ética e competência*. São Paulo: Cortez, 2003.

RODRIGUES, Dario e ARNOLD, Marcelo. *Sociedad y teoría de sistemas*. Chile: Editorial Universitaria, 1990.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. *Pela mão de Alice - o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2000a.

_____. *A crítica da razão indolente – contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. Volume 1*: São Paulo: Cortez, 2000b.

_____(org.). *Globalização: fatalidade ou utopia*. Lisboa: Afrontamento, 2001.

_____(org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____(org.). *Democratizar a democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a.

_____(org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: ‘um discurso sobre as ciências’ revisitado*. Lisboa: Afrontamento, 2003b.

_____. Notas de sala de aula. Universidade de Coimbra, 2005a.

_____. Notas de orientações individuais ao projeto de tese. Universidade de Coimbra, 2005b.

SCHNITMAN, Dora Fried (org.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

SCHWARTZMAN, Simon. *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SCHLITHLER, Célia. *Redes de desenvolvimento comunitário: iniciativas para a transformação social*. São Paulo: Global; IDIS – Instituto para o Desenvolvimento de Investimento Social, 2004. (Coleção Investimento Social)

SCHONS, Selma Maria. *Assistência social: entre a ordem e a des-ordem*. São Paulo: Cortez, 2003.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Maria Ozanira (coord.) *O Comunidade Solidária: o não-enfrentamento da pobreza no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2001.

SINGER, Paul e SOUZA, André. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____. *O Desastre Social*. Coleção 'Os porquês da desordem mundial' - mestres explicam a globalização. São Paulo: Record Editora, 2003.

TELLES, Vera da Silva. *Pobreza e cidadania*. São Paulo: USP, 2001.

TENÓRIO, F. G. (org.) *Avaliação de projetos comunitários: abordagem prática*. 2 ed. São Paulo: Loyolla, 2000 (não tem).

TITMUSS, Richard. *The welfare state reader*. Cambridge: Polity Press, 2000.

TOBEN, Bob e WOLF, Fred. *Tempo, espaço e além*. São Paulo, Cultrix, 1982.

TOURAINÉ, Alain. *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Petrópolis: Vozes, 1998.

VASCONCELLOS, Maria José. *Terapia familiar sistêmica – bases cibernéticas*. São Paulo: Editorial Psy, 1995.

_____. *Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência*. Campinas: Papyrus, 2002.

VELLOSO, João Paulo do Reis e ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti (orgs). *Modernidade e pobreza – Fórum nacional: A construção da modernidade econômico-social*. São Paulo: Nobel, 1994.

VERONESE, Marília. Análise de um empreendimento de economia solidária sob a ótica da sociologia das ausências e das emergências. *Revista Ciências Sociais UNISINOS*, volume 41, número 2 maio-agosto de 2005, São Leopoldo, UNISINOS, 2001.

XIBERRAS, Martine. *As teorias da exclusão social: para uma construção do imaginário do desvio*. Coleção Epistemologia e Sociedade. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

WATZLAWICK, Paul e KRIEG, Peter (orgs.). *O olhar do observador - contribuições para uma teoria do conhecimento construtivista*. São Paulo: Editorial Psy II, 1991.

WATZLAWICK, Paul. *Pragmática da Comunicação Humana*. São Paulo: Cultrix, 1993.

YASBEK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 1999.

YUNUS, Muhammad. *O banqueiro do pobres*. São Paulo: Ática, 2006.

Sites Consultados:

<http://www.ciaris.ilo.org>

<http://www.economiasolidaria.net>

<http://www.fgvsp.br/cets/>

http://www.historiadobrasil.com.br/viagem/frame_b.htm - acessado em 22-12-2006

<http://www.ilo.org>

http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/crise_sistema.html - acessado em 22/12/2006

<http://www.onu-brasil.org.br>

<http://www.pnud.org>

<http://www.redesolidaria.com.br>

<http://www.rits.org.br>

http://www.scp.rs.gov.br/uploads/Inclusao_de_Municipios.pdf acessado em 15/12/2006.

<http://www.sociopoetica.cjb.net>

<http://www.tvcultura.com.br/aloescola/estudosbrasileiros/casagrande/index.htm> - acessado em 23/12/2006

<http://www.universia.org.br>

ANEXOS

A - MATRIZ DE PLANEJAMENTO DO PIRAD

ANEXO A

MATRIZ DE PLANEJAMENTO DA PRIORIDADE DE AÇÃO VI

| Programa Integrado de Recuperação de Áreas Degradadas | | | |
|---|---|---|--|
| Duração: 01/2000 – 12/ 2002 Data de Preparação da MPP: 12/1999 | | | |
| Objetivos | Indicadores | Fontes de Comprovação | Pressupostos ou condicionantes |
| Objetivo Superior : Consolidar a gestão regional na RMPA e nas aglomerações urbanas. | | | |
| Objetivo de Desenvolvimento : Promover o desenvolvimento urbano com participação da sociedade. | | | |
| Objetivo do Projeto : Recuperar urbana e ambientalmente áreas degradadas e promover o desenvolvimento social e econômico de comunidades. | Programa implementado em 4 áreas até 12/2002 | <ul style="list-style-type: none"> • População organizada em processo de auto gestão • Obras executadas • Atividades econômicas comunitárias organizadas | |
| Resultados : R1 – A METROPLAN dispõe de uma metodologia de Planejamento Regional sistêmico e participativo e a proposta de sua implementação reconhecida por outros atores. | Programa formatado e instrumentos oficializados até 06/2000. | Convênios, protocolos e cartas de intenções. | Apoio político do Estado, Prefeituras e demais parceiros. |
| R2– Processo de Planejamento Regional sistêmico, participativo e estratégico, implementado nas áreas selecionadas. | Plano Estratégico Participativo elaborado em 2 áreas até 12/2000. | <ul style="list-style-type: none"> • Relatórios das reuniões. • Cronograma de atividade. | Metodologia de trabalho que torne o processo de planejamento e de implementação curto e ágil para garantir a dinâmica e a motivação dos envolvidos |
| R3– Áreas degradadas sócio-econômico, cultural e ambientalmente, recuperadas. | Obras de saneamento iniciadas em 2 áreas até 03/2001 Renda da população aumentada em 20% até 12/2002 | <ul style="list-style-type: none"> • Relatórios e planilhas de obras • Pesquisa nos locais | Responsabilidades assumidas e tarefas executadas por todos os envolvidos. |
| R4 – Captação, Aplicação e Retorno de Recursos Financeiros, viabilizados. | 15% dos recursos liberados e aplicados até 03/2001 | Relatórios de prestação de contas | Recursos financeiros existentes e mobilizáveis |

MATRIZ DE PLANEJAMENTO DA PRIORIDADE DE AÇÃO VI

| |
|---|
| Programa Integrado de Recuperação de Áreas Degradadas |
| Duração: 01/2000 – 12/ 2002 Data de Preparação da MPP: 12/1999 |

| Resultados do Programa | Atividades Planejadas |
|---|---|
| <p>R1 Processo de Planejamento Regional sistêmico, participativo e estratégico, concebido.</p> | <p>1.1 Montar um processo de planejamento participativo envolvendo atores sociais e agentes públicos..</p> <p style="padding-left: 20px;">1.1.1Elaborar e consensuar a metodologia dentro da METROPLAN</p> <p style="padding-left: 20px;">1.1.2 Identificar parceiros potenciais para o programa</p> <p style="padding-left: 20px;">1.1.3 Articular com agentes públicos e privados: convocar reunião para apresentar proposta; consensuar os principais objetivos do programa e o processo de implementação</p> <p style="padding-left: 20px;">1.1.4 Articular com comitês de bacia e demais parceiros da sociedade civil para fechamento da proposta de trabalho</p> <p style="padding-left: 20px;">1.1.5 Elaborar Matriz de Envolvimento: atividade principal da entidade envolvida; interesse em relação ao programa; potenciais; limitações</p> <p style="padding-left: 20px;">1.1.6 Definir a participação e responsabilidades de cada parceiro</p> <p style="padding-left: 20px;">1.1.7 Divulgar o Programa amplamente</p> <p style="padding-left: 20px;">1.1.8 Definir a estrutura de coordenação e as formas de articulação</p> <p style="padding-left: 20px;">1.1.9 Estabelecer canais para sustentabilidade técnica e política.</p> <p>1.2 Montar um programa de capacitação</p> <p style="padding-left: 20px;">1.2.1 Capacitação Metodológica das equipes, parceiros e comunidades</p> <p>1.3 Implantar um sistema de monitoramento do programa:</p> <p style="padding-left: 20px;">1.3.1 Definir cronograma de atividades (Plano Operacional)</p> <p style="padding-left: 20px;">1.3.2 Definir os instrumentos para o monitoramento</p> <p style="padding-left: 20px;">1.3.3 Realizar reuniões regulares entre os gerentes do programa</p> <p style="padding-left: 20px;">1.3.4 Realizar reuniões regulares com parceiros</p> |

MATRIZ DE PLANEJAMENTO DA PRIORIDADE DE AÇÃO VI

| |
|---|
| Programa Integrado de Recuperação de Áreas Degradadas |
| Duração: 01/2000 – 12/ 2002 Data de Preparação da MPP: 12/1999 |

| Resultados do Programa | Atividades Planejadas |
|---|---|
| <p>R2 Processo de Planejamento Regional sistêmico, participativo e estratégico, implementado</p> | <p>2.1 Identificar envolvidos em cada área (entidades, org. comunitárias, etc)</p> <p>2.2 Divulgar o Programa e mobilizar as comunidades (organização comunitária)</p> <p>2.2.1 Reunião e capacitação dos envolvidos</p> <p>2.2.2 Definição de participação e responsabilidades</p> <p>2.2.3 Formação de estrutura representativa em cada área</p> <p>2.3 Consolidar as informações existentes (levantamento e diagnóstico) sócio-econômicas; físico- ambientais; culturais</p> <p>2.4 Complementar as informações necessárias para cada área</p> <p>2.5 Elaborar os Planos Estratégicos das áreas:</p> <p style="padding-left: 20px;">2.5.1 Identificação dos problemas e potencialidades existentes</p> <p style="padding-left: 20px;">2.5.2 Formulação do cenário desejado – Seminário</p> <p style="padding-left: 20px;">2.5.3 Escolha das opções estratégicas para implementação</p> <p style="padding-left: 20px;">2.5.4 Elaboração dos projetos.</p> <p>2.6 Criar um sistema de monitoramento para cada área</p> <p>2.6.1 Definição de forma de articulação</p> <p>2.6.2 Definição de cronograma de atividades</p> <p>2.6.3 Reuniões periódicas com os agentes envolvidos.</p> <p>2.6.4 Acompanhamento da implementação : - Integração das ações ; - Redirecionamento</p> |

MATRIZ DE PLANEJAMENTO DA PRIORIDADE DE AÇÃO VI

| |
|---|
| Programa Integrado de Recuperação de Áreas Degradadas |
| Duração: 01/2000 – 12/ 2002 Data de Preparação da MPP: 12/1999 |

| Resultados do Programa | Atividades Planejadas |
|--|--|
| <p>R3 Áreas degradadas sócio-econômico, cultural e ambientalmente recuperadas</p> | <p>3.1 Detalhar as ações de cada sub-programa por área : recursos disponíveis; alternativas técnicas.</p> <p>3.1.1 Urbanização e Habitação</p> <p>3.1.2 Drenagem</p> <p>3.1.3 Resíduos Sólidos</p> <p>3.1.4 Sistema Viário e Transporte Coletivo</p> <p>3.1.5 Educação Ambiental</p> <p>3.1.6 Geração de Trabalho e Renda</p> <p>3.2 Compatibilizar as ações com parceiros</p> <p>3.3 Estabelecer um cronograma físico financeiro das ações</p> <p>3.4 Implementar as ações estruturais e não estruturais.</p> |

MATRIZ DE PLANEJAMENTO DA PRIORIDADE DE AÇÃO VI

| |
|---|
| Programa Integrado de Recuperação de Áreas Degradadas |
| Duração: 01/2000 – 12/ 2002 Data de Preparação da MPP: 12/1999 |

| Resultados do Programa | Atividades Planejadas |
|--|---|
| R4 Captação, Aplicação e Retorno de Recursos Financeiros, viabilizada | 4.1 Conhecer as fontes de recursos para cada ação 4.1.1 Cadastro 4.1.2 Divulgação 4.1.3 Carta de intenção (estabelecimento das parcerias) 4.2 Estabelecer as estratégias para obter o recurso 4.2.1 quanto \$ 4.2.2 como 4.2.3 quem 4.3 Obtenção dos recursos 4.3.1 Elaborar os projetos 4.4 Efetivar a aplicação dos recursos 4.4.1 Implementação dos projetos e ações 4.5 Viabilizar o retorno dos investimentos. |